

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

TESE
OS AGRICULTORES FAMILIARES E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO
SUTRAF NA REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS

Jonas José Seminotti

Curitiba
2013

JONAS JOSÉ SEMINOTTI

TESE

**OS AGRICULTORES FAMILIARES E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO
SUTRAF NA REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação do Professor Dr. Osvaldo Heller da Silva.

Curitiba

2013

CIP – Catalogação na Publicação

S471a Sem título (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do
Paraná, Curitiba, 2013.
SUTRI, Tânia Regina. Professor Dr. Osvaldo Heller da Silva Seminotti.
– 2013.
27Sociologia – Rio Grande do Sul. 2. Participação
política. 3. Agricultura familiar. 4. Sindicalismo. I. Silva,
Osvaldo Heller da, orientador. II. Título.

CDU: 316(816.5)

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857



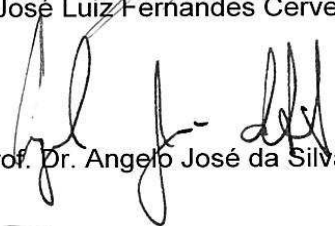
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER


A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Jonas José Seminotti**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "OS AGRICULTORES FAMILIARES E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS" é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Doutor* em Sociologia, linha de pesquisa "Ruralidades e Meio Ambiente" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 30 de abril de 2013.


Prof. Dr. Everton Picoloto


Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho


Prof. Dr. Angelo José da Silva


Prof. Dr. Paulo André Niederle


Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva
orientador e presidente

AGRADECIMENTOS

Ao final deste gratificante trabalho devo dividir os méritos com todos que contribuíram para o êxito do mesmo, mas devo reconhecer que algumas pessoas foram muito especiais.

Começo agradecendo a minha família, minha esposa Izelda e meus filhos Pedro e Caetano. Foram muitos os momentos de ausência por aulas, estudos, viagens, pesquisas e sei o quanto este tempo foi precioso para o trabalho, mas reconheço que fez falta para as conversas, os passeios, o futebol, as brincadeiras, enfim.....para a vida familiar.

Um carinho especial a minha esposa Izelda que tem me acompanhado no decorrer destes últimos 20 anos, sendo uma companheira em todos os momentos e contribuindo com seu tempo, seu apoio e suas idéias nesta trajetória e na educação dos filhos. Ao Pedro e ao Caetano agradeço pela compreensão e o entendimento que tiveram, mesmo sendo crianças já tem a dimensão do que representa o conhecimento e o tempo para o estudo.

Agradeço pela educação recebida dos meus pais, Nestor e Nelsa e pelo apoio e amizade dos irmãos Gelso, Jane, Jonia e Jaquieli. Com certeza a minha formação como pessoa e como agente político passa pelas condições que eles me proporcionaram.

Uma trajetória de estudos certamente não é construída de modo individual mas com o apoio de mestres que acompanham e orientam, compartilham dificuldades e conquistas. Neste sentido quero agradecer ao professor Dr. Osvaldo Heller da Silva pela dedicação, amizade e clareza nas tomadas de decisões. Também quero agradece ao professor Dr. João Carlos Tedesco pela disponibilidade, mas principalmente pela amizade verdadeira e pelo acompanhamento à minha trajetória acadêmica, do mestrado ao doutorado.

Por fim devo agradecer pela oportunidade de ter estudado em uma universidade pública, federal, cursando o doutorado em sociologia, condição esta que sonhamos e lutamos para que se estenda cada vez mais aos jovens, filhos de trabalhadores deste país, como eu.

RESUMO

SEMINOTTI, Jonas José. **Os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF na região Alto Uruguai do RS.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

O presente trabalho teve como objetivo analisar as características socioeconômicas dos associados do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF) e as implicações para o processo de representação política exercida por esta entidade sindical na região Alto Uruguai. A realização deste trabalho contou com a pesquisa teórica que analisou o processo de ocupação e colonização da região Alto Uruguai e as noções de capital social, de movimento social, de agricultura familiar e de representação política. Realizamos a pesquisa empírica com associados do SUTRAF através da aplicação de 281 questionários e com a realização de 30 entrevistas, além de 8 entrevistas com dirigentes do SUTRAF. A forma como se dá a representação política do SUTRAF passou pela análise dos processos sociopolíticos que envolveram o campo sindical e a organização social dos agricultores nas décadas de 1980 e 1990, pelo reconhecimento da agricultura familiar e a criação da FETRAF e do SUTRAF nos anos 2000, seguidas pelas mudanças que passaram a ocorrer na agricultura familiar a partir da criação das políticas públicas, especialmente com a criação e ampliação do PRONAF. O maior acesso dos agricultores às políticas públicas e a adaptação ao mercado local e global tiveram reflexos, tanto em suas atividades produtivas e no comportamento sociopolítico dos agricultores familiares, quanto na atuação do SUTRAF, que, como representante político, passou a atuar na conquista de políticas que atendessem as novas demandas de seus associados, estabelecendo uma relação de proximidade com o governo federal e executando projetos na habitação rural e na assistência técnica. Com o maior acesso ao crédito, houve a diversificação da produção, novas formas de comercialização, maior qualificação e o uso de novas tecnologias, alterando as características do setor produtivo da agricultura familiar, que passou a desenvolver a fruticultura, as agroindústrias familiares, a olericultura, o turismo rural, além de manter a produção de soja e de milho, a produção do leite, a criação de gado, de aves e de suínos. Buscamos relacionar as características socioeconômicas dos associados com a relação política com o SUTRAF e identificamos que existe uma heterogeneidade, tanto socioeconômica, quanto sociopolítica. Com esta análise, foi possível concluir que existem três tipos de associados: “engajados”, que participam das atividades do SUTRAF e praticam a diversificação da produção, priorizando a criação de agroindústrias familiares, a fruticultura, a olericultura e o turismo rural; os “acomodados”, que pouco participam do sindicato e desenvolvem em menor grau a diversificação, mantêm a produção da soja, do milho e a produção do leite e os “descomprometidos”, que não participam do SUTRAF, priorizam a produção da soja, do milho, de suínos, do leite ou aves. Concluimos que os problemas apontados pelos agricultores associados, como o endividamento, o alto custo de produção, a melhor organização das feiras de produtores e a falta de um preço mínimo para o leite e aves, são demandas que não estão produzindo lutas e mobilizações do SUTRAF, apenas negociações com o governo federal. Por fim, o sindicato tem atuado mais na execução de políticas públicas do que no trabalho de organização social e nas mobilizações por novas políticas, o que pode significar a perda de autonomia e o desvio de sua função como representante político.

Palavras-chave: capital social, sindicalismo, agricultores familiares, socioeconômica, representação política.

ABSTRACT

SEMINOTTI, Jonas J. **The family agriculture and the SUTRAF political representation in the Alto Uruguai region, in State of Rio Grande do Sul, Brazil.** Doctoral thesis in Sociology at the Federal University of Paraná, Curitiba, Brazil, 2013.

This study aimed to analyze the socioeconomic characteristics of the members of Unified Syndicate Union of Workers from Family Agriculture (SUTRAF) in the Alto Uruguai region (RS, Brazil) and implications for the process of political representation exercised by this labor union in the Alto Uruguai region. This work included the theoretical research that examined the process of occupation and colonization of the Alto Uruguay and the notions of social capital, social movement, family farming and political representation. We conduct empirical research associated with the SUTRAF by applying 281 questionnaires and conducting 30 interviews, and interviews with 8 SUTRAF leaders. The way how is the political representation of SUTRAF passed by analysis of sociopolitical processes involving the field of association and social organization of farmers in the 1980s and 1990s, the recognition of family farms and the creation of FETRAF and SUTRAF in the 2000s, followed the changes that began to occur in family agriculture through the creation of public policies, especially with the creation and expansion of PRONAF. The increase access by farmers to public policies and adaptation to local and global market had reflexes in both their productive and sociopolitical behavior of farmers, and in the performance of SUTRAF, that as political representative, began operating in the conquest of political that meet the new demands of its members, establishing a close relationship with the federal government and executing projects in rural housing and technical assistance. With greater access to credit, there was diversification of production, new ways of marketing, higher qualification and use of new technologies, changing the characteristics of the productive sector of family agriculture, which began to develop horticulture, agro-industries the relatives, horticulture, rural tourism and as well to maintain the production of soybeans and corn, the milk production, cattle breeding, poultry and pigs. We seek to relate the socioeconomic characteristics associated with the political relationship with SUTRAF and identified that heterogeneity exists both socioeconomic as well as sociopolitical. With this analysis, it was concluded that there are three types of members: "the engaged", who actively participate in SUTRAF activities and practices, diversifying your rural production, prioritizing the creation of family agribusinesses, the horticulture, and the rural tourism; "the accommodated", who little participate in the syndicate worker union and develop lesser extent diversification, maintains the rural production of soybeans, corn and milk production; and "the uncommitted", which do not participate in SUTRAF, prioritize the production of soybeans, corn, pigs, milk or poultry. However, we conclude that the issues raised by the member farmers, such as debt, the high cost of production, better organization of farmers' markets and the lack of a minimum price fixed by government for milk and poultry, are demands that are not producing the struggles and SUTRAF mobilizations, only negotiations with the federal government. Finally, the union has acted more in the execution of public policy than in the work of social organization and mobilization by the new policies, which could mean the loss of autonomy and the diversion of its function as a political representative.

Keywords: social capital, labor unionism, family farmers, socioeconomic, political representation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sindicatos em disputa entre CUT e Fetag, na década de 1980, na região Alto Uruguai.	105
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar e não- -familiar no Brasil, no sul do Brasil, no RS, na região Alto Uruguai.	139
Tabela 3 – Média de área total e de área produtiva em hectares (ha) dos estabelecimentos dos agricultores familiares associados ao SUTRAF.	141
Tabela 4 – Pessoal ocupado, acima de 14 anos, nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não-familiar.	142
Tabela 5 – População residente, por situação do domicílio em 2000.	144
Tabela 6 – População residente, por situação do domicílio em 2010.	144
Tabela 7 – Pessoal ocupado por sexo, acima de 14 anos em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.	146
Tabela 8 – Número total e média de filhos, por município e por família, para um total de 281 famílias de agricultores familiares associados ao SUTRAF, em 2011.	148
Tabela 9 – Dados comparativos entre o censo demográfico de 2000 e 2010 quanto à evolução no índice de idosos em relação à faixa etária entre 0 e 14 anos, em âmbito de Brasil, de RS, de região Sul e de região Alto Uruguai.	149
Tabela 10 – Dados comparativos entre o Censo Demográfico de 2000 e 2010 quanto à evolução no índice de idosos em relação à faixa etária entre 15 a 59 anos, em âmbito de Brasil, de RS, de região Sul e de região Alto Uruguai.	150
Tabela 11 – Principal atividade desenvolvida no estabelecimento, segundo a pesquisa com 281 famílias de agricultores familiares associados ao SUTRAF.	155
Tabela 12 – Número de produtores dos rebanhos, segundo o destino para o geral da pesquisa com 281 agricultores associados do SUTRAF.	155
Tabela 13 – Atividade praticada, conjuntamente com a criação de animais, segundo dados da pesquisa com 281 agricultores associados do SUTRAF.	156
Tabela 14 – Dados sobre uso de tecnologia, planejamento da propriedade e qualificação profissional, segundo os 281 associados do SUTRAF.	157

Tabela 15 – Atividades produtivas com os produtos em cada atividade, área média ocupada em (ha) e renda média mensal líquida de cada atividade segundo dados da pesquisa com 281 associados do SUTRAF, em 2011.....	159
Tabela 16 – Número de produtores e tipo de produtos na atividade da fruticultura entre os associados do SUTRAF, segundo a pesquisa com 281 agricultores pesquisados.....	163
Tabela 17 – Número de produtores e tipo de olerícolas produzidas entre os associados do SUTRAF, segundo os 281 agricultores pesquisados.....	164
Tabela 18 – Média de produção de leite na região Alto Uruguai por agricultor familiar associado ao SUTRAF, a partir dos municípios pesquisados.	172
Tabela 19 – Complemento da renda mensal da agricultura familiar, segundo a pesquisa com 281 associados do SUTRAF.....	174
Tabela 20 – Número de produtores de grãos, segundo os municípios, pela pesquisa com 281 associados do SUTRAF.....	177
Tabela 21 – Área total (hectares) destinada para a produção de grãos, em cada cultura e por município, segundo os 281 associados do SUTRAF	179
Tabela 22 – Produção (sacas/60kg) para o total dos grãos, segundo os 281 associados do SUTRAF por município.	180
Tabela 23 – A evolução do número de associados do SUTRAF Alto Uruguai ente 2009 e 2012.	242

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapas da região Alto Uruguai e do RS	21
Figura 2 – Trilhadeira de Hermes Honan na propriedade de Casemiro Chies em Getúlio Vargas, em 1937.....	38
Figura 3 – Foto tradicional de colonos retirando madeira das matas para a construção de casas e galpões, durante várias décadas do século XX.....	41
Figura 4 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce, Rosa Cia. Ltda. em Rio Novo, Aratiba - 1931.....	44
Figura 5 - Estação Ferroviária de Erechim - 1910.....	46
Figura 6 – Colônia Erechim, nos primeiros anos de ocupação pelos imigrantes europeus, em 1912.....	46
Figura 7 – Demarcação das terras na década de 1920 na Colônia Erechim.....	48
Figura 8 – Locomotiva – 1940. Percorria a região do Alto Uruguai.....	52
Figura 9 – Trajeto da ferrovia, na região Alto Uruguai, em torno de 1915.....	53
Figura 10 – Derrubada da mata e queimada para posterior plantio na década de 1920.	56
Figura 11 – Casa comercial situada na sede da colônia Erechim, de propriedade de Enrique Bischof - Casa Verde - 1913	57
Figura 12 – Membros da comunidade de Souza Ramos, antiga Formigas, no município de Getúlio Vargas, reunidos em um dia de festa em frente a capela em 1947.....	60
Figura 13 – Casal de pequenos agricultores ofertando produtos da colheita em uma missa no salão da comunidade nos anos 1980.....	63
Figura 14 – Missa pela conquista do STR Erechim em 1984 e a queima de um pelego simbolizando a vitória da CUT sobre a FETAG.	65
Figura 15 – Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.....	79
Figura 16 – Manifestação de colonos atingidos pela barragem de Itá, SC, em 1982.....	81
Figura 17 – Brigada Militar vigiando uma manifestação de trabalhadores em Erechim, na década de 1980.	85
Figura 18 – Agricultores familiares em manifestação na cidade de Erechim em 1983.	94
Figura 19 – Capa de cartilha usada nos encontros do Movimento de Trabalhadoras Rurais da região Alto Uruguai em 1983.....	99
Figura 20 – Logo da Fetraf-Sul	110

Figura 21 – Produtos da agricultura familiar produzidos em agroindústrias da região Alto Uruguai criadas com crédito do Pronaf.	115
Figura 22 – Agricultor familiar produtor de hortifrutigrangeiros, no município de Paulo Bento.	117
Figura 23 – A cascata das Andorinhas é uma das usinas hidroelétricas construídas pela Ceral no município de Florianópolis.	129
Figura 24 – Agricultor familiar, produtor de leite do município de Paulo Bento.	132
Figura 25 – Trator adquirido pelo programa mais alimento, através da Cresol de Getúlio Vargas. Propriedade do agricultor familiar Adriano Galina, em Getúlio Vargas.	135
Figura 26 – Feira de produtores junto à Cooperativa de Consumo Nossa Terra.....	167
Figura 27 – Agroindústria de pães e massas de um associado do SUTRAF do município de Jacutinga.....	169
Figura 28 – Propriedade da agricultura familiar de Ari João Trentin que desenvolve o turismo rural no município de Severiano de Almeida.	170
Figura 29 – Propriedade da agricultura familiar no município de Três Arroios, onde o proprietário reside no meio rural, desenvolve o turismo rural e atua como professor estadual na sede do município.	174
Figura 30 – Propriedade de agricultor familiar do município de Getúlio Vargas, associado ao SUTRAF, que tem como atividade principal a produção de grãos.	182
Figura 31 – 3º Congresso da FETRAF/SUL em Erechim/2010.....	190
Figura 32 – Livreto de estudos do Curso de Formação da ESAU.....	220
Figura 33 – Encontro de várias organizações sociais em 2009 pela conquista de um campus da Universidade Federal (UFFS) em Erechim.	221
Figura 34 – Sistema organizacional do CODETER na região Alto Uruguai	233

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes para o projeto de desenvolvimento planejado pelas organizações sociais cutistas da região sul do Brasil.	121
Quadro 2 – Relação de experiências associativas criadas pelos agricultores familiares na região Alto Uruguai entre 1992 e 2001.	126
Quadro 3 – Algumas das agroindústrias familiares criadas na região Alto Uruguai a partir do final dos anos 1990.....	162
Quadro 4 – Caracterização socioeconômica dos associados do SUTRAF segundo a área de terra, as atividades produtivas, formas de comercialização e o acesso às políticas públicas.....	186
Quadro 5 – Posição dos associados entrevistados quanto a participação e o envolvimento nas lutas sociais nas décadas de 1980 e 1990, participação atual no SUTRAF e avaliação da metodologia adotada pelo sindicato para a participação dos associados.	207
Quadro 6 – Relação de dirigentes entrevistados, tempo de trabalho sindical e a base de sua formação política.	218
Quadro 7 – O quadro a seguir apresenta uma síntese das demandas atuais apontadas pelos associados, bem como as lutas desenvolvidas pelo SUTRAF, segundo os dirigentes entrevistados.	227
Quadro 8 – Projetos aprovados no CODETER para os cinco microterritórios da região Alto Uruguai:.....	234
Quadro 9 – Caracterização dos associados por área de terra, atividades produtiva, formas de comercialização, acesso as políticas públicas e a relação com o SUTRAF	236

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	–	Ato Institucional
AP	–	Ação Popular
CAJO	–	Curso de Assessores de Jovens
CAMP	–	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEBs	–	Comunidades Eclesiais de Base
CEPO	–	Centro de Educação Popular
CETAP	–	Centro de Tecnologias Populares
CGT	–	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	–	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSAU	–	Comissão Sindical do Alto Uruguai
CPT	–	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	–	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRESOL	–	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	–	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMATER	–	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	–	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAU	–	Escola Sindical Alto Uruguai
ESMA	–	Escola Sindical Margarida Alves
FAG	–	Frente Agrária Gaúcha
FAO	–	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAPES	–	Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior
FARSUL	–	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FAT	–	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETAG	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FETRAF-Brasil	–	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-Sul	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul
FUNRURAL	–	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPJ	–	Instituto da Pastoral da Juventude
JAC	–	Juventude Agrária Católica
JOC	–	Juventude Operária Católica
MAB	–	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	–	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	–	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	–	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	–	Mercado Comum do Sul
MMTR	–	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	–	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	–	Organização Não-Governamental
OSP	–	Organizações sociais populares
PADRS	–	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PADSS	–	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	–	Partido Comunista do Brasil
PJ	–	Pastoral da Juventude
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	–	Partido dos Trabalhadores
RS	–	Rio Grande do Sul
STR	–	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUTRAF	–	Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF)

TAPA	–	Treinamento para a Ação Pastoral
TLC	–	Treinamento de Liderança Cristã
ULTAB	–	União dos Lavradores Agrícolas do Brasil
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
URI	–	Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - A PRESENÇA DOS COLONOS (I)MIGRANTES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NA REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS	38
1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO	39
1.1.1 O projeto colonizador responsável pela estrutura fundiária na região Alto Uruguai	42
1.2 A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO SOCIOECONÔMICO PELAS MÃOS DO COLONO (I)MIGRANTE.....	50
1.2.1 O transporte ferroviário como facilitador para a comercialização dos produtos agrícolas.....	51
1.2.2 A organização econômica e as atividades produtivas desenvolvidas na Colônia Erechim	54
1.3 O TRABALHO E A RELIGIOSIDADE COMO VALORES VINCULADOS À FAMÍLIA	58
1.4 AS CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS COLONOS NA REGIÃO ALTO URUGUAI NO SÉCULO XX	62
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENTRE PEQUENOS AGRICULTORES NA REGIÃO ALTO URUGUAI A PARTIR DE 1980.....	65
2.1 OS FATORES FAVORÁVEIS À ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES NA REGIÃO ALTO URUGUAI.....	67
2.2 O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL	70
2.3 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO CONTRA AS BARRAGENS NA BACIA DO RIO URUGUAI EM 1979	74
2.3.1 A luta dos agricultores familiares em defesa da terra.....	77
2.3.2 Conflitos e conquistas do MAB	80
2.4 A FORMAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO ENTRE OS PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO ALTO URUGUAI.....	84
2.4.1 A origem da estrutura oficial do sindicalismo no Brasil.....	86
2.4.2 A organização social no campo brasileiro	87
2.4.3 A relação entre o Novo Sindicalismo e a Central Única dos Trabalhadores	92

2.4.4 A contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica para as oposições sindicais no meio rural na região Alto Uruguai.....	96
2.4.5 A formação de lideranças sindicais.....	98
2.4.6 A atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)	99
2.4.7 A criação do Centro de Educação Popular (CEPO)	101
2.4.8 A intervenção das lideranças sociais no campo político partidário	102
2.4.9 As disputas eleitorais pelas direções dos STR na década de 1980	103
2.5 A CRIAÇÃO DA FETRAF-SUL EM 2001 A PARTIR DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR	109
2.5.1 Estrutura e atuação da FETRAF-SUL.....	113
2.5.2 A intervenção da FETRAF no campo econômico.....	114
CAPÍTULO III - AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS AO SUTRAF	117
3.1 UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS STR E DA CUT NOS ANOS 1990 E DA FETRAF/SUTRAF NOS ANOS 2000	118
3.1.1 A noção de desenvolvimento sustentável defendida pelos STR e a CUT	119
3.1.2 A noção de desenvolvimento sustentável a partir da FETRAF/SUTRAF nos anos 2000	123
3.2 AS ASSOCIAÇÕES E AS PEQUENAS COOPERATIVAS ENTRE ASSOCIADOS DO SUTRAF.....	125
3.2.1 O cooperativismo no ramo da energia elétrica	128
3.2.2 O cooperativismo no ramo do leite	130
3.2.3 Cooperativismo no ramo do crédito	134
3.3 A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E A OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AGRICULTURA FAMILIAR	137
3.3.1 A estrutura dos estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar	138
3.3.2 A ocupação na unidade familiar: mulheres, jovens e idosos	145
3.4 AS ATIVIDADES PRODUTIVAS ENTRE OS ASSOCIADOS DO SUTRAF.....	153
3.4.1 A diversificação das atividades produtivas	159
3.4.2 A comercialização dos produtos da agricultura familiar.....	165
3.4.3 A produção de grãos entre os associados do SUTRAF	176
3.5 A HETEROGENEIDADE DOS ASSOCIADOS DO SUTRAF	183
CAPÍTULO IV - A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O SUTRAF E SEUS ASSOCIADOS NA REGIÃO ALTO URUGUAI.....	190

4.1 A RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL SOCIAL, AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF.....	191
4.2 ELEMENTOS DE ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O SUTRAF E SEUS ASSOCIADOS	194
4.2.1 O perfil político dos associados e o envolvimento nas atividades do SUTRAF.....	195
4.2.2 Os reflexos do fraco envolvimento político dos associados para o trabalho do SUTRAF	209
4.2.3 A atuação dos dirigentes do SUTRAF diante de um sindicalismo propositivo no campo econômico	213
4.3 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF A PARTIR DAS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	224
4.3.1 A relação entre as demandas dos associados e as lutas do SUTRAF por políticas públicas	225
4.3.2 O papel do Sutraf no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER).....	232
4.4 PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF A PARTIR DA HETEROGENEIDADE DOS ASSOCIADOS	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
REFERÊNCIAS	253
APÊNDICES	261
ANEXOS	270

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre o perfil socioeconômico dos agricultores familiares associados ao Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF)¹ e as implicações para o processo de representação política sindical, exercida por esta entidade na região Alto Uruguai.

A agricultura familiar vem passando por um processo de mudanças, especialmente nesta última década, justificado por muitos estudiosos das ciências sociais que se ocupam com os temas ligados ao mundo rural, pelo maior acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e pela adaptação desta categoria de trabalhadores às novas condições que se apresentam no mercado local e global. Tais mudanças tem reflexos, tanto em suas atividades produtivas e no comportamento sociopolítico dos agricultores familiares, quanto na atuação do SUTRAF, que, como representante político, tem o papel de criar estratégias para a defesa dos interesses de seus associados.

Neste sentido, novas demandas, novas exigências e novas estratégias surgem no contexto da agricultura familiar, tendo implicações nas relações estabelecidas pelos agricultores familiares, inclusive com os atores sociais e políticos que se veem condicionados a replanejar suas ações como representantes políticos. Por isso, o presente estudo tem como objetivo central compreender a seguinte questão: **Quem são hoje os associados ao SUTRAF e de que forma o mesmo representa-os politicamente?**

Com o novo papel assumido pelo sindicalismo da agricultura familiar, a partir da criação da FETRAF² em 2001, a representação política exercida pela mesma ampliou-se para

¹ O SUTRAF é a instância regional e municipal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) no Rio Grande do Sul. Na região Alto Uruguai os SUTRAFs têm uma sede regional e trinta sedes municipais. O termo “SUTRAF” e a sua denominação “Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai” se deu originalmente a partir da criação da primeira sede no município de Getúlio Vargas, em 1998. Em depoimento do então presidente do SUTRAF de Getúlio Vargas, Gelson Seminotti, o mesmo colocou que o termo e a denominação foi uma por decisão dos dirigentes sindicais daquela microrregião por unificar os STR dos municípios de Getúlio Vargas, Erebangó, Ipiranga e Estação e por estar ocorrendo um debate dentro do departamento rural da CUT que apontava para a mudança de “pequena propriedade” para “agricultura familiar”. A aprovação do CNPJ do primeiro SUTRAF da região Alto Uruguai (Getúlio Vargas) se deu pelo Ministério do Trabalho em 1998 dando início nos anos seguintes ao processo de criação de outros SUTRAFs nos demais municípios da região. Entrevista concedida por Gelson Seminotti em 12 de março de 2013. Getúlio Vargas.

² A criação da FETRAF, em 2001, contou inicialmente com 92 Sindicatos de Trabalhadores Rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos três Estados do sul (RS, PR, SC), sendo por isso denominada de FETRAF/SUL. A formação da FETRAF/SUL se deu por uma divisão interna dos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Neste contexto de afirmação da agricultura familiar, o movimento sindical rural ligado à Contag e à CUT passa a debater, no final dos

além das lutas sociais desenvolvidas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados a CUT nas décadas de 1980 e 1990, tendo uma atuação voltada para o setor produtivo e para as políticas públicas, como forma de contribuir para o processo de reprodução da agricultura familiar. No entanto, o trabalho atual de representação política desenvolvido pelo SUTRAF atende aos interesses do conjunto dos associados ou há diferenciações entre os mesmos, considerando-se o perfil político e as demandas atuais dos agricultores familiares associados?

A escolha deste estudo, por ocasião do doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná, decorre, de um lado, pela nossa origem e trabalho em uma família de agricultores familiares, através dos quais vivenciamos o desenvolvimento e as contradições que cercam a realidade socioeconômica destes trabalhadores, por outro lado, por termos acompanhado o processo de organização social e política, os conflitos e as conquistas dos agricultores familiares da região Alto Uruguai a partir dos anos 1980.

A nossa relação com o contexto da agricultura familiar e com o movimento sindical deste meio é fruto de uma trajetória iniciada na década de 1980 quando passamos a militar junto aos movimentos sociais da região Alto Uruguai e a partir da participação e do envolvimento com o trabalho das pastorais sociais. A luta contra as barragens, a conquista dos STR pela proposta da CUT, os cursos de formação e a atuação nos grupos de jovens no meio rural nas décadas de 1980 e 1990 contribuíram para um maior disernimento deste processo de organização social constituído nesta região.

Os estudos no campo da filosofia, como graduação, o mestrado em história regional, no qual analisei o papel da Igreja Católica na formação das organizações sociais populares na região Alto Uruguai e o trabalho no Centro de Educação popular, no eixo de economia solidária, deram seguimento a esta trajetória de envolvimento com os movimentos sociais e a agricultura familiar.

Temos a ciência que a grande proximidade com o tema pode ter dificultado o estranhamento que a análise sociológica exige ou pode ter nos levado ao uso de expressões características deste meio, o que nos exigiu um cuidado redobrado neste estudo. Por outro lado a familiaridade com o tema contribuiu para a percepção de aspectos peculiares destes processos transcorridos entre o movimento sindical e os agricultores familiares nestas últimas três décadas.

Acrescenta-se que as discussões sobre questões relacionadas à agricultura familiar vêm ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil desde o processo de

anos 1990, o seu próprio modelo de gestão e representação política, a partir das diferentes visões existentes no interior da Confederação.

reconhecimento como uma categoria de trabalhadores, em meados da década de 1990, quando passou a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente por estudiosos das ciências sociais.

Para a análise deste estudo devemos considerar que neste processo de legitimação da agricultura familiar dois acontecimentos causaram impacto social e político entre os agricultores familiares, especialmente na região sul do Brasil. De um lado, no campo político, a adoção da expressão “agricultura familiar”, teve a iniciativa dos movimentos sociais do campo ligados à CONTAG, de onde em 2001, por divisões internas, foi criada a FETRAF-SUL. Por outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação dada pelo Estado ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a finalidade de fornecer crédito agrícola às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo das décadas anteriores.

Neste sentido, o aspecto político é um dos elementos que esteve presente durante este período de reconhecimento e afirmação da agricultura familiar. Basta observarmos a efervescência dos movimentos sociais rurais ligados à CUT nas décadas de 1980 e 1990, que produziram, inclusive, formas de manifestações políticas, como foi o caso do “Grito da Terra” e a “Caravana da Agricultura Familiar”. Teve também, no processo de reconhecimento, o trabalho político do movimento sindical através da CONTAG no final dos anos 1980, com a organização das oposições sindicais a partir da proposta da CUT, se legitimou com a criação do PRONAF em 1996 e se fortaleceu com a criação da FETRAF em 2001, tendo como conquistas o seguro agrícola, a habitação rural, o crédito agrícola e os juros baixos para aquisição do crédito, numa demonstração que o processo de organização social e política tem acompanhado a trajetória dos agricultores familiares nestas últimas três décadas.

Passado este período de reconhecimento e afirmação da agricultura familiar, novos estudos passaram a dar atenção ao atual contexto socioeconômico dos agricultores familiares, denominado por alguns autores, como os sociólogos Hugues Lamarche e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, como “o processo de formação de uma nova ruralidade”. Neste novo cenário surge o tema da pluriatividade, da diversificação da produção e a análise sobre a capacidade de adaptação do agricultor às novas condições que se apresentam para a agricultura familiar.

Para a análise das mudanças na agricultura familiar e as implicações para a representação política exercida pelo SUTRAF, buscamos, como referência, a região Alto

Uruguai do RS por reunir elementos do campo histórico que marcam a trajetória dos agricultores familiares e do SUTRAF nesta região. Neste sentido, destacamos a estrutura fundiária baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários, fruto do processo de ocupação e colonização desta região, o predomínio de agricultores familiares entre a população do meio rural e o processo de organização social que ocorreu entre os pequenos agricultores nos anos 1980 e 1990, promovido pelos STRs ligados à CUT. No entanto, a relação política estabelecida entre o SUTRAF e os agricultores familiares associados está sujeita à alterações por conta das constantes mudanças no contexto socioeconômico da agricultura familiar.

Quanto à estrutura fundiária e o número de agricultores familiares na região Alto Uruguai, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006³, aponta que 90,8% das propriedades agrícolas são de agricultura familiar e em termos populacionais, 88,5% das pessoas que vivem no meio rural são agricultores familiares. Em termos de área, a agricultura familiar ocupa 71,3% do total da área no meio rural desta região.

Outro dado, que no nosso entendimento referencia a região Alto Uruguai para este estudo, é a relação entre o número de propriedades na agricultura familiar e o número de associados do SUTRAF. Segundo o sistema contábil da FETRAF⁴, em fevereiro de 2013 o número de associados do SUTRAF era de 13.926 sócios ativos, para um total de 17.658 propriedades, com um total de 47.680 pessoas que vivem na agricultura familiar na região Alto Uruguai⁵, incluindo crianças, adultos e idosos.

³ A partir do censo agropecuário 2006, das 19.447 propriedades agrícolas da região, 17.658 eram de agricultura familiar representando 90,8 % dos estabelecimentos. Em termos populacionais, das 53.889 pessoas que vivem no campo, 47.680 são agricultores familiares, representando 88,5% das pessoas. Quanto a ocupação de área, a agricultura familiar ocupa 332.019 hectares de um total de 465.348 hectares, representando 71,3%, bem acima dos 24,3% no Brasil e 30,6% no RS. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados do Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm2006>. Acesso em: 10 mai. de 2012.

⁴ SISTEMA Contábil Fetraf. Disponível em:

<<http://www.sistema.fetraf.org.br/sistema/relatórios/evoluçãosocios>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

⁵ Se considerarmos que, segundo o censo demográfico 2010, no meio rural da região Alto Uruguai há 25% de pessoas (0 e 15 anos) e 13% de idosos (acima de 60 anos) mesmo que haja um percentual de idosos que mantêm associação ao Sutraf, chegaremos a um percentual de 50% dos agricultores (15 a 59 anos) que mantêm a associação com o Sutraf, considerando homens e mulheres. Dados obtidos através do Censo Demográfico 2010, que apresenta os percentuais de cada faixa etária sobre toda a população do meio rural na região Alto Uruguai, servindo para fazer uma estimativa de um número aproximado de agricultores adultos, no qual estão os associados ativos do Sutraf. IBGE, Op.cit..

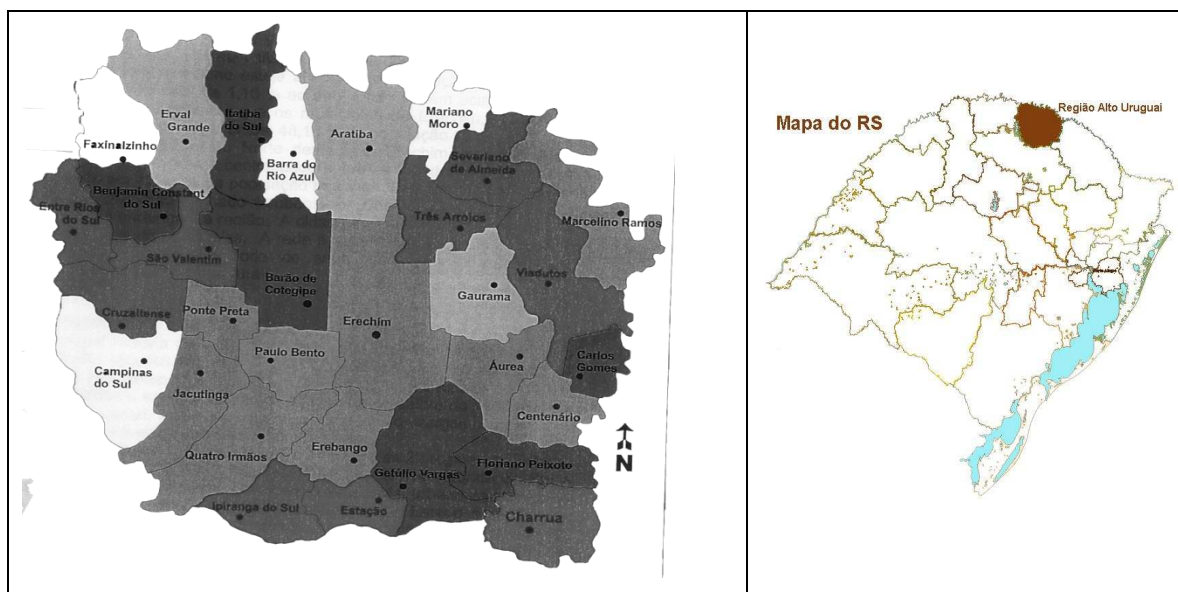


Figura 1 – Mapas da região Alto Uruguai e do RS

Fonte: SEMINOTTI, Jonas José. Os movimentos sociais do meio rural no Alto Uruguai gaúcho: A Fetrat e a Via Campesina. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Orgs.). *Conflitos agrários no norte gaúcho*. vol. III. Passo Fundo: IMED, 2010, p. 161-178, p. 163.

Além da presença considerável de agricultores familiares, outro aspecto que contribui para a caracterização dos mesmos nesta região foi o processo de organização social e política que se desenvolveu entre os pequenos agricultores⁶ nas décadas de 1980 e 1990, antes mesmo do reconhecimento dos agricultores familiares como uma categoria de trabalhadores.

A formação de vários movimentos sociais populares no meio rural da região Alto Uruguai, a partir do final da década de 1970, acompanha o processo de reorganização de diversos setores da sociedade civil brasileira na luta por direitos e pela redemocratização política do país. Entre as organizações sociais que se formam nesta região, reunindo pequenos agricultores, podemos destacar a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB)⁷, que em 1988 passa a se chamar de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as

⁶ O termo “pequenos agricultores” foi usado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) até a formação dos SUTRAFs a partir de 1998 e da FETRAF em 2001, quando os agricultores que se associam aos SUTRAFs passam a se denominar “agricultores familiares”. No entanto, os agricultores que se mantêm associados aos STR filiados à CONTAG permanecem com a denominação “pequenos agricultores”. Neste trabalho seguiremos as mesmas denominações, conforme a explicação acima, ou seja, o termo “agricultores familiares” a partir da criação da FETRAF e dos SUTRAFs regional e municipais em 2001.

⁷ A Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) foi criada em 1979 na região Alto Uruguai por lideranças sociais e religiosas que passaram a mobilizar os pequenos agricultores a partir do projeto do governo federal de construção de 22 barragens na bacia do rio Uruguai. Contou com a participação de padres ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), professores da Faculdade de Erechim (FAPES) e lideranças do Grupo Paulo VI, “formada por padres defensores da Teologia da Libertação, sindicalistas, professores e lideranças de bairros e comunidades que desde 1972 pensavam ações para combater a ditadura militar, a defesa de um sindicalismo combativo, a crítica ao capitalismo e a luta pelo socialismo, a aposta no jovem como sujeito da História e fazer da Igreja um instrumento de transformação social.” SEMINOTTI, Jonas J. *A arte de politizar: o papel político da igreja católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990)*. Erechim: Graffoluz, 2008, p. 74.

oposições sindicais⁸ rurais e urbanas, a partir da proposta da CUT e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)⁹.

O entendimento sobre a relação política que atualmente se estabelece entre o SUTRAF e os seus associados passou pela análise de dois aspectos que consideramos fundamentais neste estudo: a relação política histórica entre os STRs cutistas e os seus associados e os reflexos das mudanças socioeconômicas no contexto dos agricultores familiares para a relação política atual com o SUTRAF.

O primeiro aspecto que analisamos refere-se à histórica relação política estabelecida entre pequenos agricultores e os STRs cutistas na região Alto Uruguai a partir das mobilizações nos anos 1980 por crédito, por seguro agrícola e por melhores preços, entre outras reivindicações que contribuíram para esta ligação política. Neste sentido, a conquista de tais políticas, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, pode ter significado o cumprimento de uma etapa deste processo de lutas conjuntas entre o movimento sindical e os agricultores associados, especialmente a conquista do crédito. Deste modo, as novas demandas dos agricultores familiares criam a necessidade de novas estratégias no trabalho político sindical.

O segundo aspecto que pode interferir nesta relação são as mudanças que estão ocorrendo na agricultura familiar, em grande medida fruto da conquista das políticas públicas, especialmente do PRONAF. As novas práticas produtivas, os processos de industrialização e as novas formas de comercialização estabelecem um novo dinamismo no cenário da agricultura familiar, interferindo na organização do trabalho e do tempo, incluindo novas funções e redimensionando aspectos inerentes ao modo de vida dos agricultores familiares. Os elementos desta nova conjuntura podem ter reflexos em uma das dimensões que

⁸ Foi o movimento organizado por lideranças sociais, políticas e religiosas durante a década de 1980, que tinha por objetivo conquistar as direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) a partir da proposta da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos municípios da região Alto Uruguai do RS. As oposições sindicais foram vitoriosas em cinco das nove disputas travadas, entre 1982 e 1988, contra a proposta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, defensora de um sindicalismo ligado ao Estado. As chapas que concorriam pela proposta da CUT denominavam-se “chapa 2” e aos poucos obtiveram uma série de vitórias nos municípios da região Alto Uruguai. SEMINOTTI, Op.cit., p. 138.

⁹ O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) foi criado em 1983 na região Alto Uruguai e Seminotti descreve que a criação deste movimento se deu a partir do trabalho de formação e organização desenvolvido na região Alto Uruguai, desde o final da década de 1970, com a formação de lideranças pela Escola de Servidores, com os encontros de jovens rurais, a formação da Pastoral da Juventude através do TAPA e as lutas contra as barragens foram os embriões que despertaram para a discussão de gênero e da realidade da mulher trabalhadora rural. O MMTR ganhou maior notoriedade a partir de 1983, quando passou a ter maior organização e desenvolveu um trabalho de conscientização da mulher trabalhadora, com lutas específicas, buscando seus direitos e maior espaço na sociedade, dialogando com os demais movimentos sociais populares da região. SEMINOTTI, Op.cit., p. 154.

caracterizaram uma parcela dos associados do SUTRAF desde os anos 1980, que é o seu envolvimento político sindical.

A título de hipóteses, como possíveis respostas para a questão central deste estudo, primeiramente procuramos apontar as características dos associados ao SUTRAF, classificando-os em dois grupos. Para cada um dos grupos buscamos identificar as possíveis formas de representação política sindical. Deste modo, mesmo que a questão central deste estudo busque respostas primeiramente sobre quem são os agricultores familiares associados ao SUTRAF e posteriormente de que modo o mesmo representa-os politicamente, não estamos trabalhando com dois objetivos, mas com a complementaridade que o tema exige, por entendermos que a análise da representação política exercida pelo SUTRAF só pode ocorrer em relação a sua base social que, são os agricultores familiares.

No campo das hipóteses, um primeiro grupo de agricultores associados ao SUTRAF é pluriativo, pode ter diversificado a produção tendo várias atividades produtivas, contando com a organização do trabalho a partir dos membros da família e o acesso às políticas públicas através do PRONAF para a produção e a industrialização, com a implementação de agroindústrias familiares e a comercialização em feiras de produtores e nos mercados em âmbito local. Estes agricultores aderiram ao que o Sindicalismo ligado a CUT denominou nos anos 1990 como “um projeto alternativo de desenvolvimento¹⁰”. Neste grupo de agricultores, a representação política através do SUTRAF pode ocorrer de três formas, consideradas como hipóteses a serem analisadas no decorrer do trabalho:

- a) Estes associados podem ter participação ativa no sindicato, por terem participado das lutas e conquistas nos anos 1980 e hoje estarem acessando as políticas públicas e verem o SUTRAF como um instrumento necessário para novas conquistas.
- b) Estes associados podem estar usufruindo das políticas conquistadas, implementando suas estratégias, reconhecendo o trabalho do SUTRAF, mas não se envolvendo nas atividades propostas pelo mesmo.
- c) Os associados podem desenvolver a diversificação das atividades produtivas através das políticas públicas, mas considerar que as mesmas não têm relação com as lutas

¹⁰ Projeto Alternativo de desenvolvimento foi uma construção dos movimentos sociais ligados a CUT regional no início da década de 1990, onde se previa o desenvolvimento de atividades produtivas que substituíssem a monocultura da soja, o uso de agrotóxicos e a dependência às grandes agroindústrias para a comercialização dos produtos. Tais organizações planejavam a diversificação da produção, a criação de agroindústrias familiares, a formação de feiras de produtores e a formação de centrais de comercialização, a criação de cooperativas e associações entre os pequenos agricultores. O objetivo do projeto era a permanência dos agricultores no meio rural com qualidade de vida. PERTUZZATTI, Ari. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2012. Três Arroios-RS.

desenvolvidas pelo SUTRAF, sendo elas iniciativas do governo, por isso não mantêm relação política com o sindicato.

Um segundo grupo de agricultores associados ao SUTRAF pode estar acessando o PRONAF com o propósito de manter a monocultura de soja e de milho, atendendo ao mercado exportador, tendo vínculo com grandes empresas do setor, tendo a agricultura mecanizada e menor necessidade de mão de obra. Abrimos duas possibilidades de representação política do SUTRAF com relação a estes associados:

- a) Mesmo que a prática da monocultura não tenha o apoio do SUTRAF, estes associados participam ativamente de reuniões e assembléias do sindicato por terem um passado de envolvimento nas lutas sindicais e por considerar que o Sindicato tem um papel central na conquista de políticas públicas, tendo a necessidade de fortalecê-lo para a conquista de novas políticas.
- b) De outro modo, estes agricultores familiares que praticam a monocultura, podem tentar desvincular-se da representação política do Sutraf, desaprovar a atuação dos dirigentes sindicais e apenas manter a mensalidade como meio de obter benefícios como associados.

Como ferramentas teóricas e empíricas contamos com o uso de conceitos, noções, dados qualitativos e quantitativos que abordam questões relacionadas à trajetória dos agricultores familiares e à atuação do SUTRAF na região Alto Uruguai e às mudanças em curso na agricultura familiar, buscando elementos que nos permitam construir uma análise sobre os agricultores familiares, bem como acerca da representação política exercida pelo SUTRAF.

Fizemos uso da revisão de literatura sobre alguns temas que consideramos centrais neste trabalho, para termos, da forma mais coerente possível, elementos do campo histórico referentes à região Alto Uruguai, aos agricultores familiares e ao SUTRAF, contribuindo para a análise do objeto proposto.

Inicialmente a revisão bibliográfica foi sobre o processo de ocupação e colonização dos imigrantes europeus no início e no decorrer do século XX no RS e na região Alto Uruguai e da organização social constituída entre os pequenos agricultores nas décadas de 1980 e 1990 nesta mesma região.

Para isto, realizamos uma revisão de literatura de diversas obras, de relatórios e documentos a partir de autores que se referenciaram nas últimas décadas nos estudos sobre o tema da imigração e da colonização do RS e da região Alto Uruguai. Alguns dos principais

autores são: Robert Putnam (1996), Ari Pedro Oro (1996), Zander Navarro (1996), João Carlos Tedesco (2001), Octávio Ianni (1979) e Mário Maestri (2001).

Os autores citados explicam que a estrutura fundiária da região Alto Uruguai do RS, baseada na formação de pequenos estabelecimentos agropecuários, fez parte do planejamento do processo de imigração do governo gaúcho no início do século XX, como forma de ocupar e desenvolver esta região, habitada até então por índios e caboclos.

Com base nos estudos dos autores citados foi possível compreender também que, a partir da estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, o trabalho inserido como um valor para a família e a terra como um patrimônio e um meio de sobrevivência contribuíram para a formação de um modelo de sociedade que girava em torno da terra e dos benefícios que ela pudesse gerar, como a continuidade e sobrevivência da família e a busca pelo lucro e pelo acúmulo de capital, mesmo que as condições pouco contribuíssem para isso. Acrescentava-se neste modelo social a formação das pequenas comunidades rurais, como uma forma de organização para o lazer e para a manifestação da religiosidade dos pequenos agricultores. A religião reafirmava a importância do trabalho, da família, da terra e da religiosidade como aspectos essenciais para aquele modelo social.

Com relação ao tema da organização social constituída entre os agricultores familiares a partir dos anos 1980, trabalhamos igualmente com a revisão bibliográfica de obras de autores que abordam o processo de organização sociopolítica ocorrido no Brasil com a redemocratização do País, como é o caso de Maria da Glória Gohn (2008) e Conceição Paludo (2001) que tratam dos movimentos sociais contemporâneos, de Ricardo Antunes (1991) que aborda a trajetória do sindicalismo brasileiro e Claudinei Coletti (1998) e Everton Picolotto (2011) que analisam a formação e atuação da FETRAF e a relação com a Central Única dos Trabalhadores.

A revisão bibliográfica sobre o processo de organização sociopolítica dos agricultores familiares na região Alto Uruguai se deu a partir de autores de obras que, em muitos casos foram resultado de pesquisas de mestrado e doutorado. São eles: Nédio Piran (2001), Arnaldo Nogaro, Gistine Piran e Nely Zaffari (1996), Anacleto Zanella (2004) e Jonas José Seminotti (2008).

Como pesquisa teórica, analisamos também as Resoluções do I Congresso da Fetraf-Sul/Cut realizado em Chapecó em 2004, onde consta as linhas de ações para toda Federação, incluindo os SUTRAFs regional e municipais.

Realizamos a pesquisa empírica com o objetivo de colhermos dados qualitativos e quantitativos sobre os agricultores familiares, dirigentes sindicais e lideranças de outras

organizações sociais ligadas à agricultura familiar. Realizamos 30 entrevistas¹¹ com agricultores familiares associados ao SUTRAF, oito entrevistas com dirigentes sindicais, cinco entrevistas com dirigentes de cooperativas e nos servimos de um questionário que foi aplicado por técnicos agrícolas vinculados ao SUTRAF, à 281 agricultores familiares associados.

Considerando a metodologia para sua aplicação e a importância na relação com o objeto de estudo deste trabalho, classificamos e dividimos a pesquisa empírica a partir das fontes primárias e secundárias.

Como fonte primária consideramos as 30 entrevistas realizadas por nós com agricultores familiares, as oito entrevistas com dirigentes sindicais do SUTRAF, além da nossa participação em reuniões, seminários e assembléias promovidas pelo SUTRAF regional com a presença de agricultores familiares. O objetivo das entrevistas consistiu em obter dados qualitativos quanto à compreensão dos agricultores familiares e dos dirigentes sindicais sobre a relação política e o papel que o SUTRAF desenvolve como representante político dos agricultores associados. Foram abordadas questões relacionadas à participação e ao envolvimento dos associados com o SUTRAF, à atuação dos dirigentes sindicais, às demandas dos associados e às lutas atuais.

A escolha dos 30 agricultores entrevistados se deu a partir dos seguintes critérios:

- a) Escolha aleatória de agricultores familiares associados ao SUTRAF¹² de 15 municípios da região Alto Uruguai, em consulta que realizamos no cadastro de associados, a partir do SUTRAF regional.
- b) Que os agricultores dos 15 municípios contemplassem as cinco microrregiões da região Alto Uruguai, para dar maior representatividade em termos geográficos e atingir diferentes padrões de propriedades;
- c) Chegamos ao número de “30” entrevistas, por considerarmos que chegaríamos a seis entrevistas por microrregião, o que consideramos uma amostragem capaz de revelar dados qualitativos que nos permitissem analisar o pensamento dos agricultores familiares sobre o SUTRAF, comparando o tempo de associação, a

¹¹ A relação total de associados foi obtida através de um relatório fornecido pelo Sutra regional onde consta o nome de todos os associados dos trinta Sutra municipais. Nesta listagem consta o nome do associado por município. Esta listagem é atualizada no mês de fevereiro de todos os anos, portanto estamos tratando dos associados do relatório de fevereiro de 2012.

¹² Os 15 Sutra dos quais foram entrevistados os 30 agricultores foram os seguintes: Erechim, Getúlio Vargas, Severiano de Almeida, Jacutinga, Três Arroios, Floriano Peixoto, Gaurama, Viadutos, Barra do Rio Azul, Aratiba, Marcelino Ramos, Áurea, Campinas, Paulo Bento e São Valentim.

participação nas atividades do SUTRAF, as demandas atuais, as atividades produtivas e a área da propriedade.

O principal instrumento de pesquisa foi a realização das 30 entrevistas com agricultores familiares associados ao SUTRAF, realizadas pelo próprio autor, onde buscou-se analisar a relação política entre ambos a partir do ponto de vista de sua base política que são os agricultores familiares. Um dos aspectos questionados consistiu em analisar se o SUTRAF tem importância apenas pelas conquistas históricas e se as demandas atuais da agricultura familiar dependem das lutas sindicais ou de ações do governo federal.

Outro aspecto de análise, a partir das entrevistas, consistiu em analisar a metodologia utilizada pelo sindicato para estimular a participação dos associados. Buscamos compreender também como é visto o trabalho dos dirigentes sindicais, se as lutas desenvolvidas pelo SUTRAF correspondem às demandas atuais e atendem a seus interesses e como é analisada a relação entre o sindicato e o governo federal.

Buscando compreender como o sindicato tem trabalhado com sua base social e política, realizamos uma pesquisa com oito dirigentes sindicais do SUTRAF, no sentido de analisar a organização interna, a metodologia aplicada para a participação do associado, quais as políticas públicas executadas pelo SUTRAF e, de que forma as mobilizações por reivindicações coordenadas pelo Sindicato despertam o interesse e atendem às demandas dos associados.

O uso da fonte secundária correspondeu aos 281 questionários aplicados junto a agricultores familiares por técnicos agrícolas contratados pelo SUTRAF. Consideramos como fonte secundária porque não interferiu diretamente na explicação sobre o tema da representação política dos agricultores familiares através do SUTRAF. Portanto, de forma complementar, apresentou dados quantitativos contribuindo para a caracterização dos associados do SUTRAF em termos socioeconômicos.

Mesmo que a utilização dos questionários tenha sido de forma complementar, nos certificamos com um dos coordenadores do SUTRAF regional, Rui Valência¹³, sobre os

¹³ VALENÇA, Rui. Entrevista concedida em 20 de maio de 2012. Erechim-RS. Na entrevista destacou que os 281 questionários foram aplicados pelo Sutra regional a 281 famílias de agricultores familiares de 23 municípios da região Alto Uruguai, no primeiro semestre de 2011 e ocorreu a partir de um projeto “diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar na região Alto Uruguai” com recursos do MDA que possibilitou a contratação de técnicos agrícolas para a aplicação dos mesmos. Para a escolha dos municípios e dos agricultores que responderiam o questionário, Valença nos colocou que foram adotados os seguintes critérios: a) abranger agricultores familiares de forma de todas as cinco microrregiões da região Alto Uruguai; b) que fossem agricultores associados ao Sutra; c) entrevistar no máximo três agricultores por comunidade; d) escolher propriedades de diferentes áreas (dimensões).

critérios para a aplicação dos mesmos e utilizamos apenas os dados quantitativos, que referem-se às atividades produtivas, produtividade e renda em cada atividade, área de terra da propriedade, número de membros na família e local de comercialização. Avaliamos como pertinente a utilização dos questionários, por abranger um número considerável de agricultores familiares associados ao SUTRAF, o que dificilmente conseguiríamos se aplicássemos por conta própria a mesma pesquisa com o mesmo número de agricultores e por ter sido aplicada por técnicos agrícolas, o que nos dá maior segurança de que a coleta de dados se deu de forma mais técnica do que política.

Outros dois subsídios foram utilizados para o levantamento de dados sobre os agricultores familiares: o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico 2010, através dos quais buscamos analisar possíveis mudanças no perfil produtivo dos agricultores familiares, da estrutura fundiária e os índices populacionais do meio rural em relação ao censo anterior, especialmente com relação ao número de jovens e ao número de idosos nos pequenos municípios da região Alto Uruguai, buscando analisar os reflexos para a agricultura familiar e para a manutenção da base política do SUTRAF. Este levantamento também dá a idéia de quem são os agricultores em termos de produção, estrutura fundiária.

A fundamentação teórica que embasou nosso estudo na busca de respostas para a questão central, que é a compreensão sobre quem são hoje os associados do SUTRAF e de que forma o mesmo representa-os politicamente, passa pela análise de alguns conceitos relacionados à organização social dos pequenos agricultores nos anos 1980 e 1990, no processo de reconhecimento e de mudanças na agricultura familiar a partir do final dos anos 1990 e na análise sobre o tema da representação política que relaciona o SUTRAF e seus associados.

Além dos aspectos que contribuíram para a legitimação da noção de agricultura familiar, presentes na legislação brasileira ou defendidos por cientistas sociais desde os anos 1990, o debate realizado pelos movimentos sociais ligados ao meio rural no sul do Brasil neste processo de reconhecimento da agricultura familiar, tem grande sintonia com nosso objeto de estudo por estabelecer esta relação entre a realidade socioeconômica dos agricultores familiares e a representação política através do SUTRAF.

Neste sentido, para tentar compreender as características dos movimentos sociais contemporâneos, suas estratégias e ações, usamos as reflexões de Maria da Glória Gohn (2008) em sua obra “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” e a obra de Alberto Melucci (2001), “A invenção do presente: movimentos sociais nas

sociedades complexas”, nos quais os movimentos sociais significam o conjunto de ações coletivas e os processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil.

A concepção de que as ações coletivas são processos que se desenvolvem dentro de um grupo, de uma classe ou de uma categoria de trabalhadores em uma determinada região, vai ao encontro da noção de capital social, formulada por Robert Putnam (1996), no qual o mesmo é visto como uma construção coletiva produzida no processo histórico a partir dos potenciais e das relações de interconhecimento que se formam em um determinado grupo ou categoria, que planejam suas ações de forma coordenada e estão presentes em um território.

O conceito de capital social tem sido usado na sociologia para demonstrar a construção das relações sociais e as formas de sociabilidade, onde os interesses pessoais e coletivos se confundem. A existência deste “capital” é um indicador de participação política, de relações de confiança e de objetivos comuns, como aspectos normalmente presentes nos processos de organização e mobilização social coordenados pelos movimentos sociais na luta por políticas públicas.

O referencial teórico em torno dos movimentos sociais e do capital social foi importante para a compreensão do processo de organização social e política construído pelos pequenos agricultores na região Alto Uruguai a partir dos anos 1980, em especial a formação do novo sindicalismo no meio rural com a proposta da Central Única dos Trabalhadores, como uma etapa do processo de formação do SUTRAF.

Outro conceito necessário para o desenvolvimento deste estudo é a noção de agricultura familiar que vem sendo construída desde os anos 1990 por destacados trabalhos de Ricardo Abramovay (1992), José Eli da Veiga (1991) e Hugues Lamarche (1993), Renato Maluf (2003), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), nos quais a mesma é vista como uma forma social reconhecida e legitimada, sendo a estrutura agrária composta por pequenas áreas de terras e o trabalho da família assume importância decisiva.

O debate contemporâneo sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico nos ajuda a compreender os mecanismos que têm garantido a sua reprodução em meio às transformações que vêm ocorrendo no meio rural. Neste sentido, Renato Maluf¹⁴ em sua obra, “A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira” coloca que “a reprodução socioeconômica diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas”, função proeminente num

¹⁴ MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 137.

contexto de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante para amplos segmentos da população.

Em um contexto em que a visibilidade, a manutenção e a reprodução social dependem de integração, de novas estratégias e das conjunturas socioeconômicas, os agricultores familiares buscam dinamizar suas ações, aplicando os saberes já adquiridos aos novos processos de produção e comercialização.

A agricultura familiar pode ser considerada como um setor econômico ou uma forma de produção que se insere nas regras gerais de funcionamento do mercado. Abramovay¹⁵, na análise sobre a noção de “agricultura familiar”, já descrevia em sua obra “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, que “a configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar.”

Identificada por produzir alimentos, pelo contato com o ambiente natural e por preservar os aspectos da cultura historicamente construída, a agricultura familiar também vem passando por um processo de modernização, com a aplicação de novas tecnologias, a necessidade de maior qualificação e o aumento da produção, sendo estas, características do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Um dos traços marcantes do capitalismo contemporâneo é o domínio de setores-chave da atividade industrial, comercial, financeira e tecnológica por um número relativamente pequeno de empresas e grupos econômicos, frequentemente interligados. Neste sentido, Muller¹⁶ analisa que “a propriedade e o controle de grandes massas de capitais conferem às grandes empresas e grupos econômicos a capacidade de influírem poderosamente tanto na preservação, quanto na expansão de seus interesses setoriais e intersetoriais.”

A socióloga Maria de Nazareth Wanderley, no texto “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”, analisa que nas áreas onde a agricultura familiar é predominante correspondem às situações de maior intensidade da vida social local. Porém, este dinamismo depende, em grande medida, de fatores que estimulem a permanência, no meio rural, de um significativo contingente de “rurais”, dentre os quais merecem destaque: as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-

¹⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007, p.11.

¹⁶ MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989, p.34.

-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros.

Não resta dúvida que a agricultura familiar está passando por um processo de transformações no campo econômico e no campo social e corre o risco de perder a autonomia relativa que possuía e se integrar econômica, social e culturalmente à sociedade globalizada. Trata-se de transformações de ordem econômica, que afetam profundamente a forma de produzir do agricultor familiar e que se traduziram, especialmente, pela progressiva modernização do processo de produção na agricultura e por uma maior integração deste setor aos mercados, inclusive e, sobretudo os mercados não locais.

Concordamos com o pensamento do cientista social Hugues Lamarche, quando diz que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar, evidenciando uma rica heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação da agricultura de tipo familiar em situações socioeconômicas. Neste contexto, os temas da pluriatividade, da diversificação da produção, das políticas públicas e da comercialização dos produtos da agricultura familiar são expressões destas novas situações que se apresentam entre os agricultores familiares.

Neste sentido, vários estudos contemporâneos têm abordado grandes temas relacionados à agricultura familiar, como o livro do sociólogo Sérgio Schneider (2009), “A pluriatividade na agricultura familiar”, no qual o autor desenvolve a concepção de que a pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e a mesma tem seu papel nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. Neste mesmo sentido, a obra de Renato Maluf, “Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira”, também analisa o dinamismo da agricultura familiar pelo surgimento de várias atividades produtivas e novas formas de comercialização.

A capacidade de adaptação por parte dos agricultores familiares às novas condições que se apresentam para as atividades produtivas, descritas desta forma por Hugues Lamarche e por Maria de Nazareth Baudel Wanderley e a possibilidade de associar aspectos relacionados à tradição familiar, são elementos que interferem no modo de vida e nas relações políticas estabelecidas pelos agricultores familiares.

No debate que realizamos em torno do dinamismo atual da agricultura familiar e das mudanças na organização do trabalho e nas relações sociais e políticas, nos aproximamos do pensamento formulado por Lamarche e Wanderley, pois a capacidade de adaptação dos agricultores familiares às novas condições do mercado local e exportador, tanto para a produção e industrialização quanto para a comercialização, podem gerar implicações no seu

processo de organização social e política, visto que há uma readequação do tempo a partir das atividades produtivas e das exigências para a industrialização e comercialização.

Quanto à legislação brasileira, pelo art. 3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, criada pelo governo federal, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural quem pratica atividades no meio rural. Esta mesma lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar. Segundo a referida lei, para ser enquadrado como agricultor familiar são considerados os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.¹⁷

De qualquer modo, nos cabe esclarecer que a discussão que aqui realizamos fundamenta-se a partir do conceito que a agricultura familiar é uma forma de organização social reconhecida pelo Estado, por organizações sociais e por diferentes setores da sociedade brasileira. Portanto, não é o nosso propósito entrar no debate sobre a abrangência do termo *agricultura familiar*, visto que a formulação apresentada pelos autores mencionados corresponde com o contexto dos agricultores familiares da região Alto Uruguai e com o objeto de análise deste trabalho.

Com isso, não estamos desconsiderando que outros trabalhadores do meio rural, como os trabalhadores sem terra ou os camponeses ligados à Via Campesina não usufruam desta mesma condição de se denominarem agricultores familiares, pois o próprio sistema de crédito, através das modalidades do PRONAF, reafirma esta condição de agricultores familiares, não só para os agricultores vinculados a FETRAF.

Na formulação de elementos de análise teórica sobre a relação política entre os agricultores familiares e o SUTRAF, o sociólogo Alan Touraine¹⁸ nos coloca que “a

¹⁷ BRASIL. *Lei Nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

¹⁸ TOURAINE, Alain. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 215.

modernidade, o sujeito, os movimentos sociais são construções erigidas a partir das experiências vividas nas mais diversas formas e o mais diretamente possível”. Neste sentido, analisar o agricultor familiar e o próprio SUTRAF, como sujeitos de um processo histórico, pode nos auxiliar na tentativa de compreender as potencialidades desenvolvidas pelos mesmos no campo social e político e as estratégias por eles adotadas diante das transformações atuais em seu campo de atuação.

Na análise do tema da representação política exercida pelo SUTRAF, Alan Touraine contribui com a obra “O que é democracia”, na qual analisa que é no plano político, com a participação dos mediadores sociais, que se operam as demandas sociais.

Para a função de representação política, Touraine coloca que é fundamental que as categorias sociais estejam organizadas de forma autônoma, independente da vida política, mas a integração das demandas sociais necessariamente devem ser operadas no plano político. Nesse sentido, segundo o autor,

Não pode haver democracia representativa se os atores sociais não forem capazes de dar sentido à sua ação, em vez de recebê-los dos partidos políticos. Corre-se o grande perigo de reduzir os atores sociais ao estado de massa, sendo assim, estes não passariam de um recurso político e, por conseguinte, acabariam por se destruir ao subordinar a ação social à intervenção política que dispõe.¹⁹

Ao tratarmos da relação entre representatividade política e os movimentos sociais, Touraine analisa que

[...] o resíduo não negociável das reivindicações, ou seja, a parte de recusa presente em toda pressão social não pode ser chamado de movimento social porque a ação coletiva já não é, então, definida por suas orientações, mas pelos limites do tratamento institucional dos conflitos em determinadas situações²⁰.

O autor adverte que o aumento de controle do Estado sobre as organizações sociais e a vida social contribuem no sentido de desconstituir a representação política

¹⁹ Idem, p. 81.

²⁰ TOURAINE, Alain. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 81.

Por isso, a relação que o SUTRAF estabelece com o Estado, na execução de várias políticas públicas, pode distanciá-lo das condições ideais para a função de representação política que busca exercer junto aos agricultores familiares, por estar condicionado as normas pré-estabelecidas pelo Estado nesta parceria, comprometendo sua autonomia na luta por novas demandas que possam surgir entre seus associados.

Portanto, nesta análise sobre a representação política do SUTRAF junto aos agricultores familiares, analisamos no decorrer do trabalho um conjunto de questões que interferem nesta relação que, em nosso entendimento, passa pelo envolvimento dos associados com o SUTRAF, pela atuação dos dirigentes sindicais, pelas mudanças socioeconômicas na agricultura familiar, com reflexos nas atividades produtivas e no perfil do agricultor familiar, bem como pela relação entre as novas demandas, as políticas públicas e as lutas coordenadas pelo SUTRAF.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos e estes estão divididos em duas partes. Na primeira parte, ou seja, nos dois primeiros capítulos, reconstruímos as bases que estruturaram a trajetória dos agricultores familiares e o SUTRAF na região Alto Uruguai. Analisamos o processo migratório no início do século XX, quando ocorre a ocupação e a colonização da região Alto Uruguai, passando pela fase de organização social e política, na qual se dá a criação e a atuação do sindicalismo cutista na agricultura familiar a partir do final da década de 1970. A segunda parte do trabalho, composta pelo terceiro e quarto capítulos, aborda a dimensão socioeconômica dos agricultores familiares, a partir da década de 1990, e a relação política entre o SUTRAF e seus associados, a partir do reflexo das mudanças na agricultura familiar.

O primeiro capítulo trata do processo de ocupação e colonização do (i)migrante europeu na região Alto Uruguai, tendo a presença de colonos de origem italiana, polonesa, alemã e judaica, além dos índios e dos negros que já habitavam essa região. Analisamos qual foi a contribuição de sua formação sócio-cultural para a organização social e política que vai se constituir a partir dos anos 80. A análise sobre a formação da pequena propriedade, da valorização da terra e do trabalho familiar, além da organização social e religiosidade nas pequenas comunidades rurais, contribuiu para a compreensão de como se formaram as bases para o processo de organização social e político nas décadas de 1980 e 1990.

O segundo capítulo analisa o processo de organização social e política dos pequenos agricultores, iniciado no final da década de 1970, a partir da iniciativa de padres vinculados aos setores progressistas da Igreja Católica e de lideranças dos primeiros movimentos sociais que se constituem na região. Buscamos compreender neste capítulo como se deu a formação

de um capital social entre os pequenos agricultores, iniciado a partir das lutas contra as barragens na bacia do rio Uruguai e do movimento das oposições sindicais, com a concepção de um novo sindicalismo defendido pela Central Única dos Trabalhadores. Analisamos neste processo de organização social a criação de movimentos ligados à terra, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF).

Os pequenos agricultores passam a se organizar em torno das organizações sociais populares e uma parcela dos mesmos se mobiliza na luta por direitos, como melhores preços para os produtos agrícolas, juros baixos, pelo SUS, por crédito agrícola, pela aposentadoria da mulher, entre outras lutas nos anos 1980.

No entanto, a influência do projeto neoliberal, a ausência de políticas públicas, a crise econômica da pequena propriedade e o enfraquecimento do poder de mobilização dos movimentos sociais são aspectos que foram analisados no presente capítulo.

É neste contexto de crise econômica na pequena propriedade que surgem os novos paradigmas dos movimentos sociais a partir dos anos 1990 e a concepção, entre as organizações sociais populares cutistas de que era preciso construir um projeto de desenvolvimento para a região Alto Uruguai a partir dos pequenos agricultores. É nesta conjuntura de crise econômica na pequena propriedade que é criada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) nos três estados do sul em 2001, com instâncias regionais e municipais no RS denominadas de SUTRAF. Constituiu-se uma organização sindical cutista, com uma nova organização interna e preocupada em implementar ações junto aos agricultores familiares no sentido de intervir no campo econômico, estabelecendo uma relação com os debates realizados no início dos anos 1990 sobre a necessidade da criação de experiências associativas no campo econômico.

O terceiro capítulo compõe a segunda parte do trabalho, onde analisamos a dimensão socioeconômica, ou seja, as mudanças na agricultura familiar e as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares quanto as atividades produtivas, a agroindustrialização e a comercialização, considerando o papel das políticas públicas neste novo contexto da agricultura familiar.

A idéia central do capítulo consistiu em compreendermos de que forma as mudanças na agricultura familiar, as novas estratégias dos agricultores e o acesso às políticas públicas interferiram no perfil dos agricultores familiares associados ao SUTRAF. A caracterização socioeconômica dos agricultores familiares foi fundamental para analisarmos no quarto

capítulo a relação política atual entre o SUTRAF e seus associados, por estar associada ao modelo produtivo, as políticas públicas conquistadas, as novas demandas que surgem e as novas relações sociopolíticas que se estabelecem para os agricultores familiares.

Neste contexto de mudanças na agricultura familiar, as transformações no meio rural, operadas em escala mundial a partir da década de 1960, já tinham atingido a agricultura familiar da região Alto Uruguai a partir da década de 1970, gerando constantes crises econômicas em decorrência do alto custo de produção e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Este cenário de uma agricultura baseada na monocultura, na produção para a exportação, na mecanização e no uso de insumos agrícolas, causou o endividamento, a descapitalização e o êxodo rural de uma parcela considerável de agricultores familiares da região Alto Uruguai e provocou o debate dos STRs cutistas sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo praticado pelos pequenos agricultores nos anos 1980.

A análise dos aspectos socioeconômicos que caracterizam os agricultores familiares associados ao SUTRAF tem como ponto de partida as mudanças que passam a ocorrer na agricultura familiar na metade da década de 1990, quando os STRs e a CUT, em conjunto com outras organizações sociais do meio rural passam a debater o tema do desenvolvimento regional. Por isso, consideramos oportuno a análise das principais idéias do projeto de desenvolvimento elaborado pelas organizações cutistas na década de 1990, onde consta o processo de criação das experiências associativas, das cooperativas no ramo do leite, do crédito, da energia elétrica, das agroindústrias familiares e das feiras de produtores. No entanto, é fundamental compreendermos como se dá também a atuação das grandes agroindústrias voltadas para o mercado exportador e quais as implicações sobre os agricultores familiares atualmente.

Neste sentido, consideramos importante analisar tais mudanças, suas conseqüências para a agricultura familiar e as novas dinâmicas com o processo de formação de uma nova ruralidade. Analisamos também como se dá a intervenção do SUTRAF no processo produtivo dos agricultores familiares, na execução de políticas públicas criadas pelo governo federal e no modelo adotado pelas grandes empresas junto aos agricultores familiares.

No quarto capítulo analisamos a relação política entre o SUTRAF e seus associados, buscando compreender, a partir das características dos agricultores associados e da atuação do SUTRAF de que forma vem ocorrendo a representação política através do SUTRAF. Para tanto, tornou-se essencial analisar o aspecto político de forma associada ao campo socioeconômico, recuperando elementos já trabalhados nos capítulos anteriores, como a presença dos agricultores familiares na região Alto Uruguai, o processo de organização social

e político a partir dos anos 1980 e o capital social acumulado, as mudanças em curso na agricultura familiar a partir dos anos 1990 e a atuação do SUTRAF na região Alto Uruguai.

O elemento central de análise neste último capítulo foram as entrevistas realizadas com 30 agricultores familiares associados ao SUTRAF e com oito dirigentes sindicais, através das quais buscou-se compreender como tem se configurado a relação política entre o SUTRAF e seus associados nesta fase de mudanças no contexto socioeconômico da agricultura familiar. Foi importante identificar, a partir dos agricultores e dos dirigentes, como se dá a participação dos associados nas atividades do SUTRAF, como é a atuação dos dirigentes sindicais, e o papel desenvolvido pelo SUTRAF.

Analizamos, também, como se relacionam os aspectos socioeconômicos que caracterizam os agricultores associados, abordados no terceiro capítulo, a partir das atividades produtivas, das formas de comercialização, do acesso ao crédito, da estrutura fundiária, com os elementos do campo sociopolítico, a partir do envolvimento dos associados com o SUTRAF, da relação do sindicato com o governo federal e das demandas atuais dos associados com as políticas públicas e as lutas do SUTRAF.

Por fim, analisamos também, a partir do Censo Agropecuário 2006 e do Censo Demográfico 2010, dados referentes ao envelhecimento dos agricultores familiares, a presença da mulher e o êxodo rural do jovem da agricultura familiar da região Alto Uruguai. Procuramos analisar como estas questões interferem no processo de representação política do SUTRAF, levando em consideração que o fortalecimento do papel político sindical está associado à reprodução social da agricultura familiar.

CAPÍTULO I

A PRESENÇA DOS COLONOS (I)MIGRANTES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NA REGIÃO ALTO URUGUAI DO RS

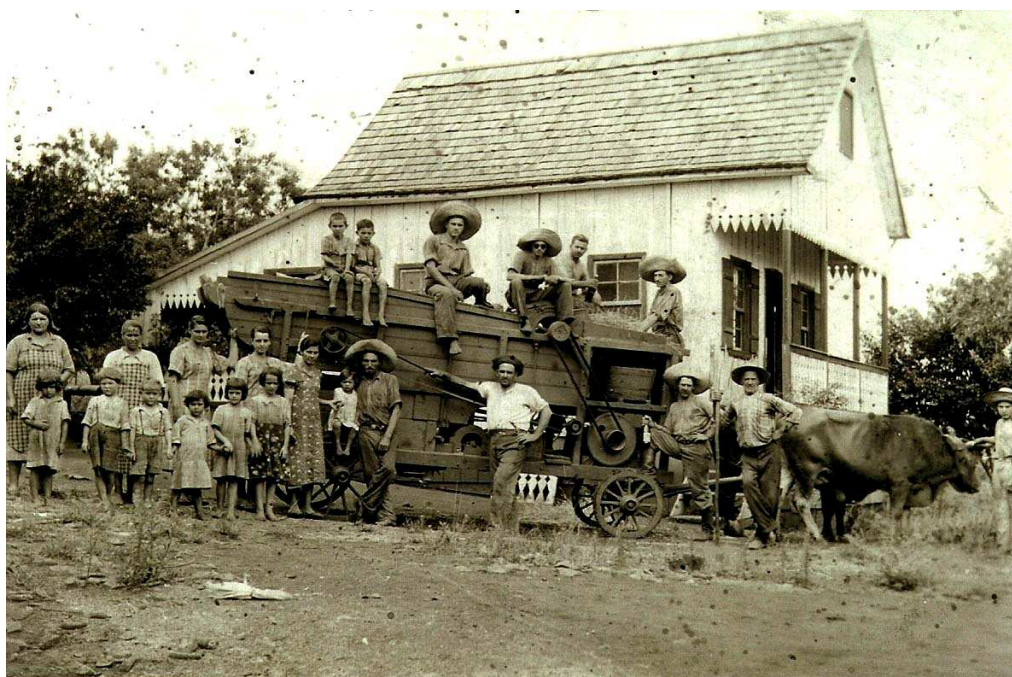


Figura 2 – Trilhadeira de Hermes Honan na propriedade de Casemiro Chies em Getúlio Vargas, em 1937.

Fonte: Arquivo pessoal de Jane G. S. Giaretta

Ao caracterizarmos o Alto Uruguai gaúcho como um espaço com grande presença de agricultores familiares, representando atualmente 88,5% das pessoas que vivem no meio rural, nos deparamos com elementos do campo histórico que nos permitem a análise sociológica dos processos socioeconômicos e sociopolíticos que se desenvolveram no meio rural desta região, em especial o processo de ocupação e colonização responsável pela formação das bases socioculturais e pela estrutura fundiária a partir do início do século XX.

Neste primeiro capítulo analisamos as bases socioculturais que caracterizaram os (i)migrantes europeus na região Alto Uruguai²¹ a partir do processo de ocupação e colonização nas primeiras décadas do século XX. A estrutura fundiária, a organização do

²¹ A região Alto Uruguai fora assim denominada antes de 1918, quando esta região pertencia ao município de Passo Fundo, por se situar próxima ao rio Uruguai. Também era chamada de Colônia Erechim (Campo pequeno) e compreendia toda a região onde estão localizados atualmente os trinta municípios da região Alto Uruguai.

trabalho, a unidade familiar, a posse da terra, as formas de organização social e religiosa, são elementos de análise que abordamos através da revisão de literatura a partir de autores que tratam da história regional, buscando caracterizar os agricultores familiares desde a origem de sua trajetória nesta região, que foram assumindo diferentes denominações, como colonos (i)migrantes, pequenos agricultores, até chegar à agricultores familiares.

1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI GAÚCHO

A colonização da região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, a partir do início do século XX, fez parte da proposta pensada pelo Estado positivista²² para a implantação de um projeto modernizador, que inserisse a região num modelo de produção capitalista, baseado na pequena propriedade. O (i)migrante europeu representaria para o governo positivista gaúcho o elemento civilizador da região, até então reduto das populações nativas formadas por Índios e Caboclos.

Também, devemos analisar a ocupação e a colonização do Rio Grande do Sul e da região Alto Uruguai a partir do século XIX como parte do projeto de expansão do capitalismo europeu e das transformações das estruturas políticas, econômicas, sociais, vigentes na Europa e no Brasil. Octávio Ianni, na obra “Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana” analisa da seguinte forma este processo:

A expansão do capitalismo europeu após o início da Revolução industrial elucida a concentração da produção e a expansão desta, determinada pela abundância da mão-de-obra, fruto da exploração demográfica ocorrida no século XVII. A vinculação do crescimento da produção ao da oferta da mão-de-obra é significativa, pois quando o crescimento desta se estabiliza e se organiza, através dos movimentos sindicais, a solução será a expansão em direção aos mercados coloniais. Estes sofrerão

²² Ao se falar na questão agrária no Rio Grande do Sul no período Republicano – entre 1892 e 1930 – há que se considerar que a doutrina positivista incorporada ao aparato estatal, foi responsável por uma série de medidas que visavam normatizar o acesso às terras do norte do estado, com o principal objetivo de incorporar essa região – então considerada pelo Estado positivista como selvagem e incivilizada – nos moldes de uma produção capitalista. CARON, Márcia dos Santos. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia. Ltda. no Alto Uruguai Gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. (Orgs.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*, Erechim-RS: Habilis, 2009, p. 179-202.

modificações estruturais para se tornarem eficientes fornecedores não só de matéria-prima, como também mercados consumidores.²³

A normatização da concessão de terras e da colonização com a imigração do europeu se deu durante o governo imperial, quando várias leis²⁴ foram criadas estabelecendo como se daria este processo, já prevendo a substituição da mão de obra escrava, mesmo que a abolição só viesse a acontecer em 1888.

Com a república, as terras devolutas passam a ser de propriedade e domínio do Estado, regidas por Constituição própria em regime de Federação. O governo gaúcho vai adotar um modelo de venda, da maior parte das terras, a partir das companhias colonizadoras, pois estas geravam renda ao Estado.

A povoação do Rio Grande do Sul se deu em diferentes momentos e teve a participação de várias etnias, inclusive antes do processo de colonização. A atual configuração do RS, praticamente se configurou com o Tratado de Madri, assinado em 1950 entre Portugal e Espanha, que revogou o Tratado de Tordesilhas e concretizou a troca entre a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões.

Até meados do Século XVIII, o Governo distribuiu títulos de propriedade (as chamadas sesmarias) com áreas de até 13.000 hectares, conforme destaca Brum²⁵: “Estas estâncias de criação de gado deram origem ao latifúndio pastoril em toda área de campo, à medida que foi se processando a ocupação do território.” Por isso, a ocupação do território gaúcho acontece de forma diferenciada no sul, com seus campos e relevo suave, e no norte, florestado e de relevo mais acidentado.

Nas áreas de mata, a ocupação inicia em 1824 com os imigrantes alemães, seguido pelos italianos em 1875. Outros grupos étnicos, embora em menor número, também se

²³ IANNI, Octávio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*. Caxias do Sul, UCS-EST, 1979, p.11.

²⁴ Pela Lei 614, de 28.10.1848, o Governo imperial concede as províncias, as terras públicas necessárias à colonização: 36 léguas quadradas, vedado o emprego de escravo. O colono, após o desflorestamento e cinco anos de cultura, tornava-se proprietário. A Lei nº 601 de 18.09.1850 (Lei de Terras) cria a repartição geral das terras devolutas e da promoção da colonização nacional estrangeira. Propicia ao colono estrangeiro, proprietário de terra, direito de naturalização após certo tempo de residência e dispensa do serviço militar. Todavia, o acesso à terra só se dá pela compra. Em 1867, através de Regulamento, o Governo Imperial, face a dificuldade de atrair colonos, amplia a faixa de vantagem: compra a crédito do lote rural em dez anos, viagem gratuita até a colônia, ajuda em espécie e em instrumento nos primeiros tempos, assistência religiosa e médica. Revogado em 1879. Lei de 1882 do Governo Imperial autorizou a venda das terras públicas a particulares sob compromisso de colonizá-las. CESE – Centro de Ensino Superior de Erechim. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979, p. 13.

²⁵ BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985, p. 30.

instalaram nas áreas de mata do Rio Grande do Sul: poloneses, austríacos, húngaros, franceses e judeus.



Figura 3 – Foto tradicional de colonos retirando madeira das matas para a construção de casas e galpões, durante várias décadas do século XX.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim

Os lotes de terras recebidos variavam de 77 hectares até 1851 a 25 hectares no final do Século XIX. A partir do final do Século XIX, os lotes rurais, que antes eram doados, passam a ser vendidos. A terra passa a ser comercializada, devendo ser paga com o resultado da produção agrícola no prazo de cinco anos. Segundo Brum, a ocupação da mata pelos imigrantes e seus descendentes acontece em duas etapas:

A primeira ocupação da mata na região Centro-Nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade são as chamadas Colônias Velhas. A segunda ocupação de terras cobertas de mata no norte do Estado, vale do Rio Ijuí e região Alto Uruguai, teve início em 1890, com a fundação da 'Colônia Ijuhy', e avançou rapidamente: Guarani das Missões (também em 1890), Panambi (1899), Erechim (1908), Santa Rosa (1915), para só mencionar alguns núcleos mais expressivos. São as chamadas Colônias Novas.²⁶

²⁶ BRUM, Op.cit., p. 36.

O Alto Uruguai foi uma das últimas regiões do Rio Grande do Sul a fazer parte do projeto de colonização, o que contribuiu para que se formasse neste local um reduto de Índios e Caboclos que, encurralados pelo avanço da colonização em outras regiões, migravam e aí se estabeleciam. Neste sentido, Giaretta descreve que:

Parte da região da colônia Erechim era habitada pelos índios caingangues instalados nas cabeceiras do rio Toldo com seus aldeamentos, local de refúgio de presidiários, fugitivos da lei, desertores da Revolução de 1983. Esta foi a última porção do território a ser incorporada ao processo de produção capitalista por ser considerada terra desocupada.²⁷

A chegada do (i)migrante europeu à região provocou um processo a perda de terras por parte dos índios e caboclos, que foram remanejados ou excluídos da colonização planejada pelo Estado. As etnias européias ganharam supremacia histórica, ficando a noção que os imigrantes vieram desbravar, ocupar e desenvolver a região Alto Uruguai, desconsiderando, muitas vezes, as situações de miséria e fracassos de parte destes imigrantes.

Deste modo, o projeto colonizador vai estruturar um modelo de sociedade na região Alto Uruguai a partir do início do século XX, onde se estabelece uma relação entre o imigrante europeu, (não ibérico) e uma nova estrutura fundiária nesta região.

1.1.1 O projeto colonizador responsável pela estrutura fundiária na região Alto Uruguai

A atual estrutura fundiária da região Alto Uruguai, com predomínio das propriedades de agricultura familiar, se deu a partir da implementação do projeto de colonização no início do século XX, tendo a atuação de companhias colonizadoras particulares, bem como da Inspetoria de Terras (que depois passou a se chamar Comissão de Terras), órgão pertencente ao Estado, que executaram os processos de ocupação e colonização desta região.

Ao ser transferido aos Estados o domínio das terras devolutas pela Constituição Federal de 1891, artigo 4º, passaram a funcionar, nos Estados, as Delegacias de Terras e Colonização, Agências de Imigração e Comissão de Terras. Competia à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas dirigir e inspecionar o serviço de colonização, que seria executado pela Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização e pelas comissões na sede

²⁷ GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. *O grande e velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. Passo Fundo, 2008, p. 44.

dos núcleos completamente povoados. A lógica da colonização era eliminar as desigualdades econômicas, promover uma articulação entre os setores de produção, comércio, serviços, transportes, infraestrutura e formar uma nacionalidade voltada à ordem e ao progresso.

Enquanto a Colônia Erechim, onde se situa o município de Erechim, foi criada pela Comissão de Terras (órgão estatal), as colônias vizinhas, onde está situada boa parte dos municípios que compõem a região Alto Uruguai, se formaram a partir das companhias privadas, como afirma Márcia dos Santos Caron, ao descrever o processo de colonização da região Alto Uruguai:

A fundação da colônia Erechim, em 1908, é um exemplo representativo da política de imigração e colonização adotada pelo governo do Rio Grande do Sul, no início do século XX, considerada modelo de colonização oficial, executada pela Inspetoria de Terras, órgão estatal responsável pela condução dos assuntos agrários. [...] Duas companhias colonizadoras particulares tiveram destacada atuação na região do Alto Uruguai gaúcho: a Jewish Colonization e a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. Enquanto a primeira promoveu a imigração judaica para a Fazenda Quatro Irmãos, a segunda foi responsável pela comercialização das terras nos povoados de Barro (atual município de Gaurama); Rio Novo e Dourado (atual município de Aratiba), Três Arroios e Nova Itália (atual município e Severiano de Almeida).²⁸

Um aspecto a ser considerado neste processo de ocupação e comercialização de terras é mencionado por Cassol sobre a colonização do Alto Uruguai Gaúcho pela empresa Luce, Rosa & Cia. Ltda.: “A empresa recebeu, entre 1915 e 1917, aproximadamente 410.000.000m² de terras na região Alto Uruguai, perfazendo 1.600 colônias, contando cada uma com cerca de 25 ha.”²⁹

²⁸ RELATÓRIO da Diretoria de Terras e Colonização. 1929, p. 366. AHMJMIF, Erechim-RS, caixa 7H.

²⁹ CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979, p. 13.



Figura 4 – Escritório da Empresa Colonizadora Luce, Rosa Cia. Ltda. em Rio Novo, Aratiba - 1931.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim

O Serviço de Povoamento do Solo, de acordo com relatórios do Estado, funcionava da seguinte forma:

A União fornece ao Estado para a hospedagem n'esta capital 1\$ 500 por dia e por imigrante de qualquer idade; transporta-os a suas custas até onde houver linhas férreas; entra para os cofres do estado com 400\$000 por família de imigrante estabelecida, dos quase 60\$000 para a distribuição gratuita de ferramentas e sementes, 90\$000 para a construção de estradas, e os restantes 250\$00 (este auxílio só aos casados) para a construção da casa. Este último auxílio o imigrante restituirá posteriormente³⁰.

O decreto de nº 247, de 19 de agosto de 1899, aprovou o regulamento que organizava colônias no Estado, em cujo capítulo I tratava da colonização e formação de núcleos, prevendo medidas e divisão em lotes das terras públicas apropriadas para o estabelecimento de agricultores por linhas ou seções. A partir desse edital os lotes rurais passaram a possuir cerca de 25 ha. Também consta no documento a abertura das linhas ou seções coloniais, além

³⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*, 1913, p. 71. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

da projeção de caminhos internos para o trânsito dos cargueiros, de estradas de rodagem que iriam se ligar às estradas gerais ou às ferrovias.

O decreto também previa onde seriam organizados os povoados, considerando que ficassem próximos de rios navegáveis ou ferrovias, com abundância de água e que o terreno apresentasse pouca declividade. Para criar o povoado ou seção reservava-se uma área em torno de 300 ha, em cujo centro se previam quadras para praças públicas, e o restante era subdividido em lotes urbanos de 1.250 m². Outras zonas eram reservadas para logradouros públicos e para o desenvolvimento futuro da povoação; havia espaços reservados para escolas, edifícios públicos, etc. Ianni³¹ destaca que “próximo aos núcleos de povoação demarcava-se um terreno de 40 ha mais ou menos fértil, com bom acesso à água, para estabelecer uma estação experimental de agronomia; em outro ponto traçado a certa distância do povoado demarcava-se um terreno para o cemitério”.

A demarcação das terras que fariam parte da colônia Erechim iniciou em 1904, com a exploração do traçado por onde a ferrovia deveria passar³², ou seja, acompanhava o traçado da ferrovia Itaré (São Paulo) a Santa Maria (Rio Grande do Sul). Relata Ducatti Neto:

[...] O trecho Passo Fundo a Marcelino Ramos seria explorado pela Companhia belga [...] seguiu o traçado seguinte: Estação Araújo (atual Desvio Englert), Sertão, Erebang, Erechim (atual Getúlio Vargas), Treze de Maio (atual Aurea), Barro (atual Gaurama), Viadutos, Pinhalzinho, Marcelino Ramos (ex-Barra, onde já em 1912 uma ponte de madeira atravessava o rio Uruguai)³³.

A estrada de ferro da colônia Erechim foi inaugurada em 3 de agosto de 1910. Havia, então, necessidade de abrir espaços para instalar descendentes das Colônias Velhas que já não possuíam mais lotes, por se encontrarem inteiramente ocupadas as áreas em que seus familiares residiam; por outro lado, a região do Alto Uruguai possuía terras virgens e muitos ervais, que podiam facilmente ser explorados permitindo a fixação de moradores.

³¹ IANNI, Op.cit., p. 12.

³² CASSOL, Op.cit., 1979, p. 19.

³³ DUCATTI NETO, Antônio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: Universidade de Caxias, 1979, p. 29.



Figura 5 - Estação Ferroviária de Erechim - 1910

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim

A colônia Erechim, segundo relatório de 1910, passou a fazer parte do oitavo distrito de Passo Fundo. Tinha uma área de 90.000 ha, um extenso território com uma estrada de ferro que atravessava o mesmo e seguindo até o rio Uruguai. Cima³⁴ destaca que: “Já em outubro de 1909 chegou a primeira leva de imigrantes a Erechim, cujo crescimento foi rápido, tanto que em três anos já havia no local uma população de 14 mil habitantes.”



Figura 6 – Colônia Erechim, nos primeiros anos de ocupação pelos imigrantes europeus, em 1912

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font - Erechim.

³⁴ CIMA, Sônia. M. *Padre Busato, um protagonista na história de Erechim de 1926 a 1950: o personagem Busato instala-se em Erechim*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

Os imigrantes chegavam até a colônia transportados por trem que seguia o trajeto feito pela estrada de ferro em construção, São Paulo – Rio Grande. Oliveira, Forlin e Crendene³⁵ colocam que “a ferrovia São Paulo - Rio Grande cortava a colônia de sul a norte, passando por nove estações: Erechim (Getúlio Vargas), Erebangó, Capoeirê, Boa Vista (hoje Erechim), Baliza, Barro (Gaurama), Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos”.

Tendo presente que a região Alto Uruguai era uma das últimas porções de terras que restava para a colonização, determinados problemas careciam de solução, principalmente a situação dos caboclos e índios. Com o surgimento da Lei das Terras em 1850, os posseiros ficaram sem a posse, porque a alienação onerosa das terras públicas foi um processo profundamente elitista e mantenedor do *status quo* vigente. No relato de Paulo Zarth,

[...] camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que teriam direito legalmente por serem posseiros. [...] Aproveitando-se destas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam³⁶.

Ao ser cumprida a primeira lei agrária nacional, a Lei de Terras de 1850, determinou-se a concessão de terras públicas apenas para a venda, passando o Estado a fiscalizar a legalização, requerer as terras devolutas e vendê-las às empresas colonizadoras ou particulares. Ainda fixava o preço de forma a que nem todos pudessem adquiri-la em primeira instância.

Com relação aos indígenas, o Estado reduziu o espaço das terras, fez a demarcação e disponibilizou um funcionário do Estado nos toldos para guiar e auxiliar os índios em várias práticas. Todo o serviço de proteção aos índios fazia-se necessário para que o projeto de colonização se efetivasse sem a presença e perturbação dos nativos.

A redução do espaço indígena atendeu aos interesses do poder constituído, e a presença do funcionário do Estado que prestava assistência e orientação nos toldos era um condicionante para que os índios aceitassem a entrada dos colonos em áreas que lhe pertenciam.

³⁵ OLIVEIRA, Adão Russi de; FORLIN, Cleonice; CRENDENE, Maria Ângela. *Monografia do município de Getúlio Vargas 1934-1984*. Erechim, RS: Estrela, 1984, p.32.

³⁶ ZARTH, Paulo. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 63.

Torres Gonçalves, da Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, ao visitar em 1910 as colônias de Erechim e Passo Fundo, encontrou uma população indígena bem numerosa. Neste sentido Zanela relata:

Ao implantar o processo de colonização, o Estado, de orientação positivista, acabou promovendo um processo de exclusão dos índios e caboclos aqui estabelecidos. No caso específico dos índios apesar de o governo criar reservas indígenas com o intuito de proteger e preservar os nativos, o resultado foi uma discriminação desses povos. Assim, muitos foram expulsos dos territórios que habitavam, tendo como destino a marginalização social, seja no campo, seja na cidade.³⁷.

Em 1920, o Estado havia demarcado todos os aldeamentos, mas pouca atenção dava às populações que possuíam características nômades, uma vez que cada vez mais eram valorizadas as terras ricas em madeira e erva-mate, as quais, além do uso agrícola, eram atrativas para empresas colonizadoras e particulares. Nesse contexto, eram comuns situações conflituosas e disputas pela posse no entorno dos toldos indígenas.



Figura 7 – Demarcação das terras na década de 1920 na Colônia Erechim

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

³⁷ ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho 1937-2003*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 26.

Quanto aos nacionais, foram, de modo geral, os pioneiros do vasto território do vale do rio Uruguai; eram chamados “intrusos” ou “posseiros”, na quase totalidade caboclos. Com o avanço da colonização, os nacionais sofreram o processo de exclusão e não foram tratados com a mesma política de distribuição de terras dos colonos.

O processo de exclusão foi mais visível para os caboclos, diante da falta de reconhecimento da legalidade das áreas que já eram ocupadas antes da chegada dos imigrantes europeus, pois, em geral, tornavam-se agregados ou empregados dos colonos que tinham melhor poder aquisitivo e distanciavam-se da possibilidade da posse da terra, constituindo uma categoria de trabalhadores discriminados economicamente e socialmente pelo projeto colonizador.

De qualquer forma, a Comissão de Terras e as companhias particulares encontraram muitos problemas para ocupar o território da colônia Erechim e as demais colônias vizinhas da forma como a política positivista via o progresso na região. Não bastasse o problema com Índios e Caboclos, a Comissão de Terras tinha várias atribuições. Segundo Valdir Gregory, a Comissão de Terras tinha a função de

[...] estudar e resolver simultaneamente os problemas relacionados com a discriminação da propriedade pública da privada, com a legitimação de posses, com a ocupação de terras por intrusos, com as reservas florestais, além de promover a construção de estradas e caminhos, a demarcação de lotes rurais e a organização urbana³⁸.

No processo de ocupação da região Alto Uruguai, a configuração dos povos que compõem esta região a partir da posse da terra, vemos que o projeto colonizador facilitou o ingresso do imigrante europeu, apesar da falta de condições materiais, de saúde, habitação a que esteve submetido no período inicial. No entanto, com relação aos índios, o projeto consistiu em colocá-los nas áreas demarcadas, o que não significaria garantia de legalização da terra e muito menos a preservação de sua cultura, no momento em que eram obrigados a mudar o seu modo de vida e a depender de trabalho nas propriedades dos colonos.

Desta forma, a região Alto Uruguai, através do projeto colonizador implementado de forma pública e privada, adquire, na sua origem, uma estrutura agrária baseada na formação

³⁸ GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migração: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona norte e região do grande Santa Rosa: A formação da sociedade brasileira e a emigração européia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988, p. 70.

de pequenas propriedades, com a posse da terra nas mãos do (i)migrante europeu, excluindo o caboclo do acesso à terra e limitando os povos indígenas às áreas demarcadas pelo Estado.

O colono, com posse de uma área em média de 25 ha se constitui como a figura central deste processo de colonização na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, diferenciando-se dos grandes proprietários de terras da metade sul do Estado. A caracterização inicial deste colono, em termos socioculturais, se deu a partir de um sistema de vida que buscou adequar-se as condições oferecidas a partir do uso da terra, sendo esta central para a reprodução do modelo social implantado pelo projeto colonizador, por a ela estarem condicionados a organização do tempo, o trabalho dos membros da família, a subsistência da família, a produção e a renda para a quitação das dívidas e compra de novas áreas de terras.

1.2 A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO SOCIOECONÔMICO PELAS MÃOS DO COLONO (I)MIGRANTE

A implementação do projeto socioeconômico para a região Alto Uruguai, mesmo que planejado pelo Estado, esteve associada à figura e às estratégias desenvolvidas pelos colonos, a partir das condições que se apresentavam e se modificavam no decorrer das primeiras décadas de ocupação desta região.

O imigrante no Rio Grande do Sul tornou-se colono porque se instalou em pequenos lotes de terra, desbravou-os, explorou-os e cultivou-os sem auxílio de qualquer mão de obra estranha. Introduzido longe de centros urbanos, em terras de mato, ele empregou o sistema de rotação de terras primitivas em lotes de 20 a 30 ha, considerados pequenos demais; por isso, fez-se necessária a diversificação produtiva.

Diferentemente do conceito de colonização do período colonial dos séculos anteriores, a imigração a partir do final do século XIX atendia aos anseios do mercantilismo, ou seja, ao colono cabia a tarefa de ocupação do território e de cultivo de produtos agrícolas. Segundo Jean Roche³⁹, “colonizar poderia significar introduzir, com novos habitantes, mão de obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas”.

³⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 42.

1.2.1 O transporte ferroviário como facilitador para a comercialização dos produtos agrícolas

Um aspecto que vai contribuir com este processo inicial de colonização e para desenvolvimento da produção agrícola foi a introdução do transporte ferroviário no início do século XX na região Alto Uruguai, pois oportunizou a comercialização e o transporte da produção realizada pelo colono em sua propriedade, sendo este um componente importante para o desenvolvimento comercial da região.

Se o transporte ferroviário acompanha o processo de colonização da região Alto Uruguai, em 1852 igualmente já havia sido dado o ponto de partida para a viação férrea brasileira com a construção das primeiras ferrovias na região sudeste do país.

Nesse ano, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, recebeu a concessão para a ligação do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e a Minas por um trajeto misto: por mar, do Rio até o porto Mauá, na baía de Guanabara; por estrada de ferro, de Mauá até a raiz da serra da Estrela; por estrada de rodagem, até Petrópolis em diante⁴⁰.

Em 1854 foi inaugurado o primeiro trecho ferroviário do país e, com o advento da República, iniciou-se um plano de construção de ferrovias que abrangeria várias regiões do país.

⁴⁰ WOLFF, Gladis. H. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p. 67.



Figura 8 – Locomotiva – 1940. Percorria a região do Alto Uruguai

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Illa Font – Erechim

A implantação da rede ferroviária gaúcha teve sua origem na segunda metade do século XIX, com projeto apresentado em outubro de 1872 pelo engenheiro J. Ewbank da Câmara ao governo imperial, o qual seria o embrião das futuras ferrovias que cortariam o Rio Grande do Sul em todas as direções. “Na época, o complexo ferroviário gaúcho estava nas mãos do Estado e de arrendatários; a partir de 1905, passou para a empresa belga *Compagnie des Chemins de Fer Sud – Ouest Brésilien*, sob o amparo jurídico do governo federal”⁴¹.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, concedida por ingleses e belgas, proporcionou a chegada do primeiro trem, em 1898, a Passo Fundo, fato importante no processo de ocupação do espaço porque impulsionou várias mudanças no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e na região Norte.

A ferrovia, além de escoar rapidamente a produção, encorajou práticas de produção econômica, atraiu a imigração e a ocupação do solo, protegeu os interesses nacionais nos campos econômicos, bélicos e fronteiriços, além de, direta ou indiretamente, atrair e articular a presença do capital estrangeiro.⁴²

⁴¹ TEDESCO, João. C.; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 22.

⁴² Idem, p.25.

“A ferrovia não foi somente estratégia de exibição de poder na região Alto Uruguai e de defesa nacional para o caso de haver conflito armado com a Argentina, por esta reivindicar territórios brasileiros”⁴³. Embora atendendo a esses objetivos, ela não deixou de contribuir com o crescimento econômico da região, pois a economia globalizada surgida com as novas condições socioeconômicas incluía os transportes.

As regiões das colônias que não possuíam boas vias de transportes não suportavam o alto custo de levar o milho e o trigo até os centros maiores. Como o custo de transporte era muito alto, utilizava-se o milho para alimentar o suíno; quanto ao plantio do trigo, reduzia-se ao consumo próprio. Por sua vez, onde a viação férrea servia as colônias, como era o caso de toda a região do município de Passo Fundo, onde o Estado estabeleceu a nova colônia Erechim, o custo de transporte da produção era quatro vezes menor se comparado a Guaporé, em virtude da menor dificuldade, mesmo mais distante da capital.

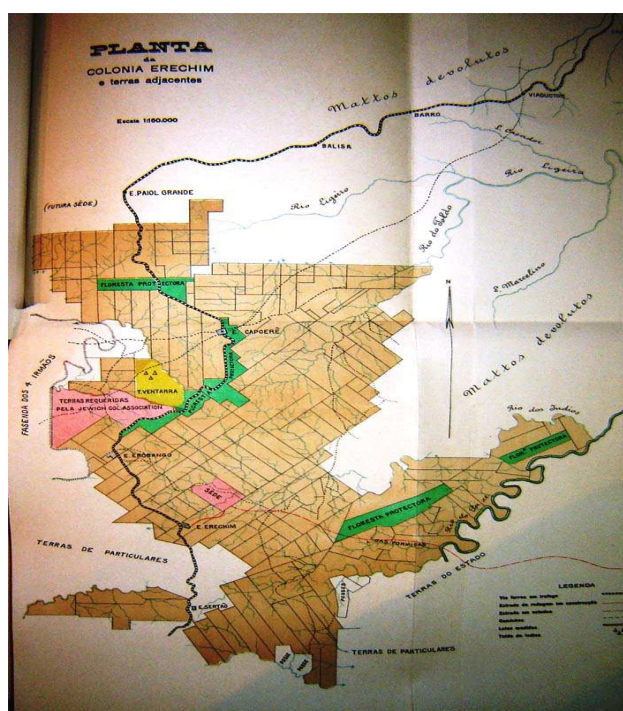


Figura 9 – Trajeto da ferrovia, na região Alto Uruguai, em torno de 1915

Fonte: Divisão de Terras Públicas do Estado. Porto Alegre.

Observa-se no mapa o trajeto percorrido pelas ferrovias na região Alto Uruguai, que traz os povoados de Sertão, Estação Erechim, Capoeirê, Paiol Grande, Baliza, Barro, Viadutos,

⁴³ HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe* - SC. Joaçaba: Unoesc, 1996, p. 118.

e seguindo para Marcelino Ramos. O mapa contempla as estações de trem, as matas em terrenos devolutos, rios, terras de particulares e do Estado.

Com a chegada do trem, no século XIX, valorizaram-se os campos, as matas, também contribuindo para o desenvolvimento de atividades agrícolas como o cultivo de trigo, milho e, posteriormente, a indústria moageira e de banha, permitindo que o capitalismo se expandisse transnacionalmente, ligando setores industriais e financeiros. Portanto, as ideias de industrialização do final do século XIX estavam presentes no cenário sociopolítico e econômico do Brasil, e o sistema ferroviário foi introduzido no país motivado por grandes grupos estrangeiros europeus e americanos, que viam no setor de transporte um maximizador de acumulação de capital.

No entanto, o Brasil, nesse período, não estava preparado para tanto, pois não havia no país uma estrutura capitalista madura na esfera mercantil. Neste sentido, Tedesco analisa:

Nesse cenário, a ferrovia, chegou. Porém, não foi como se esperava, ou seja, grande promotora de processos industriais como havia ocorrido em outros países centrais. A ferrovia dinamizou, sim, o comércio, a mobilidade espacial da população, mas induziu incipientes espaços de industrialização⁴⁴.

A ferrovia teve importância no desenvolvimento da região Alto Uruguai, tornando-se o principal meio de transporte a partir do século XIX; serviu para transnacionalizar setores do capital, industrial e financeiro; ligar mercados distantes, transportar passageiros; desbravar matas, montanhas; incorporar, excluir e expropriar trabalhadores, além de criar profissões e ocupações em regiões pouco habitadas que se serviam dela.

1.2.2 A organização econômica e as atividades produtivas desenvolvidas na Colônia Erechim

O serviço de colonização não se destinava só a retalhar as terras e povoá-las, mas também à promoção e ao aparelhamento das novas regiões para que posteriormente se tornassem territórios autônomos. Para isso, era preciso realizar o aproveitamento do bem

⁴⁴ TEDESCO; SANDER, Op.cit., p. 30.

público de maneira eficaz, conservando, modificando, adaptando, conhecendo os elementos colonizadores e os que já estavam no espaço a fim de realizar a comunhão entre eles.

Com a remodelação dos serviços de colonização foram tomadas algumas medidas quanto à organização dos núcleos coloniais⁴⁵. Uma delas era que só poderiam ser organizados em terras que já dispunham, ou que em curto prazo iriam dispor, de vias de exportação fluviais ou férreas. Ao serem escolhidas as terras destinadas ao novo núcleo, organizava-se a planta, com o levantamento das principais estradas de rodagem, fazendo a bifurcação com a ferrovia; delimitava-se uma faixa de 8 km para cada lado, destinada à exploração florestal, isso ao redor de cursos de água navegáveis ou das ferrovias. Quanto aos locais destinados aos povoados, deveriam ter distâncias entre si de 5 a 20 km; ter reservadas áreas de cerca de 400 ha; ter aguadas boas e abundantes; não serem muito acidentados e com panoramas agradáveis. Só fugiriam dessas regras caso se localizassem perto das rodovias. Também dentro dos limites do povoado exigia-se a reserva de 1 a 3 ha, ou mais, para espaços de diversão ou utilidade pública.

A partir desta organização dos espaços da colônia, são criadas as pequenas comunidades rurais, como um espaço destinado a construção das capelas, dos espaços de lazer e das escolas, que se constituíram em pontos de encontros para festas, reuniões e oração, surgindo deste modo a atuação do colono na comunidade, como um espaço de organização coletiva.

Em termos econômicos, a região Alto Uruguai era uma das mais atrasadas da província, caracterizando-se por ervais, grandes florestas virgens, pinhais, numa mistura de extrativismo, madeira, pecuária e agricultura local.

As atividades produtivas desenvolvidas pelo colono articulavam-se em torno de duas esferas: uma de subsistência (pequena criação) e outra mercantil (milho, trigo e vinho) e o trabalho era braçal fazendo-se roçadas, queimadas e plantio.

⁴⁵ O Rio Grande do Sul tinha uma população colonial superior a 600 mil habitantes, que crescia em torno de 15 mil por ano, dedicada principalmente à atividade agrícola. Nesse contexto, eram necessárias outras terras e resolver a situação dos elementos nacionais, que também necessitavam de amparo. RELATÓRIO enviado à Presidência do Estado pela Secretaria do Governo dos Negócios das Obras Públicas (partes). 1914, p. 168. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

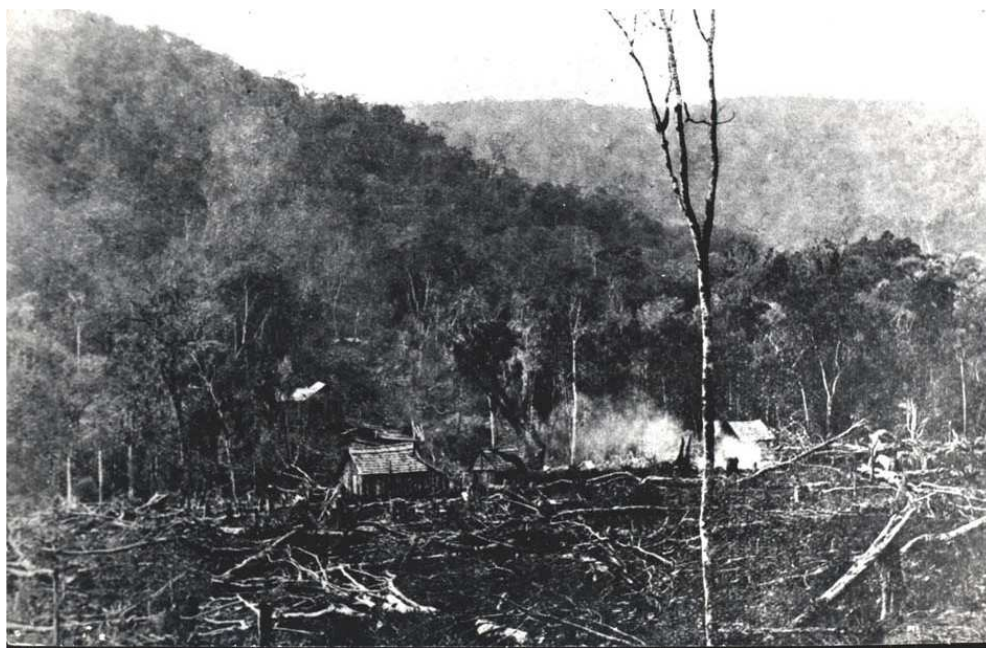


Figura 10 – Derrubada da mata e queimada para posterior plantio na década de 1920.

Fonte: Arquivo Histórico de Erechim.

Os métodos de cultivo e as dificuldades nos primeiros tempos nas colônias do Rio Grande do Sul são assim descritos por Maestri:

Sobretudo nos tempos iniciais eram rústicos os métodos de cultivo. A qualidade dos solos, a abundância das terras e a escassez relativa de braços determinava que a agricultura colonial imitasse a coivara indígena. Os terrenos eram desmatados e limpos, abatendo-se as árvores menores e os arbustos, que eram reunidos e, quando secos, queimados. Após, plantava-se. Comumente, por causa do terreno irregular, das raízes e das pedras abandonava-se o arado e, até mesmo, a enxada usando o rústico bastão de plantar, que abria covas para os grãos de milho⁴⁶.

O desenvolvimento da Colônia Erechim⁴⁷ seguiu os padrões das colônias velhas, com atividades agropecuárias que atendiam a subsistência da família e posteriormente comercializava-se o excedente.

⁴⁶ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 84.

⁴⁷ Para a instalação da colônia Erechim realizou-se levantamento prévio dos cursos de água e os lotes seguiram orientação uniforme, embora os traçados das estradas não pudessem ser planejados antes da subdivisão dos lotes. Fazendo-se indispensável o transporte interno na colônia Erechim desde cedo, logo estradas seriam criadas. A colônia foi se aparelhando com uma boa rede de estradas de rodagem, cerca de 120 km de estradas, distribuídos da seguinte forma: 56 kms., da Estação Erechim à colônia Sananduva, passando pela sede Erechim; 25 kms., desta última sede ao lageado Marcellino, faltando 11 kms., para chegar ao povoado do mesmo nome; 8 kms., da sede Erechim ao povoado Erebangó, faltando 2 kms.; 14 kms., da estação Paiol-Grande (sede geral em construção) ao povoado Floresta, a oeste da linha-férrea; 15 kms., de Paiol-Grande ao lageado Dourado; 3 kms.,

O comerciante assumia um papel central neste processo de comercialização. Giaretta⁴⁸ descreve que “o comerciante era o dinamizador do lugar; pois a ele chegavam todas as notícias, as novidades; ele vendia produtos para pagamento na safra.”



Figura 11 – Casa comercial situada na sede da colônia Erechim, de propriedade de Enrique Bischof - Casa Verde - 1913

Fonte: Divisão de Terras Públicas. Porto Alegre.

As casas de comércio rural eram um espaço de intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade; espaços, por excelência, da presença masculina, onde ocorriam negócios, conchavos políticos, discussões, busca de informações, lazer, jogos nos finais de tarde e aos sábados.

No entanto, o desenvolvimento atingido pela Colônia Erechim foi lento e gradual, pois as dificuldades enfrentadas pelos colonos, especialmente na área da saúde, nos transportes e na educação revelavam a ausência de políticas do estado e o papel que os colonos imigrantes, de várias nacionalidades, desempenharam no processo de desenvolvimento desta região.

As características deste processo que envolvia a produção e a comercialização dos produtos agrícolas da propriedade do colono nos mostram que havia uma dependência do mercado consumidor de outras regiões do Brasil, especialmente de centros urbanos ou do mercado externo, na medida em que os comerciantes compravam a produção e enviavam através do transporte ferroviário para centros maiores.

na estrada da estação Barro ao lageado Suzana. Relatório enviado à Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos Negócios das Obras Públicas (partes). 1914, p. 167. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

⁴⁸ GIARETTA, Op. cit., p. 103.

Portanto, não havia praticamente um mercado local consumidor, a não ser o próprio consumo da família, o que representava que este colono atendia aos interesses do projeto colonizador de uma produção mercantil, produzindo, se é que podemos dizer, em larga escala, os produtos para os quais houvesse comercialização garantida.

1.3 O TRABALHO E A RELIGIOSIDADE COMO VALORES VINCULADOS À FAMÍLIA

O trabalho a partir da unidade familiar e a religiosidade são aspectos que interagiram com o modelo social pensado pelo projeto colonizador, inserindo-se como dimensões que aglutinavam as ações no âmbito individual e no espaço social, construindo relações e conflitos e, deste modo, contribuindo para a caracterização sociocultural do colono no início do século XX.

Consideramos importante a análise da religiosidade e do trabalho, praticados pela família do colono, por estarem relacionados ao papel que a religião exercia sobre as famílias e por associarem-se a valorização da terra, como elementos cruciais para a reprodução socioeconômica.

Neste sentido, buscamos elementos de análise acerca da dimensão do trabalho e da religiosidade dos colonos, por colocarmos como uma hipótese possível, que o processo de organização social construído pelos pequenos agricultores na região Alto Uruguai, a partir dos anos 1980, está associado à religiosidade, pela aceitação ao trabalho realizado pelos setores progressistas da Igreja Católica e ao trabalho e defesa da terra, pelas lutas e pelas organizações que são criadas no meio rural nesta região.

Ao associamos o trabalho e a religiosidade, como aspectos que podem ter contribuído para o processo de organização social na região Alto Uruguai, não consideramos estes aspectos como uma exclusividade desta região, porque processos semelhantes ocorreram em outras regiões do Estado gaúcho e do Brasil, como o sudoeste paranaense e o oeste catarinense, entre outras regiões do país. Apenas salientamos que são elementos do campo histórico que se relacionam com a trajetória dos pequenos agricultores desta região e de algum modo contribuem para uma caracterização dos mesmos.

O trabalho desenvolvido pela unidade familiar tem um significado que normalmente ultrapassa a esfera econômica, recebendo adjetivos como educação para o trabalho, responsabilidade e comprometimento entre os membros da família. Esta conotação dada ao

trabalho fez parte das relações de produção que se estabeleciam dentro da propriedade pela unidade familiar.

No entanto, geradora da própria renda, a unidade familiar não deixa de se submeter ao capital, reproduzindo as relações de produção por ele determinadas. Deste modo, o trabalho, a busca pelo aumento da produtividade, a obtenção do lucro e a defesa da terra como um capital econômico, acompanharam a trajetória das famílias dos colonos desde o processo de ocupação nesta região, que se justificava, primeiramente, pela necessidade de quitação das dívidas pela compra da terra e, também, como forma de melhorar a sua condição de vida em termos de alimentação e moradia. Para atingir a tais objetivos a família via-se forçada a uma rotina rígida de trabalho e pela adequação as transformações capitalistas do meio rural, quanto à produção e a comercialização dos produtos.

No sistema de colonização adotado nas colônias gaúchas, com a formação dos lotes rurais, eram traçadas, ao mesmo tempo, uma ou mais vilas, que deveriam servir como centro econômico-social da colônia. Embora estes centros se tenham desenvolvido, foi, no entanto, o travessão – ou linha – o local de encontro dos imigrantes, possibilitando-lhes a reconstrução do mundo cultural.

A formação das pequenas comunidades, como um espaço de participação, um ponto de referência, de encontro para o lazer e a oração, como um espaço de diálogo, e às vezes de conflito, que, de modo geral possibilitou a construção de uma identidade quanto ao modo de se relacionar e como um espaço de debate sobre problemas do cotidiano.

A oração poderia motivar o colono para atingir seus objetivos, buscando motivação e sacrificando-se através do trabalho para vencer as dificuldades que surgiam, conforme relata Oro⁴⁹: “Havia motivações mais profundas para o trabalho, entre as quais a aspiração de se tornarem no Brasil, diversamente do que ocorria na Itália, donos de um pedaço de terra para nela trabalharem, produzirem, constituírem família e progredir ou, então, de serem donos de capital.”

A religião atuou como elo de união entre as famílias, pois quase na totalidade confessavam-se católicas. A esse respeito Manfroi assim descreve:

⁴⁹ ORO, Ari Pedro. *Mi son talian*: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. v. III, Est/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 618.

A expressão religiosa, em suas manifestações cotidianas e festivas, era o sinal mais significativo do universo cultural dos imigrantes italianos. Era a referência primeira e indispensável de filiação ao grupo. [...] Foi através da religião católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros.⁵⁰

As visitas ocasionais do domingo, quando vizinhos há pouco chegados encontravam-se para fugir da solidão, rezar o terço e comentar os fatos da vida, foram aos poucos se institucionalizando e o grupo acabou sentindo a necessidade de construir uma capela, como ponto de referência, ao redor do qual passa a girar não só a vida religiosa, mas também a vida social. Cada linha via-se obrigada a construir a sua capela. Não tê-la equivalia a uma situação de inferioridade ante os vizinhos. Organizá-la devidamente era condição primeira para sonhar com elevação de *status*, o que seria obtido quando se conseguisse um padre e, acima de tudo, quando a capela fosse constituída como paróquia.



Figura 12 – Membros da comunidade de Souza Ramos, antiga Formigas, no município de Getúlio Vargas, reunidos em um dia de festa em frente a capela em 1947.

Fonte: Acervo pessoal de Nestor Seminotti

Num ambiente em que o único sistema de referência é o sagrado, em que as normas e valores profanos legitimam-se pelas normas e valores religiosos, compreende-se a importância que adquiriu, para cada linha, a construção da capela. Daí a multiplicação delas, por vezes aparentemente desnecessária, e em certos casos apesar da oposição formal da

⁵⁰ MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, 2(1): 227-74, 1975, p. 258.

autoridade eclesiástica. Daí, também, o fato de as grandes disputas sociais girarem em torno do local de construção, do material a ser empregado na obra, do santo escolhido como padroeiro da capela, entre outras decisões de cada comunidade que se constituía.

Surgiu a bodega, o salão de festas, a cancha de bocha, o cemitério e também a escola. Mais tarde, mudando-se os costumes, providenciou-se igualmente um campo de futebol. O grande dia local era a festa do santo padroeiro, comemorado com uma novena ou tríduo de cerimônias religiosas, excluindo-se destas, quase sempre, o baile.

Famílias de pequenos proprietários, vivendo do trabalho da terra, esses colonos pareciam oferecer as mais propícias condições para o trabalho de padres e religiosos de outras congregações. Criou-se um clima de cristandade, onde a participação massiva dos fiéis nas cerimônias da vida religiosa, a frequência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católica faziam parte do cotidiano das famílias cristãs.

Em terras gaúchas, diversas congregações religiosas, em decadência na Europa, vieram para o RS e procuraram construir suas casas de formação vocacional entre os imigrantes. Os colonos presos a terra, em pequenas propriedades policultoras, pouco tinham a oferecer aos filhos, além de uma vida semelhante à que levavam, a não ser que estes seguissem uma vocação eclesiástica. Num ambiente sacral, onde o padre e a freira eram pessoas das mais consideradas, abria-se ao filho do colono a oportunidade de desenvolver seus estudos e vestir o hábito religioso.

O trabalho de reorganização católica deveria atingir também a vida social das pessoas. Neste sentido, além das paróquias, deveriam surgir também colégios católicos, a fim de oferecer educação escolar aos filhos dos colonos, pois de modo geral, o Brasil era um país com poucas escolas no início do século XX.

A religiosidade dos colonos foi um aspecto presente no seu cotidiano e vai se tornar um elemento de sua cultura e da educação dos filhos. Deste modo, o contexto vivido pelas famílias dos colonos, de oração, trabalho na terra e participação na comunidade é um terreno fértil para o trabalho de padres e freiras. A participação na comunidade contribui para um ambiente onde o colono desenvolve a capacidade de articulação e mobilização para os trabalhos conjuntos, onde se colocam as diferenças e as trocas de experiências.

1.4 AS CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS COLONOS NA REGIÃO ALTO URUGUAI NO SÉCULO XX

Ao iniciar o processo de ocupação e colonização da região Alto Uruguai no início do século XX, o (i)migrante europeu, então denominado colono por ter a posse de uma colônia de terra (25 ha), inicia uma trajetória que iria consolidá-lo por apresentar algumas características socioculturais bem definidas.

A base de um modelo sociocultural e socioeconômico apresenta-se através das seguintes características entre os colonos, durante boa parte do século XX na região Alto Uruguai: a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, o sistema de trabalho baseado na unidade familiar, a valorização da terra como o elemento central para a subsistência das famílias e a obtenção do lucro, a diversificação das atividades produtivas e a formação das pequenas comunidades rurais como um espaço de organização coletiva para a manifestação da religiosidade e do lazer.

Diante de um contexto de poucas mudanças, durante as primeiras décadas do século XX, o modelo socioeconômico que se forma a partir do projeto colonizador desta região, contribui para a afirmação das características acima citadas entre os colonos, a ponto de se consolidarem como elementos culturais que passaram a se reproduzir durante várias décadas no meio rural desta região.

Neste sentido, a busca por uma caracterização dos colonos, que por possuírem pequenas áreas de terras também são chamados de pequenos agricultores, nos fez perceber que, a historiografia trabalha por um longo período com um sistema de produção que obedecia dois aspectos: a diversificação da produção para atender a subsistência das famílias e a produção em escala maior dos produtos que poderiam ser comercializados com os comerciantes locais e transportados pelo transporte ferroviário. A pequena área de terra forçou o colono a desenvolver várias culturas, usufruindo dos recursos naturais, pensando primeiramente na subsistência da família e depois na comercialização do excedente.

Esse modelo produtivo vai vigorar durante os primeiros 50 anos do século XX e se mantém por conta das condições postas em âmbito de mercado externo e por permitir a reprodução socioeconômica daquele modelo de sociedade, mesmo diante de um quadro de carências, especialmente na saúde e educação.

Outro aspecto sociocultural que se enraíza na cultura dos colonos é a religiosidade das famílias e a formação das pequenas comunidades rurais. A dimensão religiosa associa-se a

ideia do trabalho como valores a serem praticados pelos colonos, estando presente na educação familiar e permanecendo como um aspecto preservado pelas famílias.

A participação dos colonos nas comunidades rurais permitiu que se iniciasse um sistema de organização social, pois a presença na comunidade significou a construção de um espaço coletivo de lazer, de oração e até de disputas por poder das direções de clubes e capelas, surgindo deste modo, o aspecto político entre membros das comunidades.



Figura 13 – Casal de pequenos agricultores ofertando produtos da colheita em uma missa no salão da comunidade nos anos 1980.

Fonte: Acervo de Paulo Farina

Os elementos que marcam a trajetória dos pequenos agricultores na região Alto Uruguai nos permitem colocá-lo como sujeito de um processo que se desenvolveu a partir de ações individuais e coletivas no campo social e econômico, criando uma identidade própria e agindo sobre o meio no qual esteve inserido.

As elaborações de Alan Touraine podem nos auxiliar na tentativa de compreender as potencialidades desenvolvidas pelo pequeno agricultor, como sujeito de um processo em diferentes momentos da história da região Alto Uruguai no século XX. Neste sentido Touraine coloca que “a liberdade do sujeito será construída na sua relação com o outro, na

busca do reconhecimento, na sua universalidade e na sua particularidade, tendo como premissa a idéia de que o sujeito possa tornar-se ator em seu destino pessoal e coletivo.”⁵¹

A religiosidade, a participação e organização dos colonos nas pequenas comunidades rurais e a valorização da terra são elementos que vão ressurgir através das lutas que passam a se desenvolver pelos pequenos agricultores nos anos 1980.

O modelo sociocultural adotado neste processo de ocupação e colonização vai se desenvolver durante boa parte do século XX, contribuindo para a formação de um capital social entre os colonos, manifestado pelos laços sociais entre as famílias, pela formação das comunidades rurais e pela criação de espaços coletivos como as escolas, os salões comunitários, a Igreja e a ajuda entre colonos para os trabalhos na agricultura.

A partir dos aspectos já mencionados, bem como do papel de sujeito do colono (i)migrante no processo de ocupação e colonização da região Alto Uruguai, buscaremos compreender no próximo capítulo como se desenvolve entre os mesmos a organização sociopolítica a partir da década de 1980. Para isto, buscaremos relacionar os elementos socioculturais que compõe a base da formação dos colonos, com as mudanças conjunturais que cercam a pequena propriedade a partir dos anos 1980, avançando na caracterização dos agricultores familiares na última década, para então chegarmos às implicações para o campo da representação política dos mesmos.

⁵¹ TOURAINE, Alain. *Iguais e diferentes poderemos viver juntos?* 8. ed., Tradução Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 1-2.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENTRE PEQUENOS AGRICULTORES NA REGIÃO ALTO URUGUAI A PARTIR DE 1980



Figura 14 – Missa pela conquista do STR Erechim em 1984 e a queima de um pelego simbolizando a vitória da CUT sobre a FETAG.

Fonte: Acervo Pessoal Paulo Farina

A região Alto Uruguai do RS caracterizou-se a partir da década de 1980 pela presença de um conjunto de lideranças sociais que criaram e conquistaram várias organizações sociais populares ligadas aos trabalhadores do campo e da cidade. As constantes crises econômicas no meio rural, o êxodo rural e o projeto de construção de barragens na bacia do rio Uruguai estiveram no centro deste processo de organização nesta região e contextualizam com o processo de mudanças na política brasileira, com a abertura política do país e a reorganização das organizações sociais ligadas a diversos setores da sociedade civil.

Se até os anos 1960 o contexto socioeconômico dos pequenos agricultores não apresentava mudanças estruturais e preservava-se um modelo sociocultural entre as famílias na região Alto Uruguai, a década de 1970 apresenta mudanças significativas quanto ao sistema de produção e a atuação do Estado no meio rural.

Mesmo que o presente capítulo busque identificar as características dos pequenos agricultores a partir do processo de organização social dos anos 1980 e os reflexos para a

representação política sindical, esta caracterização só pode ser construída se dialogarmos com os diversos processos que estiveram associados ao contexto socioeconômico dos mesmos, pois nesta fase o novo modelo sindical foi planejado, voltado para as questões econômicas e o modelo de desenvolvimento para os pequenos agricultores, com a criação da FETRAF.

Neste segundo capítulo analisamos o processo de organização social entre os pequenos agricultores da região Alto Uruguai a partir dos anos 1980, buscando relacionar as bases da formação sociocultural como a valorização do trabalho e da terra, a religiosidade e a organização em torno das comunidades rurais, com a defesa da terra diante do projeto de construção de barragens na bacia do rio Uruguai, a crise econômica no meio rural e a organização dos pequenos agricultores em torno do sindicalismo ligado a CUT, tendo a contribuição de padres e irmãs ligados aos setores progressistas da Igreja Católica.

Nesta análise sobre a formação de um processo de organização social e política entre os pequenos agricultores desta região, dialogamos com o conceito formulado por Roberto Putnam sobre “capital social”, como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que se ligam a uma rede durável de relações, onde se estabelecem objetivos comuns. Neste sentido, o capital social surge a partir dos potenciais e das relações de interconhecimento e de inter-reconhecimento que se formam em um determinado grupo ou categoria, que planejam suas ações de forma coordenada e normalmente estão presentes em um território. O capital social é uma construção coletiva que permite identificar as relações produzidas e estabelecidas no processo histórico.

A formação de um capital social na região Alto Uruguai, surgido a partir do processo de ocupação e colonização desta região, teve a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica com a formação de novas lideranças sociais que criaram várias organizações populares a partir da década de 1980. Podemos destacar alguns aspectos que contribuíram para a formação de um capital social nesta região:

- a) a valorização da terra como elemento central para a reprodução social, cultural e econômica dos pequenos agricultores;
- b) a religiosidade e a valorização do pequeno agricultor ao trabalho desenvolvido pela Igreja Católica nas comunidades rurais;

c) o trabalho de formação social e política, desenvolvido por padres e irmãos vinculados a setores progressistas⁵² da Igreja Católica, de onde surgiram dezenas de jovens lideranças que passaram a atuar no movimento sindical rural;

d) a criação de movimentos sociais, com destaque para a Comissão Regional de Atingidos por Barragens⁵³ (CRAB) e o movimento das oposições sindicais a partir da proposta da Central única dos Trabalhadores (CUT);

e) a mobilização dos agricultores familiares pelo direito ao crédito, a juros baixos, ao seguro agrícola, por melhores preços para os produtos agrícolas, aposentadoria para a mulher do campo, entre outros;

f) a relação entre a luta por direitos e a luta pela redemocratização do Estado, pois o Brasil encontrava-se na fase final do regime militar e tais princípios estendiam-se para as organizações a nível local.

Se até meados dos anos 1970 observou-se que a construção de características comuns no campo sociocultural entre os pequenos agricultores, nesta nova etapa do processo de conquistas, os mesmos avançam no campo socioeconômico, com a luta por direitos, organizando-se através de movimentos sociais, mobilizando-se na luta por políticas públicas, criando experiências associativas como alternativas ao modelo capitalista de desenvolvimento, fazendo o debate sobre “projeto de desenvolvimento” através do movimento sindical e da CUT. Os pequenos agricultores passam a fazer parte deste novo momento, onde a organização social constituiu-se numa forma de interagir com as questões globais, manifestando a sua problemática e seus projetos futuros através do capital social que vinha se construindo.

2.1 OS FATORES FAVORÁVEIS À ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES NA REGIÃO ALTO URUGUAI

Entre os fatores que contribuíram para a organização social construída entre os pequenos agricultores, as bases que formam a pequena propriedade nesta região, como a

⁵² Os Setores Progressistas da Igreja Católica foi um segmento da mesma, formado por Padres e Irmãs defensoras da Teologia da Libertação que, entre outras questões, pregava o trabalho da Igreja voltado para a realidade social das pessoas.

⁵³ A Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) foi o movimento criado em 1979, formado por pequenos agricultores da região Alto Uruguai do RS, que lutavam contra a construção de 22 barragens na bacia do rio Uruguai, entre os estados de SC e RS.

valorização e o apego à terra constitui-se como um fator fundamental para analisarmos a luta pela terra através dos movimentos sociais que vão se constituir após os anos 1980.

Ainda, no processo de ocupação, o relevo acidentado, a falta de recursos para o plantio e a dívida pela compra dos lotes rurais eram preocupações do colono recém chegado. O grande número de filhos se comparado a pequena área de terra e as transformações econômicas foram se constituindo em preocupações para os pequenos agricultores em razão das condições de sobrevivência e o risco do êxodo rural.

Uma das questões emblemáticas para os pequenos agricultores da região Alto Uruguai foi o projeto de construção de barragens na bacia do rio Uruguai no final da década de 1970. O apego a terra, por ser o único meio de produção que garantiria as condições de sobrevivência da família, contribuiu para a grande mobilização contra a construção dos grandes projetos hidrelétricos.

Um segundo aspecto marcante que colaborou para um intenso processo de mobilização social dos agricultores familiares foram as “oposições sindicais” na década de 1980. A visão sobre a necessidade de uma organização social mais consistente na luta pela terra vai contribuir para a formação de um capital social que identifica a região Alto Uruguai pela união dos agricultores em ações coletivas nestas últimas três décadas.

Tais lutas foram mediadas por organizações sociais ligadas aos pequenos agricultores e o capital social possibilitou maior comprometimento dos mesmos. Em se tratando da construção coletiva do capital social, Roberto Putnam coloca que: “O capital social é conceituado como constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.⁵⁴

Neste sentido, onde predominam as ligações horizontais, não hierárquicas, as redes de relações sociais tornaram-se mais densas ao longo da história, criando-se um ambiente que favorece a participação, a colaboração e o associativismo.

Os traços culturais que se formam no decorrer de um determinado período podem ou não contribuir para a formação do capital social, pois esta sintonia entre costumes, valores e objetivos pode ser direcionada para ações coletivas ou individualizadas.

No caso dos pequenos agricultores, a sua condição social e econômica, conduziu-os, em muitos momentos, para a busca de soluções de modo coletivo e aí se inicia a formação de um capital social entre os mesmos. Podemos destacar a mobilização contra as barragens e as

⁵⁴ PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 177.

lutas das oposições sindicais como hipóteses que podem comprovar tal definição. Os objetivos é que vão mudando no decorrer do processo histórico e este capital social vai se consolidando, na medida em que novos desafios vão sendo enfrentados coletivamente. Deste modo, presume-se que o capital social se forma se houver uma identidade coletiva construída em um determinado espaço e tempo.

A identidade regional, assim como o capital social, não deve ser entendida como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias, mas, sim, como algo que foi construído historicamente, pois surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum.

A construção do conceito de capital social tem por princípio perceber os recursos reais ou potenciais vinculados à consolidação de uma rede de relações de reconhecimento mútuo.

Tendo como exemplo a trajetória dos pequenos agricultores, pode-se perceber que o capital social resulta de um processo construído em um longo período e diante de grandes mudanças em seu meio. Um dos componentes favoráveis para a formação do capital social esteve no modelo de colonização, pois a região Alto Uruguai teve uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, com até 25 hectares por família. Esta característica estabeleceu certa igualdade nas condições econômicas entre os colonos, facilitando as relações sociais e a formação do capital social.

Mas a identidade regional e o capital social não fizeram parte de um planejamento pensado ou formulado previamente. Ocorreram a partir do contexto e das condições que naturalmente se ofereceram aos pequenos agricultores no decorrer do século XX. As pequenas comunidades rurais são o primeiro espaço de organização social, onde há a possibilidade de formação de uma identidade comum e do capital social.

Por isso entendemos que a prática reiterada da participação de membros dos diferentes segmentos da comunidade na discussão, formulação, implementação e avaliação de ações de interesse da região podem contribuir, sem dúvida, para fortalecer essa percepção, ajudando a consolidar a identidade regional.

2.2 O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

Apesar de não haver uma definição consensual de movimento social, alguns autores se dedicaram a propor conceitos capazes de explicar tal fenômeno, estudando diversos movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, em sua composição social, em sua dinâmica interna, em sua interação com as relações de poder e em sua capacidade de imprimir novas configurações às relações sociais. Alguns conceitos de movimento social são amplos e procuram dar maior amplitude à sua aplicação a fenômenos que possam ser caracterizados e explicados enquanto movimentos sociais.

A socióloga Maria da Glória Gohn⁵⁵ assim define movimentos sociais: “São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais”. Deste modo, os movimentos politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Para Gohn⁵⁶, “os movimentos sociais representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto à construção de uma nova sociabilidade humana”, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade vigente. A autora cita como as principais categorias dos novos movimentos sociais a sua preocupação com a ação do ator, a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo da articulação das identidades coletivas.

Para o sociólogo francês Alan Touraine os movimentos sociais operam na produção de cultura e na apropriação de valores sociais, opondo-se e complementando-se aos adversários aos quais estão ligados por relações de poder. Nesse sentido,

⁵⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008, p. 44.

⁵⁶ Ibidem.

[...] movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas 'forças sociais', criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios.⁵⁷

Touraine assinala três elementos constitutivos na abordagem sobre o movimento social: o autor, o adversário e o conflito nas quais outras três dimensões se sobressaem: identidade, oposição e totalidade. Touraine não deixa de defender a necessidade de equilíbrio e complementaridade de força na relação entre a sociedade civil e o Estado e afirma que se o poder inclinar para o Estado torna-se autoritário; se inclinar para a sociedade civil torna-se democrático, mas corre o risco de perder a ligação com o Estado, provocando uma reação antidemocrática ao movimento.

O tema da democracia e da sociedade civil adquire, no pensamento de Touraine, a centralidade impar, pois não só estão em jogo os processos de democratização de vida política e garantia de direitos fundamentais, mas também a questão de equilíbrio de poder no qual o conflito e o consenso são elementos de construção de uma sociedade democrática. Segundo Touraine,

A democracia só sobreviverá quando os atores sociais (movimentos sociais) e políticos (Estados) estiverem ligados uns aos outros; quando a representatividade dos cidadãos estiver garantida, com a condição de que esta representatividade seja associada à limitação do poder, à cidadania, à luta pela melhoria das condições de vida dos indivíduos, mas também quando essa representatividade aceita os conflitos, as contestações e as visões contrárias que tornam a sociedade cada vez mais consciente de suas orientações.⁵⁸

Segundo esse paradigma, os fenômenos coletivos não seriam simples reflexos de crises sociais que gerariam produção de novas formas de sociabilidade, mas uma atividade para a produção e configuração de novas formas de fazer política.

Outros autores privilegiam em suas análises as causas que geram a mobilização social. A partir de um enfoque eminentemente sociológico, analisam as ações coletivas propositivas para alterar as instituições em função das necessidades humanas, dando a entender que as mudanças acontecem devido às pressões dos movimentos sociais.

⁵⁷ TOURAINE, Op. cit., 1978, p. 35.

⁵⁸ TOURAINE, Alain. *O que é democracia?* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 92.

Neste sentido, outra concepção de movimento social bastante difundida é a de Alberto Melucci, para quem movimentos transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas, instituições e organizações sociais.

A reflexão conceitual de Alberto Melucci em torno da ação coletiva tornou-se uma referência importante sobre os movimentos sociais contemporâneos no campo da sociologia européia. Contrariamente a Touraine, que privilegiou nos seus estudos os sistemas macrosociais, Melucci concentra sua atenção no plano microsocial nas relações entre atores cujo significado nos possibilita condições para fazer outras mediações conceituais e conexões metodológicas não restritas ao fenômeno “coletivo”.

Para Melucci, os fenômenos contemporâneos combinam componentes diversos e multifacetados. Ele procura decompor essa forma de ação coletiva multifacetada para explicar a dinâmica da sociedade contemporânea e da complexidade da ação coletiva, a modernização institucional e formas de solidariedade conflitual entre atores com capacidade de (re)definir o campo político. A articulação de novas categorias sobre a ação social coletiva e movimentos sociais, capazes de modular e transpor diferentes subjetividades e ações dos indivíduos são principais desafios das sociedades complexas.

As sociedades complexas não possuem mais bases econômicas, mas uma integração crescente das estruturais culturais, políticas e econômicas... Os espaços sociais dos movimentos se constituem como arena distinta do sistema e não coincide mais com as formas tradicionais da organização social da solidariedade e de representação política.⁵⁹

Melucci mostra que nas sociedades contemporâneas o conflito social e político não têm espaço delimitado de ação. Não faz parte do sistema econômico industrial e nem é oriundo de sistemas formais de representação política. O conflito está na vida cotidiana e os movimentos sociais não são personagens que se movem em função do fim que lhes são atribuídas pelos ideólogos, mas se apresentam como redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação coletiva de atores sociais.

Nessa perspectiva, Melucci⁶⁰ refere que “a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre autores sociais.”

⁵⁹ MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 22.

⁶⁰ Idem, p. 23.

Outra questão que Melucci destaca nos movimentos contemporâneos é que as redes de ação coletiva estariam operando através de um sistema de trocas simbólicas. Nesse sentido, segundo Melucci, “as redes de ação coletiva teriam as seguintes características permanentes de funcionamento:

As redes estariam ligadas: (1) à vida cotidiana; (2) a identidade do grupo transformaria em ação coletiva visível em situação de latência; (3) a mudança é apenas uma condição de mobilização; (4) a agregação que resulta da mobilização não persegue os objetivos de longo prazo.⁶¹

Melucci vê a interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos, onde a militância (agregação) seria de curta duração. No entanto, Melucci⁶² destaca que “a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação e a ação coletiva são dotadas de significados, representações fragmentadas, pluralidade de sentidos-interesses e complexidades das decisões e das relações.”

Consideramos interessante a abordagem de Melucci para a análise dos movimentos sociais da região Alto Uruguai, por destacar que a atuação dos mesmos se dá nos sistemas microsociais, ou seja, não estariam necessariamente interessados na construção da hegemonia dentro do Estado, mas pela conquista de direitos específicos de uma determinada classe ou categoria.

Neste sentido, mesmo que os paradigmas que norteavam os movimentos sociais tenham sofrido mudanças nos últimos anos, com o surgimento dos Novos Movimentos Sociais, quando observávamos que os movimentos sociais da região Alto Uruguai nos anos 1980 articulavam as lutas específicas para os trabalhadores com a defesa da democracia e a crítica ao capitalismo, o elemento central que dava razão para a existência dos movimentos estava centrado na defesa de questões no campo micro social.

Para a análise dos novos movimentos sociais ligados aos pequenos agricultores, concordamos quando Melucci alarga a noção de sociedade, identidade coletiva e de Estado, incorporando a sua multidimensionalidade num campo aberto de pluralismo político e tomada de decisões culturais autônoma de atores sociais.

Deste modo, o conceito de classe social herdado do marxismo, onde prevalecem os sistemas macrossociais, defendidos por Gohn e Touraine, não teria condições de explicar a

⁶¹ MELUCCI, A. Op. cit., 2001, p. 98.

⁶² Ibidem.

ação coletiva na sociedade contemporânea, por esta apresentar relações sociais mais fragmentadas, heterogêneas, complexas e autônomas.

Os estudos específicos sobre movimentos sociais, até 1960, ressaltavam uma preocupação centrada nas lutas operárias e sindicais, ou seja, a luta de classes, também com perspectiva essencialmente marxista. Cabe destacar que o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo grandes períodos históricos e denominavam-se dessa forma também guerras, movimentos nacionalistas, ideologias radicais, ideologias libertárias. Entretanto, os estudos crítico-marxistas associavam o conceito de movimento social à questão da reforma ou da revolução.

O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e transformação social, fundamentada na análise da realidade social, tendo como sujeito principal do processo a classe trabalhadora. Os estudos empíricos tratavam em sua grande maioria do movimento operário e camponês, bem como dos sindicatos e dos partidos políticos⁶³.

Em geral, as práticas dos novos movimentos sociais não se aproximam da proposição de um projeto social que proponha alterações substanciais nas relações sociais capitalistas e não se voltam necessariamente para a transformação das formas de dominação política e econômica.

A concepção de que os novos movimentos sociais têm como característica a valorização da identidade dos sujeitos envolvidos vai ao encontro da construção social e política do pequeno agricultor, pois o mesmo traz consigo no processo de organização social sua formação sociocultural e a defesa de direitos que garantam a sua reprodução socioeconômica.

2.3 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO CONTRA AS BARRAGENS NA BACIA DO RIO URUGUAI EM 1979

O projeto de desenvolvimento planejado pelos governos militares durante a década de 1970, onde grandes empreendimentos hidroelétricos seriam construídos na bacia do rio

⁶³ GOHN, Op.cit., p. 330.

Uruguai, influenciou diretamente o processo de organização social e político dos pequenos agricultores da região Alto Uruguai, a partir de 1980.

Se, por um lado podemos considerar que os pequenos agricultores viviam com certo distanciamento das questões políticas que cercavam o contexto brasileiro durante boa parte do século XX, muito pela inoperância do governo em relação às políticas agrícolas para a pequena propriedade, por outro, a decisão do governo de construir as barragens de Itá e de Machadinho, em pleno regime militar, trouxe um cenário de preocupação e mobilização dos pequenos agricultores em defesa de sua propriedade, abrindo caminho para a constituição de um campo de lutas em torno de várias outras necessidades do meio rural.

A criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) em 1979 na região Alto Uruguai reflete o novo momento de reorganização dos movimentos sociais no Brasil, após quase duas décadas de repressão e controle dos governos militares sobre qualquer tipo de organização social que pudesse questionar as ações governamentais.

O surgimento das Organizações Sociais Populares no Brasil e na América Latina se dá em meio a uma série de acontecimentos que marcam a história destes povos. Se prestarmos atenção para o momento histórico em que surgem os movimentos sociais, e aqui de modo especial o Movimento de Atingidos⁶⁴ por Barragens, veremos que são datados e correspondem a períodos de crise na economia, de redefinição do modelo de desenvolvimento e de constituição de novos atores sociais como sujeitos de uma política nacional e internacional. Marcon contextualiza este período da história brasileira colocando que,

A partir da segunda metade da década de 1970 revelaram-se os primeiros sinais de crise, quando os próprios militares falavam em distensão. Com o avanço das organizações operárias em 1977 e as greves no ABC a partir de 1977, passou-se a falar em abertura política. O problema da legitimidade dos governos militares foi, então, colocado de forma crucial por diferentes setores organizados da sociedade civil, que reivindicavam uma participação política efetiva.⁶⁵

Em texto produzido por Nogaro, sobre as ações educativas das organizações sociais populares de Erechim podemos constatar que o processo de industrialização, a modernização

⁶⁴ Atingidos eram todos os proprietários e arrendatários que tiveram suas terras atingidas pelas águas dos empreendimentos hidroelétricos.

⁶⁵ MARCON, Telmo. *Acampamento natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p. 22.

e o desenvolvimento a qualquer custo proposto pelos governos militares, aguçaram a luta de classes e estimularam a organização social popular em âmbito brasileiro.

No transcurso das décadas de 70 e 80, a economia brasileira procurava o desenvolvimento e muitos segmentos sociais lutavam para encontrar seu próprio espaço. Havia um clima de euforia e esperança. As organizações sociais populares procuravam ocupar os espaços deixados pela ditadura. Quando esta começa a enfraquecer sua influência, o campo popular e sindical é reforçado e ressurgiu com toda força.⁶⁶

Nos primeiros anos da década de 1970 o desenvolvimento econômico proposto pelo governo brasileiro passava por grandes investimentos realizados no setor industrial, especialmente na região sudeste do Brasil. O setor primário estava sendo substituído pelo setor industrial e este necessitava de grande produção de energia. O setor elétrico, através da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia, passou a ser planejado a longo prazo no país, priorizando a matriz hidrelétrica como fonte geradora de energia elétrica.

O economista Celso Furtado⁶⁷ analisava que para o Brasil se desenvolver era necessário investir na reconstrução das estruturas produtivas e que o problema principal consistia em encontrar os recursos financeiros para ampliar a base do sistema industrial, aumentar coeficiente de exportação e redirecionar o setor energético, numa clara demonstração do percurso por onde passaria o desenvolvimento e sem mencionar as consequências deste processo.

Pelos estudos realizados pela Eletrobrás, esta região oferecia ótimas condições para a geração de energia elétrica por ser rica em bacias hidrográficas, um relevo acidentado com grandes vales, o que diminuiria os custos para a construção das hidrelétricas e por estar próxima a região sudeste do Brasil, onde concentrava-se a maior parte do parque industrial brasileiro.

A falta de diálogo por parte do governo com os colonos, o medo de perder as terras e o desconhecimento sobre os impactos sociais e ambientais que os projetos hidroelétricos causariam foram fatores que mobilizaram os agricultores, atendendo aos apelos da Comissão Pastoral da Terra que, através de um trabalho de formação passou a orientar sobre os riscos que os mesmos representariam.

⁶⁶ NOGARO, Arnaldo; PIRAN, Gestine Cássia Trindade; ZAFFARI, Nelly. *A História e as ações educativas das organizações sociais populares da cidade de Erechim/RS*. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 1996, p. 27.

⁶⁷ FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 46.

2.3.1 A luta dos agricultores familiares em defesa da terra

As informações desconstruídas sobre os projetos hidroelétricos e o imaginário criado pelos atingidos, talvez significasse muito mais que a rejeição a geração de energia ou ao modelo de desenvolvimento industrial, num primeiro momento. O apego a terra, como um patrimônio construído por várias gerações e como a única forma de sobrevivência da família, já era motivo suficiente para estimular o agricultor na luta contra as barragens. As informações sobre locais, número de atingidos, início das obras, possíveis indenizações não eram reveladas pela Eletrosul, o que causava a apreensão e a revolta dos atingidos.

Conforme descrito em Seminotti⁶⁸, outro fator que estimulou a formação de um movimento de atingidos foi o despejo ocorrido dos atingidos pelas usinas hidrelétricas de Itaipu e Passo Real, no Paraná. A notícia da construção das barragens na bacia do rio Uruguai estimulou um imaginário catastrófico. A reportagem do Jornal Zero Hora de 3 de junho de 1980 demonstra a preocupação dos atingidos:

A imagem de Passo Real ainda está fresca na cabeça dos colonos de Aratiba, Marcelino Ramos e de mais de uma centena de municípios gaúchos e catarinenses que serão atingidos pela construção das barragens de Machadinho e Itá, parte de um portentoso complexo de 22 hidrelétricas, que deverão no futuro se interligar, há ainda o caso dos colonos desterrados para a construção no Paraná, das barragens de Salto Osório e Salto Santiago e a certeza de que a Eletrosul, responsável pelas obras, não costuma agir com muito bom senso na hora de indenizar os agricultores.⁶⁹

A versão que a CRAB repassava aos colonos sobre a indefinição das indenizações nas barragens construídas em outras regiões do país, criando condições favoráveis para a organização social contra a construção das barragens. No entanto, a versão repassada pela CRAB não era totalmente correta, pois havia direito às indenizações, direito este reconhecido pelo Decreto n.º 3.365/41, no qual, as normas estatais, no caso de implantação de usinas hidrelétricas, prevêm que na desapropriação, o indivíduo tem direito à indenização de sua propriedade. Ocorre que, nas áreas atingidas (barrancas de rios, morros, etc.), a maioria dos indivíduos que ali residiam era constituída de posseiros, arrendatários, meeiros, filhos de proprietários, que segundo o decreto citado, não tinham direito à indenização.

⁶⁸ SEMINOTTI, Jonas José. *O papel político da igreja católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990)*. Erechim: Graffoluz, 2008.

⁶⁹ STALLBAUM, Imara (textos); MAFALDA Antônio Carlos (fotos). Barragens provocam clima de suspense nas margens do Uruguai. *Jornal Zero Hora*, 3 junho. 1980, p. 3.

A estratégia do governo, que inicialmente não previa um canal de diálogo com os atingidos, foi mudando na medida em que os colonos passaram a se organizar. Entre as ações do governo estava a negociação individual sobre as indenizações, como forma de desmobilizar os atingidos. Com isso, este processo de organização social em torno do MAB não foi consenso entre todos os agricultores, pois muitos acreditavam que as indenizações das terras e das benfeitorias seriam uma alternativa para melhorar de vida em outras regiões ou até mesmo migrando para a cidade.

A criação de um trabalho social entre os atingidos e a criação da CRAB⁷⁰ teve a contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de lideranças dos sindicatos de Trabalhadores Rurais a partir da proposta da Central Única dos Trabalhadores e de alguns professores da Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES).

A religião tornou-se o instrumento de intermediação entre atingidos e lideranças religiosas, pois alguns padres defensores da Teologia da Libertação, ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, passaram a fazer um trabalho de conscientização sobre a problemática enfrentada pelos pequenos agricultores com o projeto das barragens. Conforme depoimento do padre Ivo Moelke (descrito por Seminotti⁷¹), que no início da década de 1980 era pároco de Estação, município de Getúlio Vargas (RS) (um dos municípios que seria atingido pela barragem de Machadinho), “aos domingos, íamos participar de mobilizações nas comunidades, onde a barragem de Machadinho atingiria, mas era uma opção muito mais dos padres do que uma orientação da Igreja”.

⁷⁰ Em texto produzido pela CRAB, está expressa parte de sua história: A partir do conhecimento deste projeto faraônico, começou o trabalho de informação e mobilização dos atingidos com o incentivo da CPT, de igrejas, alguns sindicatos combativos e de professores da Faculdade de Erechim - FAPES. Os primeiros a se mobilizarem foram os atingidos da região onde seria construída a barragem de Machadinho. No decorrer do processo de mobilização, surgiu a necessidade de unir a luta dos atingidos pelas várias barragens que estavam no projeto. Para isso, em 1979, foi fundada a CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens, com a finalidade de encaminhar as lutas dos atingidos, que aos poucos assumem a CRAB como seu instrumento de organização e de luta. O Movimento vem se caracterizando pela luta de resistência na terra, tendo como principal slogan: Terra Sim, Barragens Não. Em nenhum momento os agricultores se manifestaram contra o progresso, a geração de energia, mas contrários a este plano energético e ao modelo de desenvolvimento e seu encaminhamento, pois não vem responder às necessidades das populações atingidas, nem da maioria do povo brasileiro, mas sim aos interesses do capital nacional e internacional.

⁷¹ SEMINOTTI, Op.cit.



Figura 15 – Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Fonte: Arquivo do MAB da região Alto Uruguai

As reuniões, os debates e o trabalho de formação era fomentado por lideranças dos setores Progressistas da Igreja Católica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (ISLB), da FAPES⁷² e dos sindicatos dos trabalhadores rurais combativos. Este envolvimento possibilitou a formação de uma estrutura organizacional do movimento e o surgimento de lideranças populares entre os atingidos, muito bem destacado por Navarro quando assim refere: “[...] pelo menos 90% dos quadros dirigentes de todos os movimentos sociais, no primeiro período (1979 a 1986), ‘começaram a entender’ pelas mãos da Igreja,”⁷³ bem como a captação de recursos junto à Instituições Religiosas Internacionais, formando uma rede de comunicação e integração.

No início da década de 1980, o trabalho do Movimento dos Atingidos por Barragens tem a finalidade de ampliar a força política para disputar a forma de tratamento social da população atingida, buscando o direito de defender a diversidade social, cultural e biológica da região. O trabalho inicial foi de organização dos agricultores atingidos em suas comunidades, ampliando-se para a organização em âmbito municipal. No mesmo sentido, as lutas saem da dimensão local e individual para negociações por indenizações coletivas, mesmo que houvesse agricultores que optavam por negociações diretas com as empresas construtoras dos empreendimentos.

Esta luta contra a realização das barragens, que se transformaria na luta pelo direito a indenizações em dinheiro ou pelo reassentamento em outras regiões, a partir do trabalho do MAB junto aos atingidos, especialmente com os reassentados, se transformou em uma forma

⁷² FAPES – Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior. Localizada em Erechim-RS.

⁷³ NAVARRO, Zander. *Relatório sobre sindicalismo*. Relatório de pesquisa do projeto Democracia e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre-RS, 1991. Mimeo, p. 4.

de resistir ao modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo projeto político do Estado brasileiro nas décadas de 1980 e 1990.

Entre os questionamentos à política nacional estavam a privatização do setor energético para empresas multinacionais, o modelo de produção de energia, os impactos ambientais e culturais causados pelo mesmo e a falta de assistência técnica e crédito aos atingidos reassentados.

A primeira organização criada, a CRAB, constituída em âmbito regional em 1979, deu lugar ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) em 1991, pela necessidade de uma organização que atuasse em várias partes do país, tendo presente que os projetos hidroelétricos representavam riscos ao modo de vida dos pequenos agricultores e posseiros⁷⁴ de vários estados brasileiros.

A religiosidade, constituída como uma característica dos pequenos agricultores desde o processo migratório no início do século XX esteve expresso na luta dos mesmos na defesa da terra. O símbolo do MAB, de uma pessoa pregada na cruz, com a foice e a enxada aos seus pés, buscava atingir o imaginário religioso dos agricultores, pois a presença de um agricultor crucificado em uma rede de alta tensão, como se representasse Jesus sendo pregado na cruz, significa o sacrifício da vida no trabalho da terra, em uma alusão a Cristo, com a valorização da comunidade e da religiosidade.

2.3.2 Conflitos e conquistas do MAB

Com o projeto de construção das barragens na bacia do rio Uruguai no final dos anos 1970 e com o início das obras no final dos anos 1980, um novo contexto social se forma em torno do agricultor atingido.

A presença constante da Eletrosul demarcando áreas, o trabalho de lideranças religiosas e sociais no processo de organização social, a incerteza sobre as negociações, indenizações e sobre as mudanças que ocorreriam a partir do deslocamento para outros lugares e, talvez o mais importante de todos os aspectos, o sentimento de perda de um estilo de vida e de seus aspectos culturais construídos ao longo do tempo, eram fatores causadores de temores e insegurança para os atingidos.

⁷⁴ Posseiros eram os agricultores que não possuíam terras e por isso moravam e trabalhavam em terras de outros agricultores familiares, ficando apenas com parte de sua produção. Os posseiros também foram atingidos pelas barragens.

Em depoimento, já expresso em Seminotti⁷⁵, o agricultor atingido, Reginaldo Gonçalves da Silva, 55 anos, que possuía pais, tios, irmãos e avós enterrados em um cemitério que foi alagado, se manifesta da seguinte forma:

‘Vou ficar por aqui porque já estou velho e minha esposa é muito doente’ disse ele, olhando em direção ao Rio Uruguai, visto de sua moradia. Sua esposa cuidava do cemitério limpando-o duas vezes por ano, plantando flores e roçando ao redor, mas o abandonou porque sabe que agora deve remover os seus parentes falecidos. ‘Não sabemos o que fazer e nem onde enterrar, mas não podemos deixá-los embaixo d’água’.⁷⁶

Tedesco⁷⁷, em sua obra *Memória e cultura*, analisa que no processo de perda do espaço, os lugares de memória são destruídos, “nos relatos dos idosos, é ressaltada a dificuldade que tiveram para construir suas vidas a partir de lugares íngremes, de matas e morros, onde como colonos ergueram suas casas.” No caso dos atingidos pelas barragens, tal espaço foi alagado pela construção de hidrelétricas, o que marca profundamente as suas vidas.



Figura 16 – Manifestação de colonos atingidos pela barragem de Itá, SC, em 1982.

Fonte: Arquivo do MAB da região Alto Uruguai.

⁷⁵ SEMINOTTI, Jonas José. O movimento dos atingidos por barragens no norte do RS – 1979-2007. TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho, 1980-2008*. EST Edições. Porto Alegre, 2008, p. 128-153.

⁷⁶ BARRAGEM de Itá vai cobrir 27 cemitérios no RS e SC. *Diário da Manhã*. 1986. Erechim, p. 5.

⁷⁷ TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade, e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST, 2001, p.72.

A suspensão temporária da construção das barragens da bacia do rio Uruguai em 1985 foi vista como uma conquista pelos agricultores atingidos. Além da crise econômica do país, a mobilização dos atingidos pressionou o governo para a suspensão dos trabalhos da Eletrosul. A CRAB tratou o cancelamento das obras como uma conquista do movimento, o que não deixava de ser verdadeiro, legitimando a necessidade de prosseguir com a organização social dos atingidos. Porém no final dos anos 1980 as obras reiniciaram com a construção da barragem de Ita, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, iniciando uma nova fase de mobilizações, conflitos e negociações entre o movimento e a Eletrosul.

Neste contexto de constante mobilização dos atingidos a mídia local fazia muitas críticas ao movimento, dando uma versão aos fatos que ocorriam sempre favoráveis ao governo. Uma das questões emblemáticas que geravam divergências na opinião pública eram os recursos que a CRAB recebia de organismos internacionais para realizar o trabalho de organização dos atingidos. O jornal *Voz da Serra*⁷⁸, em novembro de 1987 publicou vários artigos sob os seguintes títulos: “Dólares sempre à vontade”, “Sem-terra tem aula de guerrilha”, “Doutrinação do PT e CUT”, “Poderio amedronta prefeitos”.

Sob o título “Doutrinação do PT e CUT” o jornal *Voz da Serra* publicou a seguinte matéria:

De acordo com informações fornecidas por autoridades no Alto Uruguai, a CRAB é outro braço de agitação da CUT e do PT, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, que, também com recursos de Igrejas, patrocinou e coordenou a invasão à Fazenda Annoni [...]. Os dois movimentos se estariam articulando no momento, através do Centro de Educação Popular (CEPO), como órgão receptor dos recursos, tendo em vista que a Crab e os sindicatos não poderiam fazer captações de recursos a não ser dos associados. [...] Nos últimos dias, autoridades da região, depois de muita procura, conseguiram, finalmente, documentar a denúncia do cardeal Vicente Scherer, segundo o qual recursos de igrejas do exterior estariam financiando atividades da CUT e do PT.⁷⁹

⁷⁸ OLIVEIRA, Francisco. Dólares sempre à vontade. *Jornal Voz da Serra*. Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco. Doutrinação do PT e CUT. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

Os conflitos se davam até mesmo entre os membros da própria Igreja, pois parte do clero, os padres defensores da teologia da Libertação⁸⁰, apoiava o movimento dos atingidos, enquanto uma outra parcela, os padres conservadores⁸¹ ficava omissa ou era contra o movimento, aliando-se a mídia e a setores da sociedade favoráveis aos empreendimentos hidroelétricos.

Os agricultores atingidos encontravam-se divididos entre as orientações da CRAB, defensora da concepção de que a mobilização seria a condição para uma boa negociação pelas indenizações, e pela negociação direta e individual com a Eletrosul. Neste jogo de forças, pelo amplo trabalho de mobilização realizado entre os atingidos, em 13 de agosto de 1987 a Eletrosul reconhece oficialmente a CRAB como interlocutora e representante dos atingidos. Reconhecida e legitimada pela própria Eletrosul, a CRAB aumenta sua credibilidade entre os atingidos.

Na década de 1990 a organização social dos atingidos passa por transformações quando, cria-se o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em 1991, em âmbito de Brasil e ocorre o aprofundamento do projeto neoliberal, com a privatização do setor energético e a consequente diminuição do papel do estado. A Eletrosul foi cindida em duas, sendo que a parte responsável pela geração passou a ser chamada de Gerasul, comprada por uma multinacional belga chamada Tractebel, a qual se tornou proprietária do percentual da usina hidrelétrica de Machadinho e assumiu a construção da UHE de Itá. A Machadinho Energética S/A (MAESA), liderada pela Alcoa (multinacional americana), em 1999, assumiu a construção da UHE de Machadinho em seu novo eixo.

Com a entrada de empresas privadas na construção das barragens, o movimento dos atingidos encontra dificuldades nas negociações sobre reassentamentos e indenizações. O Estado antevê o seu aparato repressivo através do decreto de utilidade pública e do instituto de desapropriação, intervindo sempre a favor das multinacionais, no que tange a garantia de construção das usinas hidrelétricas.

Há uma clara oposição do Movimento dos Atingidos contra o projeto neoliberal e a consequente política de privatizações implementada pelo governo brasileiro na década de 1990, pois a partir daí as barragens seriam construídas por empresas nacionais e internacionais privadas, diminuindo o poder de negociação do Movimento. Com isso,

⁸⁰ Teologia da Libertação foi uma corrente da Igreja Católica que se desenvolveu na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, que defendia o compromisso e a prática com o campo social, não apenas espiritual. Um dos maiores expoentes no Brasil foi Leonardo Boff.

⁸¹ Padres conservadores eram os sacerdotes defensores de um trabalho voltado para a oração, contrários aos princípios da Teologia da Libertação. Consideravam que a Igreja Católica teria apenas uma função espiritual, sem envolvimento no campo social e político.

ocorreram grandes conflitos entre o movimento com os novos atores responsáveis pela construção das barragens.

O modelo de desenvolvimento implementado pelo governo brasileiro e especialmente a forma de produzir energia através dos grandes empreendimentos hidroelétricos receberam a crítica permanente do movimento dos atingidos. A luta deu-se no campo dos direitos, mas ampliou-se para o campo ideológico na medida em que os agricultores passaram a sofrer as consequências pelos impactos culturais, ambientais e econômicos, que se manifestaram até mesmo após receberem outras áreas de terras ou as indenizações em recursos financeiros.

2.4 A FORMAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO ENTRE OS PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO ALTO URUGUAI.

Ao tratarmos da formação do Novo Sindicalismo, também denominado de sindicalismo combativo⁸² no meio rural da região Alto Uruguai, estaremos nos reportando a um período recente, pois o mesmo acompanhou o processo de reorganização social e política do país no final do regime militar no início dos anos 80, bem como a organização dos trabalhadores em entidades sindicais, especialmente a partir da região do ABC Paulista e da formação da Central Única dos Trabalhadores.

A criação de sindicatos de trabalhadores ligados a pequena propriedade da região Alto Uruguai acompanha a trajetória da formação da estrutura sindical do campo no Brasil, que só vai ocorrer com maior solidez a partir dos anos 1960. No entanto a criação do sindicalismo brasileiro⁸³, originalmente atrelado ao poder estatal, vai se dar no governo de Getúlio Vargas na década de 1930, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em termos de organização dos trabalhadores do campo, a fase anterior a criação dos sindicatos nos anos 1960, teve a atuação de algumas organizações: A União dos Lavradores e Trabalhadoras Agrícolas do Brasil (Ultab), criada pelo PCB em 1954 e as Ligas Camponesas no nordeste brasileiro em 1955. Ainda no final dos anos 1950 a Igreja Católica passa a disputar o controle do movimento camponês, cujo objetivo era a formação de sindicatos “Cristãos” no campo, numa aliança com o Estado e com o propósito de combater os ideais

⁸² Sindicalismo combativo, também chamado de Novo Sindicalismo, foi a nova concepção criada a partir da Central única dos Trabalhadores (CUT) no final da década de 1970, onde os sindicatos deveriam adotar uma relação horizontal com os trabalhadores, defender a luta de classes, combatendo a exploração do trabalho praticada pelos empresários e assegurada pelo modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado.

⁸³ Pelo decreto nº 19.433, de 26/11/1930 e da promulgação da chamada “Lei de Sindicalização” Decreto-Lei nº 19.770, de 19/3/1931), teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira.

comunistas que poderiam se formar entre os agricultores que se organizavam através das Ligas Camponesas e da Ultab.

O novo sindicalismo no meio rural da região Alto Uruguai tem sua origem com a disputa e a conquista das direções de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) durante a década de 1980, fruto de uma articulação entre lideranças sociais, professores da Fapes, padres ligados aos setores progressistas da Igreja Católica e agricultores familiares que passam a analisar o seu contexto socioeconômico. Nesta fase, denominada de “Oposições Sindicais”, vai ocorrer a disputa pelas direções dos STR entre sindicalistas defensores da proposta da CUT e sindicalistas sob orientação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG), que se encontravam no poder e tinham estreitas relações com o governo.



Figura 17 – Brigada Militar vigiando uma manifestação de trabalhadores em Erechim, na década de 1980.

Fonte: Arquivo do Centro de Educação Popular.

O sindicalismo combativo baseado na proposta da CUT encontrou algumas condições favoráveis na região Alto Uruguai para sua implementação, visto que na década de 1980 alguns padres ligados aos setores progressistas da Igreja Católica passaram a fazer um trabalho de formação de novas lideranças sociais e políticas, que serviram de suporte para a criação e o desenvolvimento de vários movimentos sociais populares.

A criação de várias organizações sociais populares entre os anos 1980 e 1990, foi um fator importante para a atuação conjunta destas organizações em várias lutas por alguns direitos, hoje adquiridos, entre os pequenos agricultores, como a aposentadoria para a mulher camponesa, o seguro agrícola e, especialmente o crédito, com a implementação do Pronaf a partir de 1996.

O processo de organização social e político e o capital social que se forma entre os pequenos agricultores a partir de 1980 passaram por transformações importantes nas últimas três décadas, estando contextualizados com a conjuntura política brasileira e com as transformações do meio rural.

2.4.1 A origem da estrutura oficial do sindicalismo no Brasil

Para melhor analisarmos “as oposições sindicais” e o papel desempenhado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região Alto Uruguai, a partir da formação do novo sindicalismo no Brasil na década de 1980, devemos considerar que foi necessário um conjunto de mudanças na estrutura e na atuação dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais no Brasil, desde a sua criação na década de 1930 até meados dos anos 1980.

É imprescindível salientarmos inicialmente que os sindicatos dos trabalhadores rurais criados no Brasil no início dos anos 1960⁸⁴ se constituem como parte de uma estrutura sindical que lhes é anterior: o sindicalismo de estado constituído por Getúlio Vargas na década de 1930.

A constituição da estrutura sindical brasileira está relacionada com as mudanças da estrutura econômica brasileira. O ano de 1930, com o início do governo Vargas, baliza um novo período na sociedade brasileira, com a instauração da política nacionalista de fortalecimento da indústria nacional e da montagem do parque industrial de base do país. A estratégia política de Vargas foi a de manter o controle do movimento sindical, buscando incorporá-lo ao governo.

O objetivo governamental era fazer dos sindicatos órgãos de conciliação entre empresários e trabalhadores. A construção da legislação trabalhista, através da Consolidação

⁸⁴ Em 1962, a partir, principalmente, de duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social iniciou-se, efetivamente, o processo de implantação maciça da estrutura sindical oficial no campo: Portaria 209-A, de 25/6/1962, elaborada e publicada durante a gestão de Franco Montoro à frente do Ministério, e Portaria 355-A, de 20/11/1962, assinada por João Pinheiro Neto. COLLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998, p. 51.

das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, trouxe, em seu bojo, políticas públicas e regramentos importantes para a classe trabalhadora, como o salário mínimo, as férias remuneradas e o turno diário de trabalho.

Na análise sobre o sindicalismo oficial brasileiro, Armando Boito Jr. apresenta três características da estrutura sindical oficial criado por Vargas: A primeira característica é a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, que é quem lhe outorga a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os capitalistas e seus representantes. Uma segunda característica do sindicalismo oficial é a unicidade sindical, isto é, o monopólio legal da representação sindical concedida pelo Estado ao sindicalismo oficial. Trata-se do sindicato único estabelecido em lei. Há ainda um terceiro elemento: o imposto sindical, que é a taxa obrigatória estabelecida por lei. Como é o Estado que garante a arrecadação dos impostos sindicais, ele pode determinar o emprego do dinheiro arrecadado, obrigando, por exemplo, os sindicatos à prática do assistencialismo.

Na década de 1960, quando são criados os sindicatos ligados ao campo, é essa estrutura sindical existente, que deveria ser seguida pelos sindicatos através do Estatuto do Trabalhador Rural⁸⁵.

O governo Vargas aceitou avanços no ambiente urbano-industrial, mas as vantagens trabalhistas, porém, não foram expandidas para o espaço rural. Tal situação contribuiu para que trabalhadores do campo passassem a se organizar em movimentos sociais. Desta forma, na década de 1950, nasce a União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB) e as ligas camponesas, como organizações defensoras dos interesses dos pequenos agricultores e posseiros.

2.4.2 A organização social no campo brasileiro

Foi a partir da década de 1950 que passa a existir uma organização mais contundente e tem início uma efervescência política no meio rural brasileiro. É bem verdade, que em períodos anteriores já haviam ocorrido muitos conflitos pela terra, numa clara demonstração

⁸⁵ O Estatuto do Trabalhador Rural foi criado pela Lei nº 4.214, de 2/3/1963. Copiava o modelo do sindicalismo oficial urbano brasileiro: exigia “carta de reconhecimento” assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (art. 119), criava a “contribuição sindical” (art. 135), estabelecia como deveres dos sindicatos a colaboração com os poderes públicos e a manutenção de serviços de assistência para seus associados (art. 116), etc. COLETTI, 1998, Op. cit., p. 53.

de rompimento das relações de dominação e dependência pessoal dos índios, dos negros, dos pequenos agricultores e dos posseiros contra os grandes proprietários e o Estado.

Como exemplos de conflitos pela terra no Brasil, podemos citar a defesa do seu território pelos índios na região das Missões no RS, os negros unindo a luta pela liberdade com a da terra, construindo quilombos, o principal deles, o de Palmares, o movimento de Canudos, com Antônio Conselheiro; do Contestado, com Monge José Maria; do Cangaço, com Lampião, e diversas lutas regionalizadas.

Neste sentido, José de Souza Martins⁸⁶ observa que “o messianismo e o cangaço foram as primeiras formas de resistência dos camponeses contra a dominação dos coronéis, indicando uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência no sertão”.

Foi entre 1950 e no início da década de 1960 que ocorreu a organização do movimento camponês enquanto classe e as lutas atingiram um estágio organizativo mais elevado. Foi neste período que surgiram as Ligas Camponesas no nordeste, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em vários estados do sudeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que tinha o apoio do governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul.

Com a formação das Ligas Camponesas começava a romper-se a subordinação política e ideológica dos pequenos trabalhadores rurais ao poder das oligarquias rurais do nordeste brasileiro. Conforme descreve Coletti⁸⁷, em 1955, no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão (PE), surgia a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde denominada Liga Camponesa da Galiléia, reunindo 140 famílias e quase mil pessoas.

Consideramos importante enfatizar que nesse processo de rupturas e mudanças a organização e a luta do campesinato demonstravam uma forma que começava a inquietar setores das classes dominantes. Segundo Bernardo Sorj⁸⁸, “havia a tarefa de renovar a estrutura de dominação no campo a partir de um papel ativo do Estado”. Os sindicatos oficiais do campo cumpriam essa função.

A inquietação social no campo, nos anos 1950 e 1960, manifestadas pela formação de alguns movimentos sociais, representou um momento importante de resistência do

⁸⁶ MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis: Vozes. (1.ed. 1981), p, 62-3.

⁸⁷ COLETTI, Op.cit., p. 41.

⁸⁸ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 76.

campesinato brasileiro às práticas autoritárias e concentradoras das oligarquias agrárias que normalmente tinham a seu favor o aparato ideológico do Estado.

Neste contexto de organização dos trabalhadores do campo, além das Ligas Camponesas e do PCB, a Igreja Católica foi uma terceira força a interferir neste processo de organização social no campo.

O “perigo da expansão comunista no campo” e a possibilidade de perda de sua influência no meio agrário fizeram com que a Igreja Católica iniciasse seu trabalho organizativo no campo por aqueles estados mais ameaçados pela expansão das Ligas e da ULTAB. Coletti descreve como foi o trabalho da Igreja Católica em alguns estados:

Assim em 1960, o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte criou um setor de sindicalização rural, cujo objetivo era a formação de sindicatos “cristãos” no campo. Em 1961, surgiram o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba e a Equipe de Sindicalização de Planejamento da Arquidiocese de Teresina, no Piauí; em 1962 seria criado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas. Em São Paulo, a partir de 1961, a atuação dos Círculos Operários na fundação de sindicatos.⁸⁹

O Estado, que tinha concebido a legislação para a formação dos sindicatos urbanos na década de 30, inicia um processo de extensão da legislação sindical ao campo através de uma intervenção ativa do Estado Populista. Em 1962 o Ministério do Trabalho e Previdência Social, através de duas Portarias (209-A) e (355-A) e do Estatuto do Trabalhador Rural, inicia o processo de implantação da estrutura oficial do campo.

Com o objetivo de unificar as lutas dos trabalhadores do campo, o movimento sindical rural e os sindicatos dos trabalhadores rurais, fundam, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que daria suporte para as reformas de base propostas por João Goulart.

A fundação do maior número possível de sindicatos e federações oficiais no campo seria disputada por três forças principais: a Igreja Católica, o PCB e a Ação Popular, que originou-se da Juventude Católica.

Com a emergência da organização sindical dos trabalhadores do campo, Octavio Ianni formulou a seguinte explicação:

⁸⁹ COLETTI, Op.cit., p.50.

[...] depois da fase excepcional das ligas [...] a sindicalização rural teve o caráter de uma reação modernizadora. Com ela se inicia a fase de burocratização da vida política do proletariado rural, ao vincular o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal, com ou sem a mediação dos partidos políticos.⁹⁰

A criação dos sindicatos no meio rural no RS deu-se inicialmente através movimentos de evangelização rural ligados à Igreja Católica. Na década de 1960, surgiu um movimento de criação, organização e legalização sindical chamado Frente Agrária Gaúcha (FAG), que foi responsável pelo crescimento numérico dos sindicatos e por ações de capacitação profissional dos agricultores.

A ação da FAG, associação civil fundada em 1961 por iniciativa dos Bispos gaúchos, pode ser considerada como decisiva, não só para a fundação dos sindicatos no RS, mas por lançar as bases de um sindicalismo agrícola “verdadeiro e autêntico”. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais assumiram um papel de implementação das políticas do Estado nas áreas da saúde e previdência. A partir da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), os sindicatos tornam-se órgãos executores de políticas governamentais específicas direcionadas à categoria, reforçando sua legitimidade junto aos associados, não enquanto instâncias de representação política, mas, sim, enquanto agências de prestação de serviços.

A fase em que o sindicalismo urbano melhor exerceu o seu papel de representar e defender os interesses dos trabalhadores, antes do sindicalismo combativo dos anos 1980, provavelmente tenha sido o sindicalismo pré-1964, especialmente na fase “Janguista”, pois se caracterizava por ser combativa, com um alto poder de mobilização. Manfredi destaca que:

As greves e os movimentos deflagrados para pressionar a posse de Goulart em agosto de 1961, a greve de julho de 1962, contra a constituição de um gabinete ministerial antinacionalista e a greve em favor do plebiscito para reconduzir o país ao presidencialismo em setembro de 1962, e os manifestos de resistência de todo o movimento sindical à ameaça de estado de sítio em outubro de 1963, são exemplos da intensa mobilização do período pré-ditadura de 1964.⁹¹

⁹⁰ IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p.196.

⁹¹ MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 37.

As reformas de base que poderiam significar algum avanço para os trabalhadores do campo, não se concretizaram com o golpe militar de 1964, representando um retrocesso para o movimento sindical, provocando uma ruptura nas formas de organização, mobilização e atuação política da classe trabalhadora.

Foi durante os anos de regime militar que ocorre a consolidação do sindicalismo rural no Brasil. A abrangência desse processo pode ser demonstrada através das estatísticas⁹² oficiais relativas à fundação de sindicatos entre 1961 e 1980.

O controle estabelecido pelo Estado sobre os sindicatos durante o regime militar de 1964 foi uma ação direta e repressiva. Hirata⁹³ destaca que o esvaziamento das funções das entidades sindicais resultou da adoção de um esquema direto de repressão, complementado por uma estreita vigilância estabelecida através da adoção, por parte do Estado de um conjunto de medidas de controle:

[...] à intervenção direta do Estado na arrecadação do imposto sindical e na fiscalização dos recursos provindos dessa fonte. Os sindicatos ficam obrigados a restringir o uso desses recursos à compra de imóveis e à assistência médico-dentária. O Estado possui também estreito controle do aparelho sindical, na medida em que vai peneirar, através da exigência de um 'atestado de ideologia', os possíveis concorrentes a cargos de direção. Tal medida fez com que, nos primeiros anos que se sucederam ao golpe, a maior parte dos ativistas que pleiteavam cargos para a direção dos sindicatos fossem oriundos, como já ressaltamos, das correntes não contestadoras da ideologia e do regime dominante; a proibição da greve através da lei n. 4.330, o que torna qualquer greve ilegal e, portanto, subversiva e sujeita à repressão militar.

Podemos constatar, em dados trazidos por Giannotti⁹⁴, que “os governos militares fizeram intervenções em 383 Sindicatos, 45 Federações e 4 Confederações, além de acabar com a CGT.”

⁹² Ver: IBGE. *Sindicatos: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p.40. Ricardo Antunes, no entanto, baseado em dados obtidos por meio de consulta realizada junto ao IBGE, ao Ministério do Trabalho e a CUT, calcula a existência no Brasil, até outubro de 1988, de um total de 7.426 sindicatos, 4.277 pertencentes a categorias urbanas e 3.149 sindicatos de trabalhadores rurais. Ver: ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991, p.79.

⁹³ HIRATA, Helena. Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979). In: LÖWY, Michael ET AL. *Movimento operário brasileiro 1900/1979, do Coletivo “Edgar Leuenroth”*, Belo Horizonte: Veja, 1980. p. 92-93. P. 92.

⁹⁴ GIANNOTTI, Vito. *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 63-64.

As medidas repressivas interferiram no modo de atuação dos sindicatos durante boa parte do regime militar e os sindicatos tornaram-se órgãos puramente assistenciais e de colaboração com o Estado. Segundo Antunes:

Além da repressão aos principais dirigentes sindicais e da intervenção nos maiores sindicatos do país, fez-se cumprir a legislação sindical defensora da ‘paz social’ e da negação da luta de classes. Assim, ficou reforçado o papel do sindicalismo como mero órgão assistencialista e de agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora.⁹⁵

Foi a partir da crise política e econômica do regime militar, que a partir de 1975 o movimento operário se reorganiza, num processo de retomada, mas sob efeito das consequências de um período de estagnação e apatia.

De qual qualquer forma, a trajetória do sindicalismo, de 1930 até o surgimento do novo sindicalismo, na segunda metade da década de 1970, tanto no meio rural quanto do meio urbano, atendeu aos interesses do Estado, correspondendo com as funções a ele atribuídas. Teve um papel subserviente e assistencialista, desenvolvendo apenas serviços jurídicos e médico-odontológico, atuando também no apoio a modernização da agricultura com a contratação de técnicos agrícolas, sem representar sua base social na luta por direitos.

2.4.3 A relação entre o Novo Sindicalismo e a Central Única dos Trabalhadores

As mudanças que passam a ocorrer na conjuntura política brasileira a partir da metade da década de 1970, com a crise econômica e o descontentamento popular com as políticas adotadas pelo regime militar, a recessão, o desemprego, os baixos salários e as crises econômicas no meio rural, causadoras do êxodo rural, abrem caminho para que os trabalhadores passem a se organizar e a exigir do Estado políticas voltadas para os trabalhadores.

São vários movimentos e manifestações em diferentes regiões do país que demonstram a insatisfação dos trabalhadores com o modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado. Podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em Ronda Alta (RS), as greves dos cortadores da cana (PE), os seringueiros (AC), os atingidos por barragens (RS) os

⁹⁵ ANTUNES, Op.cit., p. 58-59.

rurais da CUT, os metalúrgicos do ABC paulista, entre outros, que contribuem para a construção de uma nova proposta sindical que propusesse a defesa da classe trabalhadora. Esta nova concepção passa a se denominar “novo sindicalismo.”

A formação do Novo Sindicalismo foi benéfica para que ocorressem mudanças no contexto social e político do mundo do trabalho no Brasil a partir do final da década de 1970. Um símbolo desta mudança foram as grandes greves promovidas pelos sindicatos dos metalúrgicos no ABC paulista a partir de 1977 e a da criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, uma central com o papel de organizar os trabalhadores a partir da proposta do novo sindicalismo.

A inspiração para a construção de um novo sindicalismo e para unidade dos trabalhadores em torno de uma central sindical se deu na ação sindical do pós 1964, em especial nos anos 1970. Era preciso dotar os trabalhadores de um organismo sindical operário e assalariado, urbano e rural, de amplitude nacional, capaz de unificar suas lutas. Em agosto de 1981 realizou-se, na Praia Grande, em São Paulo, a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)⁹⁶, com a presença de 1.901 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e funcionários públicos, assalariados médios e bóias-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos de terra.

Vai ocorrer uma forte polarização nesta tentativa de unificação dos trabalhadores. De um lado, encontravam-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo, de onde se originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil conciliador, mais moderado. Os defensores de um sindicalismo mais conciliador e moderado, então denominado Unidade Sindical, foram responsáveis, em 1983, pela criação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que depois denominou-se CGT e posteriormente de Força Sindical.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se constituiu como uma central responsável por planejar e articular, junto aos sindicatos, lutas locais e nacionais, tornando-se uma referência política para os trabalhadores organizados do campo e da cidade, a partir de uma proposta mais combativa, de crítica ao modelo econômico e político brasileiro da década de 1980.

⁹⁶ Conforme documento I Conclat CUT, 1984, p. 31. Neste encontro participaram 469 sindicatos urbanos (com 3.053 delegados); 363 sindicatos rurais (com 916 delegados); 176 associações pré-sindicais (com 716 delegados); 32 associações de funcionários públicos (com 145 delegados); 43 federações (com 194 delegados) e 5 confederações (com 422 delegados). Veja também tudo sobre a I Conclat - A Caminho da Central Única Comissão Nacional Pró-CUT, (Cidas, SP).

Um fator importante para a construção da CUT foi a atuação do movimento sindical rural. Articulado pela ação de lideranças com uma visão social da esquerda católica vivenciou um significativo crescimento, o que conferiu ao novo sindicalismo e ao movimento das oposições sindicais a presença central do proletariado rural e dos pequenos proprietários de terra, em razão da concentração fundiária.

Segundo Rodrigues, o papel dos setores progressistas da Igreja Católica foi importante para a construção da Central Única dos Trabalhadores:

Esse foi um dado novo que veio alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, ou seja, a 'esquerdização' do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista contribuíram, decisivamente, para a consolidação do sindicalismo como ator importante na sociedade brasileira nesse período.⁹⁷



Figura 18 – Agricultores familiares em manifestação na cidade de Erechim em 1983.

Fonte: Arquivo do Sindicato do Sutraf Erechim

O sindicalismo combativo nasce com maior organicidade, com base no local de trabalho, aprofundando temas relacionados à economia, ao social, à política, às condições de trabalho, buscando fortalecer a unidade de toda a classe trabalhadora de diferentes categorias, no campo e na cidade; apresenta demandas ao Estado e desenvolve suas lutas carregando a

⁹⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16-17, p. 16.

bandeira pela redemocratização do Brasil. Paludo⁹⁸ destaca que “a matriz do novo sindicalismo integra as demandas econômicas (melhores salários), sociais (estabilidade no emprego, limitação da jornada de trabalho, melhorias nas condições de trabalho) e políticas (direito de greve, liberdade e autonomia sindical)”.

A atuação da CUT, somado ao trabalho de outros atores sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), os movimentos sociais do campo e da cidade, entre outras forças de oposição contribuiria para o enfraquecimento e a queda da hegemonia do regime militar junto à sociedade, sendo um dos pilares para a redemocratização do país e para a conquista de importantes direitos aos trabalhadores do meio urbano e rural nas décadas de 1980 e 1990.

Ao abordar a luta por direitos dos trabalhadores, Zanella⁹⁹, coloca que, fruto das lutas sindicais e da luta conjunta das organizações sociais e populares emergentes, vários direitos foram conquistados na Constituição de 1988, tendo sido reconhecidos os novos movimentos sociais como interlocutores válidos no cenário nacional.

Ao mencionarmos os avanços conquistados pelos trabalhadores na Constituição de 1988, em parte, fruto da articulação da CUT com diversas categorias de trabalhadores, também devemos destacar alguns aspectos negativos que foram mantidos na mesma. Conforme Antunes:

Um ponto importante obteve-se através da liberdade de associação sindical, sem que para isso seja necessária a autorização do Estado ou a sua intervenção (Artigo 8º). Trata-se, é evidente, de um passo significativo e de uma conquista do movimento sindical combativo. Porém, os sindicatos continuam organizados por categoria profissional e não por ramo de atividade econômica (neste caso se evitaria que uma mesma empresa tivesse trabalhadores vinculados a diferentes sindicatos). E, o que é muito pior, manteve-se o nefasto imposto sindical, um dos pilares mais importantes do sindicalismo atrelado. Foram ampliadas inclusive as formas de contribuição, visando ao fortalecimento das Confederações que, ao invés de serem eliminadas, saíram fortalecidas.¹⁰⁰

Visto também em Seminotti, a nova Constituição não alterou algumas leis que não atendiam aos anseios dos trabalhadores como o imposto e as contribuições sindicais, a persistência das confederações, a não-obtenção da plena autonomia e liberdade sindical, as

⁹⁸ PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Camp, 2001, p. 60.

⁹⁹ ZANELLA, Op.cit., p. 167.

¹⁰⁰ ANTUNES, Op. cit., p. 42.

possibilidades de restrição ao direito de greve e não foi reposto o direito à estabilidade no emprego. No entanto, várias conquistas ocorreram, como: a jornada de trabalho foi reduzida para 44 horas semanais, o valor da hora extra passou a ter um adicional de 50%, o direito à licença-paternidade e o direito de sindicalização aos funcionários públicos. O novo texto incorporou instrumentos legais e jurídicos para o exercício de uma soberania popular redefinida e ampliada para além da prática do voto: Iniciativa Popular de lei, Plebiscito e Referendo Popular, Audiência Pública e Tribuna Popular.

Os avanços contidos na Constituição de 1988, bem como os conquistados nas décadas de 1980-1990 para os trabalhadores e o conjunto da sociedade brasileira, têm o peso da contribuição da matriz do novo sindicalismo. Este sindicalismo combativo, organizado, unificado através da CUT extrapolou as fronteiras do seu próprio campo de atuação, cooperando, sendo propositivo em áreas como saúde, educação, economia, meio ambiente e cultura, nas políticas públicas em geral e contribuiu, de forma significativa, para a redemocratização do Estado e da sociedade civil em seus mais diferentes espaços.

Um dos aspectos fundamentais do campo social e político na década 1980 foi o grande dinamismo do movimento sindical nacional. As principais tendências desse “novo sindicalismo” se expressam pela ruptura da dependência com o Estado, colocando-se, portanto, a questão da autonomia, a necessidade de democratização dos sindicatos e das relações entre dirigentes e a base e a politização do movimento sindical.

2.4.4 A contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica para as oposições sindicais no meio rural na região Alto Uruguai

Foi na década de 1980 que os pequenos agricultores da região Alto Uruguai passaram a formar uma organização sindical voltada para a defesa de seus direitos no campo econômico e social, tendo a contribuição de lideranças sociais e padres ligados aos setores progressistas da Igreja Católica. Após o sindicalismo assistencialista das décadas anteriores, a proposta do novo sindicalismo defendida pela CUT ganha força entre os pequenos agricultores e inicia-se um processo de disputa pelas direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em âmbito municipal na região Alto Uruguai.

Já analisado por Seminotti¹⁰¹, a configuração de elementos do campo religioso, social e político, se deu num espaço territorial com a economia centrada na pequena propriedade,

¹⁰¹ SEMINOTTI, Op.cit.

onde, dos 30 municípios que compunham a região Alto Uruguai, apenas Erechim, município pólo, tinha predomínio populacional no meio urbano. Os demais municípios concentravam sua população em pequenas comunidades rurais, onde o trabalho na terra, a família, a religiosidade eram vistos como valores a serem preservados culturalmente, o que contribuiu muito para o trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica.

O contexto social e político brasileiro do início da década de 1980 apontava para a abertura política e para o fortalecimento das organizações sociais. As mudanças que passam a ocorrer no campo social e político do país encontraram na região Alto Uruguai do RS a grande contribuição de padres vinculados aos setores progressistas da Igreja Católica que tinham suas origens na agricultura familiar. Conforme Piran¹⁰²,

[...] vindos das Colônias Velhas (a maioria) ou diretamente da Europa (a menor parte), os agricultores familiares cumprem na região, mais uma etapa de sua peregrinação e luta pela própria reprodução. Vale dizer, cumprem mais uma etapa da luta permanente pela terra, elemento constitutivo básico da unidade familiar de produção.

As mudanças internas da Igreja Católica, a partir das novas diretrizes das Conferências de Medellín em 1968, e Puebla em 1979, contribuem para a divulgação da Teologia da Libertação, através de várias pastorais, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse sentido Schmitt coloca que¹⁰³

A ação pastoral desenvolvida por religiosos e leigos identificados com a Teologia da Libertação voltava-se, antes de qualquer coisa, para as bases, ou seja, para aqueles setores da população privados ao mesmo tempo do ter, do poder e do saber, desdobrando-se em distintas frentes de luta. Neste primeiro momento, a luta dos sem-terra, a luta dos agricultores atingidos pela construção de barragens, a luta dos pequenos agricultores, a organização das mulheres e dos jovens apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção da 'nova sociedade'.

Além do trabalho pastoral, outra ação desenvolvida por lideranças e por padres dos setores progressistas, era o envio de projetos de cooperação internacional para entidades

¹⁰² PIRAN, Op.cit. p. 59-60.

¹⁰³ SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Op. cit., p. 194.

religiosas européias, com o objetivo de viabilizar financeiramente os cursos de formação das novas lideranças.

Buscando romper com a concepção de um sindicalismo assistencialista, de atrelamento ao estado, remanescente da era Vargas e dos governos militares, ocorre em vários municípios da região, no início dos anos 1980, um trabalho de formação de novas lideranças sociais, realizado por padres ligados aos setores progressistas da Igreja Católica e um amplo processo de organização social e política destas lideranças em torno das disputas das direções dos STR, denominadas “oposições sindicais”.

O fortalecimento da proposta sindical da CUT para o meio rural da região Alto Uruguai do RS vai se dar a partir de 1983, quando esta região tornou-se um cenário favorável para o fortalecimento da proposta do novo sindicalismo entre os pequenos agricultores.

2.4.5 A formação de lideranças sindicais

Foi a partir da atuação das novas lideranças de agricultores familiares que se configurou o movimento das oposições sindicais na região Alto Uruguai. O trabalho de formação de base desenvolvido junto aos jovens se deu a partir da formação de vários espaços de formação. Os cursos do TAPA¹⁰⁴, promovido pela Pastoral da Juventude e a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), formaram dezenas de jovens agricultores visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais e no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região.

A abrangência da ESAU era a região norte do Estado do RS e foi criada a partir do Conselho de Oposição Sindical Alto Uruguai (COSAU), que estava constituído nos três estados do sul e no Mato Grosso para organizar as oposições sindicais e da Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) de Curitiba, que ministrava cursos qualificados para a formação de lideranças sindicais.

Um dos primeiros assessores da ESAU e do TAPA, Cláudio Brondani, na década de 1980, em entrevista a Seminotti¹⁰⁵, revela que,

os assessores eram pagos, num primeiro momento, com recursos bancados pelos sindicatos que havíamos conquistado. Num segundo momento buscávamos projetos

¹⁰⁴ Treinamento para a Ação Pastoral. Eram cursos de formação social e política que tinham por objetivo formar lideranças entre os jovens das comunidades e bairros da Diocese de Erechim.

¹⁰⁵ SEMINOTTI, Op.cit., p. 98.

de cooperação internacional junto a Misereor e a Pão para o Mundo (Instituições da Igreja Católica da Europa) que financiava toda a formação, desde o pagamento de assessores, as viagens, até os materiais produzidos. Os projetos vinham em nome do Centro de Educação Popular (CEPO), que passou, através de sua direção, a coordenar toda a formação realizada pela ESAU.

O trabalho de formação de lideranças tinha como objetivo conscientizar o jovem sobre como funcionava a sociedade, a evolução histórica do capitalismo e do socialismo, quais eram os meios de produção e quem os detinha e qual era a análise da conjuntura mundial, nacional e local. Estudava-se também sobre o sindicalismo, sua importância e o seu papel na organização dos trabalhadores, sua evolução histórica, as várias formas, práticas e concepções sindicais, com ênfase para o sindicalismo combativo.

2.4.6 A atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

A formação de lideranças, que se deu através de vários espaços, como a Escola de Servidores de comunidades, com os encontros de jovens rurais, a formação da Pastoral da Juventude através do TAPA e as lutas contra as barragens foram os embriões que despertaram para a discussão de gênero e da realidade da mulher trabalhadora rural.



Figura 19 – Capa de cartilha usada nos encontros do Movimento de Trabalhadoras Rurais da região Alto Uruguai em 1983.

Fonte: Arquivo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) foi criado em 1983 na região Alto Uruguai, quando passou a desenvolver lutas específicas para a mulher trabalhadora rural, buscando maior espaço na sociedade, dialogando com os demais movimentos sociais populares da região. Piran descreve como se deu este processo:

O início da organização se dá com a luta pela aposentadoria aos 55 anos, mas logo se amplia para o direito a fazer o “bloco” para a venda de produtos em seu nome, reconhecimento da profissão de agricultora, direito de se associar às cooperativas. Os seus objetivos e reivindicações eram os seguintes:

Objetivos:

- Acabar com a discriminação de que eram vítimas;
- Fazer a mulher participar dos diversos setores da sociedade;
- Valorizar o trabalho doméstico;
- Fazer com que a responsabilidade na educação dos filhos recaia sobre o casal, não apenas sobre a mulher;
- Conscientizar a mulher de seu valor e da importância da política;
- Despertar a mulher para sua libertação;
- Apoiar as lutas gerais dos trabalhadores;

Reivindicações:

- Aposentadoria aos 55 anos de idade para a trabalhadora rural;
- Lugares para lazer;
- Postos de Saúde;
- Fim da violência contra a mulher;
- Auxílio-maternidade;
- Preço justo pelas mercadorias produzidas.¹⁰⁶

Os problemas enfrentados pela mulher trabalhadora rural não ficavam restritos à desvalorização do trabalho da mulher. Na tese para a Segunda Assembléia Estadual do MMTR/RS estão colocadas as seguintes questões:

Nós mulheres sempre encontramos dificuldades de sermos reconhecidas ou valorizadas como pessoas, como seres humanos. Possuímos sentimentos, necessidades e também queremos ter direito a liberdade, ao respeito. Temos enfrentado dificuldades de toda a ordem. Elas vão desde a nossa situação familiar e a relação com o marido e filhos; passa pela comunidade que nos vê com preconceito e, por último a sociedade, onde a ideologia pregada pela classe dominante é aceita por muitas de nós, procura impor uma situação de submissão e acomodamento, sob a ameaça de nos marginalizar moral, política e socialmente.¹⁰⁷

¹⁰⁶ PIRAN, Op. cit., p. 88-89.

¹⁰⁷ Análise de conjuntura da tese para a segunda assembléia estadual do MMTR/RS. 1989.

O MMTR esteve organizado em dez municípios da região Alto Uruguai, de onde surgiram lideranças regionais. Entre as principais dificuldades para a organização do Movimento nos municípios estava a falta de recursos financeiros para a realização das atividades, um quadro reduzido de lideranças que pudesse priorizar o movimento, a falta de apoio de alguns padres para a formação de um grupo em suas paróquias e a dificuldade em visualizar reivindicações concretas que envolvessem o conjunto das mulheres.

Com o desenvolvimento desse processo organizativo na região tivemos o aumento da participação da mulher nos sindicatos, nas direções de capelas, associações de bairros, clubes esportivos, conselhos e o envolvimento na política partidária. Novas condições ampliaram a participação das mulheres no meio rural, proporcionando mudanças ou questionamentos quanto às tradições no meio rural.

2.4.7 A criação do Centro de Educação Popular (CEPO)

Desde o início do processo de organização social, no final dos anos 70, as organizações que mais respondiam aos desafios de analisar a conjuntura e planejar as ações de forma coletiva, e que reuniam lideranças religiosas, sociais e políticas, era o grupo Paulo VI, que atuou durante toda a década de 1970 e início da década de 1980, e a CUT regional, a partir de 1983.

A decisão das lideranças sociais de criar o CEPO em 1986 deu-se pela necessidade de ter uma organização constituída juridicamente, para atuar articulada com as demais organizações sociais populares da região. Nely Zaffari citada por SEMINOTTI¹⁰⁸, uma das fundadoras do CEPO nos relata que

[...] o fato de ser uma entidade jurídica, permitia a captação de recursos financeiros de cooperação internacional, principalmente de organismos europeus ligados à Igreja Católica. Estes recursos eram repassados aos movimentos sociais e aos sindicatos conquistados a partir da proposta da CUT.

Na verdade, pela legislação oficial os sindicatos não podiam receber recursos a não ser a contribuição dos associados e os movimentos populares não eram constituídos juridicamente, então o CEPO elaborava projetos, recebia os recursos e repassava-os aos

¹⁰⁸ SEMINOTTI, Op.cit., p. 117.

sindicatos e movimentos populares. Entre as Entidades financiadoras estão: Misereor, Pão para o Mundo e ICCO, todas ligadas a Igrejas da Europa.

A principal área de atuação era a produção de material, boletins, panfletos, empréstimo de materiais pedagógicos e serviços de entidade jurídica a projetos dos movimentos.

A contribuição do CEPO dava-se no trabalho de assessoria, a escolas, associações, cooperativas, conselhos, Pastorais, além das organizações sociais. Para atender a tais demandas, foram organizadas equipes de trabalho: equipe de formação, comunicação, bairros, coleta de Dados, sendo elas responsáveis pela realização de seminários, plenárias e cursos, com a participação massiva de lideranças populares.

2.4.8 A intervenção das lideranças sociais no campo político partidário

Um dos objetivos do trabalho de formação de base realizado pelas organizações sociais era a intervenção no campo político partidário nos municípios da região Alto Uruguai. Seguindo o caminho traçado pelo novo sindicalismo em âmbito nacional, quando, no início dos anos 1980 o movimento sindical urbano teve grande participação na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), conquistar as prefeituras municipais fazia parte do planejamento das organizações sociais.

Neste sentido, Paludo¹⁰⁹ coloca que o Partido dos Trabalhadores torna-se referência para os trabalhadores organizados em suas organizações sindicais a partir do novo sindicalismo:

Das esquerdas desarticuladas pela derrota e pela repressão, os antigos partidos de esquerda retomam suas exigências e surge, sob a matriz do socialismo democrático (democracia com justiça social), a estrutura de mediação entre o povo e o poder, que viria a se consolidar como referência nacional – o Partido dos Trabalhadores.

O que diz Paludo, anteriormente fora destacado por Emir Sader:

¹⁰⁹ PALUDO, Conceição. Op. cit., p. 59.

O PT não surgiu com uma doutrina e com linhas políticas definidas [...]. O partido nascia estreitamente ligado à sociedade civil, às mobilizações de suas organizações, às lutas das minorias, às reivindicações libertárias [...]. Com o forte componente das lutas dos trabalhadores pesando decisivamente, o socialismo foi definido como o objetivo do partido. E, como já em suas origens, as diferentes forças que o compuseram tinham enfrentado a luta contra a ditadura, a democracia aparece como outro forte componente do Partido dos Trabalhadores.¹¹⁰

Como descrevera Seminotti¹¹¹, muitos conflitos permearam a criação do PT nos municípios. Normalmente, a iniciativa provinha de alguns jovens que saíam de suas comunidades para participarem dos cursos do TAPA promovidos pela Pastoral da Juventude e das formações da ESAU, onde eram tratados temas de cunho social e político. Ao regressarem, levavam consigo o compromisso de serem agentes multiplicadores, devendo reunir outros jovens para debaterem sobre a conjuntura e os desafios futuros.

As lideranças sociais surgidas entre os agricultores familiares passaram a atuar no movimento sindical e no Partido dos Trabalhadores em praticamente todos municípios da região Alto Uruguai, seguindo o conceito de que só com a intervenção no campo social e político poderia haver mudanças no contexto econômico para o pequeno agricultor.

2.4.9 As disputas eleitorais pelas direções dos STR na década de 1980

Os agricultores familiares da região Alto Uruguai iniciaram um processo de conquistas de direções dos STR na década de 1980 a partir da proposta do novo sindicalismo, motivados pela conjuntura nacional pelo processo de abertura política do país, pelas grandes greves do ABC paulista, pela crise econômica que castigava os trabalhadores urbanos devido ao arrocho salarial e os trabalhadores do campo com os baixos preços dos produtos e os altos juros nos financiamentos agrícolas.

Pelo trabalho dos setores Igreja Católica, com a atuação das pastorais sociais, o sindicalismo combativo passou a conscientizar e organizar os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, para transformar a realidade, lutando primeiramente para mudar o seu instrumento de luta que era o sindicato. Segundo Alves,

¹¹⁰ SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 144-145.

¹¹¹ SEMINOTTI, Op.cit..

[...] este novo sindicalismo surgia como parte de um processo mais amplo de organização popular, cujas fronteiras estendiam-se para além do mundo sindical. A ação pastoral desenvolvida por religiosos e eleitos, identificados com a Teologia da Libertação, voltava-se, antes de mais nada, para as bases, ou seja, para aqueles setores da população privados ao mesmo tempo do ter, do poder e do saber, desdobrando-se em distintas frentes de luta. Nesse contexto o STR aparece como um espaço que precisa ser conquistado e posto a serviço das lutas dos trabalhadores.¹¹²

A criação da CUT foi uma decisão dos trabalhadores de se organizarem de forma autônoma, independente do Estado e da estrutura sindical a ele atrelada. Em seu processo de construção, procurou articular o campo e a cidade, reunindo, sob uma mesma estrutura, diferentes vertentes de contestação ao sindicalismo oficial, as quais surgiram no processo de desintegração do regime militar.

No processo de disputa pelas direções dos sindicatos, entre as propostas da CUT e da FETAG, ocorreu a aliança em torno do sindicalismo cutista de um conjunto de organizações, que se articulavam em cada eleição, reunindo os setores progressistas da Igreja através das pastorais sociais, os movimentos sociais emergentes como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Centro de Educação Popular (CEPO) e os professores esquerdistas da Universidade Regional Integrada (URI).

No Rio Grande do Sul, de modo geral, um grande número de STR seguiam, na década de 1980, o modelo oficial de estrutura sindical, estando ligados a FETAG. Segundo Schmitt¹¹³, “no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do País, a fundação dos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) esteve estreitamente associada ao trabalho desenvolvido por setores conservadores da Igreja Católica.” A ação da FAG (Frente Agrária Gaúcha), associação civil fundada em 1961 por iniciativa dos bispos gaúchos, pode ser considerada como sendo decisiva no processo de constituição dos sindicatos. Tratava-se de lançar as bases de um sindicalismo “verdadeiro e autêntico”.

Como vimos anteriormente, a formação de lideranças de jovens agricultores, através dos cursos do TAPA num primeiro momento e da ESAU posteriormente (formação mais avançada), foram etapas quase que obrigatórias no surgimento das principais lideranças da região Alto Uruguai, as quais abasteceram o movimento das oposições sindicais também chamado “Renovação Sindical” e “CHAPA 2”¹¹⁴. Quase na totalidade, as lideranças que se

¹¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 230.

¹¹³ SCHMITT, op. cit., In: NAVARRO, op. cit., p. 190.

¹¹⁴ A denominação “CHAPA 2” também era chamada de “CHAPA da CUT” ou “Renovação Sindical” e caracterizava-se como a chapa de oposição, defendida pelos setores progressistas da Igreja, movimentos sociais e pelo PT. Defendia o rompimento da estrutura sindical oficial, a liberdade e autonomia sindical, a

destacaram e disputaram as eleições defendendo a proposta da CUT tinham passado por este processo de formação.

A história do movimento sindical na região Alto Uruguai, também destacada em Seminotti¹¹⁵, é identificada, conforme Scapini, por três fases:¹¹⁶

a) A fase das oposições (1979/85);

A fase das oposições tinha como objetivo principal tomar das mãos dos dirigentes “pelegos”¹¹⁷ os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) existentes nos municípios da região para transformá-los em verdadeiras ferramentas de luta nas mãos dos trabalhadores. Neste período, o embate ocorreu entre sindicalistas que se encontravam no poder – sob orientação da FETAG, e sindicalistas de formação progressista – a base de construção da CUT.

Conforme a tabela a seguir, presente em Seminotti¹¹⁸, a proposta sindical da CUT foi vitoriosa em cinco das nove eleições em que houve disputa nos STRs.

Tabela 1 – Sindicatos em disputa entre CUT e Fetag, na década de 1980, na região Alto Uruguai.

Nome da Entidade	Ano	Resultado da eleição
STR de Erval Grande	1982	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Erechim	1984	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Aratiba	1985	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de Viadutos	1985	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Barão de Cotegipe	1986	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Jacutinga	1986	Empate na eleição, mas um voto ficou sob <i>judice</i> . A justiça considerou o voto válido para a chapa ligada à Fetag.
STR de Marcelino Ramos	1986	Vitória da chapa ligada à CUT
STR de São Valentim	1988	Vitória da chapa ligada à Fetag
STR de Três Arroios	1988	Vitória da chapa ligada à CUT

Fonte: ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 207.

organização dos trabalhadores no local de trabalho, a luta em favor da democratização do país, o avanço na conquista de direitos sociais, a participação efetiva dos trabalhadores nas decisões do sindicato e uma prática sindical classista. ZANELLA, op. cit., p. 203.

¹¹⁵ SEMINOTTI, Op.cit.

¹¹⁶ SCAPINI, Elton. *Histórico dos movimentos sociais na região*. Erechim: CEPO, 1991, p. 2.

¹¹⁷ O termo “pelego” é muito usado no sindicalismo para denominar aqueles sindicalistas atrelados à estrutura sindical e que praticam o sindicalismo de conciliação de classes. A sua utilização explica-se pelo fato de que o pelego serve para amaciar a montaria ao cavalo pelo cavaleiro. Portanto, no movimento sindical, serviria também para amaciar a relação conflituosa existente entre patrão e empregado. ZANELLA, op. cit., p. 205.

¹¹⁸ SEMINOTTI, Op.cit.

Entre as disputas entre a proposta da CUT e da FETAG, o município de Erval Grande foi um dos expoentes da conquista do sindicalismo combativo. Erval Grande era um município com uma população de aproximadamente 5.000 habitantes e economia essencialmente agrícola com predomínio da pequena propriedade. Era uma das realidades em que mais se cristalizavam os problemas enfrentados pela agricultura e onde o trabalho da Igreja Católica tinha uma boa organização e liderança social junto aos agricultores. O padre Antonio Scheffel deu grande contribuição ao processo de organização dos agricultores construindo as condições para que houvesse a disputa e a vitória da chapa de oposição nas eleições no STR, no ano de 1982. Scheffel citado por Seminotti¹¹⁹ relembra e descreve como se deu a disputa:

Aí, a gente teve quase uma guerra, foi uma coisa terrível, com ameaças de morte e tudo mais, mas fomos em frente, e aí, a última ‘pegada’ foi que eles não queriam abrir as urnas na noite, depois do dia da votação. Aí, nós entramos na justiça. Em Erechim, nós perdemos a questão. Então foi em Porto Alegre direto e lá então ganhamos. Aí veio o juiz, aquele de Porto Alegre mandou alguém de Erechim para Erval Grande. Às oito horas da noite abrimos as urnas, mas foi uma coisa muito assim... a cidade toda estava em alvoroço. Os agricultores todos se reuniram. Era com machado, era com foice, era com picareta. Eles, se perdessem a eleição, diziam que iam desmanchar o sindicato, né. Mas, aí, graças a Deus, conseguimos a vitória, de cada quatro votos para chapa dos combativos dava um pra situação.

Sobre o papel de religiosos nas disputas eleitorais dos STR, Schmidt descreve que a estrutura material das paróquias, a influência dos religiosos sobre as comunidades rurais, sua capacidade de mobilizar apoiadores para além das fronteiras do município, eram postos a serviço da luta. Ainda conforme Schmidt¹²⁰

[...] se é verdade que muitos sindicatos foram conquistados através de um processo participativo, com efetiva mobilização dos agricultores, é verdade também que esse movimento foi, em muitos casos, tributário do trabalho de conscientização realizada pelos agentes religiosos.

A estratégia empregada nas disputas eleitorais dos STR seguia duas táticas: composição, visando tomar o sindicato “por dentro”, e “oposição”, na perspectiva de derrubar

¹¹⁹ SEMINOTTI, Op.cit., p. 70.

¹²⁰ SCHMITT, op. cit. In: NAVARRO, op. cit., p. 190.

as forças conservadoras. Nas disputas via oposição, geralmente, os setores considerados progressistas (setores da Igreja, PT e, em alguns casos, até o PMDB) se encontravam de um lado e os setores conservadores (cooperativas, partidos de direita, prefeituras, Igreja conservadora) de outro. O apoio do PMDB durou até mais ou menos 1986, quando as eleições (governador, deputados e senadores) começaram a dividir as águas.

Os conflitos entre os dois segmentos, representantes da CUT e da FETAG, demonstrava a importância que os sindicatos tinham em âmbito municipal, pois o mesmo vinha sendo um instrumento político nas mãos de setores conservadores. Segundo Scapini¹²¹ “a direita não hesita em jogar sua força contra este novo sindicalismo emergente, usando sua estrutura, seus recursos, ou mesmo fazendo terrorismo ideológico, afirmando que as lideranças do chamado novo sindicalismo eram orientadas por gente de fora”.

Nesta fase das oposições, as primeiras lutas são desenvolvidas pelos agricultores familiares, após a conquista de alguns STR e estavam centradas em direitos sociais como saúde gratuita e aposentadoria do homem e da mulher do campo e, em aspectos de política agrícola como preço do leite e crédito para compra de terra aos filhos dos pequenos agricultores.

b) A fase das lutas (1986/88);

Após ocorrerem as disputas pelas direções dos STR municipais, a CUT assume um papel de articuladora das principais lutas dos agricultores familiares na região Alto Uruguai. Cumpre um papel de mediadora entre as organizações e movimentos sociais e ao mesmo tempo coordenada grandes mobilizações de agricultores. As lutas caracterizam-se pelas ações desencadeadas com base nos sindicatos conquistados, na articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que se organiza a partir de 1983.

É um período de grandes enfrentamentos no campo ideológico, pois o movimento sindical rural cutista se manifesta contrário ao sistema capitalista e a exclusão do agricultor familiar das políticas voltadas ao meio rural. Ao mesmo tempo, o enfrentamento com a direita torna-se mais violento: a polícia intervém em várias manifestações. Os agricultores vêm para os atos públicos nas cidades (Erechim e Getúlio Vargas), trazendo ferramentas (foices, enxadas). A imprensa regional fala em manipulação dos colonos, alegando que as ferramentas são armas e que as manifestações são “badernaço”.

Piran descreve as principais reivindicações deste período:

¹²¹ SCAPINI, op. cit., p. 2.

As principais bandeiras de luta neste período são pela saúde gratuita, anistia da dívida bancária dos agricultores e contra a correção monetária para os empréstimos agrícolas. É nesta fase também que a luta pela reforma agrária, política agrícola e aposentadoria adquirem força. A luta pela aposentadoria é engrossada pelo MMTR, que reivindica aposentadoria para a mulher agricultora aos 55 anos com direito a um salário mínimo mensal ¹²².

O aprofundamento político que vai ocorrer na região Alto Uruguai a partir da década de 1980, quando os pequenos agricultores buscam aliar-se aos trabalhadores urbanos em muitas lutas, como as manifestações contra o desemprego, as barragens, os juros altos, entre outras, era uma demonstração do capital social que estava em formação. Esta fase foi marcada por intensas mobilizações regionais, com atos massivos de pequenos agricultores, com interdição de estradas, fechamento de bancos, passeatas no centro de Erechim, concentrações em frente à prefeitura, Cotrel, ou em órgãos estaduais e federais. Mesmo com poucos avanços, devido a postura autoritária do Estado, o maior ganho estava relacionado à base social que se constituía em torno do movimento sindical cutista.

c) A fase da consolidação (1989 à 2000)

A partir de 1989 e no início da década de 1990, as organizações sociais sofrem a influência do projeto neoliberal, implementado no Brasil, através do presidente Fernando Collor de Mello. As ações neoliberais, especialmente a retirada de direitos sociais, a ausência de políticas para a agricultura, a onda de privatizações, com o fortalecimento da economia de mercado, levam os pequenos agricultores a enfrentarem uma grande crise econômica.

A fase da consolidação, analisada também em Seminotti¹²³, caracterizou-se por uma retração nas mobilizações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A preocupação passou a ser com as questões de caráter organizacional. Preocupação com a construção das instâncias (Direção, Executiva, Secretarias, Comissões), com os coletivos para discussão e seu funcionamento, e com a adequação das estruturas. Scapini relata que,

[...] o movimento passou a buscar assessoria sistemática para as instâncias junto ao Centro de Educação Popular (CEPO) e assessorias esporádicas em áreas específicas no Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) de Porto Alegre, no Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) de Curitiba e no Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) de Sarandi.¹²⁴

¹²² PIRAN, op. cit., p. 87.

¹²³ SEMINOTTI, Op.cit.

¹²⁴ SCAPINI, op. cit., p. 3.

A CUT regional passou a funcionar mais organicamente, com reuniões sistemáticas da Direção e Executiva, com a criação de secretarias de formação e divulgação, e a construção do Fórum dos Rurais, que planejava coletivamente as lutas, mobilizações e estratégias de um sindicalismo autêntico.

De modo geral, a década de 1980 foi altamente positiva para a consolidação da proposta da Central Única dos Trabalhadores e a efetivação do novo sindicalismo na região Alto Uruguai, que ainda mantinha uma boa articulação com os setores progressistas da Igreja Católica.

Apesar do enfraquecimento das mobilizações no início dos anos 1990, os STR municipais, defensores da proposta da CUT, mantiveram suas bases organizadas e houve maior intervenção no campo econômico. A conquista do Pronaf em 1995 foi um marco para o movimento sindical da agricultura familiar e como modo de intervenção no campo econômico, os STR fomentaram na década de 1990, na região Alto Uruguai, a criação de várias cooperativas, associações e agroindústrias familiares.

As transformações que passam a ocorrer na agricultura familiar a partir do final dos anos 1990, denominadas por autores como Nazaré e Lamarche de “nova ruralidade”, onde há maior pluriatividade e diversificação nas atividades, conduziram o movimento sindical Cutista a pensar numa reestruturação sindical que atendesse aos interesses de sua base social e política. Por isso a criação da FETRAF, tendo em sua organização regional e municipal a formação dos SUTRAF, significará uma nova fase para o sindicalismo da agricultura familiar.

2.5 A CRIAÇÃO DA FETRAF-SUL EM 2001 A PARTIR DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

A Fetraf, identificada como a organização sindical que representa o agricultor familiar, não está desconectada do processo de mudanças na agricultura familiar nas últimas décadas. Ainda na década de 1990, diante da crise econômica da agricultura na década anterior, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados a Central Única dos Trabalhadores debatiam sobre os possíveis rumos que a mesma tomaria neste início de século XXI.



Figura 20 – Logo da Fetraf-Sul

Fonte: Sistema Fetrafsul.

A criação da Fetraf significou uma tentativa de propor uma nova forma de atuação sindical junto aos agricultores familiares, com um olhar voltado para a produção, para as políticas públicas a partir de uma nova organização sindical interna, numa proposta de desenvolvimento que amenizasse os efeitos do mercado globalizado e valorizasse as questões regionais.

O sindicalismo brasileiro no meio rural foi ter um maior impulso a partir da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, fundada em 1964, no governo João Goulart, que passou a representar os trabalhadores rurais, através das Federações dos Trabalhadores na Agricultura, Fetags – Federações estaduais que, por sua vez, reuniam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de cada município.

A partir da filiação da Contag à Cut em 1995, se acentuaram as divisões no interior da mesma entre os defensores e os opositores as propostas da Cut. Acrescenta-se a isso, o fato de que em muitos municípios da região sul do Brasil haviam ocorrido disputas pelas direções dos STR na década de 1980 entre a proposta da Cut e da Fetaf, o que dificultava ainda mais a construção de uma unidade dentro da CONTAG.

Para termos uma dimensão de como a região sul do Brasil estava representado por diferentes visões dentro da CONTAG, Picolotto descreve:

Uma das regiões onde este debate se manifestou de maneira acentuada foi no Sul. Nenhuma das FETAGs dessa região Sul chegara a se filiar a CUT, ao passo que os cutistas, mesmo participando de forma minoritária das direções das federações no RS e no PR, mantiveram organizações paralelas nos antigos DETRs e na FETRAFESC em SC. Além do mais, o Fórum Sul dos Rurais da CUT operava como organização coordenadora das ações nos três estados. Duas questões alimentavam as

estratégias sindicais dos cutistas na região. Uma era a disputa das federações do sistema CONTAG e outra a perspectiva de construção de organizações específicas de agricultores de base familiar, seu principal público.¹²⁵

Com base no princípio da unidade dos trabalhadores e por uma organização sindical forte, representativa e democrática em vários ramos de atividades, foram discutidas, na segunda metade da década de 1990, formas de organização que superassem o modelo sindical baseado na unicidade sindical, em sindicatos pequenos e frágeis de bases municipais, que acabam não tendo força de ação.

O processo para a criação de uma nova estrutura sindical do campo cutista no meio rural vinha se desenvolvendo a partir de várias iniciativas que vinham sendo implementadas na década de 1990. Neste sentido, Picolotto muito bem descreve alguns aspectos deste processo:

FETRAF-Sul surgia como uma estrutura sindical para uma categoria que já vinha sendo disseminada pelas políticas públicas, pela academia e que estava incorporada por boa parte do sindicalismo. Na região Sul, particularmente, havia também um movimento de afirmação desta categoria como identidade social e ator político levado a cabo pelos Encontros Regionais da Agricultura Familiar, pela Frente Sul da Agricultura Familiar e pelo Projeto Terra Solidária.¹²⁶

Diante deste contexto, o passo dado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região Sul foi a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), em março de 2001, congregando 93 sindicatos de trabalhadores rurais da região sul do Brasil.

A criação da FETRAF acompanha a mudança conceitual de “pequena propriedade” para “agricultura familiar”, caracterizada por ser uma forma social de organização, cujo conceito vem permitindo debates e elaborações do meio acadêmico, das organizações sindicais, das instituições governamentais. Neste sentido Lamarche coloca que “a agricultura familiar, definida a partir da lógica de produção, é identificada com o estabelecimento rural

¹²⁵ PICOLOTTO, Everton L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p. 205.

¹²⁶ PICOLOTTO, Op.cit., p. 218.

que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família”.¹²⁷

A emergência dos agricultores familiares como atores políticos é recente na história brasileira. Ocorreu nas duas últimas décadas a construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares, a principal delas foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar criada em 2003 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Buscando relativizar as conceituações a respeito da agricultura familiar, principalmente aquelas destinadas para o enquadramento dos agricultores familiares em virtude das políticas públicas, Abramovay coloca que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: definição de agricultora familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.¹²⁸

Enquanto entidade de representação dos agricultores familiares, a FETRAF constitui-se buscando construir estratégias que visem garantir não só a sua representatividade, mas também a sua reprodução enquanto forma organizativa e enquanto valor primordial no processo de desenvolvimento local. Segundo Medeiros,

a emergência da agricultura familiar como categoria sindical apareceu intimamente articulada com a ideia de um novo modelo. Não se trata, sob esta ótica, de fazer demandas pontuais e atomizadas de políticas agrícolas,

¹²⁷ LAMARCHE, Hughes (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Uma realidade multiforme. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Vol 1. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 15.

¹²⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar (in: Anais do Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural – PNUD). Brasília/DF: PNUD, 1997. Disponível em: <<http://www.sociologia.hpg.ig.com.br/afm.htm>> Acesso em: 12 junho 2012.

mas sim de articulá-las numa perspectiva que faça a agricultura familiar o centro das políticas públicas para a agricultura.¹²⁹

A nova perspectiva de trabalho da FETRAF, considerando o papel do sindicalismo cutista no campo, dava sequência ao debate sobre o desenvolvimento sustentável regional iniciado ainda na década de 1990 na região Alto Uruguai. A crítica ao modelo neoliberal sustentava-se a partir de uma visão de desenvolvimento centrada no fortalecimento da agricultura familiar. Junto com esta visão do desenvolvimento, se fortalece o tema da educação, da saúde e da habitação. Desta forma, junto com as políticas agrícolas se produz um debate e uma formulação para um leque amplo de políticas que beneficiem o agricultor familiar.

2.5.1 Estrutura e atuação da FETRAF-SUL

A estrutura organizacional da FETRAF-Sul foi pensada tendo uma coordenação geral no âmbito da região Sul; coordenações estaduais para cada estado; coordenações regionais (ex: SUTRAF Alto Uruguai-RS); Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sutrafms municipais) e conselhos comunitários ou grupos de produção nas comunidades. Na medida em que foram sendo iniciados movimentos de fundação de novas federações em estados de outras regiões, ganhava corpo a ideia de formar uma organização nacional da agricultura familiar. No ano de 2005 foi fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil). Era o momento de nacionalização da FETRAF.

Com a reestruturação na forma de atuação e na estrutura organizacional a FETRAF inaugura uma nova concepção de trabalho sindical na agricultura familiar. Em que medida esta nova forma de atuação da FETRAF vai proporcionar avanços para o agricultor familiar? Ao mesmo tempo, a Fetraf vai consolidar sua base social a partir de tais mudanças na sua forma de trabalho?

Para atender a estas questões, as ações se dariam a partir de quatro eixos de atuação:

¹²⁹ Foi nos anos 1990, no entanto, que o termo “agricultura familiar” começou a ganhar terreno nos documentos sindicais e, pouco a pouco, se impôs para designar determinadas situações que recobriam o que antes aparecia como próprias ao “pequeno agricultor”. MEDEIROS, L. S de. *Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 71.

O primeiro eixo de atuação refere-se à ‘consolidação da organização sindical orgânica à CUT, como ator político da agricultura familiar nas diferentes esferas’ [...]. O segundo eixo apontava para ‘avançar na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um desenvolvimento sustentável e solidário’. Neste ponto, buscava-se desenvolver ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas sócio-econômicas solidárias, [...]. O terceiro eixo está focado na luta por avanços na ‘democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político’, [...]. O quarto eixo refere-se à ‘gestão e relações institucionais’ da Federação. Objetiva ‘avançar na melhoria e aperfeiçoamento da gestão e organização interna da FETRAFSul/CUT e seus Sindicatos e nas relações institucionais com organizações parceiras’, [...].¹³⁰

Com a perspectiva de desenvolver ações visando um novo modelo de desenvolvimento social e econômico, alguns aspectos relacionados ao contexto do agricultor familiar passam a ser considerados como fundamentais. Neste sentido, o coordenador do SUTRAF regional em 2001, ano da criação da FETRAF, Eloir Grizelli citado por Seminotti, descreve a importância de alguns elementos que faziam parte do contexto que cercava o agricultor familiar e que faziam parte da idéia de desenvolvimento que se configurava dentro da FETRAF:

Era importante reconhecer as potencialidades do agricultor familiar, o conhecimento adquirido ao longo do tempo para poder implementar outras atividades econômicas, desenvolver atividades produtivas que superassem a monocultura do soja, a conquista de um mercado consumidor nas cidades para que o agricultor pudesse ter maior renda e permanecer na terra e ter políticas do governo para a produção.¹³¹

A conquista de políticas públicas para a agricultura familiar foi um dos pilares da proposta de um desenvolvimento estratégico sustentável para a região Alto Uruguai, uma vez que uma das causas da crise econômica na agricultura nas décadas de 1980 e 1990 se dava pela ausência de políticas, especialmente de crédito subsidiado para a produção agropecuária.

2.5.2 A intervenção da FETRAF no campo econômico

A nova postura da FETRAF de intervir no campo econômico e que deveria ser implementada pelos SUTRAF regional e SUTRAFs municipais foi acompanhada por uma

¹³⁰ FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Chapecó, mar. 2004, p.24, 29, 35, 40.

¹³¹ SEMINOTTI, Op.cit., p. 120.

mudança na relação política com o Estado. Diferentemente dos anos 1980, quando os STR e os movimentos sociais populares mantinham uma relação de conflito e distância com o Estado e este agia com violência e repressão, no final dos anos 1990 o sindicalismo do meio rural vinculado a CUT, de certa forma, tentou buscar junto ao Estado, seja pela pressão, pelo conflito ou pelo diálogo, formas de garantir a criação de políticas públicas para a agricultura familiar.

Um bom exemplo desta pressão exercida pelo sindicalismo cutista do meio rural junto ao governo FHC foi o processo de mobilização para a criação do Pronaf em 1995. Um dos movimentos que contribuíram nesta pressão para a conquista de políticas públicas foi 1º Grito da terra Brasil, organizado em 1994 pela CUT, CONTAG e pelo MST contra a fome, a miséria, pelo emprego e reforma agrária.

Com o governo Lula a partir de 2002, a FETRAF, assume uma nova postura política nesta relação, facilitando o diálogo e contribuindo para a formulação de políticas para a agricultura familiar. No entanto, apesar de vermos um governo construído com o apoio das organizações sociais populares, o governo Lula passa a sofrer a pressão dos mesmos para a concretização de avanços no Pronaf e na garantia de outras políticas para os agricultores familiares.



Figura 21 – Produtos da agricultura familiar produzidos em agroindústrias da região Alto Uruguai criadas com crédito do Pronaf.

Fonte: Arquivo do Sutraf Erechim

O acesso as políticas públicas, especialmente com o Pronaf, possibilitou a implementação de dezenas de experiências associativas na região Alto Uruguai na última década. O debate sobre o desenvolvimento regional sustentável, realizado pelo movimento sindical cutista a partir dos anos 1990, começou a surtir efeito no momento em que várias políticas de crédito foram implementadas. A partir daí, dezenas de empreendimentos foram criados em diversas áreas pelos agricultores familiares. Podemos destacar: associações de suinocultores, cooperativas no ramo de crédito, de leite, de energia, de erva-mate, agroindústrias familiares e feiras de produtores.

Abordaremos de forma mais efetiva as transformações no campo econômico dos agricultores familiares dos associados ao Sutraf da região Alto Uruguai no próximo capítulo, onde analisaremos o projeto de desenvolvimento planejado pelas organizações sociais cutistas, a atuação da Cresol, a diversificação da produção, a pluriatividade dos agricultores familiares, a qualificação técnica e a comercialização dos produtos, entre outros aspectos que têm marcado este cenário de mudanças na agricultura familiar nos últimos anos.

CAPÍTULO III

AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS AO SUTRAF



Figura 22 – Agricultor familiar produtor de hortifrutigrangeiros, no município de Paulo Bento.

Fonte: Acervo de Jairo João Zoraski

Neste terceiro capítulo tratamos das características socioeconômicas dos agricultores associados ao SUTRAF, buscando analisar os processos que se desenvolveram nas duas últimas décadas, considerando, as estratégias planejadas pelos STRs e a CUT na década de 1990 de um projeto de desenvolvimento regional voltado para os pequenos agricultores e a partir dos anos 2000, com o reconhecimento da agricultura familiar, os reflexos do surgimento das políticas públicas, especialmente o PRONAF, no campo da produção, da industrialização e da comercialização.

O tema da agricultura familiar tem despertado a atenção de estudiosos da sociologia rural como Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, Hugues Lamarche, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Sérgio Schneider, entre outros, por estar ocorrendo um processo de mudanças neste meio, considerado por estes autores, como a formação de uma nova

ruralidade, na qual surge uma nova dinâmica produtiva e comercial, novos conhecimentos são agregados e novas relações se estabelecem no campo econômico, social e político, com implicações na relação com o SUTRAF, enquanto representante político dos agricultores familiares.

Deste modo, procuramos analisar, neste capítulo, quais mudanças estão ocorrendo no contexto da agricultura familiar desta região e como as mesmas estão interferindo nas atuais características socioeconômicas dos agricultores associados ao SUTRAF, não esquecendo que estes têm uma trajetória histórica marcada pela estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, pelo trabalho a partir da unidade familiar, pela organização social e religiosa nas comunidades rurais e pelo processo de organização social e político nos anos 1980 de uma parcela destes agricultores. O surgimento das políticas públicas, a influência do mercado global, as novas possibilidades de um mercado consumidor regional são elementos que associam-se aos aspectos construídos historicamente entre os agricultores desta região.

A caracterização socioeconômica atual dos agricultores é um elemento central para a análise sobre a representação política do SUTRAF, tendo presente que, com o reconhecimento da agricultura familiar no final dos anos 1990 e a criação da FETRAF em 2001, o mesmo passa a atuar no campo da produção e das políticas públicas, dialogando de forma mais direta com as estratégias, iniciativas e demandas dos agricultores familiares.

3.1 UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS STR E DA CUT NOS ANOS 1990 E DA FETRAF/SUTRAF NOS ANOS 2000

O contexto que envolve o debate sobre o desenvolvimento regional, coordenado pelos STRs e a CUT na região Alto Uruguai nos anos 1990, relaciona-se a uma fase marcada por crises econômicas no meio rural, quando os pequenos agricultores sentem os reflexos das transformações capitalistas que se operam em escala mundial, com o avanço das políticas neoliberais e a maior intervenção do mercado globalizado no setor produtivo das pequenas propriedades. Questões como a diversificação da produção, o trabalho manual por todos os membros da família e a reprodução social e econômica da pequena propriedade dão lugar à produção para a exportação, à mecanização do trabalho, à dependência ao mercado globalizado e o avanço do êxodo rural.

As políticas inspiradas no enfoque neoliberal, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, retiram do Estado a responsabilidade pela criação e pela condução de

políticas públicas para a pequena propriedade e, de modo geral, para as áreas sociais de toda a sociedade.

A crise econômica na agricultura na década de 1980, com os baixos preços dos produtos agrícolas e o alto custo de produção, atingiu a economia capitalista como um todo e novos atores sociais entraram em cena buscando alternativas no campo da produção e da comercialização para os pequenos agricultores. Organizações não governamentais, sindicatos, órgãos internacionais, movimentos sociais passam a atuar como mediadores de lutas por políticas públicas, com ênfase ao tema do desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos econômicos, ambientais e sociais das pequenas propriedades.

O debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro para o campo, que tinha seus reflexos em âmbito local, passa a ser realizado no final da década de 1980 pelos pequenos agricultores, com a mediação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados a CUT. A crise econômica na agricultura e a falta de uma política agrícola para a pequena propriedade são aspectos que vão impulsionar uma maior organização social e política. Neste sentido Lamarche¹³² coloca que “[...] os agricultores organizam sua estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro.”

Na região Alto Uruguai o debate sobre desenvolvimento regional ganha espaço no meio rural por estar prevendo a inclusão dos pequenos agricultores neste processo, pela pequena propriedade estar sofrendo as consequências da crise econômica no meio rural e por estar ocorrendo nos anos 1990 o processo de organização social e política entre os pequenos agricultores com a mediação de organizações sociais populares vinculadas a pequena propriedade.

3.1.1 A noção de desenvolvimento sustentável defendida pelos STR e a CUT

O planejamento estratégico, analisado em Seminotti¹³³, coordenado pela CUT e pelo STR regional nos anos 1990, visando a construção de um modelo de desenvolvimento voltado para os pequenos agricultores, foi construído a partir da articulação de um conjunto de organizações sociais ligadas a CUT da região Alto Uruguai. Foi uma das etapas do

¹³² LAMARCHE, Hughes. (Coord.) *A agricultura familiar II: do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP, 1999, p.19.

¹³³ SEMINOTTI, Op.cit., p.162.

processo que objetivava a formação de uma nova conjuntura socioeconômica nesta região, pois, para os atores sociais ligados ao meio rural, a pequena propriedade deveria estar no centro do projeto de desenvolvimento, por considerar que a mesma era a base econômica, social e cultural desta região.

Mas afinal, qual era a concepção de desenvolvimento defendida para os pequenos agricultores associados aos STR cutistas a partir do planejamento estratégico?

Se, por um lado o modelo de desenvolvimento proposto pelo estado brasileiro considerava apenas as exigências da globalização, ajustando, adaptando e submetendo os diferentes contextos aos agentes econômicos que controlavam a economia e os setores produtivos; por outro, desenvolve-se a concepção entre os mediadores sociais e políticos, de que os sistemas locais teriam poderes ilimitados, capazes de gerar o desenvolvimento a partir de uma visão territorial.

A noção de desenvolvimento¹³⁴ expressa pelas organizações sociais da região Sul do Brasil ligadas a CUT, e, entre elas esta os STR da região Alto Uruguai, apresentava várias diretrizes que condicionavam o projeto de desenvolvimento que desejavam construir:

¹³⁴ ARNS, Carlos Eduardo; ZUNIGA, Gláucia M.F.; ROVER, Oscar. *Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil*. Curitiba: Gráfica Popular, 2004, p. 34-36.

¹³⁴ O conceito antropológico de “cultura de contraste” explica parte da reação contra-cultural globalizante. É um movimento que compreende um esforço de se manter íntegro frente à ameaça de sumir dentro de uma proposta imposta de fora sobre os valores tradicionais de uma comunidade ou região. É uma busca de fortalecimento através do resgate dos valores e d identidade coletiva historicamente construída. É uma estratégia de sobrevivência, uma forma de resposta cultural a um fenômeno que os invade e ameaça: a globalização perniciosa. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.77.

Quadro 1 – Diretrizes para o projeto de desenvolvimento planejado pelas organizações sociais cutistas da região sul do Brasil.

A) A dimensão endógena, discutindo e construindo práticas de processos de desenvolvimento formatados a partir do local, das pessoas, dos grupos sociais, não sendo um desenvolvimento construído de cima para baixo, nem de fora para dentro.
B) Um projeto de desenvolvimento que gere inclusão social, política, econômica e ambiental, superando as dinâmicas de exclusão historicamente construídas pelos formatos hegemônicos de desenvolvimento.
C) Um projeto de desenvolvimento que tem uma dimensão econômica, mas que não se pauta por estar como uma dimensão exclusiva ou mesmo determinante dos processos sociais. Há visivelmente na prática destas organizações e movimentos um tensionamento da questão social e humana enquanto a que deve ser a orientadora dos rumos do processo de desenvolvimento a se gerar.
D) Manifestam uma luta clara contra os monopólios e oligopólios, indicando a necessidade da construção de mecanismos sócio-políticos de distribuição/desconcentração da riqueza e da renda. A construção de alternativas econômicas em nível local, organizando sociedades cooperativas, marcadas por práticas de sócio-economias solidárias.
E) Estas organizações apontam para a multiculturalidade como uma prática social necessária à valorização dos diferentes grupos sociais. Constroem o resgate da cultura local e forjam a multiculturalidade em suas práticas.
F) Na democracia enquanto sistema político, as práticas políticas tradicionais, como o coronelismo, o nepotismo, o assistencialismo, são marcas da construção histórica. A principal prática indicada pelas organizações e movimentos é a participação cidadã dos atores sociais, a descentralização da política, gerando mecanismo de autonomia local, a partir de processos participativos e controlados socialmente.

Fonte: ARNS, Carlos Eduardo; ZUNIGA, Gláucia M.F.; ROVER, Oscar. *Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil*. Curitiba: Gráfica Popular, 2004, p. 34-36.

Brandão critica esta concepção meramente localista dentro do debate sobre desenvolvimento, onde ocorre a banalização de definições como “capital social”, “redes”, “economia solidária” e o espaço local e regional tudo pode, dependendo de sua vontade de auto-impulso. Neste sentido, Brandão coloca:

Essa ‘endogenia exagerada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. O Estado pouco teria o que fazer nesse contexto de ‘aprendizagem coletiva’ e ‘atmosfera sociopolítica’, em que os atores se congregam e se aproximam de forma cooperativa.¹³⁵

A idéia de construir um modelo de desenvolvimento a partir das potencialidades locais entra em atrito com os determinantes da lógica capitalista de acumulação de capital, pois este sistema aperfeiçoa seus instrumentos de ação, mobiliza a diversidade social e material em seu favor.

Para as organizações sociais vinculadas a CUT e defensoras da pequena propriedade, nos debates sobre a formação da agricultura familiar, a noção de desenvolvimento era ampla, ultrapassava o sentido econômico e atingia diferentes aspectos da vida dos pequenos agricultores. O sociólogo Everton Picolotto, em seu trabalho de tese sobre a agricultura familiar, destaca:

O movimento sindical, portanto, entendia que: Não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas inserem-se, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar.¹³⁶

As iniciativas buscando o desenvolvimento sustentável na região Alto Uruguai pelos pequenos agricultores revelam o que Putnam afirmara:

Se por um lado a abordagem do capital social tem um grande mérito ao chamar a atenção para o fato de serem as características do tecido social um elemento importante para a análise do sucesso das iniciativas políticas ou empreendimentos econômicos, de outro, os marcos de sua interpretação sugerem que, em regiões em que estas relações horizontais não estão dadas, certas iniciativas não poderiam alcançar êxito e que, complementarmente, nas regiões em que tais relações são

¹³⁵ BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas-SP: Unicamp, 2007, p.46.

¹³⁶ PICOLOTTO, Op.cit., p.189.

mais presentes, deveria haver, no mínimo, uma maior quantidade de casos bem sucedidos.¹³⁷

A partir dos debates e da construção teórica sobre o tema do desenvolvimento, a CUT e os STR identificam dois modelos opostos de desenvolvimento: O modelo tradicional, baseado na produção de grãos, na monocultura, na dependência do mercado exportador, e a construção de experiências associativas, como cooperativas, associações, agroindústrias familiares, a diversificação da produção e a abertura de mercados locais para a comercialização.

3.1.2 A noção de desenvolvimento sustentável a partir da FETRAF/SUTRAF nos anos 2000

A mudança conceitual de pequena propriedade para agricultura familiar foi também um importante momento para o movimento sindical cutista aprofundar o tema do desenvolvimento sustentável, junto a sua base social e política., porque, afinal, o processo de reconhecimento da agricultura familiar significava a valorização desta categoria de trabalhadores e a oportunidade de avançar nos debates sobre projeto de desenvolvimento que tinham ocorrido no decorrer da década de 1990.

Já no congresso de fundação da FETRAF/SUL foram aprovadas resoluções sobre o projeto de agricultura que a Federação seguiria. Dentre os objetivos centrais da Federação aparece a intenção de priorizar a elaboração e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda a região Sul, por meio de estudos, debates, da criação, estímulo e fortalecimento de novas experiências, da disputa de políticas públicas, assim como na construção de políticas que valorizem o espaço local e o trabalho dos membros da família, diretamente envolvida no processo produtivo.

O modelo de desenvolvimento sustentável, a partir da agricultura familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, diferentemente do modelo patronal, que tem como

¹³⁷ PUTNAM, Op.cit., p.82.

característica a separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização.

No debate sobre a importância do trabalho e a gestão andarem juntos e constituírem-se com características da agricultura familiar em relação a patronal, Picolotto descreve:

No modelo familiar, diferentemente desta perspectiva de exploração patronal, são valorizadas suas características de não separação entre quem pensa e quem executa as atividades produtivas. Existe uma relação íntima entre a gestão da unidade produtiva familiar e a execução de seu processo produtivo pelos membros da família. Portanto, neste modelo tende a ocorrer uma reversão do qualificativo negativo atribuído ao trabalho manual e aos sujeitos sociais que realizam tais trabalhos. Pode ilustrar bem esta questão a tendências recente de revalorização dos produtos chamados de coloniais no Sul do país.¹³⁸

Apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam a sua reprodução, a noção de desenvolvimento defendida pela FETRAF, só poderia ser viável através da implementação de ações na organização da produção, na organização socioeconômica, na conquista de políticas públicas e com uma boa organização interna na federação.

Por isso, no I Congresso da FETRAF/SUL, em 2004, ocorreu a definição do que seria chamado de o “objetivo estratégico” da federação e dos seus quatro “eixos estratégicos de ação”¹³⁹. À essa idéia, que já vinha sendo debatida pelo sindicalismo cutista, é agregado o qualificativo *solidário* com o propósito de adicionar a esse debate o acúmulo existente no sindicalismo sobre a temática da *economia solidária*, que inclusive motivou a formação de uma agência no interior da CUT para tratar desse tema também no âmbito urbano: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Nesse sentido, foram incorporados práticas e valores advindos do movimento da economia solidária e do comércio justo no programa da Fetraf-Sul, como destacado nas resoluções do II Congresso.

As linhas de ação apontavam, num primeiro eixo, que a Fetraf iria direcionar suas ações para as políticas agrícolas e agrárias, mas avançava também para outras políticas nas áreas da educação, saúde e habitação.

Um segundo eixo de ação apontava para o avanço na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um

¹³⁸ PICOLOTTO, Op.cit. p. 262.

¹³⁹ FETRAF-SUL/CUT. *Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar*. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2001, p. 22.

desenvolvimento sustentável e solidário. Neste ponto, buscava traçar diretrizes para que o sindicalismo em conjunto com as organizações de crédito as cooperativas e associações de produção, as redes de certificação solidária e as ONGs de apoio conseguissem ter ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas de econômica solidária.

O terceiro eixo de ação focava na luta por avanços na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político.

O quarto eixo refere-se à gestão e relações institucionais da Federação, tendo por objetivo avançar na melhoria e aperfeiçoamento da gestão e organização interna da Fetraf-Sul/CUT e seus sindicatos, na visibilidade da organização sindical da agricultura familiar e nas relações institucionais com organizações parceiras.

A noção de desenvolvimento sustentável defendida pela FETRAF e pelo SUTRAF na região Alto Uruguai, bem como o planejamento de suas ações, apontam para a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos, e sobre a importância dos agricultores familiares na construção desse novo modelo.

3.2 AS ASSOCIAÇÕES E AS PEQUENAS COOPERATIVAS ENTRE ASSOCIADOS DO SUTRAF

Intervir no campo econômico, tendo como base a organização social que se constituía entre os pequenos agricultores, por influência dos STR e da CUT, era uma estratégia adotada pelos mesmos, mas, possivelmente insuficiente para atender aos desafios que faziam parte do contexto econômico de crise da pequena propriedade.

A incerteza da conjuntura política e econômica do país nos anos 1990, a ausência de políticas para pequena propriedade, a concorrência sofrida pelas pequenas cooperativas com as grandes agroindústrias, a descapitalização dos pequenos agricultores, entre outros aspectos, se constituíam em grandes entraves para a implementação de outro modelo de produção.

Contudo, um conjunto de experiências associativas foram gradativamente sendo implementadas pelos pequenos agricultores, com a contribuição de lideranças dos STRs a

partir dos anos 1990, em diversos ramos de atividades, como podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 2 – Relação de experiências associativas criadas pelos agricultores familiares na região Alto Uruguai entre 1992 e 2001.

Organização	Ano de criação	Ramos de atividade	Abrangência
Cooperativa de eletrificação-CRERAL	1992	Eletrificação	5.400 famílias
Cooperativas no ramo do leite: Coperal, Coopau, Coperval, Copassul	1993	Leite	4.500 famílias
10 associações de suinocultores	De 1990 a 1995	Suínos	200 famílias
Cresol Alto Uruguai	2000	Crédito	5 cooperativas 1.500 famílias
Copermate	2000	Erva mate e grãos	35 famílias
Agroindústrias familiares	1999-2001	Carnes, massas, frutas,	30 famílias
Cooperativa de consumo Nossa Terra	2001	Comercialização de Frutas, hortaliças, carnes, massas, vinhos, produtos em geral, etc.	15 agroindustrias
5 Feiras de produtores	2000-2001	Frutas, hortaliças, carnes, massas, vinhos, etc.	100 famílias

Fonte: Sutraf regional.

A criação das experiências associativas e a formação das pequenas cooperativas fez parte da estratégia montada a partir da atuação dos dirigentes sindicais vinculados aos STR e a CUT, junto aos pequenos agricultores, de criar uma organização social capaz de intervenção no campo econômico.

O melhor aproveitamento da produção na pequena propriedade de alguns produtos como frutas, carnes, leite e hortaliças e a disponibilidade de mão de obra foram fatores importantes para a construção da Cooperativa Nossa Terra, como uma central de comercialização e das feiras de produtores no espaço urbano.

A criação das cooperativas envolvidas no segmento de leite foi um modo de intervir mais fortemente em uma atividade que estava em expansão na região Alto Uruguai e que passava por sérios problemas pela falta de pagamento e assistência técnica por parte da empresa estatal COORLAC.

A conquista da CRERAL estava associada muito mais como um ganho político pelo controle de uma grande cooperativa por parte dos agricultores, do que por uma intervenção no campo econômico, mas de qualquer forma teve uma simbologia para a organização social que estava se constituindo em 1992.

E as associações de suinocultores, foi uma estratégia montada pelos STR em várias comunidades rurais, por ser uma atividade muito praticada entre os pequenos agricultores e pela disponibilidade de crédito oferecida pelo governo Alceu Collares, de estímulo a este setor, que passava por constantes crises econômicas.

No entanto, o aspecto da organização social presente nestes processos de criação das experiências associativas contrastavam com a ausência de políticas públicas de apoio a produção e a comercialização. E, neste sentido, como o principal objetivo de tais processos, consistia em aumentar a renda das famílias, este se constituiu num grande entrave para o avanço destas iniciativas nesta região.

Exemplo disso foram as associações de suinocultores, criadas na década de 1990 na região Alto Uruguai, pois, de modo geral sofreram grandes problemas para o seu funcionamento e para a obtenção de lucratividade. Como reflexo da abertura econômica para o mercado internacional, várias crises econômicas afetaram o setor, desestruturando esta atividade que há décadas era praticada entre os pequenos agricultores. Em entrevista com o agricultor familiar, fundador da Associação de Suinocultores de Souza Ramos, no município de Getúlio Vargas, o mesmo nos revelou como foi o processo de criação e funcionamento da mesma:

No início, nos organizamos em trinta e seis sócios, buscamos o dinheiro no Banrisul, com o governo do estado, compramos doze hectares de terra e construímos o chiqueirão. Só que depois de quatro anos criando leitão, não era mais vantagem ficar no ramo dos suínos, porque o preço estava muito baixo, então quase todos desistiram da associação e fechamos os chiqueiros e ainda ficamos com a dívida do financiamento, que eu acho que vamos negociar com o governo do Estado.¹⁴⁰

Neste sentido, as estratégias para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento sustentável, passavam pela articulação de diversas ações, especialmente pela mobilização

¹⁴⁰ A Associação de Souza Ramos funciona hoje com seis sócios que criam os leitões e vendem os mesmos para a empresa Aurora, uma grande agroindústria que atua no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Associação contratou dois empregados para realizar o trabalho e nenhum associado trabalho com suínos em sua propriedade. Entrevista concedida por Nédio Zambam em 26 de março de 2012. Getúlio Vargas.

dos pequenos agricultores nas lutas sociais e políticas para garantir a conquista de políticas públicas.

Passaremos a analisar alguns dos principais processos que se desenvolveram entre os pequenos agricultores a partir dos anos 1990 e de que modo contribuíram para a caracterização socioeconômica dos pequenos agricultores naquele período. As ações foram desenvolvidas nos seguintes setores: energia elétrica, leite, crédito, agroindústrias e feiras de produtores.

3.2.1 O cooperativismo no ramo da energia elétrica

Uma das primeiras ações planejadas pelo STR regional e pela CUT no início da década de 1990 foi a disputa e a conquista da direção da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (CRERAL), em 1992. Com abrangência na região macro norte do RS, atendia a 36 municípios da região norte, com 5,4 mil famílias de pequenos agricultores. Entre os objetivos dos cooperativados estava à proposta de reduzir o valor pago pelo serviço de energia elétrica e a produção de energia através de pequenas usinas hidrelétricas.

Analisando o modelo energético proposto pelo governo federal e a oposição a este modelo, Seminotti¹⁴¹ coloca que,

contrapondo o projeto de desenvolvimento do governo brasileiro, planejado pelos governos militares na década de 1970, que previa a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai, a nova proposta a partir da Creal era pela construção de pequenas usinas hidrelétricas a partir do aproveitamento de pequenos rios e do relevo acidentado da região.

Tendo presente que várias barragens seriam construídas na bacia do rio Uruguai e atingiriam vários municípios da região, este novo modelo de produção de energia chocava-se com os interesses do governo em construir grandes empreendimentos.

¹⁴¹ SEMINOTTI, Op.cit., p. 146.



Figura 23 – A cascata das Andorinhas é uma das usinas hidroelétricas construídas pela Ceral no município de Floriano Peixoto.

Fonte: Ceral

Vale destacar que a partir dos anos 1990, pelos menos três grandes barragens foram construídas na bacia do rio Uruguai. São as barragens de Itá, Machadinho e Foz de Chapecó, que deslocaram milhares de agricultores familiares de municípios do RS e de SC, para assentamentos ou para as cidades próximas. Este processo de cooperativização dos pequenos agricultores na CRERAL recebeu o apoio do Movimento de Atingidos por Barragens, pois o planejamento estratégico tinha a contribuição do MAB, que teve sua origem justamente a partir da resistência à construção das barragens na região Alto Uruguai.

A CRERAL¹⁴² atua hoje em 37 municípios e conta com 6.530 associados ativos. A maior parte dos associados, 84,05% são famílias de agricultores. Com um total de 6.530 consumidores (83,23% agricultores familiares). São 1.912.680 kWh/mês de energia vendida, sendo que 280 kWh/mês é a média por consumidor. Em dados revelados pelo presidente da Ceral, Alderi do Prado, o valor do KWh produzido pela Ceral é 20% menor, na relação com outras empresas que vendem energia elétrica na região Alto Uruguai.

¹⁴² A Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai LTDA – CRERAL foi fundada em 23 de Julho de 1969, com o objetivo de levar energia ao meio rural, pois, na época, a concessionária não fazia esse serviço. A grande maioria dos associados é formada por pequenos agricultores ou está localizada na área rural. A CRERAL atende integralmente três sedes de municípios e parcialmente outras duas sedes. Para atender aos seus associados, a CRERAL possui um sistema de distribuição de energia com 1.781 Km de redes, 18.890 postes instalados e 1.475 transformadores com potência de 17.161 KVA. O presidente da Ceral revelou que o custo para o associado fica em média 20% menor, em relação a outras empresas que vendem energia na região Alto Uruguai. Entrevista concedida ao autor pelo presidente da Ceral, Alderi do Prado, em 12 de maio de 2012.

3.2.2 O cooperativismo no ramo do leite

A crise econômica que atingiu a agricultura familiar nas décadas de 1980 e 1990, além de provocar a descapitalização dos pequenos agricultores e o êxodo rural de uma parcela dos mesmos, provocou mudanças na forma de se produzir e nas atividades produtivas. Para obter maior renda e assim permanecer no meio rural, uma das alternativas buscadas pelos pequenos agricultores da região Alto Uruguai foi desenvolver a produção do leite.

O processo de mecanização na agricultura, entendido a partir de um conjunto de mudanças mais gerais do capitalismo na agricultura, em que a transformação da base técnico-produtiva assume papel fundamental, aumentou o grau de mercantilização da pequena propriedade a partir dos anos 70. Essa fase tem como marco a introdução da cultura da soja, símbolo da modernização da agricultura regional, que resultou em aumento no consumo de adubos, defensivos, fungicidas e criou a dependência crescente aos mercados internacionais quanto ao estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas.

A produção de soja aos poucos trouxe consequências negativas aos pequenos agricultores, especialmente a dependência a monocultura como única forma de obter renda, o que seria uma temeridade em safras de baixa produtividade e o alto custo de produção.

A partir da revolução verde, nos anos 70, quando os pequenos agricultores, de modo geral, aderem a monocultura da soja, o baixo preço do produto e os juros altos para aquisição do crédito, contribuíram para que os mesmos buscassem alternativas e a atividade do leite constituiu-se como uma alternativa de renda, diante do endividamento com a produção de grãos a partir dos anos 80.

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)¹⁴³ tinha desde a década de 1980 o monopólio na compra e industrialização do leite em praticamente toda a região Alto Uruguai. No início dos anos 1990 a empresa passava por sérias dificuldades financeiras, atrasando o pagamento aos produtores e pagando um preço abaixo do custo de produção, o que causava constantemente protestos e mobilizações dos agricultores. Em 1993, o governador do estado Alceu Collares propõe a cooperativa da CORLAC, que

¹⁴³ A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos S/A (CORLAC) foi uma empresa de capital misto (público estadual e privado) criada na década de 1960. Segundo apontado por Souza (2007), a companhia passou por uma série de dificuldades econômicas no final da década de 1980 que comprometeram a continuidade de suas atividades, o que abriu a possibilidade para a sua transformação em cooperativa no princípio da década seguinte. PICOLOTTO, Op.cit., p.171.

desfrutava de postos de recebimento e indústrias de leite e derivados em várias regiões do Estado.

Diante do grande debate sobre desenvolvimento regional, onde o sindicalismo cutista pregava a intervenção no campo econômico através do associativismo e do cooperativismo, os pequenos agricultores, num processo coordenado por dirigentes sindicais, criam em 1993 pequenas cooperativas em diferentes municípios da região, que passaram a se chamar de: Coperal em Erechim, a Coopaal em Aratiba, a Cooperval em Erval Grande, a Coopassul em Campinas do Sul. O presidente da Coperal em 1993, Gervásio Plucinski¹⁴⁴, revelou que “as pequenas cooperativas tinham juntas, em 1993-1994, um total de 4.500 associados e uma produção de três milhões de litros/mês.” Isso significava uma produção média de aproximadamente 600 litros de leite por mês para cada produtor e uma produção diária de 20 litros/dia.

O processo de disputa pelo controle da COORLAC na região se deu entre os STR e a CUT contra as grandes cooperativas (Cotrigo e Cotrel), já existentes na região. Zanella analisa este processo da seguinte forma:

Ganhar a disputa pelo controle da maioria dos postos de recebimento de leite na região não significou que os problemas em relação ao leite estivessem solucionados. Ao contrário, no decorrer dos anos seguintes, muitos impasses surgiram: a Cotrel criou um posto de recebimento próprio de leite e iniciou-se um processo de disputa pelo produtor de leite na região; o governo do estado não cumpriu alguns contratos assinados com as cooperativas de produtores e estes, em consequência, apelaram para a justiça.¹⁴⁵

A CORLAC, antes uma empresa estatal, transforma-se em um sistema cooperativo e passa a se chamar COORLAC, organizado em âmbito estadual, por um conjunto de pequenas cooperativas em outras regiões, a partir da produção e industrialização, vai se consolidar somente em 1998, quando, por uma ação judicial, o governo do estado foi obrigado a repassar o patrimônio da estatal.

A baixa produtividade dos agricultores familiares não atraía as grandes empresas do setor até a primeira metade da década de 1990, o que facilitava a atuação das pequenas cooperativas. No entanto, esse quadro vai mudar na segunda metade da década de 1990

¹⁴⁴ Dados revelados pelo presidente da Coperal em 2003, Gervásio Plucinski, em entrevista ao autor em 4 de janeiro de 2012.

¹⁴⁵ ZANELLA, Op. cit., p.321.

quando grandes empresas, como Parmalat, CCGL, aliam-se as grandes cooperativas da região, Cotrel e Cotrigo e passam a atuar no ramo do leite, pagando preços superiores aos pagos pelas pequenas cooperativas, iniciando um processo de desestruturação do sistema, passando a controlar boa parte da produção e da comercialização do leite da região Alto Uruguai.



Figura 24 – Agricultor familiar, produtor de leite do município de Paulo Bento.

Fonte: SUTRAF ALTO URUGUAI

No início da última década, as pequenas cooperativas passaram a enfrentar sérias dificuldades para se manterem no mercado. Neste sentido, o presidente da Coperal, Edson Sirena¹⁴⁶, nos coloca a realidade das cooperativas:

Hoje temos a necessidade de fazermos parceria com empresas maiores, especialmente para a industrialização, pois não temos como competir no preço do litro de leite. Mas é importante mantermos um trabalho de assistência técnica com o agricultor, que aí dá para fazer um trabalho mais político. Por isso fizemos uma parceria com a Bom Gosto em 2008.

¹⁴⁶ A Coperal é uma das pequenas cooperativas da região Alto Uruguai, com 700 associados. Atua nos municípios de Três Arroios, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Gaurama, Centenário, Áurea e Viadutos. Fez uma parceria com a empresa Bom Gosto, uma das maiores do RS, que tem investidores estrangeiros. Na parceria, a Coperal atua no recebimento do leite, no pagamento aos produtores e na assistência técnica, enquanto a empresa Bom Gosto industrializa e comercializa o produto, repassando um determinado valor a Coperal pelo litro de leite, a fim de que esta possa pagar os agricultores e cobrir os gastos administrativos. Entrevista concedida pelo presidente da Coperal, Edson Sirena, em 14 de março de 2012

O trabalho político desenvolvido pelos dirigentes das pequenas cooperativas junto aos pequenos agricultores foi uma das dimensões planejadas pelos STR cutistas no planejamento estratégico, formulado no início dos anos 1990. Porém, o trabalho político era visto como uma estratégia para fortalecer a intervenção no campo econômico. Neste sentido, todo o trabalho político desenvolvido no processo de constituição das pequenas cooperativas e no seu funcionamento junto aos pequenos agricultores, tem esbarrado no poder que a dimensão econômica assumiu, no contexto da economia globalizada junto a pequena propriedade.

A partir dos anos 2000, com o reconhecimento da agricultura familiar, com a formação da FETRAF e do SUTRAF, a estratégia de intervir no campo da produção, respondendo à problemática econômica da categoria, tornou-se um grande desafio, diante da conjuntura econômica dos últimos anos e do grande poder econômico das grandes empresas que atuam no ramo do leite e que passaram a exigir maior produtividade e novas técnicas de produção.

No entanto, as pequenas cooperativas, mesmo que tenham sido fundamentais para a comercialização do produto, quando havia a baixa produtividade e as grandes empresas não tinham interesse nesse agricultor descapitalizado, hoje não conseguem competir no ramo do leite e atuam de forma secundária junto aos agricultores familiares, através do sistema de parcerias com as grandes empresas. Na realidade as pequenas cooperativas criam a bacia leiteira e as multinacionais passaram a controlar e explorar este setor.

Um agricultor familiar¹⁴⁷ associado do SUTRAF, do município de Severiano de Almeida, foi um dos primeiros associados da Coperal em 1993. Diante deste processo de criação das pequenas cooperativas e das mudanças que ocorreram, com a intervenção das grandes empresas no setor, ele nos coloca: “Hoje temos que vender o leite para quem paga mais. O SUTRAF dizia para a gente ficar com a Coperal e até *ajudamo* a criar a coperal, mas *aguentamo* até que deu. Hoje tem ajuda do governo, o sindicato e a Cresol que orienta, mas *vendemo* o leite para a Nestlé porque a diferença por litro era de 0,15 centavos por litro.”

O papel político desenvolvido pelo SUTRAF junto ao agricultor familiar, de apoio as pequenas cooperativas, enfrentou o grande poder econômico das grandes empresas. Atualmente, a intervenção no campo da produção, como um dos eixos de atuação do Sutra, corresponde a ações junto ao governo federal no sentido de garantir linhas de crédito,

¹⁴⁷ Entrevista concedida em 25 de março de 2012. Severiano de Almeida-RS.

através do Pronaf, bem como, a garantia de preço mínimo ao litro de leite comercializado pelos agricultores familiares.

3.2.3 Cooperativismo no ramo do crédito

O período marcado pelo início da revolução verde no início da década de 1970, quando tem início o processo de mecanização na pequena propriedade, por um lado alterou o modelo produtivo, mas por outro, exigiu a ampliação dos recursos financeiros para o desenvolvimento das novas culturas. A falta de crédito para investir nas atividades agropecuárias passa a ser um dos problemas enfrentados pelos pequenos agricultores e também a causa de muitas mobilizações organizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais cutistas a partir da década de 1980.

Em um contexto de crise econômica no Brasil e pela ausência de políticas públicas para a agricultura familiar, a luta por crédito agrícola vai se desenvolver durante praticamente duas décadas, culminando com um período de grandes mobilizações no início dos anos 1990, até a criação do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF em 1996, pelo governo federal (FHC).

Mesmo com a criação do PRONAF, pela dificuldade histórica de acessar o crédito, com as exigências das instituições bancárias, lideranças dos STR, das cooperativas, de agroindústrias e das demais organizações ligadas a agricultura familiar se organizam e criam em 1998 um instrumento capaz de facilitar o acesso ao crédito. São as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

Em obra publicada pelo sistema CRESOL, onde é descrito o histórico da criação de várias cooperativas, pois são 15 cooperativas que atuam na região Alto Uruguai, o diretor Cláudio Risson da CRESOL¹⁴⁸ Erechim, faz o seguinte relato: “Podemos dizer que a CRESOL Erechim surgiu “pela mão” do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tendo como principal missão organizar e melhorar o acesso ao crédito rural aos agricultores familiares, particularmente os recursos da linha de crédito da linha recém criada, o Pronaf.”

¹⁴⁸ MAGRI, Cledir A. *Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas*. Passo Fundo: IFIBE, 2010, p.307.



Figura 25 – Trator adquirido pelo programa mais alimento, através da Cresol de Getúlio Vargas. Propriedade do agricultor familiar do município de Getúlio Vargas.

Fonte: Sutraf de Getúlio Vargas

A divulgação dos programas de crédito é um trabalho realizado pelos SUTRAFs municipais, pelas cooperativas de crédito e de produção. No entanto, a empregabilidade de tais recursos nem sempre são fiscalizadas pelas cooperativas repassadoras do crédito, podendo gerar o endividamento e a falta de pagamentos dos financiamentos.

A preocupação de um agricultor familiar do município de Erechim, consiste no fato de que há muita facilidade em acessar as linhas de crédito do PRONAF em suas diferentes modalidades, o que pode se tornar uma preocupação pelo alto endividamento:

Podemos pegar dinheiro para comprar vacas leiteiras, construir sala de ordenha, trocar de trator, plantar soja, milho, trigo e para pastagens, calcarear a terra, reformar a casa e até trocar de carro. Neste ano nós pegamos financiamentos para compra de oito vacas, da sala de ordenha, da planta e da reforma da casa, porque o juro é muito baixo e tem a carência de dois anos para começar a pagar. Temos que trabalhar alguns anos para pagar tudo isto, mas a dívida não é pequena.¹⁴⁹

Mas afinal, o papel do SUTRAF, bem como da CRESOL, consiste apenas em pressionar o governo para a criação de programas de crédito, sem qualquer responsabilidade quanto aos resultados da aplicação de tais recursos?

¹⁴⁹ Entrevista concedida em 11 de junho de 2012. Erechim-RS.

Com a criação da FETRAF em 2001, acompanhando o conjunto de mudanças que passava a agricultura familiar, a mesma vai ter as “políticas públicas” como um dos eixos de atuação. Pela relação histórica criada entre o Sindicalismo ligado a CUT e o sistema CRESOL, algumas ações são desenvolvidas em parceria, no sentido de orientar o agricultor sobre o acesso e a aplicação dos programas de crédito.

Um exemplo desta parceria, revelado por Nilton Scariot¹⁵⁰, coordenador do SUTRAF de Getúlio Vargas, é o programa de habitação rural que é desenvolvido entre as duas organizações. “O SUTRAF municipal cadastra as famílias e faz um diagnóstico sobre a real necessidade e a Cresol disponibiliza os recursos e acompanha o processo de construção de moradias.”

Outro exemplo de trabalho desenvolvido de forma conjunta entre a CRESOL e o SUTRAF dos municípios é a emissão da carta do PRONAF pelo sindicato, para que o agricultor familiar possa buscar o financiamento junto a CRESOL.

Neste trabalho que o SUTRAF desenvolve em relação ao PRONAF, Lucas Farina¹⁵¹, diretor do Sutraf Erechim, nos revelou: “a carta do PRONAF é concedida gratuitamente aos associados do sindicato, mas aos não-sócios é cobrada uma taxa e para a elaboração da carta, o agricultor fornece ao sindicato dados pessoais, área de terra e a renda anual, comprovada através do bloco de produtor.” A carta do PRONAF é um documento exigido pelos bancos CRESOL, SICREDI e Banco do Brasil, para que os agricultores familiares acessem as linhas de crédito do PRONAF.

Sem dúvida, o crédito vem estimulando o desenvolvimento de uma série de atividades na agricultura familiar. No entanto, esta produção depende de fatores externos, como os custos de produção, os mercados consumidores, a adaptação permanente a novas técnicas e a busca por qualificação profissional. Tais fatores estão fora do controle das entidades sindicais e das cooperativas de crédito, gerando muitas vezes o endividamento, a mudança de atividade ou o êxodo rural, especialmente dos pequenos municípios para a cidade de Erechim.

¹⁵⁰ SCARIOT, Nilton. Entrevista concedida em 12 de junho de 2012. Getúlio Vargas-RS

¹⁵¹ FARINA, Lucas. Entrevista concedida em 21 de março de 2012. Erechim-RS

3.3 A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E A OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Com a emergência da agricultura familiar no Brasil a partir do final dos anos 1990 e com a criação de várias políticas públicas nos anos 2000, como o crédito rural, a habitação rural e a assistência técnica, quando passa a haver um maior diálogo entre a FETRAF e o governo federal, após a eleição de Luis Inácio da Silva em 2002, o contexto socioeconômico dos agricultores familiares passa por um processo de mudanças, especialmente pelas novas possibilidades no campo da produção, da industrialização e da comercialização dos produtos da agricultura familiar.

As políticas de crédito abrem caminho para novas práticas no setor produtivo pela possibilidade de novos investimentos, de maior qualificação e do uso de novas tecnologias, muitas vezes, vinculados aos próprios programas de crédito, através de órgãos como a Emater, Secretarias Municipais de Agriculturas ou por iniciativas de cooperativas ou sindicatos que fazem parcerias com o governo federal. No entanto, esta nova dinâmica na agricultura familiar está inserida no processo de transformações que o meio rural vem passando nas últimas décadas, a partir da influência da globalização econômica sobre as atividades produtivas quanto ao custo de produção e aos valores pagos pelo mercado consumidor aos produtos da agricultura familiar.

Em meio a este processo, no qual ocorre a conquista de políticas públicas depois de um passado recente de crise econômica na agricultura e de organização social através dos STR e da CUT na região Alto Uruguai, quando o mercado globalizado e competitivo pressiona os agricultores a adquirirem maiores conhecimentos e qualificação, no qual as novas estratégias no campo da produção e da comercialização são fundamentais para a garantia de renda e a permanência no meio rural, em que o SUTRAF tem buscado se adequar as novas demandas dos agricultores associados, atuando no campo da produção e das políticas públicas, nos perguntamos: Como os agricultores familiares interagem com este novo contexto e que características socioeconômicas podem ser atribuídas aos mesmos?

Algumas questões parecem relevantes nesta análise sobre quem são os agricultores familiares em termos socioeconômicos, especialmente os aspectos que se relacionam à estrutura e ocupação nos estabelecimentos agropecuários; à organização do trabalho na unidade familiar; às atividades produtivas; aos meios para agregar renda à produção com os processos de agroindustrialização; à renda média por atividade produtiva; às diferentes

formas de comercialização; ao uso de novas tecnologias; à qualificação profissional e à estrutura fundiária das propriedades.

Consulta ao Censo Agropecuário 2006, sobre a agricultura familiar da região Alto Uruguai, ao Censo Agropecuário 2010, além da aplicação de 281 questionários e a realização de 30 entrevistas com agricultores familiares associados ao Sutraf, nos permitiu colher um conjunto de dados que nos possibilitou construir uma análise sobre os aspectos socioeconômicos dos associados do SUTRAF.

3.3.1 A estrutura dos estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar

A formação da estrutura fundiária baseada na pequena propriedade é um elemento do campo histórico já analisado no primeiro capítulo de nosso trabalho, mas a manutenção desta estrutura, mesmo com as transformações no meio rural nas últimas décadas, é um elemento de análise sociológica que se relaciona com as condições que permitiram a manutenção de uma parcela de agricultores familiares no meio rural.

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao número de propriedades de agricultores familiares e não-familiares nos municípios da região Alto Uruguai, no RS, na região sul e no Brasil,

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar e não-familiar no Brasil, no sul do Brasil, no RS, na região Alto Uruguai.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar			% AF
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	
Brasil	5.175.489	807.587	4.367.902	84,4
Sul	1.006.181	156.184	849.997	84,5
Rio Grande do Sul	441.467	62.921	378.546	85,7
Região Alto Uruguai	19.447	1.789	17.658	90,8
Aratiba	1.063	55	1.008	94,8
Áurea	871	56	815	93,6
Barão de Cotegipe	1.070	81	989	92,4
Barra do Rio Azul	502	63	439	87,5
Benjamin Constant do Sul	522	23	499	95,6
Campinas do Sul	504	62	442	87,7
Carlos Gomes	401	23	378	94,3
Centenário	702	54	648	92,3
Cruzaltense	666	25	641	96,2
Entre Rios do Sul	406	35	371	91,4
Erebango	272	55	217	79,8
Erechim	1.127	149	978	86,8
Erval Grande	844	71	773	91,6
Estação	294	41	253	86,1
Faxinalzinho	389	22	367	94,3
Floriano Peixoto	628	51	577	91,9
Gaurama	837	60	777	92,8
Getúlio Vargas	899	92	807	89,8
Ipiranga do Sul	515	70	445	86,4
Itatiba do Sul	879	128	751	85,4
Jacutinga	498	68	430	86,3
Marcelino Ramos	685	56	629	91,8
Mariano Moro	386	33	353	91,5
Paulo Bento	442	40	402	91,0
Ponte Preta	519	45	474	91,3
Quatro Irmãos	245	51	194	79,2
São Valentim	644	31	613	95,2
Severiano de Almeida	855	91	764	89,4
Três Arroios	744	82	662	89,0
Viadutos	1.038	76	962	92,7

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados do Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm2006>. Acesso em: 10 mai. 2012.

O predomínio da agricultura familiar, com 90,8% do total das propriedades rurais da região Alto Uruguai, sendo que das 19.447 propriedades, 17.658 são de agricultura familiar e apenas 1.789 não são familiares, demonstra que esta região segue com um elevado número de

estabelecimentos de agricultura familiar, mesmo com o êxodo rural de agricultores familiares nas últimas décadas.

A supremacia dos estabelecimentos agropecuários, como familiares, revela que o processo de reconhecimento da agricultura familiar e a criação das políticas públicas foram de vital importância para os agricultores familiares desta região, pelas perspectivas que se abriram no campo da produção, da agroindustrialização e da comercialização, contribuindo para implementação de algumas das ideias que fizeram parte do planejamento estratégico formulado pelos STR e a CUT nos anos 1990 em torno da idéia de valorizar e criar melhores condições econômicas para pequena propriedade se desenvolver.

A permanência de um elevado número de propriedades de agricultura familiar é possivelmente a primeira condição para que não haja um elevado êxodo rural, pois a comercialização destas terras para grandes proprietários ou mesmo entre agricultores familiares, poderia interferir na diminuição destes índices, por deixarem de se enquadrar como agricultores familiares. No entanto, a manutenção deste elevado número de propriedades de agricultura familiar depende de outras condições, especialmente de políticas públicas e do desejo de permanência dos jovens, como forma de reprodução das famílias neste meio.

Em termos de área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar da região Alto Uruguai, a tabela a seguir apresenta a área total e a área produtiva, o que nos permite analisar de que forma os agricultores familiares podem planejar e desenvolver as atividades produtivas a partir da área de terra disponível.

Tabela 3 – Média de área total e de área produtiva em hectares (ha) dos estabelecimentos dos agricultores familiares associados ao SUTRAF.

Município	Área Total/Estabelecimento	Área Produtiva/Estabelecimento
Aratiba	23,98	14,93
Barão de Cotegipe	20,47	18,83
Barra do Rio Azul	15,62	10,15
Benjamin Constant do Sul	34,90	14,00
Campinas do Sul	25,71	21,93
Cruzaltense	22,14	16,56
Entre Rios do Sul	18,21	12,02
Erechim	30,38	17,71
Ervál Grande	17,37	11,89
Estação	10,00	6,00
Florianópolis	21,66	12,26
Gaurama	18,30	11,16
Getúlio Vargas	18,84	15,37
Itatiba do Sul	41,17	25,32
Jacutinga	31,07	25,71
Marcelino Ramos	15,18	9,44
Paulo Bento	19,93	14,73
Ponte Preta	18,88	15,69
Quatro Irmãos	23,00	19,00
São Valentim	22,86	14,60
Severiano de Almeida	13,77	7,82
Três Arroios	19,91	9,68
Viadutos	23,89	12,71
Total	22,05	14,67

Fonte: Sutra regional. Pesquisa com 281 agricultores associados em 2012.

Com área média por propriedade, entre os 281 pesquisados, de 22,05 hectares e desta área, a média de 14,67 hectares por propriedade, como área cultivada, os estabelecimentos dos agricultores familiares associados ao SUTRAF tem uma perda de 1/3 de sua propriedade, normalmente em decorrência do relevo acidentado, especialmente na costa do rio Uruguai.

No entanto, a diversificação da produção contribui para o melhor aproveitamento da terra, pois atividades como a produção de hortifrutigrangeiros e as agroindústrias familiares ocupam pequenas áreas, permitindo que parte da propriedade seja destinada a outras culturas.

Outro dado que o Censo Agropecuário nos mostra e que serve de parâmetro para a análise sobre o modelo socioeconômico da agricultura familiar desta região é o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 4 – Pessoal ocupado, acima de 14 anos, nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não-familiar.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar			% AF
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	
Brasil	16.567.544	4.245.319	12.322.225	74,4
Sul	2.920.420	679.122	2.241.298	76,7
Rio Grande do Sul	1.231.820	239.732	992.088	80,5
Região Alto Uruguai	53.889	6.209	47.680	88,5
Aratiba	3.350	361	2.989	89,2
Áurea	2.274	159	2.115	93,0
Barão de Cotegipe	2.523	242	2.281	90,4
Barra do Rio Azul	1.679	197	1.482	88,3
Benjamin Constant do Sul	2.117	96	2.021	95,5
Campinas do Sul	1.534	268	1.266	82,5
Carlos Gomes	1.177	73	1.104	93,8
Centenário	1.710	120	1.590	93,0
Cruzaltense	1.637	93	1.544	94,3
Entre Rios do Sul	1.129	120	1.009	89,4
Erebango	747	184	563	75,4
Erechim	3.276	605	2.671	81,5
Erval Grande	2.079	212	1.867	89,8
Estação	746	134	612	82,0
Faxinalzinho	972	100	872	89,7
Florianópolis	1.700	165	1.535	90,3
Gaurama	2.365	259	2.106	89,0
Getúlio Vargas	2.105	280	1.825	86,7
Ipiranga do Sul	1.491	204	1.287	86,3
Itatiba do Sul	2.478	395	2.083	84,1
Jacutinga	1.445	235	1.210	83,7
Marcelino Ramos	1.882	221	1.661	88,3
Mariano Moro	1.188	118	1.070	90,1
Paulo Bento	1.348	159	1.189	88,2
Ponte Preta	1.373	135	1.238	90,2
Quatro Irmãos	801	282	519	64,8
São Valentim	1.835	95	1.740	94,8
Severiano de Almeida	2.237	268	1.969	88,0
Três Arroios	1.969	219	1.750	88,9
Viadutos	2.722	210	2.512	92,3

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados do Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm2006>. Acesso em: 10 mai. 2012.

Mesmo que o processo de mecanização e as crises econômicas na agricultura familiar na região Alto Uruguai nas décadas de 1980 e 1990 tenha contribuído para o êxodo rural dos pequenos agricultores, especialmente migrando para a cidade de Erechim, principal centro urbano desta região, o percentual de agricultores familiares é significativo na relação com os

agricultores não-familiares e em relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar.

Com 88,5% das pessoas que residem no meio rural, os agricultores familiares desta região referenciaram-se como uma categoria de trabalhadores que esteve presente no processo de reconhecimento da agricultura familiar, pelo envolvimento nas ações desenvolvidas pelos STR e posteriormente pelo SUTRAF, colocando a região Alto Uruguai como uma referência na composição da base social e política da FETRAF.

Com algumas variações, a ocupação em estabelecimentos agropecuários, em municípios como Benjamin Constant do Sul, Cruzaltense e São Valentim, os índices de jovens e adultos da agricultura familiar são superiores a 94% do total da população do meio rural. O predomínio de agricultores familiares nestes municípios pode ser em decorrência das menores dimensões, em termos de área das propriedades, o que contribuiu para o melhor aproveitamento, com a maior divisão, em termos de ocupação populacional, da área total do município no meio rural.

Por outro lado, municípios como Erebangó e Quatro Irmãos, com índices de agricultores familiares de 75,4% e 64,8% respectivamente, deve-se ao modelo de ocupação realizado no início do século XX, quando imigrantes judeus adquirem grandes áreas de terras, diminuindo as áreas disponíveis para os agricultores de outras etnias, que posteriormente vieram a ocupar estes municípios.

Em contrapartida, os índices do Censo Agropecuário, no qual consta a presença majoritária de agricultores familiares, se comparados aos agricultores não-familiares no meio rural da região Alto Uruguai, podem esconder uma realidade que é a crescente diminuição da população no meio rural no Brasil e na região.

As tabelas a seguir apresentam dados relativos aos censos demográficos de 2000 e 2010, através das quais podemos perceber as taxas de crescimento populacional total, urbano e rural no Brasil, região sul, RS e região Alto Uruguai.

Tabela 5 – População residente, por situação do domicílio em 2000.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	169.799.170	137.953.959	31.845.211
Sul	25.107.616	20.321.999	4.785.617
Rio Grande do Sul	10.187.798	8.317.984	1.869.814
Região Alto Uruguai	213.075	139.786	73.289

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2002*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Tabela 6 – População residente, por situação do domicílio em 2010.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007
Sul	27.386.891	23.260.896	4.125.995
Rio Grande do Sul	10.693.929	9.100.291	1.593.638
Região Alto Uruguai	211.653	154.551	57.102

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=>. Acesso em: 12 dez. 2012.

Segundo os censos demográficos realizados em 2000 e 2010, a região Alto Uruguai apresentou um crescimento populacional total negativo de -0,67% entre os anos 2000 e 2010, com ênfase para o a diminuição da população do meio rural que ficou em -22,0%, haja visto que a população no meio urbano teve um crescimento de 10,5%.

Se comparado aos dados no âmbito brasileiro, a população total brasileira cresceu entre 2000 e 2010 um total de 12,3%, superando os 190 milhões de brasileiros e a população no meio rural diminuiu em 6,3%. As maiores taxas de crescimento se deram no meio urbano com um crescimento de 16,6%.

Diante deste quadro de aumento populacional no meio urbano e diminuição da população no meio rural em âmbito nacional, a região Alto Uruguai, mesmo tendo um predomínio de agricultores familiares no meio rural, apresenta dados preocupantes pela acentuada diminuição da população no meio rural entre o ano 2000 e 2010. Deste modo, se os agricultores familiares representam em média quase 90% da população que ocupa os estabelecimentos agropecuários do meio rural desta região, é entre os mesmos que o êxodo rural têm ocorrido com mais ênfase nesta última década, pois a população urbana desta região apresentou um crescimento de 10,5% neste mesmo período.

Mas quais são as implicações desta diminuição de agricultores familiares em termos socioeconômicos e em última análise para a representação política do SUTRAF?

Em se tratando da organização social e política dos agricultores familiares através do SUTRAF, pode representar a diminuição da representatividade que historicamente a região teve, especialmente pelo capital social acumulado, para a conquista de políticas públicas, nas lutas que se desenvolvem junto ao governo federal. Mas também, pode significar a valorização deste espaço rural, no sentido de valorizá-lo pela importância que tem para a produção de alimentos, pela preservação do meio ambiente e pela reprodução de um modo de vida, características estas que têm sido atribuídas à agricultura familiar.

3.3.2 A ocupação na unidade familiar: mulheres, jovens e idosos

A compreensão sobre como se desenvolvem os estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar passa pela análise de como se processa a organização do trabalho a partir dos membros da família, como forma de compreendermos como é estruturada a família no processo produtivo. A propriedade, na agricultura familiar, é fundada no trabalho da família, ao contrário da agricultura patronal, fundada na exploração do trabalho de terceiros. Neste sentido, alguns dados a partir do censo agropecuário da região Alto Uruguai e da pesquisa entre os agricultores familiares associados do SUTRAF, podem contribuir para entendermos como é estruturado o trabalho na unidade familiar.

Tabela 7 – Pessoal ocupado por sexo, acima de 14 anos em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	11.412.590	7.666.373	3.746.217
Sul	2.087.854	1.292.833	795.021
Rio Grande do Sul	926.715	556.786	369.929
Região Alto Uruguai	44.031	26.216	17.815
Aratiba - RS	2.737	1.569	1.168
Áurea - RS	1.964	1.199	765
Barão de Cotegipe - RS	2.189	1.376	813
Barra do Rio Azul - RS	1.295	747	548
Benjamin Constant do Sul - RS	1.490	803	687
Campinas do Sul - RS	1.168	671	497
Carlos Gomes - RS	1.021	589	432
Centenário - RS	1.564	986	578
Cruzaltense - RS	1.477	903	574
Entre Rios do Sul - RS	902	556	346
Erebango - RS	522	330	192
Erechim - RS	2.454	1.484	970
Erval Grande - RS	1.794	1.082	712
Estação - RS	605	407	198
Faxinalzinho - RS	821	473	348
Florianópolis - RS	1.421	840	581
Gaurama - RS	1.997	1.186	811
Getúlio Vargas - RS	1.766	1.097	669
Ipiranga do Sul - RS	1.150	684	466
Itatiba do Sul - RS	1.913	1.137	776
Jacutinga - RS	1.156	749	407
Marcelino Ramos - RS	1.582	925	657
Mariano Moro - RS	931	550	381
Paulo Bento - RS	1.066	600	466
Ponte Preta - RS	1.139	706	433
Quatro Irmãos - RS	489	293	196
São Valentim - RS	1.586	922	664
Severiano de Almeida - RS	1.839	1.020	819
Três Arroios - RS	1.678	984	694
Viadutos - RS	2.315	1.348	967

-Percentual de homens: 59,6% na agricultura familiar da região Alto Uruguai

-Percentual de mulheres: 40,4% na agricultura familiar da região Alto Uruguai

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 10 mai. 2012.

Podemos observar que há uma disparidade na presença de homens e mulheres na agricultura familiar em todo o Brasil. A partir da tabela com os dados do censo, os homens são ampla maioria, com um índice de 67,3% contra apenas 33,7% de mulheres em âmbito brasileiro. Se compararmos com a região Alto Uruguai, o percentual de mulheres, apesar de ser inferior ao de homens, 40,4% a 59,6% respectivamente, está acima da média nacional, estadual e da região sul.

Com relação às pessoas ocupadas na agricultura familiar da região Alto Uruguai, o censo mostra que há um total de 44.031 e destes 17.815 são mulheres e 26.216 são homens. A que se deve tal diferença?

Mesmo que a pesquisa realizada pelo censo agropecuário possa ocultar informações relativas ao trabalho das mulheres, o que é uma probabilidade, especialmente pela grande diferença entre o número de homens e mulheres no Brasil, ainda assim verifica-se que a agricultura familiar tem se tornado um espaço masculinizado, onde boa parte das atividades produtivas é desenvolvida pelos homens, permitindo a saída do campo precocemente pelas mulheres que vão à busca de trabalho e estudo nas cidades.

Neste sentido, o processo de mecanização e monocultura desenvolvido a partir da década de 1980 na agricultura familiar da região Alto Uruguai foi uma das causas que contribuiu para a diminuição da mão de obra, provocando um excedente da mesma. Outro aspecto a ser considerado relaciona-se as transformações no mundo do trabalho, especialmente com a industrialização no meio urbano e a busca por maior autonomia da mulher na sociedade.

No entanto, as mudanças que passam a ocorrer na agricultura familiar com a pluriatividade e a diversificação da produção, o surgimento das agroindústrias familiares, o acesso a bens e serviços são aspectos que podem contribuir para a diminuição deste processo migratório da mulher.

Um dos fatores apontados pelo diretor do SUTRAF de Aratiba, Roberto Balen, o que tem fixado as mulheres na agricultura familiar é a implantação das agroindústrias familiares. A esse respeito ele colocou que

No município de Aratiba as agroindústrias familiares foi uma das iniciativas que mais deram certo na agricultura pelo aumento da renda, porque segurou as famílias no meio rural. É um tipo de atividade que envolve toda a família, o casal e filhos. E tem o trabalho das mulheres e moças que estão se qualificando com cursos de massas, doces, sucos e ajudam até administrar as agroindústrias.¹⁵²

Ao mesmo tempo em que o trabalho da mulher contribui para a diversificação das atividades produtivas, com a criação das agroindústrias, também se constitui numa atividade que possibilita aumento de renda, permanência da família no meio rural.

As atividades desenvolvidas com as agroindústrias familiares, na produção de hortifrutigrangeiros, de leite e de frango, demandam a participação de um contingente maior de mão de obra, gerando trabalho e ampliação da renda da unidade familiar. No entanto, mesmo com o maior envolvimento da mulher nas atividades produtivas, o trabalho masculino predomina nos estabelecimentos de agricultura familiar.

¹⁵² BALEN, Roberto. Entrevista concedida em 18 de julho de 2012. Aratiba-RS.

Se por um lado, a presença da mulher na agricultura familiar é uma das condições necessárias para a sua reprodução, outro tema que tem despertado a atenção organizações sociais, do governo e de estudiosos das ciências sociais é o tema da sucessão nas propriedades da agricultura familiar. Nesse sentido, o esvaziamento populacional é uma constatação dos últimos censos do IBGE e tem sido analisado a partir de dois fenômenos que vêm ocorrendo na agricultura familiar: o êxodo rural dos jovens e o envelhecimento dos agricultores familiares.

A saída dos jovens da agricultura familiar, somada ao baixo número de filhos, ocasionam um predomínio populacional na agricultura familiar da região Alto Uruguai de pessoas acima dos 60 anos, considerados pelo censo demográfico como idosos. Deste modo, a sucessão das famílias fica comprometida em muitos casos, provocando alterações no setor produtivo e mudanças no perfil dos associados, além de uma perspectiva de diminuição no número de sócios do SUTRAF.

A tabela a seguir apresenta o número total de filhos e a média de filhos das famílias da agricultura familiar da região Alto Uruguai, a partir do questionário aplicado a 281 famílias de agricultores familiares associados ao SUTRAF.

Tabela 8 – Número total e média de filhos, por município e por família, para um total de 281 famílias de agricultores familiares associados ao SUTRAF, em 2011.

Município	Nº total de Filhos	Média Filhos/Família
Aratiba	12	1,50
Barão de Cotegipe	11	1,83
Barra do Rio Azul	3	1,00
Benjamin Constant do Sul	2	2,00
Campinas do Sul	1	1,00
Cruzaltense	3	1,50
Entre Rios do Sul	5	1,00
Erechim	22	1,38
Ervál Grande	11	1,22
Estação	2	1,00
Floriano Peixoto	2	1,00
Gaurama	9	1,50
Getúlio Vargas	3	1,00
Itatiba do Sul	9	1,50
Jacutinga	11	1,38
Marcelino Ramos	7	1,17
Paulo Bento	9	1,80
Ponte Preta	5	1,25
Quatro Irmãos	1	1,00
São Valentim	9	1,50
Severiano de Almeida	5	1,25
Três Arroios	8	1,60
Viadutos	19	1,73
Total	167	1,37

Fonte: Sutraf Alto Uruguai.

A baixa densidade populacional é uma das características que tem marcado o meio rural nos últimos anos. A média atual de 1,37 filhos por família, segundo os questionários respondidos pelos associados pesquisados, verifica-se que as possibilidades de sucessão da família na propriedade estão condicionadas a 1 ou, no máximo, 2 filhos, somando-se a outros obstáculos para a reprodução da agricultura familiar que se relacionam à renda, à masculinização do campo e à busca por estudos no meio urbano.

A baixa média de filhos entre os casais tem seus reflexos no baixo contingente de mão de obra na unidade familiar, pois a diminuição da mesma representa, muitas vezes, a impossibilidade de implementar novas atividades produtivas, pela necessidade de maior mão de obra que a diversificação exige, como para a implementação de agroindústrias familiares, da produção de hortifrutigrangeiros, de hortaliças e de leite, mesmo com o uso de novas tecnologias.

Ainda no que concerne à sucessão das famílias na agricultura familiar, a relação que se estabelece entre o número de jovens e de idosos nos permite acompanharmos, a partir do censo demográfico dos anos de 2000 e 2010, a evolução entre os mesmos na região Alto Uruguai, para compreendermos as perspectivas em termos de faixa etária entre os agricultores familiares. Também analisamos a evolução entre o número de idosos da região Alto Uruguai com relação ao Brasil, ao RS e à região Sul. Com isso, buscamos formular elementos para analisarmos de que forma tais mudanças interferem em alterações na caracterização dos agricultores familiares desta região.

Tabela 9 – Dados comparativos entre o censo demográfico de 2000 e 2010 quanto à evolução no índice de idosos em relação à faixa etária entre 0 e 14 anos, em âmbito de Brasil, de RS, de região Sul e de região Alto Uruguai.

Âmbito	Proporção de Idosos (60 e mais/Total)						Índice de Idosos (60 e mais/0 a 14)					
	2000			2010			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	8,6	8,6	8,5	10,8	10,8	10,9	28,9	30,2	24,3	44,8	46,3	38,3
Sul	9,2	8,9	10,5	12,0	11,6	14,2	33,4	32,5	36,7	54,9	53,4	63,2
RS	10,5	10,0	12,7	13,6	13,1	17,0	40,1	38,1	49,2	65,5	62,3	84,1
Região Alto Uruguai	11,5	10,6	13,3	15,7	14,4	19,1	44,9	41,0	52,7	84,1	75,8	108,3

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=>. Acesso em: 26 dez. 2012.

Um primeiro dado a ser analisado é o índice de envelhecimento do meio rural na região Alto Uruguai que atingiu entre o ano de 2000 e 2010 um crescimento de 30,4%,

passando de 13,3% para 19,1% da população, acima do crescimento em âmbito de Brasil no meio rural que foi de 22,2% e do RS de 25,3% neste mesmo período.

No comparativo entre o número de pessoas no meio rural com relação as crianças e jovens entre 0 e 15 anos, enquanto no ano 2000 para cada grupo de 100 crianças e jovens havia 52,7 idosos, no ano 2010 este número passou para 108,3 idosos, num aumento de 51,4%.

Em se tratando de números totais de idosos na região Alto Uruguai, tanto no espaço urbano quanto no rural, o panorama em termos populacionais, especialmente nos pequenos municípios, que é a realidade de 29 dos 30 municípios da região Alto Uruguai, é de uma população que está envelhecendo de forma mais acelerada do que o Brasil, o Rio Grande do Sul e a região Sul, numa demonstração que esta população que residia no meio rural, ao chegar a condição de aposentada, passa, em muitos casos, a residir nas cidades, elevando o número de idosos de forma geral em toda a região.

Tabela 10 – Dados comparativos entre o Censo Demográfico de 2000 e 2010 quanto à evolução no índice de idosos em relação à faixa etária entre 15 a 59 anos, em âmbito de Brasil, de RS, de região Sul e de região Alto Uruguai.

Âmbito	Proporção de Idosos (60 e mais/Total)						Razão de Dependência (0 a 4 + 60 e mais /15 a 59)					
	2000			2010			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	8,6	8,6	8,5	10,8	10,8	10,9	61,7	58,5	77,1	53,5	51,5	65,5
Sul	9,2	8,9	10,5	12,0	11,6	14,2	58,0	56,6	64,2	51,2	50,1	57,8
Rio Grande do Sul	10,5	10,0	12,7	13,6	13,1	17,0	57,5	56,4	62,6	52,7	51,6	59,2
Região Alto Uruguai	11,5	10,6	13,3	15,7	14,4	19,1	59,1	57,3	62,5	52,4	50,3	58,3

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia>. Acesso em: 26 dez. 2012.

Com relação entre o número de idosos e a população com faixa etária de 15 a 59 anos, considerada como mão de obra ativa no meio rural, identificamos que o percentual de idosos cresceu 11,2% entre o ano 2000 e 2010, revelando que se no ano 2000 para grupo de 100 adultos havia 52,4 idosos, este número passou para 58,3 em 2010, demonstrando que a maior parte da população do meio rural encontra-se com idade entre 15 a 59 anos.

Pelos dados apresentados, o índice de idosos tende a crescer de forma acelerada nas próximas décadas, tendo em mente que a maior concentração populacional encontra-se entre 15 e 59 anos e a cada ano que passa o número de pessoas que saem desta faixa etária tende a crescer, baseado no baixo índice populacional entre os que têm entre 0 e 15 anos.

De que modo os dados apresentados interferem em mudanças nas características socioeconômicas dos agricultores familiares desta região?

Mesmo que estes dados não sejam exclusivos da agricultura familiar por englobar toda a população que vive no meio rural, tanto a agricultura familiar quanto a grande propriedade, o fato de 88,5 % da população do meio rural ser formada por agricultores familiares nos dá a dimensão de que os associados do Sutrafazem parte deste índice, numa perspectiva futura de diminuição dos associados nos próximos anos.

Em primeiro lugar, observa-se que o processo de esvaziamento do meio rural vem ocorrendo nos últimos trinta anos na região Alto Uruguai, com períodos mais acelerados, como nos anos 1990, com a crise econômica na agricultura familiar, a partir da lógica neoliberal de produção para o mercado externo. As atuais alternativas no campo produtivo podem ter desacelerado, mas não estancado o êxodo rural, especialmente do jovem.

Em segundo lugar, a concentração de mão de obra nas famílias com alta taxa de natalidade no meio rural nas décadas de 1970 e 1980, deu lugar a um número cada vez menor de filhos, comprovado pelo comparativo entre o número de idosos com as crianças e jovens no Censo 2010. Diante da negativa de permanência na agricultura destes poucos filhos, não ocorre a sucessão das famílias nas propriedades. Neste sentido, um dos agricultores associados¹⁵³ entrevistados, ao ser questionado porque havia mais participação nas atividades do sindicato nos anos 1980 e 1990 do que agora, respondeu que “éramos em oito irmãos, mais os pais, então não sentia tanta falta para o trabalho como agora quando saía dois ou três para os protestos. Hoje tem o casal para todo o trabalho e os meus dois filhos vão para o colégio, então não se tem mais tempo para sair.”

Esta perspectiva de diminuição no quadro de associados nos próximos anos em decorrência da aposentadoria e do abandono das atividades na agricultura é vista com preocupação pelo dirigente sindical Rui Valença:

Temos hoje um número alto de associados dos municípios aposentados ou se aposentando e muitos já foram para a cidade. Eu acho que passa de 40%. Nos próximos anos vai ter muita gente se aposentando e parando com o trabalho, especialmente com o leite que dá muita mão de obra. Esses vão arrendar as terras ou vender. Num prazo de 15 anos vai diminuir mais de 20% das famílias na agricultura¹⁵⁴.

¹⁵³ Entrevista concedida em 31 de agosto de 2012. Centenário-RS.

¹⁵⁴ Entrevista concedida por Rui Valença em 20 de maio de 2012. Erechim-RS.

Este quadro de aumento dos índices de envelhecimento da população na agricultura familiar, que passa a usufruir dos recursos da aposentadoria rural, colocando-se numa condição de, muitas vezes, optar por diminuir a carga de trabalho ou até mesmo parar de realizar as atividades agropecuárias, agrava-se quando os filhos não sucedem os pais na condução dos negócios nas propriedades.

Para os agricultores familiares, a saída dos filhos do meio rural acentua as dificuldades de reprodução social, ou seja, a falta de perspectiva dos jovens em permanecer na agricultura ocasiona a falta de sucessores para assumir a gestão da propriedade no lugar dos pais e dar continuidade aos estabelecimentos. Como consequência, os agricultores acabam tendo dificuldades em proceder à transmissão do patrimônio, pois os filhos já deixaram a propriedade. Essa situação impõe aos pais a preocupação sobre o destino do estabelecimento familiar.

Neste sentido, dos trinta agricultores entrevistados, a preocupação com a sucessão da propriedade foi quase consenso, deixando de ser vista com grande preocupação por apenas dois associados, em cujas propriedades os filhos assumiram os negócios, um por ser uma agroindústria com bons rendimentos e o outro por ter uma área com 75 ha, que é trabalhada apenas por dois filhos. No entanto, a maioria dos associados, independente de sua relação com o Sutraf se manifestou com certa angústia ao falar da sucessão da propriedade. Passaremos a transcrever alguns trechos de algumas entrevistas:

Os filhos não querem ficar na agricultura, um disse que vai *sê* engenheiro e o outro mecânico. A guria já saiu e não volta mais. O dia que nós não tiver mais força prá trabalhar, o jeito é arrendar a terra ou vender (56 anos).

O jovem hoje não aceita trabalhar na terra, acha muito penoso, prefere um trabalho mais fácil, na cidade que tem salário certo no fim do mês. Mas vamos seguindo nós enquanto isso, eles saem para estudar e não voltam mais (49 anos).

Os filhos acham o trabalho na agricultura muito forçado, a cidade tem mais lazer e ganham mais. A gente sofreu muito aqui, hoje até que tá um pouco melhor, mas tem que colher bem e vender bem prá sobrar alguma coisa. Estou tentando convencer um dos filhos a ficar e tocar a propriedade agora que *temo* bem equipado. Mas se ele não quiser, não adianta forçar, os outros dois já saíram (60 anos).¹⁵⁵

¹⁵⁵ Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2013. Viadutos-RS

Entrevista concedida em 08 de janeiro de 2013. Severiano de Almeida-RS

Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2013. Gaurama-RS

A desistência dos filhos pela ocupação agrícola está baseada em diferentes razões que vão desde a questão da renda, do árduo trabalho agrícola e da desvalorização da ocupação. Porém, há outras razões que motivam a migração do jovem, tais como a desvalorização do trabalho feminino, a falta de perspectiva das mulheres herdarem a terra, que funcionam como aspectos impulsionadores da elevada taxa de saída das moças em relação aos rapazes, resultando na migração dos jovens de modo geral.

Nesta perspectiva socioeconômica, os estabelecimentos e a ocupação dos agricultores familiares são unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho está intimamente ligado à família, o que reforça a idéia de que a conjuntura econômica é um componente que se soma à propriedade, ao trabalho e à família na análise sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento regional.

Uma das características que Lamarche atribui às unidades de produção familiar é a sua diversidade e a sua excepcional capacidade de adaptação, onde a pluriatividade e a diversificação são interpretadas como formas de adaptação dos agricultores à sociedade englobante, pois se constitui como um dos elementos das estratégias familiares, permitindo a sobrevivência ou a manutenção da propriedade.

De qualquer modo, um conjunto de elementos do campo social e econômico vem causando mudanças na agricultura familiar nas últimas duas décadas, passando pelos aspectos relacionados à estrutura e à ocupação dos estabelecimentos agropecuários, chegando ao campo das atividades produtivas e às diferentes formas de produção, industrialização e comercialização.

3.4 AS ATIVIDADES PRODUTIVAS ENTRE OS ASSOCIADOS DO SUTRAF

Para compreendermos as mudanças que estão em curso na agricultura familiar da região Alto Uruguai e também como os agricultores interagem com tais mudanças, abordamos alguns aspectos recentes do contexto socioeconômico que relacionam-se às atividades produtivas atualmente desenvolvidas, buscando analisar o papel que cada uma ocupa em relação a produtividade, as formas de comercialização, a geração de renda, a qualificação exigida e adquirida e o uso de tecnologias em sua execução.

A partir de 281 questionários aplicados e de 30 entrevistas com agricultores familiares, todos associados ao SUTRAF e de dados do Censo Agropecuário 2006, colhemos informações e dados relativos às práticas produtivas atualmente desenvolvidas na agricultura

familiar desta região, com o propósito de acrescentar elementos para a caracterização destes agricultores, em termos socioeconômicos.

Na análise sobre as atividades produtivas, devemos considerar que com a criação do PRONAF em 1996 e a ampliação do programa, com diferentes linhas de crédito para investimentos na propriedade, custeio na produção e aquisição de equipamentos, ocorreu um grande estímulo à produção na agricultura familiar nos últimos anos. Dessa forma, abriram-se novas alternativas para os agricultores familiares desenvolverem novas atividades produtivas ou ampliarem as já existentes.

De algum modo, o debate que se fazia nos anos 1990 pelos STR e pela CUT, quando se buscava, através da conquista do crédito, alternativas ao modelo agrícola baseado na monocultura daquele período, passa a estar em condições de sua implementação com o PRONAF a juros baixos e carência nos prazos de pagamento. No entanto, o agricultor familiar está inserido num mundo de economia globalizada, sujeito às oscilações no custo de produção e no valor dos produtos agropecuários. Sendo assim, o crédito pode ser visto como um elemento facilitador de novos processos produtivos, mas não há garantia de produção e renda aos agricultores familiares.

A nova dinâmica que os programas de crédito proporcionaram às práticas produtivas dos agricultores familiares, pode ser vista pela diversidade de atividades agrícolas que passam a se desenvolver, tanto para a subsistência das famílias, como para fins de comercialização.

A tabela a seguir, elaborada a partir dos 281 questionários aplicados por técnicos agrícolas para agricultores associados ao SUTRAF, trata das principais atividades desenvolvidas, do número de agricultores e dos percentuais de produção por atividade.

Tabela 11 – Principal atividade desenvolvida no estabelecimento, segundo a pesquisa com 281 famílias de agricultores familiares associados ao SUTRAF.

Município	Agroindústria		Fruticultura		Oleaginosas		Olericultura		Turismo Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aratiba	3	20,00	3	20,00	3	20,00-	4	26,67	2	13,33
Barão de Cotegipe	1	11,11	2	22,22	3	33,33	2	22,22	1	11,11
Barra do Rio Azul	2	20,00	2	20,00	3	30,00	2	20,00	1	10,00
Benjamin Constant do Sul		-		-	1	100,0		-		-
Campinas do Sul	2	18,18	3	27,27	5	45,45	1	9,09		-
Cruzaltense		-	1	20,00	4	80,00		-		-
Entre Rios do Sul	3	25,00	1	8,00	4	33,33	4	33,00		-
Erechim	7	25,00	4	14,28	6	21,42	8	14,29	3	10,71
Erval Grande	4	36,36	3	27,27	4	36,36		-		-
Estação		-		-		-	1	100,00		-
Floriano Peixoto	3	17,65	5	29,41	8	17,65	1	5,88		-
Gaurama	2	12,50	4	25,00	4	25,00	4	25,00	2	12,50
Getúlio Vargas	5	18,52	5	18,51	12	44,44	5	18,52		-
Itatiba do Sul	2	18,18	5	45,45	4	36,36		-		-
Jacutinga	4	22,22	2	11,11	10	55,55	2	11,11		-
Marcelino Ramos	2	15,38	4	30,77	4	30,76		-	3	23,07
Paulo Bento	2	18,18	1	0,90	5	45,00-	2	16,66	2	16,66
Ponte Preta		-	3	37,50	4	50,00	1	12,50		-
Quatro Irmãos		-	1	25,00	3	75,00		-		-
São Valentim	3	30,00	4	40,00	3	30,00		-		-
Severiano de Almeida	3	23,08	2	15,38	3	20,00	3	23,08	2	15,38
Três Arroios	1	7,69	2	15,38	2	15,38	6	46,15	2	15,38
Viadutos	4	23,53	3	17,64	5	29,41	1	5,88	4	23,53
Total	53	18,86	59	20,99	96	34,16	47	16,72	26	9,25

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

A tabela acima não apresenta entre as atividades produtivas a criação de animais, porque tal atividade é citada por elevado número de agricultores pesquisados, como uma atividade principal, paralela às demais atividades. Por isso, optamos por apresentar separadamente como é a classificação da produção animal, para, a seguir associarmos às demais atividades.

Tabela 12 – Número de produtores dos rebanhos, segundo o destino para o geral da pesquisa com 281 agricultores associados do SUTRAF.

Tipo	Autoconsumo		Mercado	
	Nº	%	Nº	%
Aves	130	84,97	8	6,15
Gado de Corte	133	87,50	16	12,03
Leite	187	95,41	134	74,06
Suíños	99	80,49	4	3,25

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

A partir dos dados da tabela acima podemos constatar que muitos agricultores desenvolvem mais de um tipo de criação de animais, sendo possível, por exemplo, que na

mesma propriedade possa se desenvolver a criação de aves e a produção de leite ou de outros tipos de criação, pois se somarmos o número de agricultores que têm a criação de animais para o consumo, vamos ultrapassar o número de 281 agricultores entrevistados. Já com relação à criação de animais para o mercado, segundo a pesquisa, os agricultores optam por um tipo de criação animal, que se soma à outra atividade, com o objetivo de gerar renda à família.

Tabela 13 – Atividade praticada, conjuntamente com a criação de animais, segundo dados da pesquisa com 281 agricultores associados do SUTRAF.

Atividade	Nº Agricultores / outras atividades para o mercado	Nº Agricultores / criação de animais para o mercado
Agroindústria	53	17
Fruticultura	59	38
Oleaginosas	96	78
Olericultura	47	18
Turismo rural	26	12
Total	281	162

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Podemos analisar que a prática de mais de uma atividade produtiva na mesma propriedade, para fins de comercialização, ocorre de forma diferenciada entre as atividades. A pesquisa demonstrou que a criação de animais ocorre em maior grau com a produção de grãos (oleaginosas), pois dos 96 agricultores com esta prática, 78 desenvolvem a criação de animais. Em segundo lugar aparecem associadas à fruticultura, com 59 agricultores e destes 38 têm a criação de animais. No entanto, pode ocorrer o desenvolvimento de diferentes atividades, não seguindo uma regra específica na combinação de atividades produtivas por propriedade.

Em depoimento de um agricultor familiar, do município de Getúlio Vargas, que desenvolve, em sua propriedade de 30 hectares, o plantio de grãos, no sistema convencional:

Trabalhamos com mais do que uma atividade, porque não dá para viver somente com o plantio de grãos. É muito arriscado. Quando meu pai trabalhava, há uns trinta anos atrás, plantávamos só soja, mas o alto custo e os baixos preços forçaram para que começássemos uma atividade com a horta. Hoje, com o plantio direto ficou mais fácil, pois trabalhamos algumas semanas com a lavoura de soja e temos tempo para produzir e vender os produtos da horta na cidade, nos pequenos mercados.¹⁵⁶

O que distancia ou aproxima a prática de algumas atividades são aspectos que se relacionam às dimensões da propriedade, à mão de obra disponível e às condições de

¹⁵⁶ Entrevista concedida em 12 de julho de 2012. Getúlio Vargas-RS

investimento na propriedade. Como a tabela 12 demonstrou que o leite figura como a principal atividade, (95,41%), na criação de animais, o que permite analisar que ocorre maior disponibilidade de mão de obra quando os agricultores desenvolvem a produção de grãos, devido ao uso de máquinas agrícolas e o menor tempo para o cultivo.

Recuperando os dados da tabela 11 onde constam as principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades, segundo a pesquisa com 281 agricultores, identificamos que há uma diversificação de atividades na região Alto Uruguai. Esta diversificação ocorre primeiramente nas diversas atividades que são desenvolvidas na propriedade, tanto para o consumo, quanto para o mercado, e como consequência deste modelo produtivo, ocorre a diversificação da produção em âmbito de região Alto Uruguai.

Entre as questões que acompanham a diversificação da produção estão alguns aspectos que passaram a fazer parte do contexto econômico dos agricultores familiares a partir do desenvolvimento das atividades produtivas e da busca pelo aumento da produção, pela disputa de mercados consumidores e do aumento da renda. Neste sentido, a pesquisa com 281 associados do SUTRAF, coletou dados sobre o uso de novas tecnologias, o planejamento das propriedades e a qualificação profissional, que será apresentado na tabela a seguir:

Tabela 14 – Dados sobre uso de tecnologia, planejamento da propriedade e qualificação profissional, segundo os 281 associados do SUTRAF.

Atividade produtiva/ Número de agricultores	Nº agricultores/ Uso de novas tecnologias	Nº agricultores/ Planejamento da propriedade	Nº agricultores/ Qualificação profissional
Agroindústrias familiares (53)	43	53	48
Fruticultura (59)	17	59	52
Oleaginosas (96)	82	96	85
Olericultura (47)	15	47	42
Turismo rural (26)	10	26	26
Criação de animais (162)	110	156	140

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Nota-se, a partir da tabela acima, uma diferença entre as atividades produtivas em relação ao uso de tecnologias, ao planejamento da propriedade e à busca por qualificação profissional. Com relação aos agricultores que desenvolvem as agroindústrias familiares e a produção de grãos, os mesmos utilizam novas tecnologias, com investimentos em máquinas e equipamentos, buscam qualificação profissional com cursos de qualificação oferecidos pelas cooperativas, pelas empresas e pela Emater e têm um bom planejamento da propriedade, com o cálculo dos custos de produção, a rotação de cultura e a comercialização.

A pesquisa apontou que as atividades que menos utilizam novas tecnologias são a fruticultura e a olericultura, por envolverem trabalho manual, de difícil emprego de equipamentos, especialmente para a colheita. Dos 59 agricultores que desenvolvem a fruticultura, apenas 17 empregam novas tecnologias, especialmente no armazenamento e transporte. Com relação à olericultura, dos 47 entrevistados, apenas 15 usam alguma tecnologia, especialmente no combate às pragas. No entanto, a grande maioria dos agricultores faz um bom planejamento e busca qualificar-se com cursos para o cultivo de novas culturas e no cuidado com o desenvolvimento das plantas. Os equipamentos mais usados em termos tecnológicos são sistemas de irrigação, estufas, medidores de temperatura, caixas e embalagens adequadas para a armazenagem e transporte.

O turismo rural aparece como uma atividade que usa poucos recursos tecnológicos, por tirar proveito dos recursos naturais e do trabalho dos membros da família, no entanto os 26 associados que desenvolvem esta atividade preocupam-se com o planejamento e a qualificação para prestar bons serviços e avançar no crescimento desta atividade empreendedora.

A criação de animais, na produção de leite, do gado de corte, de aves e de suínos, desenvolvida por 162 agricultores para a comercialização, vai apresentar um alto índice no uso de tecnologia na produção de aves, com os sistemas implantados pelas empresas que fazem parcerias com os agricultores, com a construção de grandes aviários equipados com sistemas automáticos para alimentação, controladores de temperatura, cama de aviário, entre outros recursos. No entanto, a produção de leite, de suínos e de gado de corte vai apresentar menor uso de tecnologia nas propriedades. Os agricultores pesquisados, criadores de animais, revelaram ter um bom planejamento da atividade e boa qualificação, especialmente na busca de novas técnicas de produção e na alimentação dos animais, normalmente oferecidas por empresas do setor.

Deste modo, com a qualificação dos agricultores familiares, através de cursos sobre o uso das tecnologias, sobre a alimentação, uso de medicamentos para os animais, entre outros conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades, os mesmos passam a estar à serviço de grandes agroindústrias, que veem na propriedade rural e na mão de obra dos agricultores familiares, os instrumentos necessários para a acumulação de capital.

3.4.1 A diversificação das atividades produtivas

A diversificação da produção, a partir da criação das agroindústrias familiares, da fruticultura, da olericultura e do turismo rural, se desenvolveu a partir das mudanças na agricultura familiar, iniciada no final da década de 1990, quando ocorre o reconhecimento da agricultura familiar e criam-se as condições, especialmente com o crédito, para que este setor da agricultura pudesse inserir novos produtos no mercado consumidor local, diferenciando-se do papel que a pequena propriedade tinha desenvolvido nas décadas anteriores, quando produzia basicamente para o mercado exportador.

Mesmo que na década de 1980, tenha havido a introdução da matriz leiteira na região Alto Uruguai e tenha significado um primeiro passo para a transformação do cenário de monocultura da soja e do milho, vai ser com a criação das agroindústrias familiares no início dos anos 2000 e com a ampliação da produção da fruticultura e da olericultura para fins comerciais e da criação do turismo rural nos anos seguintes, que a diversificação da produção passa a ser uma alternativa para a agricultura familiar.

Um aspecto identificado na tabela a seguir são os produtos que fazem parte da mesma atividade produtiva e o que a mesma representa em termos de renda e de ocupação de área para os agricultores familiares.

Tabela 15 – Atividades produtivas com os produtos em cada atividade, área média ocupada em (ha) e renda média mensal líquida de cada atividade segundo dados da pesquisa com 281 associados do SUTRAF, em 2011.

Atividade	Principais produtos comercializados em cada atividade produtiva	Área média ocupada (em ha)	Renda mensal líquida (em R\$)
Agroindústria	Vinho, sucos, cachaça, massas, chimia, carnes e embutidos, leite e derivados e erva mate	1 ha	2.400,00
Fruticultura	Laranja,, uva, pêssego, caqui, bergamota, figo, ameixa, morgota, maçã, amora, pêra, limão	2 ha	1.300,00
Criação de animais	Gado de leite, gado de corte, aves, suínos	6 ha	1.300,00
Oleaginosas	Milho, soja, trigo, feijão, fumo	11 ha	1.500,00
Olericultura	Alface, repolho, tomate, cebola, beterraba, cenoura, mandioca, batata doce batatinha, abobrinha, tempero verde, pepino	1 ha	1.400,00
Turismo rural	Hospedagem, produtos coloniais, pesca, passeios a cavalo, lidas no campo, etc.	4 ha	1.800,00

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Através da tabulação dos dados apresentados nos 281 questionários aplicados aos agricultores familiares, a pesquisa revelou que há um vasto campo de produtos em cada atividade produtiva, com destaque para as agroindústrias familiares, por se tratar de um processo mais avançado, que é a industrialização, por ocupar uma pequena área de terra e por proporcionar a maior renda em relação às demais atividades produtivas.

A pequena área de terra ocupada em cada atividade, não ultrapassando em média 2 hectares nas atividades de agroindústria, fruticultura e olericultura, contribui para a compreensão de que tais atividades são alternativas para a agricultura familiar, visto que exigem pequena área de terra e proporcionam uma renda média, que dificilmente seria obtida com a prática do cultivo de grãos por esta atividade demandar maior área.

Do mesmo modo, percebemos que a criação de animais e a produção de grãos vão se dar em áreas de terras de maiores dimensões, em 6 e 11 (ha) respectivamente, o que muitas vezes é praticada de forma conjunta por agricultores que possuem maiores áreas de terras ou áreas planas, mais favoráveis ao uso de máquinas agrícolas.

Em termos de renda, a opção por desenvolver atividades que exijam menor área de terra, não é sinônimo de menor renda. As agroindústrias, por industrializarem os produtos, agregam valor ao comercializarem os mesmos, muitas vezes de forma direta com os consumidores urbanos, tendo uma renda superior às demais atividades. Por outro lado, a produção de grãos, que exige maior área de terra, em média 11 hectares por propriedade, não atinge renda proporcional à área ocupada em relação à ocupação das demais atividades, por isso, normalmente vem acompanhada de outra atividade produtiva para o aumento da renda, como é o caso da criação de animais e de modo especial com a produção de leite.

Pelos dados da pesquisa, as agroindústrias familiares estão presentes em 53 famílias de agricultores, dentre os 281 pesquisados e o tipo de produção está relacionada a algum conhecimento que a família já possuía antes da criação da agroindústria.

Na entrevista com uma família de agricultores do município de Erechim, ao tratarmos da história da agroindústria, ficou bem claro que a atividade hoje praticada não surgiu recentemente, mas que há uma história dentro da família.

Nós trabalhamos com a produção da uva a mais de 100 anos, começou com meu bisavô, quando chegou aqui em Erechim no início do século XX. Entre 1920 e 1950 eles criaram em cooperativa de vinho que atuava na região Alto Uruguai e o meu bisavô foi presidente por vários anos, depois fechou as portas e sobrou as pipas que estão aí. Nós reabrimos a agroindústria em 1998 e além de vinho, produzimos suco

de uva, mas quem cuida das parreiras e da fabricação sou eu, aprendi tudo com meu avô e meu pai.¹⁵⁷

A agroindústria familiar se tornou uma forma de organização em que a família tira proveito dos conhecimentos já adquiridos e transforma parte de sua produção agrícola ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

A partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo em âmbito familiar, somados aos desafios da conjuntura econômica, os agricultores familiares buscaram formas para sobreviver e reproduzir-se. Entre as estratégias adotadas para obter a geração de trabalho e renda, agregou-se ao processo de produção a industrialização e a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Conforme Graziano da Silva,

O surgimento de novas atividades, ou mesmo a intensificação das preexistentes no espaço rural, introduz um conjunto de novas funções, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse novo rural é a família pluriativa, que se caracteriza por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento.¹⁵⁸

O desafio de estruturar um novo sistema de produção, de industrialização e de conquista de mercado consumidor exige dos agricultores familiares qualificação profissional e conhecimento de mercado. Com isso, se estabelecem novas relações socioeconômicas para os agricultores familiares e novas características passam a fazer parte do contexto da agricultura familiar.

A criação de políticas públicas para a produção no meio rural foi desde os anos 1980 uma das reivindicações do movimento sindical cutista. No entanto, uma das primeiras ações por parte do governo foi acontecer somente no final dos anos 1990, pelo governo do Estado do RS. O coordenador estadual do programa de apoio as agroindústrias familiares, durante o governo de Olívio Dutra, entre 1999 e 2002, Inácio Benincá¹⁵⁹, coloca que “o incentivo consistia em linhas de crédito para instalação das agroindústrias, assistência técnica para a

¹⁵⁷ Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2012. Erechim. O agricultor familiar é proprietário da cantina Slongo, que produz vinho e suco de uva e comercializa seus produtos em uma feira do produtor do município de Erechim e está implementando o turismo rural em sua propriedade.

¹⁵⁸ GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999, p.151.

¹⁵⁹ BENINCÁ, Inácio. Entrevista concedida em 7 de março de 2012. Erechim.

produção e industrialização e a criação de um selo de qualidade para a comercialização, que se chamava “Sabor Gaúcho”, numa identificação de que consistiam em produtos oriundos da agricultura familiar.”

Quadro 3 - Algumas das agroindústrias familiares criadas na região Alto Uruguai a partir do final dos anos 1990

Experiência	Município
Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos de Campo Alegre (AAFA). Produzem açúcar mascavo.	Barra do Rio Azul
Grupo Serrano. Produzem Kiwi.	Gaurama
Copalma. Produzem embutidos e cortes de suíno	Severiano de Almeida
Montello. Produzem conservas de pepinos, pickles, alcachofra.	Paulo Bento
Cantelle. Produzem pães, massas,ucas e bolachas.	Barão de Cotegipe
Embutidos Pascuetti. Produzem embutidos e derivados de carne suína.	Erechim
Bruschi e Cassol Ltda. Produzem embutidos e derivados de carne suína.	Marcelino Ramos
Cantina Batistella. Produzem vinhos e uvas.	Erechim
Cantina Slongo. Produzem vinhos e uvas.	Erechim
Copermate. Agroindustria de Erva Mate	Getúlio Vargas
Cooperativa de produção de conservas, compotas, doces e sucos.	Florianópolis
Associação de Pequenos Agricultores Alto da Serra.	Getúlio Vargas
Associação de suinocultores de Souza Ramos	Getúlio Vargas
Associação Alternativa de Agricultores da comunidade de Vaca Morta.	Três Arroios
Associação de Trabalhadores Rurais de Jacutinga	Jacutinga

Fonte: ZANELLA, Anacleto. A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003). Passo Fundo: UPF. 2004, p. 323.

O panorama atual das agroindústrias familiares, revelado a partir da pesquisa, a qual mostrou que 53 agricultores desenvolvem esta atividade, evidenciou que há variedade de produção, não se restringindo a poucos produtos, e sim inúmeros, em tais propriedades e que a própria agricultura familiar é responsável por fornecer a matéria prima para as agroindústrias.

A produção de vinhos, sucos, cachaça, massas, chimia, erva mate, carnes, leite e derivados provém do processo de industrialização de produtos ligados que podem estar sendo produzidos na própria propriedade, como uma segunda atividade ou por outros agricultores que produzem para a comercialização.

Deste modo, com exceção da produção de grãos que é destinada para grandes agroindústrias, a fruticultura, a olericultura e a criação de animais são atividades fornecedoras de matéria prima para as agroindústrias familiares e o próprio turismo rural contribui para o consumo dos produtos industrializados nas agroindústrias familiares.

A relação de produtos produzidos pelos agricultores familiares pode ser identificada nas próximas tabelas, onde podemos ter a dimensão da produção de olerícolas, de frutas e de criação de animais.

Tabela 16 – Número de produtores e tipo de produtos na atividade da fruticultura entre os associados do SUTRAF, segundo a pesquisa com 281 agricultores pesquisados.

Fruta	Nº	%
Laranja	73	25,98
Uva	60	21,35
Pêssego	33	11,74
Caqui	16	5,69
Bergamota	15	5,34
Figo	15	5,34
Ameixa	9	3,20
Morgota	4	1,42
Maça	4	1,42
Amora	2	0,71
Pêra	2	0,71
Limão	2	0,71
Outros	10	3,56

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

A fruticultura é uma das atividades que foi ganhando espaço nos estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares nos últimos anos como uma atividade comercial. É considerada com uma das atividades principais por 59 agricultores, entre os 281 pesquisados, com o maior cultivo de apenas três produtos (laranja, uva e o pêssego).

Além de fornecer seus produtos para as agroindústrias familiares, os produtos da fruticultura abastecem feiras de produtores, fruteiras, mercados locais, programas de merenda escolar, constituindo-se numa alternativa de renda para as propriedades de reduzidas dimensões por ocupar em média áreas de 2 hectares.

Outra atividade emergente entre os agricultores familiares é a olericultura, que de uma produção exclusiva para a subsistência das famílias até meados de 1990 na região Alto Uruguai, se constituiu em uma atividade desenvolvida para fins comerciais nos últimos anos.

Tabela 17 – Número de produtores e tipo de olerícolas produzidas entre os associados do SUTRAF, segundo os 281 agricultores pesquisados.

Olerícolas	Nº	%
Alface	100	35,59
Repolho	79	28,11
Tomate	70	24,91
Beterraba	49	17,44
Cenoura	47	16,73
Mandioca	41	14,59
Temperos Verdes	39	13,88
Batatinha	36	12,81
Cebola	21	7,47
Batata doce	19	6,76
Pepino	17	6,05
Rabanete	15	5,34
Almeirão	15	5,34
Brócolis	11	3,91
Amendoim	8	2,85
Couve Flor	8	2,85
Alho	8	2,85
Rúcula	8	2,85

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

O acesso às políticas públicas e a qualificação profissional permitiram que os agricultores familiares encontrassem formas de produzir as culturas da olericultura em larga escala, possibilitando o abastecimento, especialmente de feiras de produtores, mercados e a merenda escolar durante o ano todo.

Por ser uma atividade que exige maior mão de obra para a sua produção, a olericultura enfrenta o problema do reduzido número de pessoas na agricultura familiar, o que impede, muitas vezes, a sua implementação ou a ampliação das atividades.

Nas entrevistas que realizamos com agricultores familiares, este aspecto relacionado à falta de mão de obra nas famílias e em especial naquelas que desenvolvem a olericultura foi colocado com um problema para a continuidade da produção pelos filhos. Sobre a produção da olericultura e o problema da mão de obra, um agricultor familiar, da comunidade de São Domingos, no município de Três Arroios nos colocou:

Produzimos alface, repolho, tomate e tempero verde e *comercializamos* na merenda escolar e o que sobra em pequenos mercados de Erechim. Só que está cada vez mais disputado este mercado, sem contar que dá muita mão de obra nos dias que saímos para entregar os produtos, porque tem que colher no dia, então tem que acordar as

cinco da manhã e fizemos isso duas vezes por semana. Os filhos estão estudando e não conseguem nos ajudar e nem vão continuar com esse tipo de trabalho. Mas dá para viver com esta atividade, só que é trabalhoso e tem que ter os cuidados com praga, com geada, com irrigação, é bem delicado produzir este tipo de cultura.¹⁶⁰

Diferentemente da monocultura da soja ou do milho que normalmente utiliza maquinários agrícolas, as atividades que caracterizam a diversificação da produção necessitam de maior mão de obra, por se desenvolver de uma forma mais artesanal, com menor uso de recursos tecnológicos em sua produção.

A busca por alternativas que proporcionassem renda, utilizando os recursos disponíveis na propriedade e a mão de obra existente contribuiu para que uma parcela dos agricultores associados ao SUTRAF implementassem o turismo rural, tirando proveito dos recursos naturais existentes na região Alto Uruguai.

3.4.2 A comercialização dos produtos da agricultura familiar

O conjunto de atividades produtivas desenvolvidas entre os agricultores associados ao SUTRAF caracteriza um modelo econômico de produção, que se relaciona com a organização do trabalho dos membros da família, no aprimoramento da qualificação profissional, no acesso às políticas públicas para investimento e custeio do processo produtivo e na descoberta de novas formas de comercialização, diante do aumento da produção e da necessidade de ampliação de renda.

As estratégias de comercialização adotadas pelo agricultor familiar, visando o aumento de sua renda, não obedecem a uma lógica apenas, ou seja, o agricultor usa tanto do mercado local através das feiras e de pequenos mercados para comercializar sua produção, como é o caso de hortaliças, frutas, vinhos, queijos e massas e segue a lógica do mercado exportador para comercializar a produção em larga escala, como grãos e leite, assumindo os riscos impostos pelo próprio mercado.

Um dos maiores estrangulamentos, na fase de criação das primeiras agroindústrias familiares, no final da década de 1990, residia na comercialização dos produtos. Neste sentido, não havia um espaço para a comercialização no meio urbano, o que dificultava a viabilidade financeira das agroindústrias na região Alto Uruguai.

¹⁶⁰ Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012. Três Arroios-RS.

As feiras de produtores gradativamente se estabeleceram nas maiores cidades, como é o caso de Erechim e Getúlio Vargas, a partir do ano 2000, mas, de qualquer modo, a ausência de crédito, neste período inicial, foi decisiva para o fechamento de algumas agroindústrias familiares na região Alto Uruguai.

Um dos exemplos de inviabilidade econômica foi a agroindústria Copalma, de embutidos e cortes de suínos, que foi criada em 1999 e encerrou suas atividades no ano de 2004. A Copalma era uma associação de agricultores familiares, formada por 15 famílias, constituída a partir dos debates políticos dos STRs e da CUT, que apontavam para a necessidade de intervenção no processo no campo econômico e no processo produtivo. Um agricultor familiar, um dos associados da Copalma, destacou os seguintes aspectos em relação a constituição e a falência da agroindústria:

A ideia da criação da Copalma surgiu a partir dos debates no sindicato, pois tínhamos a produção de suínos e com a agroindústria podíamos ganhar um valor maior. Criamos a associação, compramos os equipamentos com recursos repassados pelo governo do Estado e iniciamos o trabalho. No início tínhamos os suínos dos próprios associados, mas depois o custo para produzir ficou muito alto e ninguém mais criou suínos. Aí começou o problema, pois não tínhamos capital de giro e tínhamos que comprar a matéria prima fora da associação. Então começou a dar prejuízo e tinha a concorrência com empresas maiores, então faliu a associação e ainda ficamos com dívidas.¹⁶¹

Este processo de constituição de agroindústrias familiares na região Alto Uruguai ampliou-se na última década, principalmente com as linhas de crédito específicas para a agroindustrialização, mas também pela comercialização dos produtos, constituindo-se, conforme dados da tabela 15, como a maior renda entre as atividades produtivas desenvolvidas por associados do SUTRAF, com uma renda mensal líquida, em média de R\$ 2.400,00 por agroindústria familiar.

A busca por mercado consumidor para os produtos industrializados e para a comercialização de hortaliças e frutas fez parte dos debates realizados pelos STR e pela CUT no final dos anos 1990 e posteriormente pelo SUTRAF, quando foi abordado o tema do desenvolvimento sustentável para na região Alto Uruguai, onde a produção de alimentos pelos agricultores familiares era importante fonte geradora de renda.

¹⁶¹ Entrevista concedida em 8 de agosto de 2012. Severiano de Almeida-RS.

Uma das primeiras iniciativas para abrir um mercado aos produtos da agricultura familiar foi a criação da Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, em 2001.

O presidente da Cooperativa Nossa Terra, entre 2001 e 2008, Ivo Bonfante¹⁶², nos colocou que “através da cooperativa Nossa Terra houve a ampliação da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em 2001 eram 15 produtores que comercializavam seus produtos e em 2008 tinha aumentado para 60 produtores.”

Com atuação regional, localizada na cidade de Erechim, a cooperativa Nossa Terra tornou-se um espaço para o agricultor familiar poder comercializar seus produtos. Atendia com um supermercado diariamente e com uma feira ao consumidor, em dois dias por semana.



Figura 26 – Feira de produtores junto à Cooperativa de Consumo Nossa Terra.

Fonte: Cooperativa Nossa Terra.

Esta iniciativa em torno da cooperativa Nossa Terra contribuiu para a ampliação das feiras de produtores em vários municípios da região Alto Uruguai, a partir de um trabalho de organização da produção, feito pelo SUTRAF em parceria com a Emater e as secretarias municipais de agricultura. Somente em Erechim passaram a funcionar oito feiras de produtores, tendo mais de oitenta famílias de agricultores sendo beneficiadas. Segundo o SUTRAF regional, são 25 feiras de produtores que funcionam nos 30 municípios da região

¹⁶² BONFANTE, Ivo. Presidente da Cooperativa Nossa Terra, Entrevista concedida em 5 de janeiro de 2012.

Alto Uruguai, com a venda de produtos da agricultura familiar e atendimento de uma a duas vezes por semana.

Além do espaço das feiras, a comercialização dos produtos da agricultura familiar também ocorre nos supermercados e através da merenda escolar nas escolas municipais e estaduais da região Alto Uruguai. O secretário municipal da agricultura de Erechim, Eloir Grizelli¹⁶³, destaca: “o município de Erechim foi o primeiro município do RS a consumir 100% da merenda escolar produzida na agricultura familiar no ano de 2010. No entanto, não há produção suficiente para atender toda a rede escolar, que tem em torno de 10 mil alunos.”

Podemos observar que este processo de compra dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar é um grande estímulo para a produção das agroindústrias da região Alto Uruguai.

A falta de produtos para atender a demanda das escolas municipais de Erechim demonstra que há a necessidade do aumento da produção nas agroindústrias familiares e este aumento de produção requer maiores investimentos para a ampliação das agroindústrias existentes, requer também a criação de novos empreendimentos e a necessidade de mão de obra qualificada, o que demanda uma análise sobre as reais condições para este crescimento.

Neste sentido, o Estado tem abordado o tema da segurança alimentar e nutricional como políticas relacionadas ao componente alimentar que se aproxime à produção de pequenos agricultores familiares. Schneider, Froehlich e Triches¹⁶⁴ compreendem que “os programas públicos alimentares como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgem como potenciais reintegradores destes componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos.”

¹⁶³ GRIZELLI, Eloir. Entrevista de Eloir Grizelli, Secretário da Agricultura do município de Erechim, concedida em 24 de março de 2011.

¹⁶⁴ SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p.253.



Figura 27 – Agroindústria de pães e massas de um associado do SUTRAF do município de Jacutinga

Fonte: Claudio Francisco Demboski

As agroindústrias no ramo da uva, de hortifrutigranjeiros e de massas foram conquistando espaço em âmbito regional. Uma das causas pode ser a abertura de mercados consumidores no meio urbano, através das feiras de produtores e a menor concorrência com grandes empresas na região Alto Uruguai. Outro aspecto que podemos considerar é a aceitação destes produtos pela população que reside nas cidades, mas que tem a sua origem no meio rural, mantendo muitos dos costumes e hábitos alimentares.

Nesta perspectiva da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, um dos temas que vem acompanhando o debate sobre desenvolvimento sustentável é o tema da produção orgânica. Neste sentido, tanto na elaboração do planejamento estratégico entre os STRs cutistas nos anos 1990, quanto na criação de algumas políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos anos aponta-se para a necessidade de relacionar a agricultura familiar e a criação de políticas públicas voltadas para a produção orgânica de alimentos. No entanto, o mercado consumidor dos produtos da agricultura familiar, possivelmente não tenha avançado no entendimento sobre os resultados do consumo dos produtos orgânicos, sendo um dos entraves para a produção e a comercialização dos mesmos.

Mesmo com a existência de dezenas de feiras de produtores nos municípios da região Alto Uruguai, apenas parte da produção é absorvida no mercado local e parcela da produção é comercializada em outras regiões do Estado do RS.

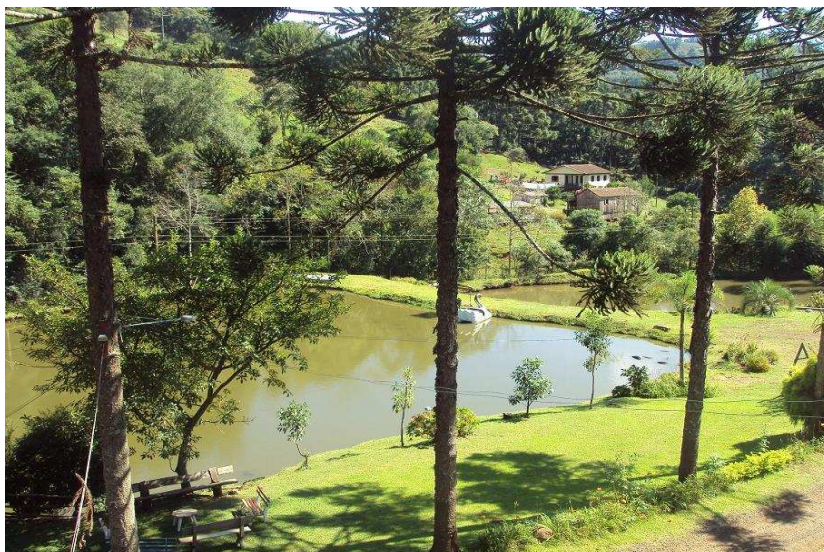


Figura 28 – Propriedade da agricultura familiar de Ari João Trentin que desenvolve o turismo rural no município de Severiano de Almeida.

Fonte: Acervo pessoal de Ari João Trentin

Com políticas públicas específicas para investimentos em infraestrutura e qualificação para a prestação de serviços, a pesquisa apontou que 26 agricultores, entre os 281 pesquisados, desenvolvem o turismo rural como a principal atividade econômica.

Mesmo que esteja em expansão, o turismo a partir da agricultura familiar na região Alto Uruguai é uma atividade que está em fase de estruturação. Conforme depoimento de uma agricultora familiar, do município de Marcelino Ramos, que desenvolve o turismo rural em sua propriedade há mais de 10 anos, ela revela algumas preocupações com esta atividade:

Estamos melhorando as instalações aqui na propriedade há vários anos e acho que o turismo rural tem muito para crescer, mas quase não lucramos ainda, dá apenas para manter as atividades. Quem vem uma vez aqui quase sempre volta porque gosta da comida colonial, do passeio a cavalo, da natureza que tem aqui. Mas precisamos divulgar mais na região, porque tem mais gente de longe do que daqui perto que nos visita, tem gente até de Curitiba, São Paulo, Porto Alegre. Parece que as pessoas daqui não valorizam que nem os que moram em cidades maiores.¹⁶⁵

Por ser uma atividade que precisou ser totalmente estruturada na região Alto Uruguai nos últimos anos, mesmo que conte com a contribuição de espaços naturais, como matas para trilhas, água em riachos e açudes e uma culinária típica da agricultura familiar, ainda assim são necessários maiores investimentos nos serviços de hospedagem, na mão de obra

¹⁶⁵ Entrevista concedida em 3 de janeiro de 2013. Marcelino Ramos-RS.

especializada no atendimento aos turistas e na melhoria nas vias de acesso às propriedades, conforme o depoimento de uma agricultora familiar.

Dentro da perspectiva de análise das atividades que têm contribuído para a diversificação da produção e da contribuição que as mesmas têm dado ao processo de mudanças no campo socioeconômico na agricultura familiar, possivelmente a criação de animais tendo como objetivo a comercialização, tenha antecedido a criação das agroindústrias, a fruticultura, a olericultura e o turismo rural.

Mesmo que a criação de animais, especificamente para a produção de leite, tenha surgido na pesquisa como 281 associados do SUTRAF, como uma atividade paralela a uma das outras atividades citadas, o primeiro passo dado pelos agricultores da região Alto Uruguai no sentido de buscar uma alternativa à monocultura da soja nos anos 1980, foi a produção de leite para o mercado, a criação de aves em parceria com grandes empresas, a criação de gado de corte para o comércio local e a criação de suínos em escala maior, atendendo aos mercados consumidores, através das cooperativas que atuavam no setor.

Tendo uma dupla função, a produção de aves, de gado de corte, de suínos e de leite acompanham os agricultores familiares, em primeiro lugar como forma de subsistência e sobrevivência e, na medida em que foram surgindo mercados consumidores, se tornaram alternativas de renda para a agricultura familiar.

Deste modo, os agricultores familiares vão desenvolver a criação de animais, normalmente especializando-se em um dos tipos de animais, conforme as condições a partir da área de terra, da mão de obra disponível na família, das políticas públicas e do mercado consumidor.

A partir da tabela 12, na qual consta o número de agricultores e o tipo de criação de animais, foi possível identificar que a produção de leite para a comercialização é a principal atividade desenvolvida entre os agricultores familiares, sendo que está presente em 187 propriedades, dos 281 agricultores pesquisados e destes, 134 desenvolvem como uma das principais atividades.

Tabela 18 – Média de produção de leite na região Alto Uruguai por agricultor familiar associado ao SUTRAF, a partir dos municípios pesquisados.

Município	Produção Leite (litros)	Média mensal por produtor (litros)
Aratiba	30.900	3.090
Barão de Cotegipe	15.500	3.875
Barra do Rio Azul	14.000	2.000
Benjamin Constant do Sul	1.300	1.300
Campinas do Sul	35.100	4.388
Cruzaltense	7.000	3.500
Entre Rios do Sul	16.750	1.396
Erechim	64.000	3.765
Erval Grande	13.950	1.395
Estação	900	900
Florianópolis	11.600	1.933
Gaurama	26.250	2.917
Getúlio Vargas	58.700	3.913
Itatiba do Sul	19.200	2.133
Jacutinga	36.900	3.075
Marcelino Ramos	16.500	1.500
Paulo Bento	31.200	3.900
Ponte Preta	20.900	2.986
Quatro Irmãos	8.000	2.667
São Valentim	13.850	1.979
Severiano de Almeida	19.800	2.829
Três Arroios	9.400	855
Viadutos	19.100	1.592
Total	490.800	2.517

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Quanto à comercialização do leite entre os agricultores familiares, a estratégia adotada pelo SUTRAF nos anos 1990, de intervir no ramo do leite, com a formação de pequenas cooperativas, significava atuar numa das atividades de maior potencial entre os agricultores familiares desta região.

Neste sentido, a intervenção das grandes empresas, controlando a produção e a comercialização do leite nesta última década, pode demonstrar a importância desta atividade para o mercado nacional e internacional e reafirma a idéia que o agricultor familiar encontrou na matriz leiteira uma alternativa de renda em relação a produção de grãos, predominante nos anos 1970 e 1980.

A criação de animais e especialmente a produção de leite e o gado de corte são atividades que ocupam a segunda maior área de terra, entre as atividades produtivas, com uma ocupação em média de 6 hectares por propriedade, sendo menor apenas que as oleaginosas,

que ocupam em média 11 hectares. Este fator relacionado à ocupação da área da propriedade, somado à necessidade de maior mão de obra é muitas vezes um limitador para o desenvolvimento da atividade leiteira, o que influencia numa produtividade em média de apenas 2.517 litros de leite mensal por agricultor da região Alto Uruguai, não chegando a 90 litros diários em média.

Pelos dados da pesquisa sobre as atividades produtivas, da tabela 13, a produção de leite é a atividade que mais acontece entre os agricultores produtores de oleaginosas (soja, milho, trigo e fumo). Dos 96 agricultores que têm como atividade principal a produção de grãos, 78 deles mantêm a produção de leite como uma atividade paralela, o que demonstra que são atividades que buscam complementar-se a partir de alguns fatores que são comuns as duas atividades, como o uso de uma área maior de terra, a necessidade de complemento de renda entre as duas atividades e por fazerem parte do contexto da agricultura familiar desde os anos 1980, o que contribui para a sua manutenção.

Um aspecto que se relaciona com o tema da diversificação da produção, como meio de aumento de renda a partir do trabalho dos membros da família é o tema da pluriatividade, que tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores familiares que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas.

Para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural, a noção de pluriatividade vem sendo cada vez mais utilizada. Nestes termos, podemos encontrar uma definição de pluriatividade no trabalho de Fuller¹⁶⁶: “A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar.”

¹⁶⁶ FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n. 4, p. 361-373, Londres, 1990, p. 367.



Figura 29 – Propriedade da agricultura familiar no município de Três Arroios, onde o proprietário reside no meio rural, desenvolve o turismo rural e atua como professor estadual na sede do município.

Fonte: Acervo pessoal de Adilson Debastiane

Deste modo, a formação da renda da família, além de resultar normalmente de mais do que uma atividade produtiva, segundo os associados do SUTRAF pesquisados, pode vir por outros meios, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 19 – Complemento da renda mensal da agricultura familiar, segundo a pesquisa com 281 associados do SUTRAF

Número agricultores	Atividade	Renda média mensal
26	Aposentadoria	600,00
11	Diarista	400,00
17	Indústria, comércio, construção civil, serviço público	700,00

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

A formação da renda das famílias na agricultura familiar, além de contar com o desenvolvimento das atividades produtivas, em muitos casos ocorre de outras formas, que provém de fora do estabelecimento agropecuário, como é o caso da aposentadoria rural, da prestação de serviços como diaristas para outros agricultores e nos empregos na indústria, no comércio e em serviços.

Um dos aspectos já analisados anteriormente é o crescimento no número de idosos na agricultura familiar entre os censos de 2000 e 2010 e este aspecto, por um lado contribui para a diminuição da mão de obra para as atividades produtivas, mas por outro, proporciona o aumento de renda da família, em média de R\$ 600,00 por mês, especialmente quando o agricultor aposentado reside com seus filhos na mesma propriedade.

O trabalho como diarista é outra atividade apontada por 11 agricultores que ocupam seu tempo disponível para trabalhar para outros agricultores, às vezes não familiares, em períodos de plantio, colheita, limpeza de lavoura, cobrando valores que chegam a R\$ 50,00 por dia e a R\$ 400,00 por mês.

Uma terceira forma de renda buscada por algum membro da família são os trabalhos na indústria, comércio, construção civil e no serviço público. Gerando uma renda por mês em média de R\$ 700,00, quando alguém da família busca um trabalho fora da propriedade, mesmo residindo na mesma, o emprego na indústria metalúrgica ou de alimentos, no comércio, em restaurantes e com vendas e em serviços públicos em prefeituras e no magistério é uma prática constante, especialmente entre filhos de agricultores familiares. Uma das atividades geradora de renda é o trabalho na construção civil, quando o agricultor familiar mantém os trabalhos na propriedade, normalmente desenvolvidos por outros membros da família e trabalha no ramo da construção, tanto no meio rural quanto na cidade, contribuindo para a formação da renda na família.

Neste sentido, a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas com a criação de políticas públicas.

Como um dos aspectos de análise na formação do novo rural, o tema da multifuncionalidade na agricultura familiar no Brasil é abordado por Cazella, Bonnal e Maluf com uma conotação que vai além do aspecto econômico.

A noção de multifuncionalidade da agricultura familiar é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica da reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural.¹⁶⁷

¹⁶⁷ CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70, p. 47.

O processo de dinamização econômica do meio rural retrata uma nova realidade do campo. A chamada “Nova Ruralidade” engloba outra forma de divisão do trabalho dentro do núcleo familiar. Diferentemente de outras épocas, nem todos os membros de uma família abraçam em tempo integral as atividades agrícolas.

No novo padrão, as chamadas famílias pluriativas distribuem seus integrantes para novas atividades econômicas, não agrícolas, dentro ou fora de seus estabelecimentos. O meio rural não se limita à condição de pólo das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois passou a incorporar novas funções ligadas ao comércio, à indústria, ao lazer, à habitação e ao ecoturismo.

Neste sentido, mesmo que ainda em pequenas proporções, a pluriatividade gradativamente passa a ocorrer entre os associados do SUTRAF, na medida em que o uso de novas técnicas no desenvolvimento das atividades produtivas libera mão de obra, contribuindo para o aumento de renda nas famílias.

3.4.3 A produção de grãos entre os associados do SUTRAF

A agricultura familiar, identificada por produzir alimentos, pela organização do trabalho na unidade familiar e pelo contato com o ambiente natural, também vem passando por um processo de modernização, com a aplicação de novas tecnologias, a maior qualificação e a adaptação aos mercados consumidores.

Um dos traços marcantes do capitalismo contemporâneo é a formação dos oligopólios, que é o domínio de setores-chave da atividade industrial, comercial, financeira e tecnológica por um número relativamente pequeno de empresas e grupos econômicos, frequentemente interligados. Neste sentido, Muller¹⁶⁸ analisa que “a propriedade e o controle de grandes massas de capitais conferem às grandes empresas e grupos econômicos a capacidade de influírem poderosamente tanto na preservação, quanto na expansão de seus interesses setoriais e intersetoriais.”

A produção de oleaginosas, melhor identificadas como o cultivo da soja, do milho, do trigo, como as culturas mais praticadas na região Alto Uruguai, segundo a pesquisa com os próprios agricultores, se desenvolveu entre os associados do SUTRAF seguindo as normas do

¹⁶⁸ MULLER, Op.cit., p. 34.

mercado externo, com o uso da mecanização, de agroquímicos e de nos últimos anos da transgenia.

A tabela a seguir apresenta dados sobre o número de produtores de milho, da soja e do trigo entre agricultores associados ao SUTRAF, num universo de 281 pesquisas.

Tabela 20 – Número de produtores de grãos, segundo os municípios, pela pesquisa com 281 associados do SUTRAF.

Município	Milho		Soja		Trigo		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Aratiba	14	93,33		-	1	6,67	15
Barão de Cotegipe	6	54,55	4	36,36	1	9,09	11
Barra do Rio Azul	8	100,00		-		-	8
Benjamin Constant do Sul	1	50,00	1	50,00		-	2
Campinas do Sul	8	50,00	7	43,75	1	6,25	16
Cruzaltense	5	50,00	5	50,00		-	10
Entre Rios do Sul	12	54,55	10	45,45		-	22
Erechim	25	58,14	18	41,86		-	43
Erval Grande	10	83,33	2	16,67		-	12
Estação	1	50,00	1	50,00		-	2
Floriano Peixoto	13	54,17	11	45,83		-	24
Gaurama	13	72,22	4	22,22	1	5,56	18
Getúlio Vargas	20	45,45	22	50,00	2	4,55	44
Itatiba do Sul	10	76,92	3	23,08		-	13
Jacutinga	13	44,83	13	44,83	3	10,34	29
Marcelino Ramos	13	81,25	3	18,75		-	16
Paulo Bento	10	52,63	8	42,11	1	5,26	19
Ponte Preta	7	50,00	7	50,00		-	14
Quatro Irmãos	1	16,67	4	66,67	1	16,67	6
São Valentim	8	61,54	5	38,46		-	13
Severiano de Almeida	10	76,92	3	23,08		-	13
Três Arroios	10	83,33	1	8,33	1	8,33	12
Viadutos	15	71,43	6	28,57		-	21
Total	233	60,84	138	36,03	12	3,13	383

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Em termos de número de produtores, entre as três culturas¹⁶⁹ que mais são praticadas na região Alto Uruguai, a tabela nos mostra que há um número expressivo de agricultores produtores de milho. Entre os 281 entrevistados, 233 agricultores produzem milho, 138 produzem soja e 12 desenvolvem a cultura do trigo. No entanto, estes dados da pesquisa contribuem para verificarmos que são culturas que estão presentes entre as práticas produtivas da grande maioria dos associados do SUTRAF, como culturas que podem ser desenvolvidas pelo mesmo agricultor, na mesma propriedade, utilizando diferentes áreas e no caso do trigo, diferentes épocas de cultivo.

A produção de milho atende tanto a uma necessidade interna da propriedade, com o armazenamento do produto para o gado de corte, para a produção leiteira, suínos e aves quanto para a comercialização, significando a geração de renda para a unidade familiar. A produção da soja destina-se exclusivamente a comercialização e a produção de trigo, em menor escala, ocorre de forma desordenada entre os municípios, atendendo mais ao mercado do que ao consumo da família.

A estrutura atual das propriedades para a produção de grãos, com maquinários agrícolas, preparo das lavouras e conhecimento sobre o plantio, inicia-se a partir da revolução verde, nos anos 1970 e 1980, quando a soja passa a ser uma das culturas mais praticadas entre os agricultores familiares, ocupando a maior área de terra das propriedades no meio rural.

¹⁶⁹ Segundo a pesquisa com 281 associados do SUTRAF, com relação ao cultivo de outras culturas, além do milho, da soja e do trigo, há a produção da cana-de-açúcar, de fumo e de feijão, mesmo que em menor quantidade, por um número reduzido de agricultores. A cana-de-açúcar é um produto utilizada nas agroindústrias familiares na fabricação de açúcar mascavo e aguardente, o fumo é produzido em sistema de parceria, onde os agricultores fazem contratos com empresas do setor e o feijão é produzido para o consumo das famílias e para fins comerciais.

Tabela 21 – Área total (hectares) destinada para a produção de grãos, em cada cultura e por município, segundo os 281 associados do SUTRAF

Município	Milho		Soja		Trigo		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Aratiba	84	91,26		-	8	8,74	92
Barão de Cotegipe	75	57,25	47	35,88	9	6,87	131
Barra do Rio Azul	37	100,00		-		-	37
Benjamin Constant do Sul	8	22,22	28	77,78		-	36
Campinas do Sul	28	18,30	114	74,51	11	7,19	153
Cruzaltense	21	36,21	37	63,79		-	58
Entre Rios do Sul	39	32,00	82	68,00		-	120
Erechim	167	50,08	166	49,92		-	333
Ervál Grande	41	69,23	18	30,77		-	59
Estação	3	60,00	2	40,00		-	5
Florianópolis	55	31,79	118	68,21		-	173
Gaurama	57	57,29	37	37,19	6	5,53	100
Getúlio Vargas	83	23,72	257	73,14	11	3,14	351
Itatiba do Sul	47	50,27	47	49,73		-	94
Jacutinga	2.705	89,18	280	9,23	48	1,58	3.033
Marcelino Ramos	39	76,24	12	23,76		-	51
Paulo Bento	65	49,43	56	42,91	10	7,66	131
Ponte Preta	24	26,67	66	73,33		-	90
Quatro Irmãos	5	6,17	61	75,31	15	18,52	81
São Valentim	50	46,92	56	53,08		-	106
Severiano de Almeida	33	69,15	15	30,85		-	47
Três Arroios	60	92,31	3	4,62	2	3,08	65
Viadutos	80	51,95	74	48,05		-	154
Total	3.801	69,18	1.574	28,65	120	2,17	5.495

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Em termos de área ocupada, identificamos na tabela 21 que as culturas do milho e da soja ocupam a maior parte da área destinada para a produção de grãos, quase a totalidade da área. Relacionando com os dados da tabela 15, a produção de grãos ocupa em média 11 hectares, de um total de 14,6 hectares como áreas em média disponíveis em cada estabelecimento agropecuário da agricultura familiar desta região. As demais atividades, como o fruticultura, as agroindústrias, a olericultura e o turismo rural e a criação de animais utilizam pequenas áreas de terra, permitindo que o agricultor familiar destine a maior parte de sua propriedade para a produção de grãos e a criação de animais, com uso médio de 6 hectares por propriedade.

A tabela a seguir apresenta dados relativos à produtividade da cada cultura, seguindo o número de agricultores e os resultados por município.

Tabela 22 – Produção (sacas/60kg) para o total dos grãos, segundo os 281 associados do SUTRAF por município.

Município	Milho		Soja		Trigo		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Aratiba	6.480	95,29		-	320	4,71	6.800
Barão de Cotegipe	9.690	72,33	3.185	23,77	522	3,90	13.397
Barra do Rio Azul	3.275	100,00		-		-	3.275
Benjamin Constant do Sul	1.040	40,31	1.540	59,69		-	2.580
Campinas do Sul	3.710	35,30	6.195	58,94	605	5,76	10.510
Cruzaltense	3.210	60,80	2.070	39,20		-	5.280
Entre Rios do Sul	4.800	55,90	3.786	44,10		-	8.586
Erechim	20.720	70,73	8.574	29,27		-	29.294
Ervail Grande	4.920	83,04	1.005	16,96		-	5.925
Estação	240	66,67	120	33,33		-	360
Florianópolis	5.533	46,27	6.426	53,73		-	11.959
Gaurama	5.465	70,74	1.710	22,14	550	7,12	7.725
Getúlio Vargas	10.270	41,12	14.103	56,47	600	2,40	24.973
Itatiba do Sul	6.430	74,94	2.150	25,06		-	8.580
Jacutinga	13.170	47,90	12.715	46,24	1.610	5,86	27.495
Marcelino Ramos	3.950	86,81	600	13,19		-	4.550
Paulo Bento	6.895	67,37	2.740	26,77	600	5,86	10.235
Ponte Preta	2.520	48,00	2.730	52,00		-	5.250
Quatro Irmãos	240	6,33	2.875	75,86	675	17,81	3.790
São Valentim	6.695	70,77	2.765	29,23		-	9.460
Severiano de Almeida	2.760	80,00	690	20,00		-	3.450
Três Arroios	4.930	92,15	120	2,24	300	5,61	5.350
Viadutos	6.810	62,05	4.165	37,95		-	10.975
Total	133.753	60,85	80.264	36,52	5.782	2,63	219.799

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011

Em termos de produtividade, identifica-se pela tabela 22 que a maior produtividade de milho é decorrente do maior número de produtores que desenvolvem esta cultura, representando 60,85% da produção de grãos entre os agricultores pesquisados. A produção de soja é responsável por 36,52% da produção total e a de trigo, responsável por 2,63% do total. Vale destacar também que, segundo a pesquisa, a produtividade do milho por hectare é superior às demais culturas. Enquanto a soja tem uma produção média de 50 sacas por hectare, a produção de milho em média é de 100 sacas por hectare entre os associados do SUTRAF, o que justifica a maior produtividade em termos de sacas de milho.

O processo de investimentos na estrutura produtiva das propriedades e aprimoramento do conhecimento para a produção de grãos foi reforçado a partir das políticas através do PRONAF, quando os agricultores passam a acessar as linhas de crédito para investimentos em

maquinários, instalações e custeio, fortalecendo o plantio de grãos, e reforçando a idéia da monocultura da soja e do milho por uma parcela de agricultores associados ao SUTRAF.

Neste sentido, um dos temas de debate entre os agricultores familiares, cooperativas e organizações sociais ligadas a agricultura familiar nos últimos anos, tem sido a produção de sementes transgênicas, em especial na cultura de soja. O debate feito entre o SUTRAF e os agricultores familiares associados, especialmente no início dos anos 2000 quando surge a venda de sementes transgênicas para o plantio na região Alto Uruguai, apontava para os riscos à saúde com tal produção, levando em conta que a agricultura familiar é a responsável por produzir alimentos.

Em entrevista com um agricultor familiar, ao ser questionado sobre os motivos e as preocupações com a produção da soja transgênica, ele respondeu:

Hoje ninguém mais fala de riscos da soja transgênica. Na verdade se tem algum problema a gente não sabe, mas todo mundo planta, então nós plantamos também. Outra coisa é que é difícil de encontrar semente de outro soja. Vou falar a verdade, esta semente produz mais, dá menos pragas na lavoura e todo mundo compra. Não dá para arriscar plantar a semente orgânica, se depois não tem pra quem vender.¹⁷⁰

Um ponto de análise sobre a produção transgênica é a falta de proteção por parte do governo federal aos agricultores familiares que desejam cultivar produtos orgânicos. Isto porque, as plantações de produtos orgânicos e convencionais podem ser contaminadas por plantações transgênicas. Na concepção de Bruno Gasparin:

Se um produtor transgênico cultiva sua plantação ao lado de um orgânico ou não transgênico, acaba contaminando o vizinho, principalmente em relação às plantas de polinização cruzada (transferência de pólen de uma flor para outra na mesma planta ou em plantas diferentes). O governo federal, ao liberar o cultivo e comercialização de soja geneticamente modificada na safra 2004/2005, deveria proteger os demais alimentos de possíveis contaminações ocasionadas pelos OGMs, mas as medidas tomadas pelo governo em relação à produção de transgênicos no país desconsideram os produtores orgânicos e não-transgênicos, bem como os cidadãos.¹⁷¹

A ausência de informações e de análise por parte do agricultor familiar sobre a plantação de sementes transgênicas, tanto em relação às grandes empresas que são as

¹⁷⁰ Entrevista concedida em 9 de junho de 2012. Estação-RS.

¹⁷¹ GASPARIN, Bruno. *Transgenia na agricultura*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 152.

principais defensoras do plantio, quanto de órgãos governamentais, como Secretarias de Agriculturas, Emater, Ministério da Agricultura, mas especialmente o SUTRAF, que no final da década de 1990 questionava o plantio de transgênicos e estimulava a produção convencional, contribuem para que os associados do SUTRAF sigam o modelo proposto pelo mercado exportador e ampliem as plantações de produtos transgênicos na região Alto Uruguai.

Ao analisarmos o número de produtores, a área ocupada e a produção de milho, de soja e de trigo, estamos diante de um sistema organizado por grandes empresas que atuam no ramo de *commodities*. Primeiramente controlado por grandes cooperativas, como a Cotrel e a Cotrigo, entre 1970 e 2000, atualmente, com o processo de falência das mesmas, outras grandes empresas (Olfar, Estrela, Vaccaro, Oleoplan) controlam a comercialização de grãos na região Alto Uruguai.

A figura a seguir é um exemplo muito característico da região Alto Uruguai, onde temos a propriedade de um agricultor familiar associado ao SUTRAF, que tem como atividade principal a produção de soja transgênica, em uma área de 20 hectares e a comercialização com grandes empresas.



Figura 30 – Propriedade de agricultor familiar do município de Getúlio Vargas, associado ao SUTRAF, que tem como atividade principal a produção de grãos.

Fonte: Aldacir Zorzan

No entanto, devemos considerar que a presença das grandes agroindústrias ou empresas se torna, por vezes, uma saída para a produção e a comercialização para o agricultor familiar. Por outro lado, pode ser um obstáculo para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável em âmbito regional, pois o agricultor torna-se dependente da conjuntura econômica global, seguindo regras que reforçam antigas práticas, como a monocultura, o uso de inseticidas e herbicidas, estando sujeito às condições impostas pelo mercado exportador.

Por outro lado, estas transformações dizem respeito à estrutura e à vida social local. O desenvolvimento industrial, na medida em que se concentrou nos espaços urbanos, reiterou a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural. As consequências para a agricultura familiar são evidentes e se expressam pelo empobrecimento de seus habitantes e pelo êxodo rural em muitas regiões, num processo de esvaziamento das pequenas comunidades rurais, como foi o caso da região Alto Uruguai nas últimas duas décadas.

3.5 A HETEROGENEIDADE DOS ASSOCIADOS DO SUTRAF

Na análise sobre as características socioeconômicas dos agricultores familiares associados ao SUTRAF identificamos que no processo de formação de uma nova ruralidade, as novas e múltiplas faces do rural não podem ser vistas como obra acabada. Está em curso uma nova visão do rural, a partir da diversificação das atividades produtivas, das formas de comercialização, do acesso às políticas públicas, da qualificação profissional, entre outros aspectos presentes na agricultura familiar, que estão contribuindo para alterações nas características socioeconômicas dos agricultores familiares.

Há a busca por livrar-se do caráter atrasado, imperfeito e incompleto que a noção de pequena propriedade carregava até bem pouco tempo. O SUTRAF trabalha para motivar a sua ressignificação ao ser renomeada como agricultura familiar, dando-lhes novos adjetivos positivos, tais como produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável, etc.

Vivendo em uma sociedade globalizada, os agricultores familiares buscam integrar-se social e economicamente e um dos aspectos desta mudança é atualmente a polivalência dos mesmos. Neste sentido, Wanderley¹⁷² coloca que “nas condições modernas da produção e do

¹⁷² WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra. Agricultura familiar e ruralidade*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 237.

mercado são necessários ao agricultor conhecimentos culturais, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos e até mesmo de informática, etc.”

Os agricultores familiares buscam o acesso às informações e aos conhecimentos a partir de padrões modernos, para capacitar-se, facilitando seu trabalho na implementação de novas atividades econômicas.

No entanto, quando analisamos o debate produzido pelo STR e a CUT, propondo nos anos 1990 um novo projeto de desenvolvimento para os pequenos agricultores, uma das diretrizes apontava para os riscos da exploração da mão de obra do agricultor familiar pelo modelo exportador, executado pelas grandes empresas.

Passadas mais de duas décadas, mudanças aconteceram no cenário da agricultura familiar, o PRONAF foi criado como uma política de crédito específica para a agricultura familiar, após um período de lutas dos STR, da CUT e de outras organizações sociais ligadas à pequena propriedade, contribuindo para o fortalecimento de atividades produtivas como as agroindústrias familiares, a fruticultura, a olericultura, o turismo rural e a pecuária, especialmente a produção de leite e a produção de grãos, em especial as culturas da soja e do milho.

Deste modo, os agricultores associados ao SUTRAF passaram a desenvolver várias atividades produtivas e buscaram diferentes formas de comercialização, desde as feiras de produtores, a merenda escolar, os pequenos supermercados e fruteiras até grandes empresas e cooperativas de grande porte.

Se por um lado as lutas dos STR e da CUT nos anos 1990 contribuíram para a criação do PRONAF, por outro as suas linhas de crédito passaram a financiar tanto as atividades produtivas voltadas à diversificação e à comercialização no mercado local, quanto à monocultura da soja e à comercialização com grandes empresas exportadoras.

Diante deste contexto, onde os agricultores familiares associados ao SUTRAF desenvolvem várias atividades, estabelecem relações comerciais com o comércio local e exportador, em que as políticas públicas fomentam as atividades da agricultura familiar, em que as grandes empresas tiram proveito da produção da agricultura familiar em setores como leite, aves e grãos, o projeto de desenvolvimento planejado pelos STR e posteriormente pelo SUTRAF está sendo implementado? Como se dá a representação política através do SUTRAF diante da heterogeneidade dos agricultores associados?

É bom lembrar que, pelo planejamento estratégico, pensado pelos STR e pela CUT, o agricultor assumiria o protagonismo do desenvolvimento regional, baseado na diversificação

da produção, no associativismo, na agroecologia, mantendo seus traços culturais e a organização social.

De um lado, vemos o SUTRAF atuando na execução de políticas públicas na habitação rural, na luta por mudanças e melhorias no PRONAF, em projetos de assistência técnica, reivindicando melhores preços dos produtos, mas por outro lado, a atuação das grandes empresas com atuação na região Alto Uruguai, como Aurora, Nestlé, Santa Clara, entre outras, ganharam espaço no mercado de leite e de frango nos últimos anos, até mesmo pelas parcerias com as pequenas cooperativas, o que forçou o SUTRAF a diminuir as críticas quanto ao modelo de desenvolvimento praticado pelas grandes empresas.

Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil socioeconômico dos agricultores familiares associados ao SUTRAF é a diversidade de situações, tanto quanto as estratégias adotadas na produção agropecuária.

O quadro a seguir apresenta alguns dos aspectos já trabalhados no decorrer deste capítulo, como uma forma de destacarmos algumas das características dos associados do SUTRAF, numa demonstração da heterogeneidade atual dos mesmos quanto ao seu contexto socioeconômico.

Quadro 4 – Caracterização socioeconômica dos associados do SUTRAF segundo a área de terra, as atividades produtivas, formas de comercialização e o acesso às políticas públicas.

Associados / área de terra	Localização	Atividade produtiva / comercialização / mão de obra / acesso ao crédito
Associados com até 15 ha	Terras em relevos mais acidentados, localizados nos municípios na costa do Rio Uruguai.	<p>a) Diversificam a produção, com a produção de leite, aves, fruticultura, turismo rural; agroindústrias familiares;</p> <p>b) Comercializam os produtos em âmbito local: merenda escolar, feira de produtores ou pequenos supermercados;</p> <p>c) Mão de obra familiar</p> <p>d) Acessam as diferentes linhas de crédito do PRONAF com frequência para as atividades produtivas através da CRESOL.</p> <p>e) Um parcela dos associados é pluriativa, busca outras atividades e renda fora da propriedade, ou seja, na indústria, comércio, construção civil, serviço público.</p>
Associados com 15 à 30 ha	Localizados em todos os municípios da região. Suas terras são dobradas e planas.	<p>a) Desenvolvem prioritariamente como atividades produtivas o leite, a soja e o milho e em menor escala frutas, hortaliças e queijo.</p> <p>b) Comercializam o leite e grãos com grandes empresas e as frutas, hortaliças e queijos com supermercados menores ou de forma informal</p> <p>c) Mão de obra familiar</p> <p>d) Acessam as linhas de crédito do PRONAF através da CRESOL.</p> <p>e) Ocorre a pluriatividade em atividades na indústria, comércio, construção civil, serviço público, porém em pequena proporção.</p>
Associados com 30 à 60 ha	Localizados em municípios na parte sul e sudoeste, no oposto ao rio Uruguai. Suas terras são planas.	<p>a) Praticam em geral uma atividade prioritária, a produção da soja, podendo ter uma segunda atividade com a produção de leite, gado de corte ou suínos.</p> <p>b) A produção é comercializada com grandes empresas, havendo normalmente um sistema de integração e parceria.</p> <p>c) A mão de obra é familiar e pode ter a contratação de empregados, mas é mecanizada.</p> <p>d) Acessam as linhas de crédito do PRONAF através da CRESOL, SICREDI E BANCO DO BRASIL.</p> <p>e) Dificilmente ocorre a pluriatividade.</p>

Fonte: Pesquisa SUTRAF/2011 e entrevistas com 30 associados do SUTRAF/2012

Caracterizamos em termos socioeconômicos os associados ao SUTRAF em três grupos, a partir dos dados da pesquisa e das entrevistas e segundo a área de terra, procuramos analisar a localização das terras, o tipo de relevo, as atividades produtivas, as formas de comercialização, o uso da mão de obra, o acesso às políticas públicas e a presença da pluriatividade.

Um primeiro aspecto de análise identificado no quadro é a relação que se estabelece entre os associados com área de terra até 15 ha, os relevos mais acidentados e a diversificação da produção, com as agroindústrias, a fruticultura a olericultura e o turismo rural. A menor área de terra disponível para o desenvolvimento de atividades como grãos e o gado de corte, contribuiu para a diversificação da produção, o que os levou para a comercialização da produção no mercado local, ou seja, nas feiras de produtores, merenda escolar e pequenos mercados. Há também entre estes associados os que mantêm a criação de aves, em parceria com grandes empresas do setor, o que os coloca numa condição de dependência das normas e regras adotadas pelas mesmas, onde a propriedade e a mão de obra do agricultor estão a disposição da empresa, sem que haja vínculo empregatício. Os associados com até 15 ha acessam o PRONAF sistematicamente através da CRESOL, por ser uma cooperativa de crédito que trabalha com a agricultura familiar, e as linhas de crédito permitem investimentos na atividade que desenvolvem. Também usam a mão de obra familiar e são pluriativos, buscando renda em outras atividades fora da propriedade.

Um segundo aspecto refere-se à relação que se estabelece entre os associados que possuem uma área de terra entre 15 e 30 ha, que reúne áreas planas e dobradas, onde desenvolvem a produção de leite, de soja e de milho, podendo haver a produção de olericultura, de fruticultura e a agroindustrialização de alguns produtos em menor escala. A presença de duas atividades ocorre pela necessidade de aumento de renda. Estabelecem uma relação comercial com grandes empresas que atuam no ramo de leite e de grãos, como a Santa Clara, a Nestlé, a Aurora e a Olfar entre outras. A comercialização da baixa produção de frutas, hortaliças e produtos agroindustrializados, como o leite e seus derivados se dá em pequenos supermercados ou diretamente com o consumidor urbano, em suas residências. Acessam as políticas de crédito do PRONAF através da CRESOL e pouco desenvolvem a pluriatividade.

Um terceiro aspecto é a relação que se estabelece entre os associados que têm área de terra entre 30 e 60 ha, normalmente terras planas, onde se desenvolve a produção de soja prioritariamente e uma segunda atividade que pode ser a produção de leite, suínos ou gado de corte, em menor escala. Estes associados utilizam máquinas agrícolas, produtos agroquímicos

e na insuficiência de mão de obra na família, contratam empregados e não são pluriativos, ou seja, sua renda provém da própria propriedade. Estabelecem uma relação comercial com grandes empresas no ramo de grãos, de leite, de suínos e acessam o PRONAF através de agências bancárias do SICREDI e Banco do Brasil prioritariamente, e em menor proporção com a CRESOL.

Alguns aspectos em comum entre os associados relaciona-se à diversificação da produção, mesmo que entre os agricultores com maior área de terra haja o predomínio da produção de soja, o acesso às linhas de crédito do PRONAF, independente da atividade produtiva e o uso da mão de obra familiar, mesmo que os maiores produtores possam, em alguns casos contratar empregados para as atividades produtivas.

Foi possível construir diferenciações e reunir aspectos em comum nesta tarefa de caracterização socioeconômica, tendo ciência de que a heterogeneidade dos associados do SUTRAF não se dá de forma totalmente organizada em termos de definição de área, atividades produtivas e comercialização, pois os agricultores familiares constroem processos produtivos a partir de suas condições internas, ou seja, da propriedade, da mão de obra e da família, e das relações que vão estabelecendo com o mercado e demais agentes que atuam em seu meio.

De qualquer modo, há uma heterogeneidade entre os agricultores familiares com experiências diferenciadas que buscam se realizar mediante projetos e expectativas que nem sempre são as previstas nos projetos de desenvolvimento de diferentes sociedades. Não se pode perder de vista que a complexidade da realidade nunca se mostra homogênea.

Falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em “rurais”, colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo¹⁷³

Este novo contexto da agricultura familiar não se forma de maneira natural, sem qualquer intervenção dos atores sociais e políticos, pois estes agem utilizando seus saberes e suas estratégias. Por isso, muitas vezes nos deparamos com sociedades que, pelo peso das

¹⁷³ MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise do social. *Ciência e Agrotecnologia*. Lavras: UFLA, v.26, n.2, mar./abr., 2002, p.397.

tradições e do capital social construído, encontram alternativas ao modelo capitalista globalizado, desenvolvendo novas formas de se reproduzirem.

Se os agricultores familiares estão mais pluriativos, significa que conseguem conjugar a atividade agrícola com outras formas de trabalho. Deste modo, a compreensão acerca das mudanças que culminaram com a chamada “nova ruralidade” pressupõe uma agricultura em interação crescente com as economias urbanas.

A diversificação da produção implementada pelo agricultor familiar foi facilitada a partir do acesso às políticas públicas, especialmente com a implementação do Pronaf em 1996, reconhecidamente uma conquista dos agricultores familiares, através das lutas sindicais.

Como meio de aumentar a renda do agricultor familiar, a diversificação da produção tem se tornado uma prática cada vez mais desenvolvida na região Alto Uruguai. Porém, o conjunto de pequenas atividades, numa mesma propriedade, requer certo grau de organização, mão de obra disponível, qualificação para atuar em várias atividades e a conquista de um mercado consumidor local.

O atual contexto socioeconômico da agricultura familiar da região Alto Uruguai não pode ser analisado apenas pelas recentes transformações do sistema de produção no meio rural, nem somente pelos traços socioculturais produzidos historicamente, mas devemos considerar as realidades estruturais e funcionais da unidade produtiva e suas dimensões socioculturais e econômicas.

As características atuais da agricultura familiar e as particularidades que a mesma apresenta na região Alto Uruguai resultam de alguns fatores internos, como a relação dos agricultores com a terra, com o trabalho e com a reprodução da propriedade, com a diversificação das atividades produtivas e com fatores externos, como a influência da sociedade global, com os avanços tecnológicos, a dependência ao mercado financeiro para o preço dos produtos agrícolas e insumos, bem como, a necessidade de políticas públicas para a produção.

Finalmente, no que se refere à dinâmica dos processos socioeconômicos entre os agricultores familiares, foi nossa proposta neste terceiro capítulo analisar o contexto socioeconômico dos agricultores familiares associados ao SUTRAF nestas últimas duas décadas e alguns aspectos do projeto de desenvolvimento sustentável planejado pelo SUTRAF, buscando identificar suas características socioeconômicas, para então, no quarto capítulo, analisarmos como esta caracterização interfere no processo de representação política exercido pelo SUTRAF em relação a seus associados.

CAPÍTULO IV

A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O SUTRAF E SEUS ASSOCIADOS NA REGIÃO ALTO URUGUAI



Figura 31 – 3º Congresso da FETRAF/SUL em Erechim/2010.

Fonte: Acervo pessoal de Jonas José Seminotti

Neste quarto capítulo analisamos a relação política que vem se estabelecendo entre o SUTRAF e seus associados, na perspectiva de compreendermos de que modo vem ocorrendo a representação política dos agricultores familiares associados através de sua entidade sindical. Para tanto, torna-se essencial analisar o aspecto político de forma integrada ao campo social e econômico, onde ocorre a atuação do SUTRAF, como um ator social e político que representa a agricultura familiar e os agricultores associados ao SUTRAF, como agentes que interagem de forma positiva ou negativa com o trabalho sindical, especialmente pela atuação do SUTRAF no campo da produção e das políticas públicas.

Para a análise no campo político dialogamos com as noções de “capital social” do sociólogo Robert Putnam e do conceito de democracia e representação política a partir de

Alan Touraine. O capital social, a partir de Putnam, tem um caráter coletivo, de grupo e contribuiu para a compreensão da relação entre o capital social acumulado, considerando o processo de organização social dos agricultores familiares desta região e a conquista de direitos e a contribuição deste processo para a representação política do SUTRAF atualmente. Já com relação ao tema da democracia e da representação política a partir de Touraine, analisamos como se dá a relação política entre o SUTRAF e os associados, visto que o autor atribui às instituições da sociedade civil e aos movimentos sociais a função de representantes políticos, levando as demandas de sua base social para os espaços políticos.

Procuramos neste último capítulo recuperar alguns aspectos já abordados no decorrer deste trabalho, especialmente os que se relacionam com as características socioeconômicas dos agricultores associados e os seus reflexos na relação política com o SUTRAF. Além desta análise sobre as implicações dos elementos socioeconômicos para a compreensão da relação política, analisamos neste capítulo, através de trinta entrevistas com associados e dirigentes do SUTRAF, o envolvimento dos associados com o sindicato, a atuação dos dirigentes sindicais, as demandas atuais da agricultura familiar, as atuais lutas sindicais e a relação do SUTRAF com o Estado.

4.1 A RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL SOCIAL, AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF

O entendimento sobre “capital social” a partir de Putnam, no qual as ações na solução de problemas têm um caráter coletivo e pode ser aplicado a um grupo, comunidade e classe, tem contribuído para o entendimento da importância que tem a organização social, constituída entre os agricultores familiares desde os anos 1980 na região Alto Uruguai, para a representação política exercida pelo SUTRAF. Neste sentido, a presença do capital social possibilita a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse e temos como exemplo de ações coletivas o processo de lutas e mobilizações dos agricultores familiares e das organizações sociais pelo reconhecimento da agricultura familiar e a conquista de políticas públicas, como PRONAF.

A contribuição do capital social se estende para diferentes campos e apresenta-se como um aspecto importante nos processos que desencadearam a construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil nos últimos anos. Neste sentido, Lima analisa em seu artigo “A teoria do capital social na análise de políticas públicas” que,

o capital social na sociedade estaria presente nas redes que se estabelecem nos movimentos sociais e não apenas entre os indivíduos. Estas redes possibilitam maior pressão por políticas públicas e por seus resultados, o que levaria ao estabelecimento de relações de confiança entre os atores envolvidos. A participação resultante desse processo se constituiria num elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil.¹⁷⁴

Neste sentido, a formação do capital social assume uma importância maior para analisarmos alguns elementos presentes no contexto atual dos agricultores familiares e do SUTRAF que é o tema do desenvolvimento e das políticas públicas.

No debate que envolve a relação entre o capital social e a construção do desenvolvimento, Ricardo Abramovay afirma que,

a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Deste modo, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.¹⁷⁵

Na análise sobre como ocorre a representação política do SUTRAF, além da contribuição de Putnam, com a noção de “capital social” e o seu caráter coletivo na busca por objetivos comuns pelos agricultores familiares através do sindicato, outro tema que contribui para a compreensão da relação política entre o SUTRAF e seus associados é a relação entre democracia e representação política” a partir de Alan Touraine, na qual o autor analisa que é no plano político, com a participação dos mediadores sociais, que se operam as demandas sociais.

No entanto, Touraine adverte que ao relacionamos a representatividade política e os elos entre a vida social e a vida política, o aumento do controle por parte do Estado sobre as organizações sociais e a vida social contribui no sentido de desconstituir a representação política.

Nesta relação entre democracia e representação política exercida por instituições da sociedade civil e por movimentos sociais, na luta por demandas sociais junto ao Estado, Alan Touraine coloca que

¹⁷⁴ LIMA, J. C. *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*. Revista Política e Trabalho da UFPb, João Pessoa, nº 17, pp. 46-63, set. 2001. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6481/4046>>. Acesso em 05 jan. 2013.

¹⁷⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada – vol. 4 nº 2, abril/junho 2000, p. 4.

é grande a tentação em nos contentarmos com uma concepção puramente institucional da democracia e reduzi-la a um mercado político aberto, o que conduz a sua degradação. Portanto há a necessidade de voltar a dar às instituições da sociedade civil a base de representatividade para que retomem espaço na vida política e garantam suas demandas sociais. Nestes termos, um movimento social pode e deve apresentar suas demandas através de um programa político amplamente debatido com sua base social.¹⁷⁶

Neste sentido, quando se discute o papel que o SUTRAF desempenha na execução de políticas públicas junto aos seus associados na assistência técnica, na habitação rural e no acesso ao crédito, a representação política junto aos associados pode ficar comprometida se o SUTRAF cumprir o papel que deveria ser dos órgãos públicos, como mero executor de políticas do Estado, deixando de dialogar com a base social sobre a conquista de novas demandas que devem ser reivindicadas junto ao Estado.

Analizamos no terceiro capítulo que uma parcela dos associados do SUTRAF estão diversificando a produção, buscando qualificação, implementando novas formas de comercialização, acessando as políticas públicas, numa demonstração de adaptação às novas condições socioeconômicas que se apresentam para a agricultura familiar, denominada por muitos autores como “a formação de uma nova ruralidade”.

O SUTRAF como uma organização que contribuiu neste processo de reconhecimento da agricultura familiar, com intervenção no campo social e econômico dos agricultores familiares, alimenta-se de um capital social construído ao longo do tempo nesta relação com os seus associados. No entanto, fica a interrogação se nesta fase de mudanças na agricultura familiar, onde os agricultores associados podem estar agregando novas características, de que forma este capital social construído anteriormente pode estar servindo de suporte para manter esta relação política entre o SUTRAF e seus associados?

Quando observamos que a agricultura familiar vem passando por mudanças quanto à organização do trabalho e às atividades produtivas, estamos analisando que o modelo de desenvolvimento atual no meio rural também pode estar sofrendo alterações. Deste modo, o emprego do capital social, na compreensão sobre o tema do desenvolvimento, nos remete para a análise sobre o papel que o SUTRAF deve exercer como representante político dos agricultores familiares diante do Estado, para a criação de políticas que visem atender as demandas sociais.

¹⁷⁶ TOURAINE, Alain. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 78.

Neste sentido, a análise sobre o campo da representação política exercida pelo SUTRAF passa pela relação que se estabelece entre as estratégias e as práticas dos agricultores associados no campo socioeconômico, com a contribuição do SUTRAF na defesa e conquista de direitos para os seus associados. Diante do que Ricardo Abramovay coloca, que a noção de capital social possibilita que os objetivos sejam construídos coletivamente e que as estruturas sociais devem ser vistas como recurso a ser usufruído, o SUTRAF é uma organização dos agricultores familiares que, historicamente, tem contribuído para a conquista de direitos junto ao Estado. Por isso, o capital social construído entre os associados pode contribuir para que haja uma análise criteriosa por parte dos agricultores sobre a atuação do seu representante político.

4.2 ELEMENTOS DE ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O SUTRAF E SEUS ASSOCIADOS

A compreensão sobre a forma como vem ocorrendo a representação política do SUTRAF, em relação aos seus associados, é o principal objetivo deste estudo, que tem buscado construir elementos que possibilitem caracterizar os associados do SUTRAF, em termos culturais, sociais e econômicos e as implicações desta caracterização para a relação política com o SUTRAF. Também buscamos compreender como o próprio SUTRAF tem atuado enquanto entidade que se formou em meio às lutas sociais e políticas dos anos 1980, mas que tem sido desafiada em seu papel de representante político por ter que lutar para atender as novas demandas provocadas pelas mudanças na agricultura familiar e, ao mesmo tempo, pela relação com o Estado, por ser um executor de políticas públicas junto aos agricultores familiares.

A construção de elementos de análise, através das entrevistas com associados e dirigentes do SUTRAF, permitiu compreender a dinâmica que cerca esta relação política, bem como os aspectos que aproximam e os conflitos existentes. Passaremos a analisar os aspectos desta relação política a partir dos depoimentos dos associados e dos dirigentes, buscando entender de que modo o SUTRAF exerce a sua representação política junto a seus associados.

As questões relevantes que surgiram a partir das entrevistas com associados, de certo modo surgiram também entre os dirigentes, ou seja, há certa concordância na posição adotada por dirigentes e associados quanto aos aspectos que aproximam e distanciam o SUTRAF e os associados nesta relação política. Tais aspectos dizem respeito ao papel que o SUTRAF deve

exercer atualmente como um movimento sindical que representa uma categoria de trabalhadores que passa por um processo de mudanças, com um novo dinamismo quanto às práticas produtivas, a organização do trabalho, o uso de novas tecnologias e as formas de inserção no mercado consumidor. Estas questões remetem para uma avaliação da atuação dos dirigentes sindicais, como agentes que coordenam as ações do sindicato e da relação que o SUTRAF estabelece com o governo federal, por ser um parceiro na execução de políticas para a agricultura familiar, o que pode comprometer no avanço das lutas pela conquista de novas políticas públicas junto ao governo, pelo grau de dependência, que Touraine classifica como o controle político do Estado sobre as instituições da sociedade civil e movimentos sociais.

Diante de tais questões, percebemos que em temas semelhantes encontramos pontos de vista diferentes, o que nos permite construir a análise sociológica a respeito do tema da representação política partir dos elementos que vamos colhendo e relacionando entre as entrevistas dos associados e dos dirigentes ou pelas divergências entre os próprios associados em relação ao trabalho sindical.

4.2.1 O perfil político dos associados e o envolvimento nas atividades do SUTRAF

O diagnóstico sobre a relação política entre o SUTRAF e os associados passou pela análise de dois aspectos: o primeiro refere-se à participação dos associados na sua entidade sindical e a atuação do mesmo como mediador de processos de participação e envolvimento de seus associados e o segundo aspecto trata da atuação do SUTRAF como executor de políticas públicas e como entidade que deve promover a luta pela defesa de direitos para os agricultores associados.

Deste modo, realizamos questionamentos junto aos associados e dirigentes sobre o tempo de associação e as razões que levam os agricultores a se associar, a participar em reuniões, assembléias e mobilizações propostas pelo SUTRAF e se a metodologia adotada pela entidade, expressa através dos convites e do tipo de atividades, os estimulam a participar. A partir das respostas obtidas foi possível construir uma caracterização sociopolítica dos associados, com base em sua participação e no entendimento sobre a atuação do SUTRAF.

Quanto ao tempo de associação, as razões que motivaram os associados a se associar ao SUTRAF, encontramos diferentes respostas, tanto quanto ao tempo de associação, com agricultores que acompanharam o processo de formação do sindicalismo combativo a partir da CUT nos anos 1980, as oposições sindicais, quanto por agricultores que começaram a

valorizar o sindicato a partir do reconhecimento da agricultura familiar e das conquistas mais recentes, como o PRONAF.

Neste sentido, um dos associados entrevistados do município de São Valentim, que é associado do SUTRAF desde 1988, nos colocou:

Sou sócio do sindicato há mais de vinte anos porque o sindicato sempre ajudou muito os agricultores, principalmente os pequenos. Eu me lembro da luta pelo crédito e juro baixo e foram anos para conseguir alguma coisa, mas graças ao sindicato foi conseguido. Tem horas que de tanto lutar se consegue alguma coisa, eu sempre ia a Erechim nos protestos e fui até Brasília num protesto.¹⁷⁷

Por outro lado, o processo de reconhecimento da agricultura familiar e o acesso às políticas públicas através do SUTRAF, como a habitação rural, o crédito para investimento e custeio, influenciaram para que houvesse maior envolvimento e maior participação dos associados a partir dos anos 2000. Em entrevista com um associado do município de Campinas do Sul, produtor de oleaginosas, o mesmo nos relata que

Faz uns 7 ou 8 anos que sou sócio do SUTRAF e tem algumas vantagens boas que tem que levar em conta, como o ganho de R\$1,00 por saca de soja, e o sindicato fornece um documento do PRONAF, que a gente entrega na empresa quanto vende a soja e nós já conseguimos um recurso para a reforma da casa em um grupo de associados que o sindicato formou na habitação rural.¹⁷⁸

Sem dúvida, a mudança na forma de atuação do SUTRAF, a partir da criação da FETRAF em 2001, quando define-se por uma nova organização interna e especialmente por uma atuação no campo da produção e das políticas públicas, vai estimular para um maior número de agricultores associados.

Deste modo, a forma como o SUTRAF atua para a conquista de direitos para os agricultores familiares e a maior facilidade que o associado tem para obter acesso às políticas públicas, através do sindicato, influencia para um aumento do número de associados. No entanto, as razões que motivam os agricultores a se associarem atualmente no SUTRAF, podem não comprometê-los para um envolvimento mais efetivo ou na defesa política do

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 29 de setembro de 2012. São Valentim-RS.

¹⁷⁸ Entrevista concedida em 5 de novembro de 2012. Jacutinga-RS.

mesmo, pois a sua condição de associado, com mensalidade em dia, já garante as vantagens que ele busca.

De qualquer modo, não podemos afirmar que os agricultores apenas tirem proveito da sua condição de associado e não tenham uma participação nas atividades propostas pelo mesmo. Neste sentido procuramos saber dos agricultores e dos dirigentes sindicais como é a participação dos associados nas reuniões, assembléias e mobilizações e se o SUTRAF tem contribuído para que haja esta participação.

Nos depoimentos de associados sobre a participação nas atividades propostas pelo SUTRAF, os mesmos assumem diferentes posições e apontam diferentes razões para participarem ou não. Vamos trazer aqui as entrevistas com três associados que manifestaram diferentes posições a este respeito. Depoimento de um associado do SUTRAF do município de Floriano Peixoto que considera bom seu envolvimento com o SUTRAF:

Quase sempre participo porque o sindicato, sou associado a uns 25 anos ou até mais e acho que o sindicato é um importante instrumento de luta para nós agricultores. Sempre vai alguém da família ou eu ou o meu filho quando o sindicato organiza alguma manifestação ou reunião, pois é difícil passar muito tempo sem ter alguma luta. Ontem teve um encontro aqui em Floriano para discutir essa lei do código florestal e aí nos passaram o que o governo quer aprovar, o que os deputados estão querendo e o SUTRAF tá defendendo que nos agricultores familiares receba um valor porque nós não destruimos que nem os grandes agricultores.¹⁷⁹

Quando o associado valoriza o sindicato como instrumento de luta necessário para a conquista de direitos, em primeiro lugar está ocorrendo valorização pelo trabalho que o mesmo já realizou, pelas conquistas já obtidas. Em segundo lugar percebe-se que este associado está dando continuidade ao processo de organização, pois disponibiliza o seu tempo, deixa a propriedade e os trabalhos para participar, tendo consciência que outras conquistas serão obtidas, em uma demonstração de que há um capital social presente em suas ações. Depoimento de um associado do SUTRAF do município da Barra do Rio Azul que revelou que é sócio há cerca de 15 anos, mas não é muito participativo das atividades do SUTRAF:

Se desse eu participaria mais, mas a falta de tempo com todo o trabalho que se tem e nós que trabalhamos com gado de leite ficamos o dia inteiro envolvidos com uma

¹⁷⁹ Entrevista concedida em 22 de setembro de 2012. Floriano Peixoto-RS.

coisa e outra. Não tem dúvida que se tivesse mais participação do pessoal seria mais fácil para o sindicato conseguir mais coisas, mas isso quase ninguém se dá conta, a gente só vai mesmo quando tem algo que interessa a gente. Às vezes nem se sabe das reuniões, não procuro ir atrás de saber, mais é o primeiro vizinho que anda bem informado e às vezes avisa quando tem alguma importante que vai vir pelo sindicato.¹⁸⁰

A baixa participação e a participação só em atividades que tragam algum benefício imediato é um aspecto marcante entre os associados do SUTRAF, mesmo que não haja uma desvalorização ao trabalho sindical, é o reflexo de algumas mudanças na agricultura familiar, onde as práticas produtivas e a falta de mão-de-obra diminuem o tempo dos agricultores familiares para outras atividades, que não sejam as agropecuárias.

Por outro lado, percebe-se que as atividades propostas pelo sindicato não estão entre as prioridades de muitos agricultores associados e o seu tempo passa ser planejado, sem que o sindicato faça parte de sua organização do trabalho. Vejamos o depoimento de um associado do SUTRAF do município de Três Arroios que expõe as razões por não se envolver com o SUTRAF:

Eu participo muito pouco e quando eu preciso de alguma informação vou lá e pergunto. Me associei há uns 10 anos quando começaram a pedir essa carta do PRONAF e é o sindicato que dá. É difícil para ir não se tem tempo para tudo e já fui em reunião que demorou mais de duas horas e só fizeram promessa que iam conseguir prorrogar todos os financiamentos, pela seca que deu o ano passado e tudo que *tavam* fazendo, mas até agora vi pouco ou nada do que falaram. Não sou contra quem participa, só que cada um pensa de um jeito e tem que respeitar e quando vem algum benefício do governo é quase sempre pelo banco.¹⁸¹

Um dos aspectos que caracteriza a relação política entre o SUTRAF e os associados e que fica demonstrado quando a participação dos mesmos se limita a busca de informações sobre benefícios que o sindicato possa oferecer, é normalmente o histórico de pouca participação de uma parcela dos associados. Quando a associação e a participação são justificadas pelo acesso aos benefícios pontuais, sendo estes aspectos característicos de agricultores com menor tempo de associação, não se consolida uma participação mais intensa e estes associados não depositam credibilidade ao trabalho do SUTRAF.

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 14 de agosto de 2012. Barra do Rio Azul-RS.

¹⁸¹ Entrevista concedida em 8 de junho de 2012. Três Arroios-RS.

O tempo de associação e o envolvimento com as lutas do sindicato nas décadas passadas, o que se caracteriza como um dos aspectos para a formação de um capital social, tem contribuído para a maior participação dos associados atualmente e para o apoio ao trabalho do SUTRAF.

A participação dos associados nas atividades do SUTRAF, também foi analisada entre alguns dirigentes do SUTRAF, através dos quais se buscou identificar se os argumentos colocados pelos associados são reconhecidos pelos dirigentes ou se os mesmos analisam sob outro olhar a participação dos associados. A esse respeito, um dos coordenadores do SUTRAF regional, Ari Pertuzzatti, nos colocou o seguinte:

A participação dos associados em reuniões não é tão baixa quando tem alguma conquista ou informação sobre nova política ou alguma coisa que se conquistou junto ao governo. O problema está na participação quando chamamos pra mobilizações, que é difícil para tirar o agricultor da propriedade. Eu vejo que a falta de participação é pela falta de mão-de-obra na propriedade e hoje o agricultor faz várias atividades. Se ele sai de casa não tem quem faça o trabalho. Também o agricultor tem conseguido as coisas com mais facilidade junto ao governo, diferente de quando lutava, protestava e não conquistava nada e ainda apanhava da polícia, sem contar que aqueles agricultores envelheceram e cansaram de lutar e os novos não tem outro sistema. O SUTRAF também se preocupa com tantas coisas, executa projetos, faz seminários sobre produção, comercialização que quase não reúne mais os associados para discutir outras coisas da política.).¹⁸²

O reconhecimento de que o SUTRAF tem uma atuação voltada para o campo da produção e das políticas públicas, executando projetos e reunindo os associados para tratar de questões voltadas para o campo econômico, pode ser apontada como uma causa para que os associados, com menor tempo de associação e que não passaram pelas lutas dos anos 1980 e 1990, tenham a visão que o papel do SUTRAF seja de apresentar soluções para os problemas da agricultura familiar, sem a necessidade de um envolvimento permanente nos processos de organização e lutas por novas conquistas.

Se por um lado, o sindicalismo dos anos 1980 e 1990, mais voltado para as lutas por melhores preços, por crédito para pequena propriedade, pela aposentadoria da mulher trabalhadora rural, entre outras reivindicações, se deu através de muitas manifestações e embates contra o governo federal, exigindo dos agricultores associados um maior envolvimento em reuniões, encontros e mobilizações, por outro lado as conquistas mais

¹⁸² PERTUZZATTI, Ari. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2012. Três Arroios-RS

recentes, como as novas linhas de crédito do PRONAF, auxílio contra a seca, entre outras políticas conquistadas, se deram mais no campo das negociações com o governo federal, contribuindo para uma menor participação dos associados.

As consequências pela maior ou menor participação dos associados interfere no entendimento que os mesmos tem sobre o trabalho dos dirigentes sindicais, sobre o papel que tem o SUTRAF na solução das demandas atuais da agricultura familiar e sobre a relação do sindicato com o governo federal, visto que o sindicato tem executado projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos últimos anos.

Considerando as diferenças e semelhanças das respostas sobre o tema da participação e do envolvimento com o SUTRAF, classificamos os associados em três grupos, que correspondem a três perfis de agricultores, com características diferenciadas em relação ao seu grau de participação e ao entendimento sobre os métodos utilizados pelo SUTRAF para estimular os associados a participarem de suas atividades.

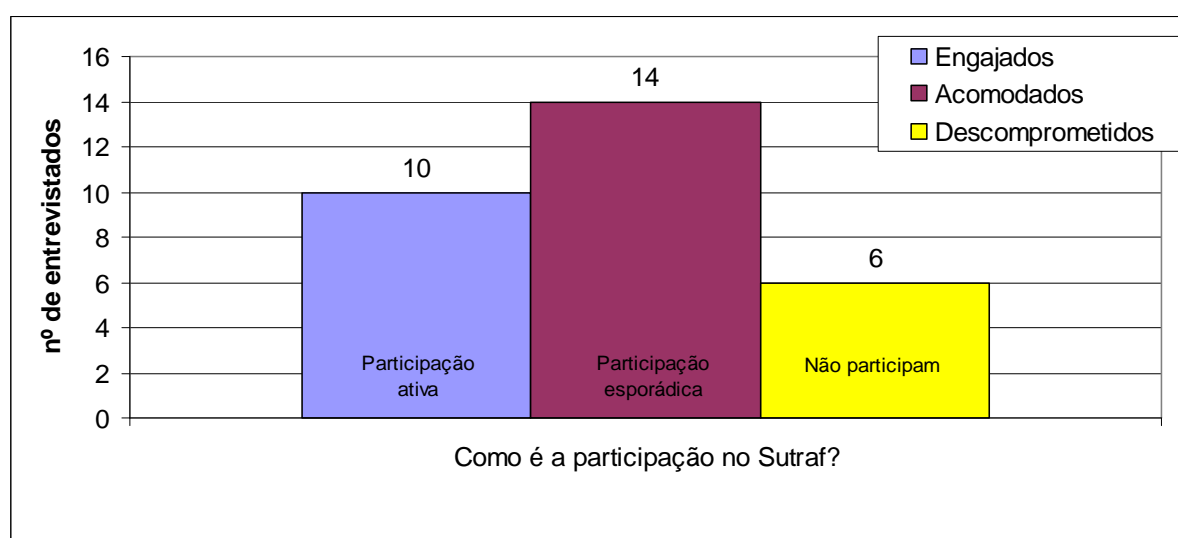


Gráfico 1 – A participação no SUTRAF dos trinta associados entrevistados, em 2012.

Fonte: Dados da pesquisa

Os termos¹⁸³ “engajados”, “acomodados” e “descomprometidos” são expressões que surgiram em vários momentos das entrevistas que realizamos com os associados e com

¹⁸³ Na definição dos termos “engajados”, “acomodados” e “comprometidos”, buscamos as definições do dicionário de língua portuguesa Aurélio, onde consta: *Engajar*: Empenhar-se em algo. Pôr-se a serviço de uma causa. *Acomodado*: Tranquilo, sossegado. Ajustado, por inércia a uma situação da qual discorda. Conformado. *Descomprometido*: adj (part de descomprometer) Que deixou de estar comprometido; descompromissado. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

dirigentes do SUTRAF, especialmente a partir da pergunta sobre o grau de participação nas atividades e na avaliação dos dirigentes sobre o perfil dos associados.

O termo “engajado” corresponde aos associados com maior participação e maior envolvimento com o SUTRAF, que correspondem a dez associados, dos 30 entrevistados. Como exemplo do uso do mesmo citamos a fala de um agricultor¹⁸⁴ associado do município de Erechim, que desenvolve em sua propriedade uma agroindústria de vinho e sucos: “O sindicato era, depois da enxada, a principal ferramenta que tínhamos para mudar a sociedade. Nós éramos “engajados” nas lutas do sindicato, da CUT, acreditávamos mesmo que íamos transformar a sociedade pelo sindicato, pelo partido”. No entanto, tais expressões estão vinculadas também a linguagem utilizada pelos movimentos sociais e pelo movimento sindical cutista a partir dos anos 80 e em abordagens de autores como Maria da Glória Gohn, Evelina Dagnino e Conceição Paludo, entre outros estudiosos dos movimentos sociais no Brasil.

No entanto, vale destacar que “engajados” é uma linguagem que circula entre dirigentes sindicais e lideranças sociais, ou seja, dificilmente este termo seria usado com este sentido de “participação nas lutas sindicais”, por outras instituições ou pelo governo. Um associado de Erechim, relatou que foi um jovem com grande participação nos movimentos sociais nos anos 1980, o que vem a comprovar o uso deste termo para designar os associados que têm grande participação nas atividades do SUTRAF.

O termo “acomodado” traduz o comportamento de 14 dos 30 associados entrevistados e surgiu como uma expressão usada por alguns agricultores nas entrevistas e também em depoimentos dos dirigentes do SUTRAF. Podemos citar parte da entrevista de um agricultor familiar do município de Floriano Peixoto, que desenvolve em sua propriedade a olericultura, com um dos exemplos de associado que usou a expressão “acomodado” para caracterizar a sua participação no SUTRAF, ao relatar que mantém a mensalidade em dia, mas pouco participa das atividades do sindicato, por conta do trabalho e por comodismo, como ele próprio revela:

¹⁸⁴ Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2012. Erechim. RS

A gente até fica sabendo das reuniões do sindicato pelo programa do rádio, mas é difícil para ir por causa de muito trabalho e também a gente vai ficando meio acomodado e não vai mesmo. Há uns 10 anos atrás quando o sindicato estava convidando para uns protestos por causa do preço do leite, eu meu pai participamos, fomos a Erechim, em frente o banco do Brasil, mas lembro que tinha umas duas mil pessoas. Depois que o pai parou de trabalhar e eu fiquei sozinho na propriedade não participei mais e na verdade é pelo trabalho, mas também porque a gente não se organiza melhor.¹⁸⁵

O perfil do associado “acomodado” revela também que este associado em algum momento já participou ativamente do sindicato, tanto que uma boa parcela destes reconhece a importância do SUTRAF em realizar manifestações para pressionar os governos, por entenderem que foi por este caminho que se conquistaram muitas políticas para a agricultura familiar, como o caso do PRONAF, do seguro agrícola e da habitação rural.

Além de ser uma expressão que surgiu em algumas entrevistas com os associados que reconhecem a sua falta de participação, é um termo muito usado entre dirigentes sindicais para descreverem o momento atual de uma parcela considerável dos associados do SUTRAF, mas que vem sendo usado desde os anos 1980 para caracterizar os agricultores que não participavam das lutas sociais organizadas pelos STR e pela CUT. Na entrevista com o dirigente Roberto Balen, do SUTRAF de Aratiba ele fala dos associados acomodados, como sendo uma parcela dos agricultores que não participam mais das atividades, por entenderem que as conquistas ocorrem independentes de sua participação.

Há um grande número de associados que estão acomodados e pouco participam das lutas que o SUTRAF organiza porque acham que não é mais necessário fazer grandes atos, porque o sindicato pressiona o governo e ele cria novas políticas. Só que o SUTRAF precisa estar respaldado por seus associados, porque o governo também é pressionado por outros setores da sociedade e os agricultores familiares precisam ficar lutando o tempo todo junto com o sindicato para continuar conquistando novas políticas.¹⁸⁶

Pelo entendimento dos dirigentes, os agricultores “acomodados” não participam das atividades organizadas pelo SUTRAF, mas concordam com o trabalho que é realizado, buscam estar informados sobre as conquistas e mantêm a mensalidade em dia com o sindicato.

¹⁸⁵ Entrevista concedida em 01 de novembro de 2012. Florianópolis-RS.

¹⁸⁶ BALEN, Roberto. Entrevista concedida em 18 de julho de 2012. Aratiba-RS.

Com relação ao termo “descomprometido”, foi a expressão usada por quatro dirigentes sindicais do SUTRAF, dos oito entrevistados, ao revelarem o perfil dos associados que não se envolvem com o SUTRAF. Ao serem questionados sobre o número de associados e quantos destes participam de forma efetiva do sindicato, surgiram as expressões “descomprometidos”, “não querem com nada”, “se aproveitam”, que caracterizam o comportamento de seis dos 30 entrevistados. O dirigente Lucas Farina, do SUTRAF de Erechim explicou da seguinte forma como é a participação e o envolvimento dos associados “descomprometidos”:

Nós temos em torno de 1.200 associados no SUTRAF de Erechim, a grande maioria participa de alguma forma ou vem no sindicato buscar alguma informação sobre as linhas de crédito no PRONAF, aposentadoria, participam de reuniões nas comunidades, mas tem uns 20% destes que só aparecem no sindicato com o interesse de ganhar alguma vantagem, chegam a atrasar mais de dois, três anos a mensalidade. São totalmente descomprometidos com o sindicato e se associaram por causa da carta de enquadramento do PRONAF que o SUTRAF faz ou porque queriam se cadastrar em programa habitacional.¹⁸⁷

A caracterização “descomprometidos”, atribuída pelos dirigentes sindicais aos associados com nenhum envolvimento com o SUTRAF não surgiu diretamente como uma expressão mencionada pelos associados entrevistados para classificar a sua atuação no SUTRAF. No entanto, algumas expressões similares, de pelo menos três dos seis associados que declararam que não participam das atividades do SUTRAF, de alguma forma contribuíram para enquadrarmos estes associados como descomprometidos. Um das entrevistas com um associado do SUTRAF do município de Campinas do Sul, produtor de soja, definiu a sua participação no SUTRAF da seguinte forma:

Sou sócio ha uns 10 anos, mas dificilmente vou ao sindicato, a não ser quando se precisa algum documento que só eles fornecem. Nunca me envolvi com os protestos que eles fazem, não acho certo essa coisa de trancar o asfalto e outros protestos. O agricultor tem que trabalhar e administrar a propriedade direito, porque se não fizer isto vai à falência e quando pode pegar alguma linha de crédito do governo, tem que pegar, porque o governo tem que incentivar os agricultores a ficar na terra, senão quem vai produzir neste país?¹⁸⁸

¹⁸⁷ FARINA, Lucas. Entrevista concedida em 21 de março de 2012. Erechim-RS.

¹⁸⁸ Entrevista concedida em 7 de novembro de 2012. Campinas do Sul-RS.

O descomprometimento de uma parcela de associados está relacionado à falta de reconhecimento dos mesmos sobre o papel que SUTRAF teve na conquista de políticas para a agricultura, tanto que cobram do governo a responsabilidade em criar políticas públicas, sem associar que o SUTRAF possa organizar os agricultores para pressionar o governo. Outra forma de descomprometimento ou desconsideração é o fato de não ser usado o termo “SUTRAF”, e sim “sindicato”, o que pode demonstrar a falta de afinidade ou de contato deste associado com o SUTRAF.

Ao analisarmos a participação dos associados nas atividades do SUTRAF, identificamos que há uma heterogeneidade no comportamento político dos mesmos e resulta de alguns fatores que se fizeram presentes nas respostas dos próprios agricultores associados.

Um dos fatores que se relaciona com o grau de participação no SUTRAF é o capital social acumulado no decorrer das últimas décadas por uma parcela de agricultores familiares desta região. Neste sentido, a partir de Putnam, podemos compreender que o capital social é o conjunto de bens acumulados, que se criam, se relacionam e se introjetam num determinado grupo, cabendo muito bem esta definição para explicarmos um dos fatores desta diferenciação em termos de participação dos associados em sua entidade sindical.

Mas como podemos identificar o capital social entre os associados do SUTRAF, visto como o conjunto das relações sociais, o acúmulo de conhecimento, um trabalho de sociabilidade na construção de objetivos comuns? Para respondermos a esta indagação, além dos elementos extraídos das respostas dos agricultores entrevistados, podemos recuperar alguns dos elementos analisados nos dois primeiros capítulos deste estudo, quando analisamos como se deu a formação sociocultural e a organização social dos agricultores na região Alto Uruguai.

Primeiramente, lembramos que a formação da agricultura familiar nesta região vai se dar a partir de alguns aspectos, que não são exclusivos da mesma, pois processos semelhantes ocorreram em outras regiões do Brasil, como no sudoeste paranaense e no oeste catarinense ou mesmo em outras regiões do RS, mas passam pela nossa análise porque contribuíram para a formação de um capital social entre os agricultores familiares da região Alto Uruguai.

Deste modo, a construção do capital social nesta região, passa pela formação de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, no trabalho a partir da unidade familiar e na formação das comunidades rurais, como uma primeira forma de organização social, onde se desenvolvem as primeiras ações coletivas entre os pequenos agricultores. O agricultor familiar do município de Aratiba, da comunidade de Rio Azul, que participa ativamente das

atividades do SUTRAF, ao recordar a organização social e as reuniões do sindicato na comunidade, colocou o seguinte:

As reuniões do sindicato, a mais de vinte anos reuniam quase todos os agricultores no salão da comunidade, que as vezes lotava. Como não se tinha outro meio de ter informação sobre os problemas e soluções para a agricultura, o sindicato trazia o que estava acontecendo, os problemas e ali nós escolhia alguma liderança, tirava alguma decisão e se organizava. Muita gente critica o sindicato, mas hoje nós vemos que se conseguiu muitas coisa por causa das lutas daquela época.¹⁸⁹

Identificamos, pelas entrevistas, que o capital social se vincula com o histórico de lutas e mobilizações quando os entrevistados recordam fatos relacionados ao processo de organização social nas décadas de 1980e 1990. Como exemplo do reconhecimento desta construção em torno do capital social nas décadas passadas e a participação atual no SUTRAF, o agricultor familiar, de sessenta e dois anos, residente no município de Marcelino Ramos falou o seguinte:

Minha ficha de sócio do sindicato tem 31 anos, é de 1982 e acho o sindicato importante para a organização dos agricultores. Há trinta anos atrás aqui em Marcelino muito mais gente ia nos protestos. No começo foi por causa da barragem que queriam construir aqui no rio Uruguai, depois foi para ter o sindicato do nosso lado, até que conseguimos. Era uma época sofrida, mas tinha mais participação e deu resultado porque olha quanta coisa que veio para o colono. Sou de participar, porque não adiante só reclamar que falta recursos para a agricultura se a gente não se organiza e exige do governo.¹⁹⁰

O capital social vai se formando a partir do processo de organização sociopolítico nos anos 80, com a luta contra as barragens e a organização do movimento sindical a partir da CUT, diante da crise na agricultura e do êxodo rural das famílias naquele período, fortalecendo os laços de interconhecimento, estabelecendo redes de relações e proximidade, contribuindo deste modo para a formação de um capital social, que perdura como uma característica dos associados considerados engajados, ou seja, que valorizam a organização social como meio de obter novas conquistas para agricultura familiar.

¹⁸⁹ Entrevista concedida em 27 de outubro de 2012. Aratiba-RS.

¹⁹⁰ Entrevista concedida ao autor em 15 de dezembro de 2012. Marcelino Ramos-RS.

No entanto, encontramos diferentes posicionamentos e diferentes práticas entre os associados nas manifestações sobre o envolvimento com o SUTRAF. O agricultor familiar do município de Paulo Bento, tem a seguinte opinião sobre a organização dos associados no SUTRAF:

Tem muita coisa que está aí que muitos agricultores dizem que foram eles que conseguiram através do sindicato. Eu não sei se é muito que conseguiram, porque olha quantos anos que tem gente que vai atrás do sindicato e a agricultura está cada vez com mais problema, os preços dos produtos, do leite, do milho, dos suínos é uma vergonha e não tem mais ninguém na agricultura, os jovens vão todos para a cidade procurar emprego e estudo, então pelo que dizem deveria estar muito melhor.¹⁹¹

Nesta relação entre o capital social construído, a participação atual no SUTRAF e a opinião sobre os métodos do sindicato para estimular a participação dos associados, com elementos a partir das entrevistas realizadas, procuramos formular um quadro para melhor demonstrar a configuração desta questão.

¹⁹¹ Entrevista concedida em 16 de novembro de 2012. Paulo Bento - RS

Quadro 5 - Posição dos associados entrevistados quanto a participação e o envolvimento nas lutas sociais nas décadas de 1980 e 1990, participação atual no SUTRAF e avaliação da metodologia adotada pelo sindicato para a participação dos associados.

	Engajados	Acomodados	Descomprometidos
Participação nas lutas e mobilizações dos anos 80 e 90	Em geral são associados ao SUTRAF a mais de 20 anos e tem um histórico de participação nas lutas sindicais desde os anos 80.	A maior parte destes associados teve participação nas lutas dos anos 80 e 90, por isso valorizam o trabalho do SUTRAF. O tempo de associação é diversificado.	Na grande maioria são sócios a menos de 10 anos e pouco acompanharam as lutas e mobilizações dos anos 80 e 90.
Participação e envolvimento político com o SUTRAF atualmente	Tem boa participação nas reuniões, assembleias e manifestações promovidas pelo SUTRAF. Baseados na história, entendem que para conseguir políticas para a agricultura é preciso se organizar e lutar junto com o sindicato. Também são críticos nas avaliações sobre a atuação do SUTRAF.	Participam esporadicamente das atividades promovidas pelo SUTRAF e justificam tal ausência pelo excesso de trabalho e por comodismo, pois tem acesso as conquistas independente de participarem ou não. Valorizam o trabalho do Sutra, mas não debatem muito sobre o SUTRAF..	Não participam de reuniões, assembleias e mobilizações e criticam o trabalho do Sutra por ser político partidário. São sócios para acessarem algumas políticas coordenadas pelo SUTRAF, como a carta do PRONAF e a habitação rural, mas atribuem estas políticas como obrigações do governo federal.
Avaliação dos métodos utilizados pelo Sutra para a participação do associado	Tem a avaliação de que o Sutra deveria manter a sua organização com o atendimento ao associado, as reuniões, assembleias e manifestações, mas poderia estar mais na propriedade do associado para saber dos problemas atuais.	Avaliam que as atividades do SUTRAF tiram o tempo de trabalho, por isso deveriam ser feitas em outros horários, a noite, domingos para facilitar a participação dos associados. A comunicação pelo rádio é a mais usada para ter informações sobre benefícios.	Avaliam que não é necessário fazer tantas reuniões e protestos para conseguirem as políticas porque é responsabilidade do governo. Criticam os associados que participam, por ausentarem-se da propriedade com frequência.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa com 30 entrevistas com associados do SUTRAF

Um dos aspectos de comum aceitação entre os associados “engajados” e “acomodados” é a valorização do trabalho do SUTRAF. Mesmo que haja participação diferenciada entre ambos, os acomodados usufruem de uma condição de, em geral, conhecerem o trabalho que o SUTRAF realizou na conquista de políticas para a agricultura em décadas passadas, por terem participado de muitas lutas sindicais, por isso, mesmo sem o hábito de uma participação ativa, ocorre o reconhecimento do trabalho.

Podemos identificar a semelhança das entrevistas dos associados “engajados” e “acomodados”, quando o tema é a valorização do trabalho do SUTRAF, vamos transcrever a entrevista de dois associados. O agricultor familiar do município de Severiano de Almeida, com boa participação nas atividades do SUTRAF, considerado engajado, fez a seguinte colocação:

Se não fosse o sindicato ter enfrentado os governos, desde a época do Collor, depois do Fernando Henrique e até do LULA logo no início, o PRONAF não estaria aí para os agricultores. Por isso eu valorizo o trabalho do sindicato, dos dirigentes, porque teve época complicada para conseguir alguns direitos. Hoje até que o governo federal está olhando mais para a agricultura familiar, então fica mais fácil para o sindicato, mas não pode parar de lutar, porque os problemas da agricultura vão mudando, uma vez era o crédito, hoje são as dívidas, os preços e assim vai.¹⁹²

Entre os associados considerados “acomodados”, o entendimento sobre o trabalho do SUTRAF assemelha-se a posição dos “engajados, apesar de quase não haver participação no SUTRAF. Vejamos um trecho de uma entrevista com um associado do município de Áurea que pouco participa das atividades do SUTRAF:

O sindicato tem seu valor porque existe para defender os agricultores. Mesmo sem acompanhar muito o que eles fazem, sei que quando tem os problemas na agricultura, como essa questão da seca, quem conseguiu o recurso dos R\$10.000,00 para pagar em 10 anos pro governo foi o SUTRAF e eles anunciaram pelo rádio que nós podia ir se cadastrar no sindicato e o recurso veio em 60 dias.¹⁹³

No entanto, apenas a aprovação do trabalho é um aspecto que pouco fortalece a luta sindical, já que o associado “acomodado” normalmente pouco participa das tomadas de

¹⁹² Entrevista concedida em 28 de novembro de 2012. Severiano de Almeida-RS.

¹⁹³ Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2012. Paulo Bento-RS.

decisões em reuniões, assembléias e mobilizações, o que fragiliza o poder de ação do SUTRAF nas lutas por reivindicações e na pressão que o mesmo procura fazer junto aos governos.

Neste sentido, a ausência de participação dos associados “acomodados” assemelha-se muito mais com a prática dos associados “descomprometidos”, pois nos momentos cruciais, como os atos públicos, o trancamento de rodovias, as manifestações em frente a agências bancárias, entre as diferentes manifestações, a presença dos agricultores, como base social e política é fundamental para fortalecer a representação política do SUTRAF e esta está ocorrendo através da participação dos associados engajados.

4.2.2 Os reflexos do fraco envolvimento político dos associados para o trabalho do SUTRAF

A participação e o envolvimento dos associados com o movimento sindical foi um dos aspectos que contribuiu para que na fase anterior a criação do SUTRAF, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se consolidassem como representantes políticos dos pequenos agricultores nas lutas por direitos, na região Alto Uruguai, contribuindo para que se criasse um estreitamento das relações políticas entre o SUTRAF e uma parcela dos agricultores familiares, neste processo de reconhecimento da agricultura familiar

Podemos analisar que a relação política entre agricultores associados e o sindicato foi se consolidando na medida em que, diante da crise econômica da agricultura, as políticas reivindicadas eram fundamentais para a permanência do homem no campo e havia um trabalho conjunto entre as diversas organizações sociais ligadas ao campo nesta região.

Na relação entre os diferentes períodos de atuação do SUTRAF, ao tratamos do tema da participação dos associados e da metodologia empregada para tal, nas entrevistas com os dirigentes há uma evidente preocupação com a fraca participação dos associados nos últimos anos. Porém, ao tratar da metodologia empregada pelo SutraF para estimular e envolver o associado nas atividades e manifestações, em nenhum momento foi destacado o trabalho conjunto com outras organizações do meio rural ou mesmo com setores da Igreja que no passado recente contribuía com a articulação das lutas sociais na região. Neste sentido, atualmente não existe mais uma articulação entre organizações do meio rural nesta região, como um componente mobilizador para a participação dos associados em sua entidade

sindical? A esse respeito, podemos observar o que diz o dirigente do SUTRAF de Getúlio Vargas, Nilton Scariot:

O trabalho do Sutraf junto ao associado é muito grande quando precisamos fazer alguma mobilização, nós fizemos reuniões, colocamos chamadas no rádio, visitamos famílias, colocamos transporte, lanche. Só que o associado diz que não tem tempo, que vai tentar ir, mas chega na hora aparecem sempre os mesmos e na hora de pegar os recursos chega formar fila aqui no sindicato para se cadastrar. Não é fácil de articular, nem se compara com as lutas que se fazia a vinte anos atrás, o pessoal ia mesmo, quase de todas as comunidades saia ônibus. É que havia um trabalho articulado entre a CUT, o MAB, o MMTR e os STR, que facilitava para a articulação dos associados para as mobilizações. Mas hoje, não é porque o sindicato não faz trabalho, são outros fatores, a falta de mão-de-obra, tem menos filhos e tem muita gente que precisa, mas são acomodados, outros lutam.¹⁹⁴

Uma das organizações que cumpria o papel na organização e articulação das lutas e das organizações sociais foi a CUT regional. Neste conjunto de entrevistas com dirigentes e associados, a CUT foi lembrada por ter realizado esta função naquele período de grandes mobilizações na região Alto Uruguai. No entanto, com relação às articulações para as lutas e mobilizações atuais, o SUTRAF surge sempre como a entidade organizadora e articuladora das mobilizações, sem a presença da CUT, justamente por esta não estar atuando na região. Nas entrevistas com dirigentes foi mencionado que uma das poucas formas de articulação do SUTRAF com outras entidades se dá para a busca de apoio financeiro de algumas cooperativas e associações, como forma de cobrir os custos para as mobilizações. Neste aspecto, a entrevista com um dos diretores do SUTRAF, regional Adilson Baroni, nos revela o seguinte:

Para as mobilizações buscamos apoio das entidades do nosso ramo, como a CRESOL, a CRESOL, a CRERAL, a COPERAL, a creral, a NOSSA TERRA, mas para a contribuição para ajudar nos custos. Mas elas não articulam pessoal, quem trás gente é o Sutraf dos municípios. Veja bem, as entidades criadas pelo Sutraf parecem que são independentes do Sutraf, mas de vez em quando a gente lembra eles que se eles existem e se tem políticas do governo federal é por causa do sindicato e das lutas.¹⁹⁵

¹⁹⁴ SCARIOT, Nilton. Entrevista concedida em 12 de junho de 2012. Getúlio Vargas. O dirigente coordena o Sutraf de Getúlio Vargas, que conta com 1.400 associados. Sua formação política está associada a Pastoral da Juventude, tendo participado do curso do Tapa na década de 1980.

¹⁹⁵ BARONI, Adilson. Entrevista concedida em 19 de julho de 2012. Erechim-RS.

Os fatores que contribuíram para a consolidação do SUTRAF como representante político dos agricultores familiares, nos anos 80 e 90 estavam relacionados com a conquista das direções dos STR municipais, da articulação das organizações sociais e políticas do meio rural, com as lutas por políticas públicas para a agricultura familiar diante da crise deste setor. Neste sentido, ao analisar o papel da Cut regional nas lutas na região Alto Uruguai dos anos 1980 e 1990, Seminotti¹⁹⁶ descreve “a Cut regional atuava organicamente, com reuniões sistemáticas com as organizações, com a criação de secretarias de formação e divulgação, com a construção do Fórum dos Rurais, que planejava coletivamente as lutas, mobilizações e estratégias de um sindicalismo autêntico.”

O capital social se constituiu a partir desta rede de relações entre atores sociais, o que demonstra que a participação dos agricultores é um elemento essencial neste processo. Deste modo, a participação do grupo de associados “engajados” no SUTRAF constitui um importante aspecto para a reprodução do capital social.

Mesmo assim, importa sinalizar que as ações coletivas não podem ser definidas como definidoras de um capital ‘social’, só podendo ser consideradas enquanto tal na medida em que demonstrem a obtenção de benefícios ou a concretização dos objetivos planejados. Neste sentido, Putnam desenvolve a idéia que o conceito de capital social passou a ser incorporado à estratégia de desenvolvimento social neste início de século XXI.

Por isso, as estratégias planejadas pelo SUTRAF, de intervir no campo da produção e das políticas públicas, criando agroindústrias familiares, feiras de produtores, estimulando a diversificação da produção, pressionando o governo para a criação de políticas públicas, constituíram-se em benefícios aos agricultores familiares, caracterizando a continuidade do processo de organização social e da formação deste capital social, o que contribui para o trabalho de representação política sindical.

Se por um lado, o capital social precisa de uma permanente construção, e neste sentido os associados “engajados” têm a sua parcela de contribuição nesta construção, por outro lado, a atuação dos associados “acomodados” e “descomprometidos” podem interferir de forma negativa na construção do capital social e consequentemente no processo de representação política exercido pelo SUTRAF, por não estabelecerem redes de relações e de interconhecimento com outras organizações sociais e com o próprio SUTRAF.

A falta de participação em outra organização social, que não seja o SUTRAF, é um aspecto que normalmente está presente entre os associados “acomodados” e

¹⁹⁶ SEMINOTTI, Op.cit., p. 113.

“descomprometidos”. No questionamento a um dos agricultores entrevistados, do município de São Valentim, que normalmente não participa das atividades do SUTRAF, sobre a importância de participar de uma organização social como o SUTRAF, o mesmo respondeu:

Não dá para ficar se envolvendo em tudo o que te convidam, tem sindicato, tem conselho de Igreja, tem cooperativa, tem Emater, todos te roubam tempo, então eu só vou se tem muita urgência, se quiser tem todo dia alguma reunião prá ir. Cheguei a ser do conselho da Igreja um tempo, que não era um trabalho tão grande, mas hoje cuido mais da propriedade.¹⁹⁷

O descomprometimento e o comodismo dos associados é revelador de um cenário desfavorável para a construção do capital social, interferindo no processo de representação política do SUTRAF pela dificuldade de organizar as lutas para o conjunto dos associados e pela impossibilidade de traçar objetivos comuns diante de um contexto com novas demandas para a agricultura familiar, em decorrência das constantes crises econômicas que mesmo em âmbito global atingem determinados setores produtivos.

Esta condição, onde o associado não se envolve com o SUTRAF e não o considera como fundamental para a conquista de políticas públicas esteve presente em quatro das seis entrevistas que realizamos entre os associados “descomprometidos”. Podemos observar como se configura esta dimensão pela colocação de um agricultor familiar do município de Áurea, quando lhe perguntamos sobre a importância da lutas feitas pelo SUTRAF para a conquista de políticas públicas junto ao governo:

Eu vejo que o governo tem que criar as condições para os colonos produzirem, fica na terra, é obrigação dele, se paga imposto pro governo. Agora o sindicato as vezes atrapalha com esses protestos, porque vira uma bagunça e o governo só dá recursos se ele quiser, ele é que tem o poder da caneta. Só não concordo que tem que se associar ao SUTRAF pra receber esse valor a mais do Pronaf no preço do soja. O sindicato não tem nada a ver com soja do agricultor e com a empresa que compra.¹⁹⁸

A manifestação dos associados “descomprometidos”, desconsiderando a importância do SUTRAF como instrumento de luta para a conquista de benefícios para a agricultura familiar e considerando a criação das políticas públicas como uma obrigação do governo não dialoga com as práticas coletivas e com a organização social e política dos agricultores em torno do SUTRAF.

¹⁹⁷ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2012. São Valentim-RS.

¹⁹⁸ Entrevista concedida em 27 de dezembro de 2012. Áurea-RS.

4.2.3 A atuação dos dirigentes do SUTRAF diante de um sindicalismo propositivo no campo econômico

A mudança conceitual de “pequena propriedade” para “agricultura familiar” é acompanhada pela mudança de concepção de trabalho sindical a partir da criação da FETRAF em 2001, quando há maior intervenção no campo econômico, com especial atenção ao campo da produção, da comercialização e nas políticas públicas. Novas demandas são colocadas na pauta das lutas e uma nova estrutura sindical é planejada pela FETRAF, alterando-se o trabalho desenvolvido pelos dirigentes sindicais.

Deste modo, buscamos compreender as funções que atualmente competem aos dirigentes sindicais, como vem se dando a sua formação e qualificação para atuar na implementação das políticas públicas executadas pelo SUTRAF e a sua atuação nas mobilizações em relação as novas demandas dos associados.

A trajetória social e política dos dirigentes sindicais, bem como sua qualificação técnica passam a serem aspectos importantes nesta nova concepção sindical e a representação política exercida pelo SUTRAF, como a instância mais próxima dos associados, passa também pelo papel assumido pelos dirigentes sindicais e pela relação que ele estabelece com a base social e política que são os agricultores associados.

O que vemos é uma mudança de paradigma no campo sindical rural vinculado a CUT nesta última década. Se anteriormente as lutas eram pela conquista de políticas públicas, como preço mínimo, juros baixos, a reforma agrária e se estendiam para a democratização do país, a luta contra o capitalismo e a defesa do socialismo, a partir dos anos 2000 os dirigentes precisam adotar uma nova postura e possuir uma nova formação por conta dos eixos de atuação do SUTRAF, centrados na organização interna, no campo da produção e nas políticas públicas. Neste sentido, Medeiros coloca:

Temas que antes eram considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis.¹⁹⁹

¹⁹⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". In: GIARRACCA, N. (Org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 117.

As alterações surgidas com o reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria de trabalhadores possibilitaram também a renovação da agenda do sindicalismo vinculado a FETRAF e tornou-se necessário um novo olhar dos dirigentes sobre as alternativas para os agricultores familiares no campo econômico a partir do reconhecimento desta nova categoria e da criação das políticas públicas.

O posicionamento dos associados sobre a atuação dos dirigentes e do papel do SUTRAF é um dos aspectos que contribuiu para a compreensão sobre a relação política entre ambos e mais precisamente sobre a forma como vem se dando a representação política do SUTRAF, visto que o entendimento dos associados, manifestado através das entrevistas, bem como pelos questionários respondidos por 281 associados, apontaram que o contexto da agricultura familiar apresenta-se com um novo dinamismo, onde os agricultores estão implementando novas práticas produtivas, produzindo e comercializando muitos dos produtos que antes eram destinados a subsistência da família, como a fruticultura, a olericultura, as agroindústrias e adequando-se às condições do mercado, seja ele local ou global.

O agricultor associado, envolvido neste contexto de mudanças, também espera a contribuição de sua entidade sindical na continuidade das conquistas, a exemplo do PRONAF, da habitação rural, do seguro agrícola e manifesta-se neste sentido, mesmo diante dos limites de sua participação sindical.

Nesta análise sobre o papel e a atuação dos dirigentes sindicais, a posição assumida nas entrevistas pelos associados dos três grupos (engajados, acomodados e descomprometidos) e o depoimento dos próprios dirigentes sobre o seu trabalho, nos forneceram elementos para a análise de como é a contribuição dos dirigentes no processo de representação política exercido pelo SUTRAF com relação aos seus associados.

No momento em que os dirigentes desenvolvem um trabalho no campo da produção e o SUTRAF busca interferir no campo econômico, os associados que estão qualificando-se em sua atividade produtiva, buscando o aumento de renda, passam a olhar o trabalho sindical com critérios baseados também no campo econômico. Na entrevista, um dos associados do município de Gaurama que trabalha com turismo rural, que pode ser considerado “engajado” porque normalmente participa das atividades do SUTRAF colocou que :

Os dirigentes sempre fizeram um trabalho muito bom nas lutas que o sindicato sempre fez, nas conquistas que tivemos, mas vejo que nessa parte de desenvolver projeto e orientar os agricultores na propriedade tem os técnicos das cooperativas e da Emater que estão mais preparados. Eu participo do sindicato e vejo que os dirigentes vão ser sempre necessários para organizar os agricultores a lutar por seus

direitos, mas não podem ocupar o trabalho só com projetos, mas sei também que o sindicato busca projeto prá poder se sustentar. Existem demandas na agricultura hoje, como os preços baixos, o problema da comercialização, o maior incentivo do governo para o turismo rural, que é a atividade que eu desenvolvo, que o SUTRAF deveria levantar nas suas lutas e parece que não consegue fazer.²⁰⁰

De modo geral os associados “engajados” valorizam o trabalho dos dirigentes sindicais pelas lutas e conquistas históricas e acham que o sindicato é importante ferramenta de luta para os agricultores. Criticam os dirigentes pela falta de visita nas propriedades, o que facilitaria a compreensão sobre as demandas atuais. Mesmo sendo “engajados”, avaliam que os dirigentes devem buscar mais qualificação para poder auxiliar os associados, especialmente sobre a assistência técnica e orientação no planejamento da propriedade. Analisam que a formação dos dirigentes é insuficiente para os desafios atuais.

A crítica feita pelos associados engajados aos dirigentes do SUTRAF não diz respeito ao seu trabalho político na luta por direitos, mas refere-se às fragilidades quanto a qualificação técnica e ao método de trabalho empregado por eles. Portanto, o que emerge atualmente entre os associados “engajados” é a necessidade de um trabalho mais técnico, de acompanhamento da execução das políticas públicas e no planejamento das propriedades.

Já entre os associados com pouca participação nas atividades do SUTRAF, colocados como “acomodados”, como pouco acompanham o trabalho do sindicato, se limitam a dizer que os dirigentes fazem um bom trabalho, porque orientam os agricultores sobre o acesso as políticas públicas e outros serviços como declarações, documentação para aposentadoria. Não há uma grande cobrança sobre o trabalho dos mesmos, porém acham que os dirigentes deveriam encontrar outras formas de protestar, sem trancar estradas e ocupar bancos.

Um dos associados com pouca participação sindical, que desenvolve a olericultura em sua propriedade, no município de Erechim colocou o seu posicionamento desta forma:

Para a minha atividade com a horta e estufa o trabalho do SUTRAF não interfere muito. No ano passado veio um técnico do SUTRAF fazer uma avaliação da propriedade, da atividade que faço e disse que voltaria para ajudar a planejar a produção, mas não voltou. Os que trabalham no sindicato orientam mais sobre alguma informação, documentação e sobre os financiamentos, mas aí eu faço na CRESOL e as vezes vou direto lá no banco porque eles orientam também quando tem alguma possibilidade nova. Os dirigentes deveriam se empenhar para buscar mais conquistas para os agricultores, junto ao governo.²⁰¹

²⁰⁰ Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012. Gaurama-RS.

²⁰¹ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2012. Erechim-RS.

Os seis associados que, pelas entrevistas, afirmaram que não participam do SUTRAF, enquadrados como “descomprometidos” fazem parte do segmento que mais fez críticas ao trabalho dos dirigentes. Mesmo que reconheçam que sempre acessaram os recursos do PRONAF e que este foi um avanço para a agricultura familiar, de modo geral não vinculam os programas de crédito do PRONAF às conquistas do SUTRAF e consideram que os dirigentes fazem um trabalho político partidário em favor do Partido dos Trabalhadores e do governo federal. Outra crítica é pelo fato dos dirigentes não serem mais agricultores e não trabalharem no meio rural e, por isso, na visão destes entrevistados, não compreenderiam a dimensão do que são os problemas da agricultura. Neste sentido, uma das manifestações de um agricultor do município de Campinas do Sul revelou o seguinte:

Falam que o crédito que tem hoje foi graças ao sindicato ao LULA, mas o governo criou esse PRONAF já faz um bom tempo e era na época do Fernando Henrique e não tem quem não faça estes financiamentos nos bancos. Dos dirigentes do SUTRAF, eu acho deveriam trabalhar na agricultura para entender do que é preciso para o agricultor, eu vejo que o trabalho do sindicato e dos diretores é muito político e o sindicato parece que é do PT, porque só elogiam o governo federal, antes só criticavam o outro governo. Deveriam se preocupar em buscar mais benefícios para o agricultor, por exemplo que o governo pagasse um valor maior do produto que o agricultor vende, garantisse um preço mínimo e cobrisse a diferença quando as empresas não chegassem ao valor mínimo.²⁰²

A posição de que cabe aos SUTRAF conquistar novas políticas junto ao governo, tendo consciência de que a agricultura familiar continua a produzir demandas, de alguma forma é uma crítica que os associados fazem à concepção adotada pelo SUTRAF em atuar na execução de projetos e programas, pois, pela incapacidade de fazer frente a todas demandas internas do sindicato, os dirigentes tendem a priorizar os trabalhos que garantam a sustentação financeira. A entrevista que realizamos com dirigente do SUTRAF de Getúlio Vargas, Nilton Scariot vai de encontro com a análise de que o sindicato, com o quadro de dirigentes que tem, não consegue realizar todo o trabalho que deveria.

O SUTRAF de Getúlio desenvolve quatro projetos: dois de habitação rural, um de assistência técnica e um sobre meio ambiente. Somos em duas pessoas, eu como dirigente liberado e um técnico agrícola contratado e pelos projetos temos que fiscalizar as construções, as propriedades, as atividades que os agricultores fazem e mais todas as reuniões em conselhos do meio ambiente, de desenvolvimento, de saúde e não temos perna para mais nada. Há uns 15 anos atrás éramos em 3 dirigentes só para fazer o trabalho político, reuniões nas comunidades e mobilizações. Hoje tem um bom número de associados, mas pouca participação e

²⁰² Entrevista concedida em 25 de agosto de 2012. Campinas do Sul-RS.

muitos só pagam a mensalidade quando querem alguma ajuda através do sindicato e isso dificulta a entrada de recursos para nos manter.²⁰³

Pelas entrevistas com os associados constatamos que existem questionamentos sobre a atuação dos dirigentes pela falta de qualificação para desenvolver os projetos, especialmente de assistência técnica e pela necessidade de conquistarem novas políticas a partir das demandas atuais da agricultura familiar. A posição dos dirigentes, quanto ao excesso de trabalho e ao pouco tempo para reuniões e articulações políticas, vai ao encontro da posição dos associados e confirma-se que a atuação dos dirigentes com projetos no campo da produção e das políticas públicas dificulta um trabalho mais voltado para as lutas sindicais.

Desta forma, o planejamento do SUTRAF de atuar de forma mais propositiva no campo econômico, com o estímulo à criação de agroindústrias familiares, das feiras de produtores, no ramo da fruticultura, do leite, do turismo rural, tem exigido dos dirigentes sindicais uma qualificação mais técnica do que política.

Mas afinal, poderia a atuação dos dirigentes sindicais comprometer a representação política exercida pelo SUTRAF diante da compreensão dos associados de que os mesmos apresentam deficiências quanto a qualificação técnica para a implementação das políticas públicas e na execução de projetos? São estas as atribuições atuais dos dirigentes? A formação política recebida anos 1980 e 1990 os qualifica para as lutas atuais? O longo tempo de trabalho nas entidades sindicais e a falta de renovação nos quadros de dirigentes não deve ser visto como um obstáculo para a introdução de novos métodos de trabalho e novas práticas?

A necessidade de um perfil mais técnico dos dirigentes contrasta com a formação e qualificação política recebida pelos mesmos dirigentes no decorrer de todo o processo de organização social e política das últimas três décadas na região Alto Uruguai. As lutas sindicais, até então, exigiam um dirigente com estratégias políticas, com capacidade de mediação e conhecedor das necessidades do meio rural, o que não era uma missão difícil diante dos processos de formação e pelo fato de desempenhar a profissão como agricultor, ao mesmo tempo em que era dirigente sindical.

No entanto, todo o processo de formação, pelo qual passam as lideranças sociais nas décadas de 1980 e 1990 na região Alto Uruguai, se constituiu na formação básica dos atuais dirigentes, capacitando-os politicamente para intervir na organização social e nas lutas que

²⁰³ SCARIOT, Nilton. Entrevista concedida em 12 de junho de 2012. Getúlio Vargas-RS

influenciaram nas conquistas das políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos anos.

O dado que nos mostra que os dirigentes atuais tiveram sua origem como lideranças há pelo menos duas décadas atrás pode ser demonstrado através do quadro a seguir, onde consta a relação dos dirigentes do Sutraf entrevistados neste estudo, seu tempo de atuação sindical e a formação política que receberam.

Quadro 6 – Relação de dirigentes entrevistados, tempo de trabalho sindical e a base de sua formação política²⁰⁴.

Nome	Tempo de trabalho sindical / município	Base da formação Política
Ari Pertussatti	27 anos / Três Arroios	Pastoral da Juventude, cursos doTAPA, da ESAI, da ESMA, Escola de Servidores e cursos sobre gestão de projetos e PRONAF
Nilton Scariot	24 anos / Getúlio Vargas	Pastoral da Juventude, curso doTAPA e Escola de Servidores e cursos com a Emater e o MDA
Ademir Lira	20 anos / Paulo Bento	Pastoral da Juventude, cursos doTAPA, da ESAU e cursos sobre elaboração de projetos
Gelson Bissolotti	15 anos / Entre Rios do Sul	Pastoral da Juventude e curso doTAPA e curso sobre programas do PRONAF
Rui Valença	22 anos / Erebandó	Pastoral da Juventude, curso do TAPA e da ESAU e curso sobre habitação rural e assistência técnica
Lucas Farina	13 anos / Erechim	Pastoral da Juventude e cursos do TAPA e seminários sobre políticas públicas para a agricultura familiar
Adilson Baroni	20 anos / Floriano Peixotto	Pastoral da Juventude, curso do TAPA e da ESAU e pós sobre cooperativismo
Roberto Balen	18 anos / Aratiba	Pastoral da Juventude, curso do TAPA e curso sobre assistência técnica com a Emater

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas com dirigentes do SUTRAF.

O quadro anterior, onde constam os dirigentes do SUTRAF entrevistados, nos mostra que todos trabalham como dirigentes sindicais a mais de 10 anos e 5 deles atuam a mais de 20 anos. Este tempo de vínculo, se comparado ao tempo de atuação do sindicalismo vinculado

²⁰⁴ A base de formação políticas se deu a partir dos espaços de formação política pelo qual passavam as novas lideranças sociais da região Alto Uruguai nas décadas de 1980 e 1990. Eram eles: A Pastoral da Juventude (PJ), a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), Escola Sindical Margarida Alves (ESMA), a Escola de Servidores de Comunidades.

CUT na região Alto Uruguai, proveniente da segunda metade da década de 1980, revela a falta de renovação no quadro dos dirigentes sindicais na região Alto Uruguai, pois, mesmo com a criação da FETRAF em 2001, onde os STR ligados a CUT passam a se chamar de SUTRAF e com a demanda de uma qualificação mais técnica dos dirigentes, praticamente não houve mudanças.

Na análise sobre a necessidade de uma maior qualificação dos dirigentes para a execução de projetos, um agricultor associado do município de Gaurama nos fez a seguinte colocação:

Tem um projeto que o pessoal do SUTRAF está fazendo sobre a água nas propriedades, vieram aqui fazer um levantamento sobre a proteção de fontes e da beira do rio, isso já faz uns 6 meses e falaram que iriam plantar árvores, fazer um sistema de proteção e outras coisa que eu achei meio difícil de ser feito, a proposta era boa, mas para deixar feito e pronto era uma coisa fora do comum, tanto que não foi feito nada. Eles íam precisar de alguém mais especializado para fazer um projeto desses.²⁰⁵

A base da formação dos dirigentes, conforme o quadro elaborado a partir das oito entrevistas, nos mostra também que a maior qualificação dos dirigentes é para uma atuação no campo social e político e que a mesma contribuiu para a articulação de muitas lutas nesta região, mas por outro lado, se mostra insuficiente para uma atuação em outras áreas, como na organização da produção, na assistência técnica, no planejamento das propriedades, na execução de projetos ligados as políticas públicas na área da habitação, do meio ambiente, que são eixos estratégicos do SUTRAF.

Entre os vários espaços de organização e formação de lideranças sociais e políticas na região Alto Uruguai estava o curso do TAPA (Treinamento para a ação Pastoral) a ESAU (Escola Sindical Alto Uruguai) e a ESMA (Escola Sindical Margarida Alves) em Curitiba, que faziam toda formação baseados no método “Ver, julgar e agir”, o que representava enxergar a realidade, analisá-la e desenvolver ações no sentido de transformá-la.

²⁰⁵ Entrevista concedida em 05 de setembro de 2012. Gaurama-RS.



Figura 32 – Livreto de estudos do Curso de Formação da ESAU.

Fonte: SEMINOTTI, Jonas J. *A arte de politizar: o papel político da igreja católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990)*. Erechim: Graffoluz, 2008, p. 101.

O trabalho de formação através do TAPA preparava as novas lideranças para um curso mais aprofundado que se dava através da ESAU. O trabalho desenvolvido pela ESAU contava com assessores ligados a CUT, a Comissão Pastora da Terra (CPT) ao Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)²⁰⁶ tinha o propósito de realizar uma formação aprofundada para lideranças municipais, visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais com a proposta da CUT e no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região. Desta forma, a própria formação estabelecia que as novas lideranças passariam do campo social para o campo político, sem uma atuação mais destacada no campo econômico.

O mesmo modelo de formação adotado para a grande maioria das lideranças sociais desta região construiu um perfil semelhante de trabalho social e político nas organizações sociais, contribuindo para a construção de um campo de lutas formado por várias

²⁰⁶ O CAMP é organização não governamental, brasileira, fundada em 1983 por jovens estudantes, religiosos ligados à teologia da libertação e sindicalistas urbanos e rurais. Nossa equipe e sócios são militantes sociais que dedicam parte de sua trajetória de vida contribuindo e apoiando processos de organização coletiva em prol do fortalecimento da democracia, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Atuamos na mobilização, organização social, educação, capacitação, formação de lideranças, pesquisa e sistematização de conhecimento. CAMP. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/?canal=histórico>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

organizações sociais, como a CUT, os STR, o MAB, o MMTR, o CEPO, que passaram a desenvolver lutas conjuntas, contribuindo para conquistas no campo das políticas públicas.

O coordenador do SUTRAF regional Ari Petuzzatti considera que este campo de lutas formado entre as organizações sociais da região Alto Uruguai nos anos 80 e 90 foi uma construção sólida que ainda trás conquistas para a região e cita como exemplo as conquistas da Universidade Federal e da Escola Técnica em 2009, que contou com um trabalho de articulação dos dirigentes de várias entidades:

A conquista da Universidade Federal e do IFET é sinal que ainda existe alguma articulação entre as organizações da região. Olha bem, participaram desse movimento o SUTRAF, o CEPO, a Via Campesina, o MAB e não foi fácil porque outras regiões com mais população ficaram de fora e nós conseguimos pela intensa mobilização das entidades com estudantes, professores, prefeitos, vereadores, cooperativas junto ao governo federal. E não podemos esquecer o trabalho dos dirigentes nestes três anos de mobilizações, seminários, encontros.²⁰⁷

As conquistas mais recentes que tiveram participação do Sutraf, sejam elas no campo da educação com a UFFS e a Escola Técnica ou no campo econômico com as diferentes linhas de crédito do PRONAF, apontam que o capital social precisa permanentemente ser construído e ele próprio se fortalece com as conquistas dos objetivos no decorrer do processo.



Figura 33 – Encontro de várias organizações sociais em 2009 pela conquista de um campus da Universidade Federal (UFFS) em Erechim.

Fonte: Sutraf Alto Uruguai

²⁰⁷ PERTUZZATTI, Ari. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2012. Três Arroios-RS.

No entanto, mesmo que avanços no campo das políticas públicas tenham se configurado nesta região nos últimos anos, a permanência dos dirigentes por longos períodos nos cargos do SUTRAF pode produzir discursos deles próprios na defesa de práticas conservadoras, ou seja, podem vir carregados de uma duplicidade que nada tem de intencional, visto que pode resultar de interesses pessoais, criando obstáculos para o surgimento de novas lideranças, bem como a preservação das atuais formas e métodos de atuação junto a seus associados.

Os vários questionamentos apontados pelos associados entrevistados se somam à questões que os próprios dirigentes colocam através das entrevistas, como pontos falhos em suas atuações. Como exemplo, o dirigente do SUTRAF de Erechim Lucas Farina coloca que um dos problemas do endividamento dos agricultores familiares está relacionado a falta de orientação que os dirigentes do SUTRAF deveriam ter dado sobre como aplicar tais recursos quando o associado acessou o PRONAF. Vamos transcrever alguns trechos, com perguntas e respostas, da entrevista realizada com o dirigente sobre a qualificação dos dirigentes sindicais e a sua atuação na implementação das políticas públicas por parte dos agricultores familiares.

P: Como se dá a formação e a qualificação das lideranças sindicais?

R: *Os espaços para ele se qualificar existem, tem os intercâmbios, os seminários sobre políticas públicas que o próprio governo promove. O problema é a carga de trabalho que o dirigente tem hoje, porque ele tem que fazer todo o trabalho de organização interna do sindicato, tem que articular as lutas com os associados e com as entidades, cooperativas parceiras e ainda tem que entender e acompanhar a execução das políticas públicas, o Pronaf, por exemplo, a habitação rural.*

P: Os dirigentes do Sutraf estão preparados para atuar como assessores técnicos na implementação das políticas públicas?

R: *Hoje os dirigentes tem que ter visão de economia, de mercado, de como produzir, dos riscos que o agricultor tem na sua atividade, entender das políticas do governo, fazer um trabalho conjunto com a Emater e as cooperativas e muitos não tem esta qualificação. Na verdade os dirigentes deixaram muito a desejar na fase inicial quando vieram os recursos do Pronaf. Teve agricultor que comprou um trator traçado com 10 há de terra e hoje não consegue pagar e se o dirigente tivesse orientado melhor este agricultor, talvez ele não tivesse se endividado. Outra coisa é a burocracia dos projetos. Teve um projeto de assistência técnica do MDA que o Sutraf implementou, que era tanta burocracia, preenchimento de papel, fazer relatórios que o dirigente passava mais tempo fechado numa sala que na propriedade do agricultor.²⁰⁸*

²⁰⁸ FARINA, Lucas. Entrevista concedida em 21 de março de 2012. Erechim-RS.

Diante das constantes mudanças na agricultura familiar, com as inovações tecnológicas, com o acesso as políticas públicas, com o maior conhecimento que os agricultores familiares vão tendo, fruto deste processo de mudanças, os dirigentes sindicais tem a necessidade de buscar uma postura inovadora e esta prática poderia vir com a renovação dos quadros de dirigentes sindicais e com uma qualificação que atenda ao próprio planejamento do SUTRAF.

Se de um lado discute-se com certa preocupação o tema da sucessão familiar nas propriedades, o maior espaço para os jovens implementarem os conhecimentos, pelo maior acesso às universidades e aos cursos de qualificação, por outro não observamos esta mesma preocupação entre os dirigentes sindicais, mesmo que os associados entrevistados tenham a rotina das práticas dos dirigentes do SutraF.

Os dirigentes sindicais entrevistados sinalizam nas entrevistas que todo processo de representação política exige um permanente repensar das estratégias, dos métodos e um permanente processo de avaliação das ações. O dirigente Gelson Bissolotti relata que,

as avaliações do trabalho que desenvolvemos são feitas quase semanalmente e traçamos as ações que vamos implementar, mas já percebemos que não estamos dando conta de tudo que tem para fazer, pois o PRONAF tem mudanças, novos programas, novas exigências e se quisermos seguir orientando os associados e desenvolvendo os projetos precisamos nos qualificar sempre mais, se não fica difícil para acompanhar todas as mudanças dos programas.²⁰⁹

Neste sentido, não identificamos através das entrevistas com os dirigentes sindicais, com exceção do dirigente Lucas Farina, que a renovação dos quadros de dirigentes seja uma preocupação ou uma perspectiva que possa acontecer, o que poderia contribuir para a implementação de novos métodos e de potencialidades no campo técnico.

As práticas que não correspondem para a representação política do SUTRAF, como a falta de qualificação para a execução das políticas públicas, a falta de renovação dos quadros de dirigentes e a preservação da mesma rotina de atividades que não tem dado resultado em termos de participação dos associados, a ausência ou a falta de conhecimento dos dirigentes sobre a dinâmica atual da agricultura familiar são questões que, somadas a falta de tempo pelo excesso de trabalho na propriedade, foram apontadas pelos associados como causadoras da

²⁰⁹ BISSOLOTTI, Gelson. Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2012. Erechim-RS.

falta de credibilidade para um trabalho de mobilização para lutas em torno de outras demandas atuais da agricultura familiar.

4.3 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF A PARTIR DAS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.

A definição de um sindicalismo mais voltado para a realidade socioeconômica dos agricultores familiares se deu a partir da criação da Fetraf em 2001, quando se definiu por uma atuação voltada para a organização da produção e para as políticas públicas.

O debate sobre o tema do desenvolvimento na região Alto Uruguai, coordenado pela CUT em conjunto com os STRs nos anos 1990, apontava que a agricultura familiar era a base para a economia desta região e contribuiu para que o movimento sindical estimulasse a formação de associações, cooperativas, agroindústrias, feiras de produtores entre os agricultores familiares como forma de romper com o modelo tradicional de produção e comercialização baseado na monocultura e na dependência do mercado externo.

Acompanhando a idéia de mudança no sistema de produção dos agricultores familiares e com a sequência das lutas pela criação de políticas públicas para este setor, a organização e a concepção de trabalho sindical buscaram acompanhar este processo de mudanças.

Deste modo, a concepção de um trabalho sindical que ultrapassasse o campo da organização social e política significou a busca de adequação do SUTRAF às mudanças que estavam em evidência na agricultura familiar a partir da metade da década de 1990, onde o processo de reconhecimento da agricultura familiar e a criação de políticas específicas para este setor deveria estimular mudanças no setor produtivo.

Na verdade, a atuação do SUTRAF, com o estímulo a diversificação, a industrialização através das agroindústrias familiares para agregar renda aos produtos, as novas formas de comercialização no mercado local, através das feiras de produtores, da merenda escolar, coloca o sindicalismo da agricultura familiar numa nova condição e com atuação numa área que até este momento não fazia parte da concepção sindical, que era a atuação no campo econômico.

As novas perspectivas em termos de que se apresentam para os agricultores familiares geram novos desafios para o campo sindical, pois novas demandas passam a surgir e a credibilidade do SUTRAF vai estar associada aos resultados ou as conquistas que o mesmo

vai tendo na solução dos problemas e das demandas que surgem neste contexto de mudanças, interferindo na relação política entre o SUTRAF e seus associados.

Já analisamos no terceiro capítulo, através da pesquisa com os associados do SUTRAF que as novas condições postas na agricultura familiar contribuem para uma heterogeneidade entre os agricultores familiares da região Alto Uruguai, seja no campo econômico com atividades produtivas e formas de comercialização diferenciadas entre os mesmos, seja no campo político com diferentes entendimentos sobre o papel do SUTRAF.

Deste modo, a relação política entre o Sutraf e seus associados não está apenas centrada no capital social que foi construído nas décadas de 1980 e 1990, mas condiciona-se a solução das novas demandas que vão surgindo na agricultura familiar, que ao mesmo tempo podem preservar ou fragilizar a relação política entre ambos.

Em meio a estas questões, alguns aspectos passam a ser encarados como importantes para o fortalecimento da representação política exercida pelo SUTRAF, tais como o aumento da renda do agricultor, a sucessão das famílias e das propriedades e neste sentido, entra o tema do envelhecimento dos agricultores familiares e o êxodo dos jovens agricultores. Surge então a necessidade de novas lutas através do SUTRAF para pressionar os governos a criarem novas políticas para solucionar os problemas atuais dos agricultores familiares como o endividamento e os baixos preços dos produtos e o tema da sustentação do SUTRAF e a relação com o governo federal, pela parceria na execução de projetos passam a ser analisados neste contexto, tanto pelos associados, quanto pelos dirigentes sindicais.

4.3.1 A relação entre as demandas dos associados e as lutas do SUTRAF por políticas públicas

Ao definir os eixos estratégicos em torno das políticas públicas, da organização da produção e de uma nova organização interna que desse conta deste trabalho, a FETRAF e seus sindicatos filiados tornaram-se uma ferramenta política com intervenção no campo econômico, com propriedade para tratar dos diferentes temas relacionados à agricultura familiar, junto aos governos e aos demais setores da sociedade.

A construção das lutas sociais e a formação de lideranças no período anterior criaram as bases para um sindicalismo com capacidade de organização social, que denominamos anteriormente como a construção de um capital social. No entanto, este passo adiante dado a partir da criação da FETRAF, a intervir no campo econômico, as mudanças em curso na

agricultura familiar e as novas demandas que surgem, a colocam numa condição de permanente adequação das formas de lutas, de superação dos problemas na participação dos associados, de estratégia de diálogo ou pressão junto ao governo federal, principal gestor das atuais políticas para a agricultura familiar.

Neste sentido, ao definir as políticas públicas como um eixo de atuação, o SUTRAF afirmou que “pretende avançar na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas que potencializem a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político”²¹⁰.

Buscando elementos para a análise de como se configura a relação entre as atuais demandas no campo econômico dos associados e as lutas que estão sendo desenvolvidas pelo SUTRAF para conquistar políticas junto ao governo federal, recorreremos as entrevistas que realizamos com os associados e com os dirigentes do SUTRAF, pois a representação política passa acima de tudo pela resolução das demandas socioeconômicas elencadas pelos agricultores familiares e pelas lutas mediadas pelos dirigentes sindicais.

²¹⁰ FETRAF-SUL/CUT. Mutirão da agricultura familiar. Chapecó: FETRAF-SUL/Deser, 2003, p 2.

Quadro 7 – O quadro a seguir apresenta uma síntese das demandas atuais apontadas pelos associados, bem como as lutas desenvolvidas pelo SUTRAF, segundo os dirigentes entrevistados.

Demandas atuais dos associados	Lutas do Sutraf, segundo os dirigentes
a) Solução para o endividamento provocado pelas estiagens dos últimos anos na região Alto Uruguai. Desejam o perdão das dívidas ou seguro agrícola.	a) Não há um plano de lutas, apenas uma negociação com o governo federal que não está avançando. A maior conquista foi a prorrogação dos financiamentos do PRONAF investimento e custeio do ano de 2012, mas não o perdão das dívidas como querem os agricultores.
b) Garantia de preço mínimo para o leite e aves. O fato destes setores estar sob controle de grandes agroindústrias, faz com hajam grandes oscilações no preço e constantes crises econômicas.	b) Várias lutas já foram feitas na década de 1990 e no início dos anos 2000 para a garantia de preço mínimo para os produtos da agricultura familiar, mas para o leite e as aves até hoje não há um preço mínimo estabelecido pelo governo. Atualmente não há uma mobilização específica para esta demanda, apenas uma lei que tramita no congresso que garantiria um preço mínimo em caso de aprovação.
c) Menor burocracia para os financiamentos de habitação rural e maior agilidade das agências da Caixa Econômica Federal, parceira do SUTRAF na execução dos projetos.	c) O Sutraf tem buscado junto ao governo federal novas modalidades de financiamento e o programa tem sofrido alterações nos últimos anos, beneficiando agricultores de todas as faixas de renda. Os problemas de agilidade das agências da caixa, segundo os dirigentes, são problemas pontuais e não um problema de toda rede.
d) Crédito subsidiado do governo para diminuir o custo de produção, especialmente para o plano safra. O subsídio hoje é restrito ao programa de habitação rural, onde o agricultor só paga um percentual do valor financiado.	d) Até hoje as lutas foram para a conquista do crédito, especialmente o Pronaf que tem linhas de crédito com juros baixos, de 2% a.a. Está na pauta de reivindicações dos protestos, manifestações e reuniões com o governo, mas não é uma das políticas conquistadas.
e) Organização do sistema de comercialização dos produtos da agricultura familiar nas feiras de produtores, pois não há rotatividade e a disputa de mercado entre produtores baixa os preços.	e) O SUTRAF participa dos conselhos municipais que organizam as feiras, formado pela Emater, secretarias de agricultura, SUTRAF, Cooperativa Nossa Terra e agricultores. Precisam se rediscutir os critérios para a ocupação dos espaços pelos agricultores na feiras de produtores, pois nos últimos anos não há rotatividade entre agricultores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas com dirigentes e associados do SUTRAF, em 2012 e 2013.

O quadro acima trás um panorama dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar, segundo os associados entrevistados, onde os mesmos colocam que a agricultura familiar conquistou nos últimos anos alguns avanços, especialmente quanto ao crédito, mas que alguns problemas cruciais perduram a mais tempo e novas demandas surgiram pela influência que a economia mundial tem sobre a agricultura local.

Nesta relação entre as demandas levantadas pelos associados e as lutas que o SUTRAF vem desenvolvendo, foi possível comparar de que modo a representação política vem

ocorrendo e quais os resultados obtidos pelos agricultores associados através da atuação do SUTRAF.

Algumas das entrevistas com os associados podem demonstrar como os mesmos analisam os problemas atuais na agricultura familiar, bem como o modo como o SUTRAF vem atuando para tentar resolvê-los, seja por negociações junto ao governo federal ou pela mobilização dos agricultores associados. O agricultor familiar do município de Florianópolis, que tem uma boa atuação no SUTRAF, que trabalha com fruticultura e produção de leite, em uma área de terra de 12 hectares, nos colocou na entrevista:

O maior problema nosso é conseguir pagar os financiamentos que fizemos para investir na formação do pomar e na compra das vacas há dois anos atrás. Tinha dois anos de carência, só que chegou a hora de pagar e o que se produz e vende dá para viver. O problema é que fomos mal esse ano com a geada que pegou a produção de uva e colhemos menos da metade do que era para dar, do que se fosse tempo normal. A outra coisa é o preço do leite que às vezes tá bom, às vezes baixa demais, então o leite é uma renda pequena. Sobre o SUTRAF, devia tentar uma ajuda maior com o governo, porque não adianta renegociar as dívidas pro ano seguinte, vai chegar lá e vamos ter as dívidas deste ano e as do ano que vem. Prá ajudar mesmo teria que ter outra maneira de resolver, eu perdoar a prestação ou aumentar o preço do leite e um seguro que passasse renda pro agricultor, em caso de não colher.²¹¹

Outros dois temas, que segundo os associados entrevistados, são problemas que acompanham a agricultura familiar há certo tempo são: o alto custo de produção e o controle de grandes empresas, nesta região, sobre alguns produtos, como a soja, o leite e a aves. Segundo os agricultores, se por um lado a soja e o milho têm um preço mínimo a ser praticado pelas empresas, mesmo que seja baixo em relação ao custo de produção, com relação ao leite e as aves não há um preço mínimo, o que facilita o livre atuação das empresas para a definição dos valores a serem pagos. A manifestação do agricultor familiar que desenvolve a produção de aves e de soja, no município de Aratiba, que participa de forma esporádica das atividades do SUTRAF, revela a preocupação com os custos de produção e com os baixos preços dos produtos:

A agricultura sempre tem problemas a ser resolvido, mas hoje eu acho que os preços dos produtos variam demais e o custo de produção também, nunca sabemos o que vai acontecer no ano seguinte e aí não dá para se planejar. Como eu tenho lavoura de soja, se deixar para comprar adubo e semente quando sai o financiamento, os preços

²¹¹ Entrevista concedida em 21 de setembro de 2012. Florianópolis-RS.

estão lá em cima, mas comprar antes não temos recursos. Se tem uma coisa que eu defendo e o SUTRAF deveria lutar mais é para o governo subsidiar a produção para os pequenos não vejo muito isso ou colocar um lei que desse um custo máximo por hectare, mas isso quem controla é quem vende os insumos. A minha outra atividade é o aviário, tenho uma parceria com a Aurora, que dá um lucro mais garantido, mas já teve época do preço despencar e o nosso ganho também. Não dá prejuízo porque recebemos por animal, mas deveria ter um preço mínimo e hoje não tem.²¹²

A caracterização socio-econômica dos agricultores familiares apontou que os agricultores associados ao SUTRAF desenvolvem agroindústrias, a fruticultura, a olericultura, o turismo rural, a criação de animais e as oleaginosas. Com exceção dos produtos comercializados em grandes empresas, como é o caso do leite, grãos e aves, os demais produtos dependem do mercado local. Na medida em que aumentou o número de agricultores que passaram a diversificar a produção com as agroindústrias e os hortifrutigrangeiros, aumentou a dependência da comercialização no mercado local, especialmente nas feiras de produtores, criadas no meio urbano.

Uma das demandas colocadas pelos agricultores entrevistados foi a necessidade de conquistar um espaço para a comercialização nas feiras de produtores, tendo presente que em muitos municípios há uma disputa entre agricultores pela comercialização de sua produção nos pequenos supermercados, o que causa a baixa dos preços e a diminuição da renda. Diante do papel que o SUTRAF desempenhou na organização inicial das feiras dos produtores nos municípios da região, foi apontada a necessidade de reestruturar as feiras com uma rotatividade de agricultores, pelo SUTRAF.

Na entrevista de um agricultor familiar do município de Marcelino Ramos, que desenvolve a produção de hortifrutigrangeiros há cinco anos, o mesmo demonstrou a sua preocupação com o valor pago pelos produtos comercializados da seguinte forma:

O valor pago pelos mercados para a alface, repolho, temperos está cada vez menor, porque tem muita concorrência entre produtores. Há cinco anos quando eu comecei a produzir quase ninguém trabalhava com isso, agora tem muitos que produzem e vendem nos mercados da cidade, então tu faz um preço e na semana seguinte tem que baixar porque alguém veio e fez um preço menor. Tem a feira que a venda é garantida e num valor maior, só que tentei entrar na feira, falei até com o pessoal do sindicato, mas alguém tem que sair para outros entrarem.²¹³

²¹² Entrevista concedida em 31 de agosto de 2012. Aratiba-RS.

²¹³ Entrevista concedida em 3 de janeiro de 2013. Marcelino Ramos-RS.

Com relação ao tema do endividamento dos agricultores familiares, buscamos pelas entrevistas com os dirigentes, questioná-los sobre como o SUTRAF está atuando, quais as lutas, as negociações em andamento. O dirigente sindical Ademir Lira, com uma atuação de 20 anos no meio sindical coloca como o SUTRAF vem atuando para buscar uma solução para o problema do endividamento junto ao governo, bem como a posição do SUTRAF sobre o subsídio para diminuir os custos de produção, apontado pelos associados como causador da menor lucratividades na produção de grãos:

Sobre o subsídio, o SUTRAF, através da FETRAF tem pressionado o governo a dar um subsídio maior nos financiamentos para a safra, mas o governo está querendo que outros países tirem o subsídio, porque isso ia favorecer os agricultores brasileiros, grande e pequenos. Sobre o problema das dívidas dos agricultores é uma dos temas que o SUTRAF vem tratando com o governo federal, com a ajuda do sistema CRESOL, porque uma parte dos agricultores não consegue pagar suas dívidas junto a CRESOL e em outros bancos. O que se conseguiu foi a prorrogação dos financiamentos neste ano e quem tinha prestação do PRONAF que vencia, em razão da seca, esta parcela do financiamento ficou para o final do contrato. Por enquanto é um jeito de resolver que foi encontrado, mas sabemos que não resolve o problema.²¹⁴

Os dirigentes revelam que há o conhecimento sobre os problemas enfrentados pelos agricultores familiares, no entanto o que pode comprometer a sua atuação é a incapacidade de resolvê-los e neste sentido, uma das questões levantadas nas entrevistas foi a relação que se estabelece entre o sindicato e o governo federal, visto que muitos dos problemas da agricultura familiar, e o problema das dívidas é um, que não tem fomentado mobilizações, protestos e uma consequente pressão para que o governo encontre uma solução, que não seja apenas a prorrogação das dívidas.

A relação entre as maiores demandas apresentadas pelos agricultores associados e as lutas que atualmente o SUTRAF tem feito para atendê-las revelam que o sindicato, através de seus dirigentes, são conhecedores dos problemas dos agricultores familiares, mesmo que na visão dos associados haja o entendimento que os dirigentes deveriam visitar estar mais em contato com os agricultores, trabalhar no meio rural para saber dos reais problemas por eles enfrentados. percebemos que as ações do SUTRAF, no sentido de atender as demandas dos associados, estão presas ao diálogo com o governo federal mais do que na organização de lutas e manifestações públicas para pressionar o governo a criar novas políticas. A relação

²¹⁴ LIRA, Ademir. Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2012. Paulo Bento-RS.

amistosa entre o SUTRAF e o governo federal, também foi confirmada pelo depoimento do dirigente Lucas Farina, que declarou.

É normal haver menos manifestações e protestos contra este governo para conseguir novas políticas, pois há espaços de diálogo, mesas de negociação que fazem parte o governo, a FETRAF e outras organizações do campo, que se reúnem sistematicamente para avaliar os problemas da agricultura familiar e o andamento dos programas, os problemas que apresentam. É claro que tem momentos que é preciso pressionar, quando não se resolve com a negociação, mas em geral o governo tem aberto espaço para a FETRAF, então não tem porque romper com este diálogo.²¹⁵

Se de fato o governo estabelece este diálogo, o que teoricamente facilita o debate sobre as políticas a serem criadas, com relação ao tema do endividamento e a garantia de preço mínimo para o leite e as aves, está relação próxima entre o governo e o SUTRAF não tem garantido a solução destes problemas. Com esta postura diante do governo, o SUTRAF pode provocar um distanciamento com os associados pela ausência de um processo de organização e mobilização social em torno de algumas bandeiras de lutas.

Neste sentido, a relação política entre os associados e o SUTRAF sempre se fortaleceu nos momentos de lutas e de certas crises econômicas na agricultura, como revela o agricultor familiar com grande envolvimento com o sindicato desde os anos 90:

Víamos o sindicato como uma ferramenta de luta para os nossos problemas, nas reuniões e mobilizações recebíamos as explicações sobre várias coisas e as mobilizações ocorriam o ano todo por crédito, pela aposentadoria, pela saúde. Atualmente o sindicato mobiliza menos e os agricultores em geral esperam que o SUTRAF busque sozinho a solução para os seus problemas. Isso é um problema porque o sindicato é usado por muitos só para se beneficiar, mas não tem o apoio dos associados quando precisa de uma mobilização para buscar algo maior junto ao governo.²¹⁶

Um dos elementos encontrados entre os associados é a responsabilidade que os mesmo atribuem ao SUTRAF em resolver os seus problemas junto ao governo federal. O próprio Agricultor familiar Isso demonstra que o associado vê o Sutraf como representante da

²¹⁵ FARINA, Lucas. Entrevista concedida em 21 de março de 2012. Erechim-RS.

²¹⁶ Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2012. Erechim-RS.

agricultura familiar, mesmo com o baixo grau de participação no SUTRAF, especialmente entre os associados “acomodados” e “descomprometidos”.

Na relação com as políticas públicas, o SUTRAF foi institucionalizado como um parceiro do governo federal na execução de projetos, estabelecendo maior diálogo nas negociações e reduzindo conseqüentemente as lutas, mobilizações e a pressão contra o governo federal. A parceria com o governo federal não significa a conquista de todas as políticas necessárias para resolver as demandas da agricultura familiar, mas pode revelar a dependência do SUTRAF quanto sustentação financeira, pois a execução de projetos garantem a liberação de recursos.

4.3.2 O papel do SUTRAF no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER)

Um dos espaços de discussão e elaboração de políticas para a agricultura familiar na região Alto Uruguai é o Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER), que conta com a participação de organizações governamentais e da sociedade civil dos municípios da região Alto Uruguai ligadas ao meio rural.

Criados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)²¹⁷ em 2008, para planejar o desenvolvimento regional, os Territórios Rurais contam com um articulador local, escolhido entre as organizações participantes e tem incumbência de elaborar e implantar projetos em parceria com os municípios e colocá-los a serviço das organizações, cooperativas e associações que congreguem agricultores.

²¹⁷ O MDA cria em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - **SDT** e o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial - **PRONAT**, uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, centrada principalmente na organização e formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva. O PRONAT atua em 165 territórios rurais e 77 pré-territórios e é a base do Programa Territórios da Cidadania. Em **2008** um decreto presidencial cria o **Programa Territórios da Cidadania - PTC**. O Programa não tem orçamento próprio, contando com recursos dos órgãos integrantes, cujas ações são submetidas a um processo específico de gestão, e atua em 120 territórios dos 165 rurais, com maior concentração de pobreza rural. O Território é caracterizado por compreender um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental possuir identidade e coesão social e cultural. Cada território possui uma organização (Colegiado) e cabe a eles elaborar seu Plano de Desenvolvimento Territorial (PTDRS). BRASIL. *Decreto de 25 de fevereiro de 2008*. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 28 dez. 2012.



Figura 34 – Sistema organizacional do CODETER na região Alto Uruguai

Fonte: SUTRAF Regional

O Sutra regional é atualmente a entidade que cumpre uma função de articulação das demais entidades no conselho, atuando também na elaboração e execução de projetos. O diretor do SUTRAF, Adilson Baroni nos relatou que a função do SUTRAF no conselho consiste em:

Articular as políticas públicas dos diferentes esferas de governos; monitorar e avaliar a implantação e o funcionamento dos projetos aprovados no colegiado do desenvolvimento territorial (CODETER); elaboração do Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável avaliá-lo e monitorá-lo permanentemente, para que haja o seu aprimoramento; divulgar o plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS); promover seminários cursos e capacitações sobre o desenvolvimento sustentável.²¹⁸

A participação do SUTRAF no CODETER se dá de forma institucional, pois o conselho é um órgão criado pelo governo federal, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), onde anualmente são definidas as políticas que devem fomentar o desenvolvimento regional, a partir das deliberações das entidades participantes.

O quadro a seguir apresenta as definições das políticas aprovadas no CODETER para 2010, seguindo uma divisão a partir dos micro-territórios que compõem a região Alto Uruguai.

²¹⁸ BARONI, Adilson. Entrevista concedida em 19 de julho de 2012. Erechim-RS.

Quadro 8 – Projetos aprovados no CODETER para os cinco microterritórios da região Alto Uruguai:

Microterritório	Projetos aprovados
Jacutinga	Complementação do complexo dos grãos em Ponte Preta; Viabilização da indústria de leite a partir da produção orgânica já existente (experiência de vários anos); Construção da Casa da Agricultura Familiar, como espaço para comercialização, divulgação, degustação dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, bem como espaço de capacitação.
Erechim	Construção de espaço físico e aquisição de equipamentos para servir de espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar do Município de Três Arroios e região; Ampliação, aquisição de veículos e Equipamentos para a melhoria das condições de atendimento da Casa da Agricultura Familiar de Barão de Cotegipe e de melhor estrutura para a Associação Comunitária Padre Estanislau Pollon – ACEP, no apoio às visitas nas propriedades e desenvolvimento de projetos de subsistência alternativos aos químicos; Infra-estrutura com carros e equipamentos para a qualificação das atividades do CODETER, do desenvolvimento dos Projetos de ATER, lonas para eventos e cercamento da central de comercialização do Alto Uruguai.
Viadutos	Viabilização de uma mini central de comercialização construção de pavilhão , aquisição de veículos e equipamentos para a qualificação da Assistência Técnica aos municípios que compõe o micro-território, o micro território possui produção, certa experiência de comercialização junto aos mercados locais e regionais, articulação entre os diversos atores sociais responsáveis pelo empreendimento e capacidade gerencial e de empreendimento.
Aratiba	Apoio a Comercialização dos produtos da agricultura familiar, ampliação da assistência técnica e aquisição de equipamentos para agroindústrias, através da COPAAL, cooperativa de produção responsável pela comercialização do micro-território
Getúlio Vargas	Viabilização de um posto de resfriamento de leite no Município de Charrua, a partir da experiência de Comercialização da Cooperativa local (COAGRIL) num projeto articulado com as demais cooperativas do micro-território e da região, todas estruturadas, com assistência técnica não só na área do leite, mas com acompanhamento agropecuário, uma vez que todas são cooperativas mistas, atuam em varias cadeias de produtos, são responsáveis pela comercialização de grande parte da produção Agrícola dos municípios de abrangência.

Fonte: Relatório fornecido pelo SUTRAF regional com as decisões do Codeter em 2010.

Um dos aspectos observados entre as demandas aprovadas no conselho são as ações de fortalecimento do associativismo e do cooperativismo com a infra-estrutura necessária para ampliação e qualificação dos eixos norteadores do desenvolvimento rural sustentável do Alto Uruguai Gaúcho, considerando a diversificação das atividades produtivas nesta região.

No entanto um dos problemas apresentados, segundo o articulador do Conselho, Adilson Baroni, quanto ao funcionamento do CODETER é a falta de representação das

organizações públicas, como as secretarias de agricultura e o Sindicato Rural, representando a grande propriedade, o que contribui para que o mesmo se constitua num órgão exclusivo para as políticas da agricultura familiar.

Desta forma, os mecanismos utilizados pelo SUTRAF para exercer a função de representação política dos agricultores familiares associados ultrapassam o campo das lutas, das grandes manifestações públicas e atingem o campo institucional através dos conselhos, com os grupos de trabalho criados pelo governo federal.

4.4 PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO SUTRAF A PARTIR DA HETEROGENEIDADE DOS ASSOCIADOS

Numa tentativa de definição sobre as características dos agricultores familiares e as implicações para o campo da representação política do SUTRAF, ainda que pertençam a uma categoria de trabalhadores e tenham entre si elementos de identificação, as condições sociais, econômicas e políticas e o modo como se dá a interação e a inserção dos mesmos na sociedade permitem caracterizá-los de diferentes formas.

No decorrer de nosso trabalho procuramos caracterizar os agricultores familiares associados ao SUTRAF observando a trajetória histórica e social e as características socioeconômicas, que vai do processo de colonização e de organização social até as mudanças atuais na agricultura familiar.

Como os agricultores familiares são agentes que podem intervir, alterar, planejar e desenvolver suas estratégias nos processos socioeconômicos e sociopolíticos, a partir de suas necessidades, tendo a influência dos atores sociais, políticos e econômicos, constatamos que existe uma heterogeneidade entre os agricultores familiares associados ao SUTRAF, quanto as características socioeconômicas e quanto ao pensamento e envolvimento político sindical.

O quadro a seguir apresenta aspectos centrais desta heterogeneidade entre os agricultores associados do SUTRAF, numa relação entre os aspectos socioeconômicos e sociopolíticos.

Quadro 9 – Caracterização dos associados por área de terra, atividades produtiva, formas de comercialização, acesso as políticas públicas e a relação com o SUTRAF

Associados	Área de terra (em ha)	Atividade produtiva	Relação com o SUTRAF
Engajados	Possuem em geral até 15 ha de terra, em relevos mais acidentados, localizados nos municípios na costa do Rio Uruguai.	a) Diversificam a produção, com a produção de leite, fruticultura, turismo rural; agroindústrias familiares; b) Comercializam os produtos em âmbito local: merenda escolar, feira de produtores ou pequenos supermercados; c) Mão de obra familiar e a presença da pluriatividade.	a) Tempo de associação em média entre 15 e 25 anos. b) Participam das atividades do SUTRAF e apoiam seu trabalho. c) Buscam informações no SUTRAF sobre as políticas públicas e acessam as diferentes linhas de crédito do PRONAF.
Acomodados	Possuem áreas de terra entre 15 e 30 ha e estão localizados em todos os municípios da região. Suas terras são mais planas do que as terras dos engajados.	a) Desenvolvem prioritariamente como atividades produtivas o leite, a soja e o milho e em menor escala frutas, hortaliças e queijo. b) Comercializam o leite e grãos com grandes empresas e as frutas, hortaliças e queijos com supermercados menores ou de forma informal c) Mão de obra familiar e a pluriatividade	a) Tempo de associação em média entre 10 e 15 anos. b) Pouco participam das atividades do SUTRAF, mas concordam com seu trabalho. c) Seguem as orientações do SUTRAF e acessam as linhas de crédito do Pronaf.
Descomprometidos	Normalmente tem área de terra entre 30 e 60 ha, sendo terras planas e localizadas em municípios na parte sul e sudoeste da região Alto Uruguai	a) Produzem uma atividade principal: soja, aves, suínos, gado de corte ou leite. b) A produção é comercializada com grandes empresas, havendo normalmente um sistema de integração e parceria. c) A mão de obra é familiar e pode ter a contratação de empregados, mas é mecanizada. Baixa pluriatividade.	a) Tempo de associação de até 10 anos. b) Não participam das atividades do SUTRAF, criticam seu trabalho. c) Dificilmente buscam orientação no SUTRAF sobre linhas de crédito, pois se dirigem aos bancos, mas usufruem das conquistas do SUTRAF.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados dos 281 questionários com associados em 2011 e das entrevistas com trinta associados do SUTRAF em 2012.

A classificação em três grupos, “engajados”, “acomodados” e “descomprometidos” demonstra que o envolvimento político e o entendimento sobre a atuação do SUTRAF se mostra de forma diferenciada entre os associados e a partir deste aspecto a representação política sofre os reflexos positivos e negativos.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, os associados do SUTRAF apresentam diferenciações quanto a área de terra, as atividades produtivas, a comercialização e a presença da pluriatividade.

Se por um lado a heterogeneidade flexibiliza ou rompe com a idéia de um agricultor homogêneo no seu pensamento sociopolítico e nas formas de produção, por outro lado, torna-se mais complexo construir uma definição sobre estes agricultores associados, já que eles foram construindo suas trajetórias cercado de influências e de estratégias que possibilitassem o seu desenvolvimento no meio rural.

Nesta relação entre os grupos de associados (“engajados”, “acomodados” e “descomprometidos”) e as características socioeconômicas, procuramos compreender como estes dois aspectos se relacionam e quais as implicações para o processo de representação política desenvolvido pelo SUTRAF.

Um dos primeiros aspectos que analisamos é a relação entre a diversificação da produção, as propriedades com até 20 hectares e o maior grau de participação dos associados no SUTRAF. Podemos analisar que as circunstâncias que acompanharam os agricultores familiares situados em municípios da região Alto Uruguai com relevo mais acidentado, ou seja na costa do rio Uruguai, fruto do processo de colonização, somada ao projeto de construção das barragens nestas terras, contribuíram para que o mesmo ingressasse nas lutas sociais ainda na década de 1980 e criasse uma cultura de participação política. A diversificação da produção foi uma condição que se estabeleceu ao longo do tempo como uma forma de sobrevivência, diante da impossibilidade de praticar a monocultura pela pequena área disponível para a produção.

Pode-se acrescentar que a criação das políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente o PRONAF em 1996, contribuiu para que muitas das atividades já desenvolvidas anteriormente por estes agricultores fossem aprimoradas, constituindo por vezes agroindústrias familiares, a produção em maior escala de frutas e hortaliças e o turismo rural, tirando proveito do espaço natural já existente.

Para os agricultores “engajados”, o SUTRAF cumpre um papel de orientação no acesso as políticas públicas e na comercialização através das feiras de produtores. Porém, no campo da produção, apesar de ser este um eixo de atuação do SUTRAF, a contribuição é muito superficial, ou seja, faltam qualificação e disponibilidade dos dirigentes para assumir estas funções, situação esta admitida até pelos próprios dirigentes entrevistados.

Quando estendemos a nossa análise para os associados “acomodados” quanto a relação entre as atividades produtivas, as formas de comercialização, o acesso as políticas

públicas e a relação com o SUTRAF, identificamos que a diversificação da produção atende aos anseios do SUTRAF de construir alternativas à monocultura da soja ou do milho, mas as atividades produtivas no ramo do leite, de aves e de grãos normalmente atendem aos interesses de grandes agroindústrias.

Porém, para os agricultores com baixa participação no SUTRAF, as atividades em menor escala como frutas, hortaliças e o queijo, dificilmente são comercializadas nas feiras de produtores organizadas pelo sindicato nos municípios e atendem a um mercado informal, com venda direta ao consumidor urbano. Como o envolvimento dos associados “acomodados” com o SUTRAF é esporádico, as orientações sobre o acesso as políticas públicas pode se dar tanto através do sindicato, quanto diretamente nas agências bancárias.

A situação mais complexa na relação política com o SUTRAF encontra-se entre os associados “descomprometidos” que, por conta de uma maior área de terra, pela estrutura da propriedade, pouco diversificam a produção, concentrando a produção em uma ou duas atividades produtivas, tendo como atividade principal o cultivo da soja. O sistema de parceria com grandes empresas do ramo de grãos, aves, suínos ou leite, lhe dá alguns privilégios na comercialização dos produtos, mas os coloca numa condição de dependência a estas empresas (Vacaro, Estrela, Oleoplan, Perdigão, Olfar, Bom Gosto).

A sua condição histórica de possuir terras mais planas, menores dificuldades no acesso a financiamentos agrícolas em instituições bancárias e o uso de maquinários, herbicidas e tecnologia para desenvolver as atividades produtivas, contribuíram para a consolidação de um modelo de agricultor familiar que por vezes se assemelha a um grande proprietário rural, afastando-se da condição de agricultor familiar.

Portanto, diante das condições no campo produtivo dos associados “descomprometidos”, a luta que os demais agricultores desenvolviam em conjunto com o movimento sindical nos anos 1980 e 1990 por políticas para a agricultura familiar não fazia parte de seu cotidiano e a sua contribuição foi insignificante para a construção do capital social nesta região, o que se certa forma justifica o seu distanciamento político com o SUTRAF.

Valendo-se da definição de Abramovay, onde os pilares da agricultura familiar estão centrados na gestão, na propriedade e no trabalho familiar, as formas e condições que se apresentam no campo produtivo para os agricultores familiares contribuem para a definição das características dos mesmos enquanto agentes que interagem com o campo social e político. Neste sentido, Lamarche coloca que "a agricultura familiar, definida a partir da lógica de produção, é identificada com o estabelecimento rural que corresponde a uma

unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família”.²¹⁹

O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Entre as consequências dessa forma de agir podemos destacar a necessidade de atender às necessidades dos membros da família e a reprodução das gerações. Conforme Wanderley,²²⁰, “através da conjugação desses dois objetivos, a necessidade de atender as necessidades da família e a reprodução das gerações subsequentes, resultam as características fundamentais da agricultura familiar, “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”. Neste sentido, o trabalho sindical do SUTRAF surge como um suporte para a busca deste objetivo de sobrevivência e reprodução da agricultura familiar, pois as lutas sindicais e a conquista das políticas públicas nesta últimas três décadas carregavam estes propósitos.

Talvez estejamos num período em que o sindicalismo da agricultura familiar faça parte de um sistema político institucionalizado, juntamente com o governo, como uma estratégia para garantir a criação de políticas públicas a partir das demandas existentes entre os agricultores associados, através de sua representatividade política e também como forma de sustentação financeira.

Alain Touraine analisa que as demandas sociais devem ser operadas no plano político, numa demonstração de democracia representativa, com a presença dos mediadores sociais. Ao analisar a crise da representatividade política dos atores sociais e políticos nos países ocidentais Touraine coloca que:

[...] é grande a tentação em nos contentarmos com uma concepção puramente institucional da democracia e reduzi-la a um mercado político aberto, o que conduz a sua degradação. Portanto há a necessidade de voltar a dar às instituições da sociedade civil a base de representatividade para que retomem espaço na vida política e garantam suas demandas sociais. Nestes termos, um movimento social pode e deve apresentar suas demandas através de um programa político amplamente debatido com sua base social. Os elos entre a vida social e a vida política não são somente diretos; passam também por mediadores, associações, clubes, jornais e revistas, grupos, intelectuais.²²¹

²¹⁹ LAMARCHE, H (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Vol 1. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 15.

²²⁰ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARACCA, Op.cit..

²²¹ TOURAINE, Alain. Op.cit. 1996, p. 81.

A preservação da autonomia, mesmo diante da função de mediação que o SUTRAF exerce entre os agricultores associados e o governo é um dos aspectos de manutenção da representatividade política. Por outro lado, o aumento do controle do Estado sobre a vida social e sobre as organizações sociais contribuem para desconstituir a representatividade política que o SUTRAF como um ator social tem junto aos seus associados.

É quanto ao modelo de desenvolvimento defendido em termos teóricos e práticos que podemos encontrar as maiores indefinições na atuação do SUTRAF. Se, no planejamento estratégico elaborado nos anos 90 havia a clareza na proposta de um desenvolvimento para a agricultura familiar, pautado na busca de alternativas de produção e comercialização que rompessem com o modelo exportador, defendido pelas grandes empresas presentes na região Alto Uruguai naquele período, atualmente percebe-se que a postura mais contundente contra este modelo deu lugar as ações que garantam o acesso ao crédito como forma de garantirem a permanência dos associados na agricultura.

As iniciativas planejadas pelo SUTRAF nos anos 90 em torno do cooperativismo no ramo do leite não tiveram êxito pela impossibilidade de competir na comercialização com empresas exportadoras que passaram a atuar na região e pela falta de crédito para investimentos nas propriedades. Atualmente o setor é totalmente controlado por estas grandes empresas (Nestlé, Bom Gosto, Santa Clara) que controlam a produção, a industrialização e a comercialização do produto, que é uma das atividades mais praticadas e a base da renda de boa parte dos agricultores familiares desta região.

O ramo do leite, em especial os baixos preços pagos pelo produto, é um dos problemas enfrentados pelos associados e ao mesmo tempo um dos setores produtivos de menos intervenção do SUTRAF.

Por outro lado, a diversificação da produção, com as agroindústrias (18,83%), a fruticultura (20,99%), a olericultura (16,72%) e o turismo rural (9,25%), sendo que o percentual em cada atividade é baseado na pesquisa com 281 associados, são atividades que se somam a pelo menos mais uma outra atividade nos estabelecimentos rurais e a formação de um mercado local consumidor, através das feiras de produtores, da merenda escolar e do comércio direto com o consumidor urbano, somado a conquista do crédito, é uma demonstração que em parte o planejamento realizado pelos STR e a CUT nos anos 90 e a intervenção do SUTRAF na organização da produção e nas políticas públicas, são ações que tiveram êxito.

No entanto, a exemplo do que ocorreu com as cooperativas do ramo do leite, alguns problemas relacionadas ao endividamento e à comercialização podem comprometer e

inviabilizar as atividades diversificadas, pois o problema do endividamento dos agricultores requer mudanças no atual sistema de aquisição e quitação dos financiamentos pelo PRONAF ou mesmo a realização de lutas pelo perdão das dívidas, como querem os associados do SUTRAF. Já a comercialização requer uma melhor organização das feiras dos produtores ou a abertura de novos mercados dos produtos da agricultura familiar, algo que o SUTRAF não tem realizado nos últimos anos.

Outro aspecto que depõe contra o modelo de desenvolvimento proposto pelo SUTRAF nos anos 2000 é a baixa produção orgânica entre os associados, que revelaram pelas entrevistas a inexistência de um trabalho do sindicato de estímulo e orientação para este tipo de produção, bem como a falta de mercado na região para a sua comercialização.

A fragilidade do debate ou a inexistência dele sobre o modelo de desenvolvimento é um dos aspectos que contribui para o distanciamento das relações políticas entre o SUTRAF e os associados, especialmente com os menos participativos ou com menor acúmulo de capital social.

Este agricultor associado, que por hora tem a contribuição do SUTRAF e do Estado com o acesso às políticas públicas, está submetido a conjuntura de um mundo globalizado, sujeito as oscilações do mercado financeiro que interferem no preço dos produtos, no comércio local e externo, dependente das políticas de crédito criadas pelo estado, o que em muitos casos tem gerado o endividamento dos mesmos pela má aplicação dos recursos ou pelos baixos preços dos produtos.

Os associados convivem também com problemas comuns em regiões e países com estrutura fundiária baseada na agricultura familiar como da falta de sucessão familiar nas propriedades, a produção convencional em detrimento de um modelo alternativo, agroecológico, a falta de assistência técnica para a produção e o planejamento da propriedade.

Nesse sentido, o êxodo rural dos jovens e o envelhecimento dos agricultores familiares alteram as características socioeconômicas da agricultura familiar e interferem no processo de representação política do SUTRAF, visto que tais mudanças podem provocar alterações no setor produtivo e mudança no perfil dos associados, além de uma perspectiva de diminuição no número de sócios do SUTRAF.

O processo de esvaziamento do meio rural dos últimos trinta anos na região Alto Uruguai, com períodos mais acelerados, como nos anos 90, com a crise econômica na agricultura familiar, apartir da lógica neoliberal de produção para o mercado externo, é um limitador para o desenvolvimento das atividades produtivas que exigem maior mão-de-obra. As atuais políticas públicas, especialmente o PRONAF, na tentativa de criar alternativas no

campo produtivo para o aumento da renda das famílias podem ter desacelerado, mas não estancado o êxodo rural dos jovens.

Deste modo, a falta de mão-de-obra e a sucessão das famílias é um dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares e como consequência, pela saída dos jovens do meio rural, ocorre um aumento no percentual de agricultores familiares com idade acima dos 60 anos, considerados como idosos, que aos poucos diminuem o trabalho nas atividades produtivas e o grau de participação no sindicato.

Esta perspectiva de diminuição no quadro de associados nos próximos anos em decorrência da aposentadoria e do abandono das atividades na agricultura é vista com preocupação pelo dirigente sindical Rui Valença:

Temos hoje um número alto de associados dos municípios aposentados ou se aposentando e muitos já foram para a cidade. Eu acho que passa de 40%. Nos próximos anos vai ter muita gente se aposentando e parando com o trabalho, especialmente com o leite que dá muita mão-de-obra. Esses vão arrendar as terras ou vender. Num prazo de 15 anos vai diminuir mais de 20% das famílias na agricultura²²².

Este quadro de aumento dos índices de envelhecimento da população na agricultura familiar, que passa a usufruir dos recursos da aposentadoria rural, colocando-se numa condição de muitas vezes optar por diminuir a carga de trabalho ou até mesmo de parar de realizar as atividades agropecuárias, agrava-se quando os filhos não fazem a sucessão das famílias na condução das propriedades.

Contrapondo a lógica de que o êxodo rural dos jovens e o aumento no número de idosos representa uma diminuição na evolução no número de associados ativos do SUTRAF, vamos observar os dados do quadro a seguir, par depois seguir nossa análise:

Tabela 23 - A evolução do número de associados do SUTRAF Alto Uruguai ente 2009 e 2012.

Mês/Ano	Nº de Associados
12/2009	7.870
12/2010	10.806
12/2011	12.221
12/2012	13.821

Fonte: SISTEMA Contábil Fetraf. Disponível em:

<<http://www.sistema.fetra.org.br/sistema/relatórios/evoluçõesocios>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

²²² Entrevista concedida por Rui Valença em 20 de maio de 2012. Erechim-RS.

O crescente número de associados do SUTRAF, especialmente a partir de 2010, quando ultrapassa a casa dos 10.000 sócios ativos, chegando a 13.821 em dezembro de 2012, nos possibilita construir algumas afirmações e algumas contradições para o campo da representação política. Podemos nos indagar se este aumento no número de associados está associado ao trabalho de organização social, pautado por lutas sociais desenvolvidas pelo SUTRAF nos últimos anos ou deve-se a evolução das políticas públicas e a dependência dos agricultores ao SUTRAF para acessá-las, como no caso da habitação rural, do crédito por conta da seca de 2012, entre outras causas?

Uma hipótese não exclui necessariamente a outra, mas a partir das entrevistas com os associados percebemos que o grau de participação dos associados nas reuniões, assembléias e manifestações promovidos pelo SUTRAF tem diminuído nos últimos anos e o próprio número de manifestações e protestos tem dado lugar às mesas de negociação com o governo federal. Este é um sintoma de que a evolução dos programas de crédito e a parceria entre o governo e o SUTRAF na execução de algumas políticas públicas têm garantido um número maior de associados, que vêm no trabalho sindical uma extensão do governo, buscando, deste modo, garantir os benefícios que necessitam para desenvolverem as atividades produtivas.

Na relação que se estabelece entre o êxodo rural dos jovens, o envelhecimento dos associados do SUTRAF e o aumento do número de associados, pode-se analisar que os jovens rurais deixam a agricultura familiar antes mesmo de se associarem ao SUTRAF, não significando, portanto, uma desistência de uma associação já realizada. Mesmo, os jovens rurais que são pluriativos e assumem um trabalho no meio urbano, muitas vezes tornam-se sócios para poder acessar novos financiamentos pelo PRONAF para serem investidos na propriedade.

Quanto aos agricultores idosos, a grande maioria continua como associado, mesmo que não tenha uma participação ativa nas atividades do SUTRAF, mas uma parcela destes mantém alguma atividade produtiva e o acesso aos benefícios conquistados pelo SUTRAF. Porém, um quadro que se apresenta para um futuro próximo, apontado na entrevista o dirigente Rui Valença, é a falta de sucessão nas famílias, o que resultará na diminuição do número de famílias no meio rural e possivelmente no menor número de associados ao SUTRAF.

Deste modo, o aumento no número de associados não garante necessariamente envolvimento político, a defesa da concepção sindical e as perspectivas de continuidade desta relação, por hora de grandes proporções.

Portanto, a relação política atual entre o SUTRAF e seus associados depende de um conjunto de variáveis que estão em permanente processo de construção e reconstrução e transitam no campo social, econômico e político. Deste modo, a representação política passa pela participação dos associados nas decisões políticas e nas atividades promovidas pelo SUTRAF, na idéia que a mesma não pode existir sem a democracia interna, pela conquista de políticas a partir das novas demandas que surgem num processo articulado entre os associados e o SUTRAF, que se materializam através das lutas sociais ou pelas mesas de negociações com o governo, garantindo a sobrevivência e a reprodução social. Por fim, a representação política se constitui de forma mais clara quando a relação política não existe simplesmente para atender aos interesses circunstanciais, mas quando há um projeto maior a ser construído coletivamente, o que nos parece um dos maiores desafios do SUTRAF diante da complexa conjuntura socioeconômica da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu-se em analisar as características socioeconômicas dos associados do SUTRAF e as implicações para o processo de representação política exercida pelo mesmo na região Alto Uruguai. Para esta análise, consideramos a formação do sindicalismo da agricultura familiar, nesta região, como parte do processo de organização social constituído nas décadas de 1980 e 1990, a criação do SUTRAF em âmbito regional e a sua atuação no campo das políticas públicas e na organização da produção e as recentes mudanças na agricultura familiar, marcadas pelo acesso ao crédito e por alterações no processo produtivo.

A caracterização dos agricultores familiares desta região não é obra apenas do recente processo de reconhecimento da agricultura familiar nos final dos anos 1990, mas é fruto de uma trajetória marcada por alguns processos que foram analisados no decorrer do trabalho, que compreendem etapas do desenvolvimento cultural, social, econômico e político, que se inicia com o processo de ocupação e colonização desta região, passando pela organização social e política e chegando as recentes mudanças socioeconômicas na agricultura familiar.

Deste modo, a estrutura fundiária criada com a colonização, baseada na pequena propriedade, com média de 25 hectares de terra por família, a organização do trabalho a partir da unidade familiar, a diversificação da produção, na qual a produção agropecuária contribuiu para a subsistência e para a comercialização, atendendo aos objetivos do projeto capitalista colonizador, bem como a formação das comunidades rurais, como um primeiro modelo de organização onde se desenvolveram algumas ações e decisões coletivas, são aspectos que formam as bases de um modelo socioeconômico, de onde se originam os agricultores familiares no meio rural nesta região.

Como nosso trabalho buscou analisar prioritariamente os processos que interferiram na caracterização atual dos agricultores associados e as implicações para a representação política do SUTRAF, entendemos que a organização social constituída entre os pequenos agricultores nos anos 1980 e 1990, bem como todo o processo de reconhecimento da agricultura familiar nos anos 1990, além da estrutura produtiva que se formou e a relação política entre o

SUTRAF e seus associados a partir dos anos 2000, reuniram os aspectos centrais para a resposta do nosso objeto de pesquisa.

No processo de organização social, no qual os STR e CUT planejaram um modelo de desenvolvimento a partir do associativismo e do cooperativismo, especialmente com a formação de cooperativas no ramo dos laticínios, de associações de suinocultores e da formação de agroindústrias familiares, apenas uma parcela dos agricultores aderiram ao modelo proposto, porque não havia crédito para investimentos, porque o trabalho sindical não atingia a totalidade dos associados e porque havia a desconfiança sobre o retorno financeiro de tais iniciativas. Das iniciativas implementadas, apenas algumas agroindústrias se desenvolveram, principalmente pelo acesso ao crédito através do governo do Estado do RS, antes mesmo do surgimento das atuais linhas de crédito do PRONAF.

Constatamos que o projeto de desenvolvimento defendido pelos STR e a CUT apontava para um modelo de produção diversificada, para a agroindustrialização na propriedade e para a comercialização em âmbito local, como alternativa a monocultura e a dependência ao mercado externo. No entanto, a ação das grandes empresas exportadoras sufocou tal projeto, controlando o ramo da produção de leite, de suínos e de grãos e, deste modo, as cooperativas e associações formadas com a contribuição dos STR e da CUT foram experiências que não prosperaram. Assim, o trabalho social e político e a tentativa de o movimento sindical intervir no campo econômico, na década de 1990, imperrava pela falta de crédito para investimentos e pela falta de mercado consumidor local para os produtos dos pequenos agricultores.

Por isso, o fortalecimento político do movimento sindical cutista vai se dar a partir do processo de reconhecimento social e político da agricultura familiar, através do qual o resultado das lutas realizadas durante os anos 1980 e parte dos anos 1990, culminam com a conquista de políticas públicas, em especial o PRONAF, que reuniu com o passar dos anos diversas linhas de crédito para investimento, custeio e infraestrutura para os agricultores familiares.

A criação das políticas públicas específicas para a agricultura familiar, com a contribuição do SUTRAF e a maior relação com o Estado, a partir de 2002, com o governo Lula, fazem do SUTRAF um ator social e político, que passa a atuar em duas esferas: enquanto movimento social, com as mobilizações e lutas por políticas para os agricultores familiares associados e como um parceiro do governo federal na execução de políticas públicas, pois passa a desenvolver projetos na área da assistência técnica, na habitação rural, no meio ambiente, tornando-se um prestador de serviços que recebe por tais serviços. Com

isso, o sindicato assume a função do estado e deixa de exercer a sua própria função de um trabalho de organização social dos associados e da realização de lutas para a conquista de novas políticas públicas.

No entanto, identificamos, pela pesquisa com os associados do SUTRAF, que a conquista do crédito, através do PRONAF, foi um dos fatores que contribuiu para a diversificação da produção e o aumento da mesma para fins de comercialização. Com isso, houve a criação de agroindústrias familiares nos segmentos de pastifícios (fábricas de massas), de carnes, de queijos e de vinhos, desenvolvendo-se a fruticultura com a produção de uva, de laranja e de pêssego, a olericultura com alface, repolho, temperos, tomate, entre outros e desenvolveu-se, também, o turismo rural. O setor produtivo no ramo da produção de leite, na criação de aves, de gado de corte e na produção de soja, milho e trigo, também se beneficiaram do acesso ao crédito.

Neste contexto favorável, onde ocorre a conquista do crédito e o SUTRAF se afirma como representante político dos agricultores familiares, a criação da CRESOL foi mais uma ação do sindicalismo cutista em parceria com as cooperativas, associações e os produtores, para facilitar o acesso ao crédito. Nascia uma cooperativa de crédito para os agricultores familiares, fato este que significou a implementação de uma das diretrizes do projeto de desenvolvimento e das lutas dos anos 1990.

Concluimos que este contexto a partir dos anos 2000 é amplamente favorável para a consolidação da representação política exercida pelo SUTRAF junto aos agricultores associados, pois ocorreu um revigoramento do setor produtivo com a conquista do crédito, devido ao trabalho do SUTRAF que, com uma atuação voltada para as políticas públicas e a organização da produção, possibilita a organização para a criação de espaços de comercialização como as feiras dos produtores e outros meios de comercialização no mercado local. Constitui-se, com a contribuição da FETRAF/SUL e dos SUTRAFs regionais e municipais, uma ideia positiva sobre o papel da agricultura familiar, na qual os agricultores familiares são lembrados como os responsáveis pela produção de alimentos no país.

A partir do reconhecimento da agricultura familiar, quando se altera tanto o papel do sindicalismo quanto o setor produtivo, foi nossa proposta caracterizarmos os associados em termos socioeconômicos e relacionarmos com a representação política exercida pelo SUTRAF, pois as novas dinâmicas no campo da produção fizeram com que este agricultor buscasse se adaptar as novas condições do mercado local ou exportador e estas mudanças refletiram nas suas relações sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, analisamos as atividades produtivas, as formas de comercialização, a área de terra das propriedades, o acesso ao PRONAF, a organização do trabalho e as demandas atuais dos associados como aspectos do campo socioeconômico. Com relação aos aspectos sociopolíticos, analisamos a participação dos associados nas atividades do SUTRAF, o entendimento sobre o trabalho dos dirigentes e sobre o papel do sindicato e as lutas atuais desenvolvidas pelo SUTRAF.

Identificamos que existe uma heterogeneidade entre os associados, tanto na caracterização socioeconômica, quanto na sociopolítica e que ambas contribuem para que hajam diferentes entendimentos entre os associados sobre a representação política exercida pelo SUTRAF.

A heterogeneidade no campo socioeconômico pode ser percebida entre os agricultores que apresentam diferentes áreas de terras, sendo este um aspecto importante para a definição das atividades produtivas, do uso da mão de obra e de tecnologias, pois o melhor uso da terra é um dos aspectos que se relaciona com a renda familiar, sendo este um fator fundamental para a permanência na agricultura familiar.

Quanto à relação política entre o SUTRAF e os associados, as entrevistas com 30 deles permitiu que identificássemos três grupos de associados: os “engajados” com boa participação nas atividades e a valorização do trabalho dos dirigentes e do papel do SUTRAF; os “acomodados” com baixa participação, mas com alguma consciência sobre a importância do SUTRAF para a conquista das políticas públicas e os “descomprometidos” que não participam das atividades do SUTRAF e normalmente criticam a atuação dos dirigentes e o trabalho do SUTRAF.

Apesar do pequeno número de entrevistas relativamente ao universo de associados ao sindicato, procuramos fazer um comparativo entre as características dos associados “engajados”, “acomodados” e “descomprometidos” com relação às características socioeconômicas, para chegarmos a aspectos conclusivos sobre como se dá a representação política do SUTRAF.

Os associados “engajados”, com envolvimento político com o SUTRAF têm até 15 hectares de terra, desenvolvem a fruticultura, as agroindústrias familiares, a olericultura e o turismo rural, utilizam a mão de obra dos membros da família, mas ocorre a pluriatividade, acessam o crédito e comercializam sua produção nas feiras, através de programas de aquisição de merenda escolar e pela Conab. A atividade leiteira é uma das atividades que normalmente ocorre de forma paralela, sendo o destino principal as agroindústrias familiares, as feiras de produtores ou o comércio com grandes empresas.

Concluímos que a representação política do SUTRAF, a partir dos associados “engajados”, é vista como positiva, mas também recebe questionamentos. Por serem associados há mais de 15 anos, participaram das lutas históricas por crédito, seguro agrícola, bem como no processo de reconhecimento da agricultura familiar e da criação do SUTRAF. Capacitaram-se com um bom capital social, pois se envolveram na organização social dos anos 1989 e 1990, inclusive das lutas contra as barragens. Atualmente participam das reuniões, assembléias e mobilizações, consideram importante o papel do SUTRAF pelas conquistas do passado e por ser uma ferramenta de lutas e negociações para novas conquistas.

No entanto, mesmo considerando importante o trabalho dos dirigentes para a organização social dos agricultores, os “engajados” fazem questionamentos sobre a falta de qualificação para a execução de projetos e consideram que o problema do endividamento e dos baixos preços dos produtos são os problemas que devem ser atacados pelo SUTRAF com maior ênfase. Neste sentido, valorizam a boa relação que o SUTRAF tem com o governo federal, pois entendem que tal relação facilita a conquista de novas políticas. Por outro lado, percebem que este vínculo com o governo federal, com a parceria na execução de projetos e a facilidade de negociação, contribuiram para o enfraquecimento dos processos de mobilização coordenados pelo SUTRAF junto aos agricultores, o que pode ser um aspecto negativo, pois correm o risco de perder o capital social e a autonomia para futuras lutas, especialmente se não houver um governo que aceite negociar novas políticas.

Já os associados “acomodados”, com pouco envolvimento político com o SUTRAF, em termos socioeconômicos, tem entre 15 e 30 hectares de terra, desenvolvem prioritariamente, como atividades produtivas, a produção de leite, de soja e de milho e, em menor escala, de frutas, de hortaliças e de derivados de leite. Comercializam o leite e os grãos com grandes empresas e os demais produtos de forma informal com supermercados menores ou diretamente com famílias do meio urbano, pois não participam das feiras, acessam o PRONAF para investimentos e custeio das atividades agropecuárias. Usam a mão de obra familiar, mas também há pluriatividade, com trabalhos normalmente dos filhos na indústria, comércio ou serviços.

Na representação política do SUTRAF a partir dos associados “acomodados”, dois aspectos precisam ser considerados: De um lado estes associados apoiam as lutas desenvolvidas, consideram importante o trabalho sindical, são associados com tempo médio entre 10 e 15 anos, por isso, alguns deles participaram das lutas dos anos 1990 e início dos anos 2000, mas por outro lado, participam pouco das atividades do SUTRAF, justificam a baixa participação pelo excesso de trabalho e pela ausência de mão de obra na propriedade,

não estiveram presentes nos períodos mais difíceis do processo de organização social da região Alto Uruguai nos anos 1980 e, por isso, não detêm um grande capital social, delegam e esperam do SUTRAF novas lutas como forma de resolver os problemas dos baixos preços, pelo endividamento e pelo alto custo de produção.

O comodismo de uma parcela dos associados pode ser o reflexo das exigências de um mercado globalizado que exige do agricultor com maior dinamismo para as atividades produtivas, conhecimento de mercado, maior qualificação técnica, entre outros aspectos que interferem na estrutura produtiva e no seu modo de vida. A própria atuação do SUTRAF, voltada mais para a execução de projetos na habitação rural e na assistência técnica, tem sido responsável pela formação de uma concepção sindical que prioriza o econômico em detrimento de uma concepção voltada para a organização social dos associados e para a realização de mobilizações e lutas por novas demandas.

O terceiro grupo de associados, identificados como “descomprometidos, não têm envolvimento político com o SUTRAF e corresponde aos agricultores com área entre 30 e 60 hectares de terra, que têm como atividades principais a produção de soja, de milho, a criação de aves, de suínos, de gado de corte ou a produção de leite em larga escala. Utilizam tanto a mão de obra familiar como a contratação de empregados e ocorre a mecanização, com o uso de novas tecnologias, normalmente não incide a pluriatividade. A produção é comercializada com grandes empresas, havendo normalmente um sistema de integração e parceria, o que causa a dependência tanto na produção quanto para a comercialização. Acessam o PRONAF para grandes investimentos nas suas atividades produtivas, como a aquisição de máquinas agrícolas, a compra de vacas leiteiras e para o custeio da produção.

A representação política do SUTRAF em relação aos associados “descomprometidos” é uma demonstração que o trabalho social e político desenvolvido pelo sindicalismo da agricultura familiar não atingiu esta parcela dos agricultores familiares da região. O pouco tempo como associados e a própria associação ao SUTRAF relacionam-se à exigência que o sindicato faz para o acesso a algumas políticas, como o cadastro para a habitação rural e a concessão da carta do PRONAF, a aposentadoria rural. As ações do SUTRAF, sejam elas pela execução de projetos ou pela tentativa de mobilização dos associados para alguma luta específica, como foi o caso da mobilização pela conquista de crédito para os agricultores atingidos pela seca, são criticadas por estes agricultores por entenderem que compete ao governo a criação e a implementação de tais políticas. Os dirigentes são criticados pela falta de qualificação para o entendimento dos problemas no meio rural, com a justificativa que não

atuam mais agricultores e por estabelecerem estreitas relações com o partido dos trabalhadores nos municípios.

Podemos dizer que o processo de organização social, onde ocorreu a formação de lideranças sociais, as lutas por direitos e a criação de organizações sociais na região Alto Uruguai, entre elas, através das oposições sindicais, a formação do sindicalismo cutista no meio rural, a formação da FETRAF e a conquista das políticas públicas, ainda interfere na caracterização sociopolítica dos agricultores familiares, pois a heterogeneidade, em termos de caracterização sociopolítica, identificada entre os associados “engajados”, “acomodados” e “descomprometidos” é uma demonstração de que o capital social construído entre os agricultores é um dos aspectos que interfere na maior ou menor participação no SUTRAF.

Concluimos que as ações do SUTRAF, coordenadas pela FETRAF, buscando resolver os problemas dos agricultores associados junto ao governo federal, como o endividamento, o alto custo de produção, a falta de preço mínimo para o leite e as aves, vêm se dando mais pela negociação do que através de processos de mobilização e esta metodologia não tem contribuído para resolver os problemas citados pelos associados. Neste sentido, o SUTRAF entende que precisa avançar para além da conquista do crédito, que sua atuação deve contribuir mais na aplicação adequada do mesmo e na conquista de novas políticas diante das demandas atuais, mas reconhece que tem avançado pouco nos temas que ultrapassam o campo do crédito.

Concluimos, também, que o acesso ao PRONAF possibilitou maiores investimentos, melhor qualificação e aumento da renda na agricultura familiar, mas isso não significou o fim do êxodo rural, especialmente de jovens, fato que tem gerado a preocupação do SUTRAF quanto à sucessão das famílias, o aumento do número de idosos entre os associados e uma perspectiva de diminuição de sua base política, mesmo que os dados atuais apontem para um crescimento do número de associados, em decorrência da atuação do SUTRAF na implementação das políticas públicas.

Por fim, a relação entre o SUTRAF e o Estado, pela parceria na execução das políticas públicas, pode aumentar o controle do Estado sobre as ações do sindicato e, aos poucos, desconstituir a representação política do SUTRAF, a partir do entendimento que os associados vão construindo, de que as políticas públicas são criadas pelo reconhecimento que o governo tem sobre a agricultura familiar, sem a necessidade de lutas sindicais.

Chegamos ao final deste estudo com o entendimento de que os processos socioeconômicos e sociopolíticos, que se desenvolvem atualmente em torno do sindicalismo da agricultura familiar na região Alto Uruguai, são manifestações de um novo contexto que

está em formação, geradoras de novas estratégias, ações e relações que se estabelecem, portanto de difícil compreensão ou conclusões definitivas.

Alguns temas, merecedores de maior análise, tais como o êxodo rural dos jovens, a presença e a importância da mulher na agricultura familiar, o elevado índice de idosos entre os agricultores familiares, o conjunto dos demais espaços de atuação política do SUTRAF, não foram aprofundados devido a amplitude do tema pesquisado, mas temos a ciência que são questões que merecem maiores estudos neste contexto que cerca o SUTRAF e os seus associados.

Deste modo, este estudo buscou contribuir no sentido de apontar avanços, estrangulamentos e perspectivas na representação política que o SUTRAF exerce junto aos seus associados, num estudo voltado para os processos locais, mas com a ampla dimensão que o sindicalismo da agricultura familiar assumiu nos últimos anos. Em termos de perspectivas, fica o questionamento sobre o papel do SUTRAF e a concepção sindical atual, pois o estudo acena para a necessidade da retomada de um trabalho de organização social, sem abrir mão da conquista de políticas públicas, como forma de preservar e fortalecer a representação política junto a seus associados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada – vol. 4 nº 2, abril/junho 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNUD. *Anais...* Brasília/DF: PNUD, 1997. Disponível em: <<http://www.sociologia.hpg.ig.com.br/afm.htm>> Acesso em: 12 jun. 2012.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. **Anais...**, 1997.
- AGRANIONIH, Neila Tonin; PIRAN, Gestine Cássia Trindade. *O saber matemático do pequeno agricultor rural da região Alto Uruguai*. Erechim, RS: São Cristovão, 1996.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ARNS, Carlos Eduardo; ZUNIGA, Gláucia M.F.; ROVER, Oscar. *Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil*. Curitiba: Gráfica Popular, 2004.
- BALEN, Roberto. Entrevista concedida em 18 de julho de 2012. Aratiba.
- BARONI, Adilson. Entrevista concedida em 19 de julho de 2012. Erechim.
- BARRAGEM de Itá vai cobrir 27 cemitérios no RS e SC. *Diário da Manhã*. 1986. Erechim.
- BENINCÁ, Inácio. Entrevista concedida em 7 de março de 2012. Erechim.
- BISSOLOTTI, Gelson. Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2012. Erechim
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*; tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BONFANTE, Ivo. Entrevista de Ivo Bonfante, presidente da Cooperativa Nossa Terra, concedida em 5 de janeiro de 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escolar rural*. São Paulo: FTD, 1990.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas. *Sociedade e Ambiente*. Curitiba, Vol. III, n. 1 jan/ jun; 2005.

BRASIL. *Decreto de 25 de fevereiro de 2008*. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 28 dez. 2012.

BRASIL. *Lei Nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985.

CAMP. Centro de Assessoria Multiprofissional. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/?canal=historico>>. Acesso em: 13 de jan. 2013.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultura e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

CARON, Márcia dos Santos. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia. Ltda. no Alto Uruguai Gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. (Orgs.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*, Erechim-RS: Habilis, 2009, p. 179-202.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves – Vida. Obra e Significado*. Erechim(RS): Editora São Cristóvão, 2003.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.) *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CESE – Centro de Ensino Superior de Erechim. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo, Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CIMA, Sônia. M. *Padre Busato um protagonista na história de Erechim de 1926 a 1950: o personagem Busato instala-se em Erechim*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

COLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

CONTERATO, Marcelo A.; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 13-54. p. 22

DAMASCENO, Maria. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria (coords.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993, Parte II, p. 60.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n. 43, set./dez. 2001.

DEMARCHI, M. *Pierre Bourdieu: itinerário intelectual*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.chasque.net/frontpage/relacion/0204/bourdieu.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

DUCATTI NETO, Antônio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: Universidade de Caxias, 1979.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Regimento de Terras e Colonização 1940*. Inspetoria de Terras e Colonização. Frederico Westphalen, 1940, p. 73. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FAPES – Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior. Localizada em Erechim-RS.

FARINA, Lucas. Entrevista concedida em 21 de março de 2012. Erechim.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. Disponível em: <<http://www.aureliopositivo.com.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

FETRAF-SUL/CUT. Mutirão da agricultura familiar. Chapecó: FETRAF-SUL/Deser, 2003, p2.

FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Chapecó, mar. 2004.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n. 4, p. 361-373, Londres, 1990.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. 6., ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASPARIN, Bruno. *Transgenia na agricultura*. Curitiba: Juruá, 2009.

GIANNOTTI, Vito. *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. *O grande e velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. Passo Fundo, 2008.

GIRON, Laoraine Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (Org.) *A presença italiana no Brasil*. Vol II. Porto Alegre; Torino: Est; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 449.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*, 1913, p. 71. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – Departamento de Planejamento Estratégico do Governo do Estado do RS. 2001.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas* (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório enviado a Presidência do Estado pelo Secretário do Governo dos negócios das Obras Públicas* (partes). De 1914, 1915 e 1916. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona norte e região do grande Santa Rosa: A formação da sociedade brasileira e a emigração européia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1988, p. 70.

GRIZELLI, Eloir. Entrevista de Eloir Grizelli, Secretário da Agricultura do município de Erechim, concedida em 24 de março de 2011.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe - SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996. P. 118.

HIRATA, Helena. Movimento operário sob a ditadura militar (1964-1979). In: LÖWY, Michael ET AL. *Movimento operário brasileiro 1900/1979, do Coletivo “Edgar Leuenroth”*, Belo Horizonte: Veja, 1980. p. 92-93. P. 92.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. Caxias do Sul, UCS-EST, 1979.

IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1972, p.196.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados do Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm2006>. Acesso em: 10 mai. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia. Acesso em: 26 de dezembro de 2012.

IBGE. Sindicatos: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.p.40.

LAMARCHE, H (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Vol 1. Campinas: UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar II: do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP, 1999.

LIMA, J. C. *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*. Revista Política e Trabalho da UFPb, João Pessoa, nº 17, pp. 46-63, set. 2001. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6481/4046>>. Acesso em 05 jan. 2013.

LIRA, Ademir. Entrevista concedida em 20 de dezembro de 2012. Paulo Bento.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

MAGRI, Cledir A. *Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas*. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 137.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.

MANFROI, Olívio. *Emigração e identificação cultural – A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. In: Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, 2(1): 227-74, 1975.

MARCON, Telmo. *Acampamento natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*. São Paulo: AGB, n.19, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis: Vozes. (1.ed. 1981).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". En: GIARRACCA, N. (org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO. 2001.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise do social. *Ciência e Agrotecnologia*. Lavras: UFLA, v.26, n.2, mar./abr., 2002, p.397.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

NAVARRO, Zander. *Relatório sobre sindicalismo*. Relatório de pesquisa do projeto Democracia e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre-RS, 1991. Mimeo, p. 4.

NOGARO, Arnaldo; PIRAN, Gestine Cássia Trindade; ZAFFARI, Nelly. *A História e as ações educativas das organizações sociais populares da cidade de Erechim/RS*. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 1996, p. 27.

OLIVEIRA, Adão Russi de; FORLIN, Cleonice; CRENDENE, Maria Ângela. *Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-1984*. Erechim - RS: Gráfica Estrela, 1984, p.32.

OLIVEIRA, Francisco. Dólares sempre à vontade. *Jornal Voz da Serra*. Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

OLIVEIRA, Francisco. Doutrinação do PT e CUT. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim, 26 nov. 1987, p. 8.

ORO, Ari Pedro. *Mi son talian: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. v. III, Est/Porto Alegre: *Fondazione Giovanni Agnelli*, 1996, p. 618.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Camp, 2001.

PERTUZZATTI, Ari. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2012. Três Arroios.

PICOLOTTO, Everton L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16-17.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCAPINI, Elton. *Histórico dos movimentos sociais na região*. Erechim: CEPO, 1991.

SCARIOT, Nilton. Entrevista concedida em 12 de junho de 2012. Getúlio Vargas.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO. op. cit., p. 194.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SEMINOTTI, Gelson. Entrevista concedida em 12 de março de 2013. Getúlio Vargas.

SEMINOTTI, Jonas J. *A arte de politizar: o papel político da igreja católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990)*. Erechim: Graffoluz, 2008.

SEMINOTTI, Jonas José. Os movimentos sociais do meio rural no Alto Uruguai gaúcho: A Fetraf e a Via Campesina. Organizadores: João Carlos Tedesco e Joel João Carini. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho*, vol. III. Passo Fundo: IMED, 2010, p. 161-178.

SEMINOTTI, Jonas José. O movimento dos atingidos por barragens no norte do RS – 1979-2007. Organizadores: João Carlos Tedesco e Joel João Carini. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho, 1980-2008*. Vol. I. EST Edições. Porto Alegre, 2008, p. 128-153.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 76.

STALLBAUM, Imara (textos); MAFALDA Antônio Carlos (fotos). Barragens provocam clima de suspense nas margens do Uruguai. Zero Hora, 3 junho. 1980, p. 3.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade, e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST, 2001.

TEDESCO, João. C.; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

REPRESENTAÇÃO do apostolado positivista no Brasil”. In: DIDONET, Zilah C. *O positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 1891*. Santa Maria, Imprensa Universitária, 1977.

TOURAINÉ, Alain. *Iguais e diferentes poderemos viver juntos?* 8. ed., Tradução Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente o discurso interpretativo dominante*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VALENÇA, Rui. Entrevista concedida em 20 de maio de 2012. Erechim.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. *Una nueva ruralidade en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001, p. 24. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra. Agricultura familiar e ruralidade*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLFF, Gladis. H. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

ZANELA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZARTH, Paulo. *História Agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de questionário aplicado a um agricultor familiar do município de Jacutinga

Diagnóstico nº: 20 Data da visita: 19/01/2011
 Município: Jacutinga Endereço: Linha Lageado do Salto
 Atividade desenvolvida: AGROINDÚSTRIA Fone:
 Nome do Agricultor: Luiz A. Bagnara CPF: 440.436.000-20 RG: 9038922622
 Idade: 42 anos
 Nome da Esposa: Ione Blanger Bagnara CPF: 619.331.630-20 RG: 3014024743
 Idade: 40 anos
 Nome do Filho (a): Lucas Blanger Bagnara CPF: 029.464.650-71 RG: 4109579914
 Idade: 16 anos

Que atividades desenvolve?

Leite: Quantos Animais (10) Produção em litros média mensal(4.500) área de pastagem (3) ha
 Suínos Produção anual ()

Aves Produção Anual (30) Consumo próprio

Gado de Corte Produção Anual(2) Consumo próprio

Grãos:

Soja Quantos hectares plantio (5) média de produção (50sc/ha)

Milho Quantos hectares plantio (2,5) média de produção (100sc/ha)

Trigo Quantos hectares plantio () média de produção ()

Outros Quantos hectares plantio (1) média de produção(10 t)

Fruticultura:

Cultivar: _____(uva, pêssego, laranja....) Quantos hectares() ou unidades ()

Produção anual.

Cultivar _____(uva, pêssego, laranja....) Quantos hectares() ou unidades ()

Produção anual.

Cultivar _____(uva, pêssego, laranja....) Quantos hectares() ou unidades ()

Produção anual.

Cultivar _____(uva, pêssego, laranja....) Quantos hectares() ou unidades ()

Produção anual.

Olericultura () sim (X) não Tipos de cultura:

Trabalho com Agroindústria (X) sim () não

Origem Animal () Vegetal (X)

Possui o SIM () sim (X) não

Vigilância Sanitária () sim (X) não

Outro tipo de Licença _____

Trabalha com Turismo Rural () sim (X) não

-Descrever os dados principais sobre a atividade de produção:

O agricultor produz cachaça, sendo que parte da matéria-prima para a produção vem de algumas propriedades vizinhas.

-Comercialização (como é feita?)

A venda é feita no comércio do município e também na própria residência.

-Área Total da Propriedade (13) Hectares Área Produtiva(11,5) Hectares

-Possui maquinário para os tratos culturais (X)sim ()não

-A propriedade faz um planejamento de atividades (X) sim () não

-O agricultor faz anotações de custo de produção (X) sim () não

-O agricultor tem interesse em fazer custo de produção () sim () não em que atividade:

Diagnostico da unidade de produção familiar

1- Informações sociais do grupo familiar.

A família é formada por três pessoas o casal e um filho, e tendo mão de obra suficiente pra desenvolver atividades produtivas em uma área de 11,5 hectares. A família não tem ingressos de outras fontes de atividades não agrícolas como benefícios previdenciários.

A perspectiva é que o filho continue na unidade de produção, desde que as atividades se transformem em renda e assim possa ter uma vida de qualidade na agricultura, também pretende continuar estudando, sendo que está cursando o técnico em agropecuária, e usar o conhecimento adquirido para melhorar os métodos de produção da propriedade.

2- Aspectos gerais da unidade de produção.

A família tem uma boa organização com as atividades produtivas bem definidas e diversificadas apostando na produção com rendas anuais e mensais como é o caso do leite, isso é um dos princípios para a segurança econômica pois a diversificação possibilita renda de varias fontes no momento em que tiver problemas de produção ou de mercado em uma atividade as outras podem continuar sustentando as despesas da família. Utilizam a terra de forma intensiva, o que é uma situação normal em famílias com pouca terra e com disponibilidade de mão- de obra. Está estratégia possibilita uma renda bruta anual da família de R\$ 45.250,00.

Apesar de ser uma unidade de produção pequena, disponibiliza de algumas máquinas e equipamentos para desenvolver o trabalho: pulverizador, trator, resfriador de leite e ordenhadeira mecânica.

Seguindo uma tradição da agricultura familiar tem boa produção para o auto consumo, com produção de aves, suínos e uma olericultura diversificada, seguramente isso tem grande contribuição na renda da família mesmo que de forma indireta.

Meio Ambiente.

Em relação com o meio ambiente o agricultor está conscientizado em preservar as áreas de Proteção Permanente (APP), e reserva legal. Pois neste momento existe uma preocupação da sociedade mundial sobre a relação que a produção de alimentos tem com o meio ambiente e em especial no Brasil se discute a reformulação do Código Florestal Brasileiro a principal lei ambiental do país.

3- Atividades produtivas desenvolvidas.

a) Produção de leite que utiliza quatro hectares, um e meio de milho para silagem e três de pastagem, com doze animais sendo dez vacas leiteiras, sendo que a produtividade é considerada boa, com uma média de 14,5 litros de leite por vaca por dia. Gerando uma renda mensal de R\$ 2.250,00 ou R\$ 27.000,00 anual. O plantel tem uma boa genética e aparenta estar com boa sanidade, a alimentação é a base de produtos volumosos como pastagem e silagem, e complementada com uma ração balanceada para satisfazer as necessidades nutricionais dos animais e assim continuar e se possível aumentar a produção de leite. A comercialização é feita através de empresas que compram o produto e repassam para a indústria.

b) Produção de milho que ocupa dois hectares e meio é destinada a produção de silagem e grãos para o gado leiteiro e de corte que é para o auto consumo da família, produzindo em média 100 sacas/hectare, sendo uma baixa produtividade se for comparada com a média da região.

c) A soja é produzida em cinco hectares com produtividade média de 50 sacos por hectare, o que pode ser considerada uma boa produção, mas pode alcançar a produtividade de outras unidades de produção do município que atingem médias superiores a 60 sacas por hectare. A renda gerada pela soja é de R\$ 11.250,00 anuais. O produto é todo destinado para o comércio, onde é extraído o óleo vegetal e em seguida produzido subprodutos como farelo de soja, utilizado na alimentação dos animais. O agricultor utiliza pouca tecnologia na produção, mas trabalha com plantio direto que é fundamental na conservação do solo principalmente nessa região, porém trabalha com pouca cobertura de solo.

d) A agroindústria pode ser considerada a principal atividade da família, gerando uma renda anual liq. de R\$ 10.500,00 com uma produção de três mil litros de cachaça por safra. Nesta agroindústria, a mão-de-obra é derivada dos proprietários e de suas famílias, ou mesmo de outros agricultores próximos da unidade de produção, conforme a necessidade. Neste aspecto é que se percebe a forma descentralizada destes empreendimentos, já que geram postos de trabalho diretos e indiretos no meio rural, com o benefício de ter por base um serviço totalmente familiar, investindo nos jovens e nas mulheres trabalhadoras que muitas vezes ficam excluídos do processo produtivo. Realidade que têm obrigado muitas pessoas a buscar novas alternativas fora deste espaço.

A quantidade de mão-de-obra necessária para o processamento vai variar dependendo do nível tecnológico da agroindústria. Na maior parte dos casos, as tecnologias são simples e necessitam, por sua vez, de um número maior de envolvidos. No entanto, o processo artesanal e colonial da agroindústria deveria ser considerado um diferencial destes empreendimentos, pois agregam mais valor na comercialização.

A matéria-prima que abastece a agroindústria tem origem na propriedade e também é adquirida com associados e vizinhos, cabe ressaltar que o baixo custo no transporte de matérias primas pode minimizar os custos de produção, possibilitando que o preço do produto final tenha competitividade junto aos demais produtos de complexos industriais uniformes.

O produto final apresentará outras vantagens competitivas, promovendo a sua valorização por ser procedente daquele território e pela sua proximidade com os consumidores, por ser de procedência artesanal, colonial ou orgânica que são particularidades vantajosas na aquisição de tal produto. Comprovou-se que 50% das agroindústrias familiares fabricam algum derivado da cachaça, sendo o licor o mais expressivo, que é preparado com frutas existentes na propriedade ou arredores. É uma renda a mais e agregada à própria cachaça. Importante levar também em consideração que, 85% dos licores produzidos são com frutas nativas da região, ou seja, isto favorece a valorização dos hábitos culturais e diferencia o produto final dos de agroindústrias exógenas. Por ser em pequena escala, a maior parte da produção de cachaça é vendida no próprio âmbito regional, com uma comercialização direcionada a pequenos estabelecimentos dos municípios.

Fonte: Sutraf regional

Apêndice B - Entrevista realizada em_13/12/2012

NOME E IDADE (Marido e esposa): Marino Slongo (45) e Marlene Slongo (47)

FILHOS E IDADE: 2 meninos: 4 e 16 anos

MUNICÍPIO: Erechim

COMUNIDADE: Nossa Sr^a de Fátima, Linha Batisttela

ÁREA DA PROPRIEDADE: 25 hectares

ATIVIDADES PRODUTIVAS E ÁREA OCUPADA: Uva, cantina, turismo rural,

Questões relacionadas ao SUTRAF**1) Há quantos anos é sócio do SUTRAF? Por quê se associou?**

ASSOCIADO: Desde os 18 anos. O STR era um meio par se chegar, conquistar se pensava numa nova sociedade. Era a maior ferramenta depois da enchada. Reuníamos os jovens pela Pastoral da Juventude. Tínhamos o sonho de eleger vereador, governador, deputado e presidente com a abertura política e a democracia.

2) O Senhor tem participação ativa nas assembléias e atividades do SUTRAF? Como o senhor analisa a participação, de modo geral, dos agricultores familiares no SUTRAF?

ASSOCIADO: Hoje não tenho mais participação tão ativa como antes. Participo em alguns momentos, mas de todas as atividades. Tempos atrás éramos em 6 irmãos, hoje somos só o casal para o trabalho. Eu apóio as lutas, empresto o trator, carroção para protestos.

3) Na sua visão, o SUTRAF é importante para o agricultor familiar hoje? Porquê?

ASSOCIADO: O SUTRAF perdeu um pouco a importância porque tem o governo da nossa linha política e a gente tem as informações mais fácil, até pela internet. Antes se sabia alguma coisa pelo sindicato. O próprio SUTRAF vai ter que se reciclar e reavaliar a atuação. Se meu filho fosse sindicalista seria acomodado, ainda depende dos mais velhos para o sindicato atuar.

4) Você considera que muitas políticas públicas, como o Pronaf, iria acontecer de qualquer modo, especialmente depois que o governo LULA assumiu ou foi uma conquista do Sindicato?

ASSOCIADO: Acho que foi conquista do sindicato, mas também porque entrou um governo do lado dos agricultores. O que mais a sociedade precisa para viver é comida e os governos devem se preocupar com isso. A produção de comida vai ser sempre uma prioridade. Não pode faltar na mesa do consumidor. Por isso, se o agricultor não tiver incentivo para produzir alimento ele vai para a cidade. O SUTRAF deve pressionar o governo, mas tem coisa que acontece sem ajuda do sindicato.

4) Como o senhor vê o trabalho dos dirigentes sindicais hoje? O trabalho deles contribui em que sentido para os agricultores?

ASSOCIADO: Os dirigentes não acompanham mais a roça, a maioria deles vendeu sua terra e vive na cidade. Ele se preocupa em manter o sindicato e não a roça, isto mudou, porque anos atrás o dirigente era agricultor, sabia dos problemas porque vivia na pele. O dirigente está mais desqualificado para atuar.

5) O que o agricultor pode esperar do SUTRAF nos próximos anos? Já que no passado recente foram várias lutas e conquistas?

ASSOCIADO: O SUTRAF tenta fazer a leitura do que o agricultor precisa. O problema são os espaços de diálogo, as reuniões e assembléias não atraem mais. O dirigente deveria vir até a propriedade para ver o que precisa, já que o agricultor não vai mais nas reuniões.

6) Por que o SUTRAF não consegue mais mobilizar os agricultores como fazia nos anos 80 e 90?

ASSOCIADO: Isso me preocupa porque o dirigente precisa conhecer a situação para fazer a política. Muita coisa mudou na agricultura e o sindicato as vezes não acompanha. Só mobiliza quando tem algum recurso que pode vir, senão é difícil que o agricultor participe.

7) As demandas, necessidades que vocês como agricultores têm são as mesmas que são defendidas pelo SUTRAF?

ASSOCIADO: Devemos lutar pela produção de alimentos. As políticas vem se houver necessidade. O produtor não vai produzir algo que não venda. As políticas gerais, como o

Pronaf estão vindo nas propriedade, mas o SUTRAF não atua em várias áreas, como no vinho, na comercialização das feiras. Ajudou a criar no início, mas agora não se envolve mais.

8) Como o Senhor analisa a relação do SUTRAF com o governo federal? Está sendo muito pacífico ou está criticando o que o governo faz ou deixa de fazer com relação a agricultura familiar?

ASSOCIADO: Em relação a política o sindicato está sendo sério. Ex: seca. Está exigindo do governo é ativo. Mesmo com a falta de participação, consegue alternativas, recursos. Mesmo com a boa relação com o governo atual não significa que não está lutando.

9) Na sua visão o SUTRAF tem como reivindicar outros benefícios para o agricultor familiar? O que e de que modo?

ASSOCIADO: Tem como ampliar sua atuação. O problema que os poucos debates que tem não tem continuidade e aí não avança para outras coisas que poderia fazer para nos beneficiar, como o apoio a outras culturas, já que na agricultura se produz de tudo um pouco.

Quanto às atividades produtivas, comercialização, demandas, sucessão e o modo de vida:

10) Em termos do que é desenvolvido na propriedade, o tipo de atividade e o sistema de trabalho. O que é produzido hoje e qual é a diferença em relação ao que se produzia três ou quatro décadas atrás?

ASSOCIADO: Há 100% de mudanças. E produzia uva e vinho na minha propriedade. Hoje se ampliou para sucos, a cantina, o turismo, um pouco de grãos. Tem a merenda escolar, o Pronaf foi um grande avanço, porque dá para investir na produção, no meu caso na comercialização, aumentar a produção. O problema é a mão de obra que não se acha mais, e aí tem que buscar na cidade, mas as pessoas não sabem trabalhar nisso.

11) Onde é feita a comercialização da produção ? O SUTRAF orienta sobre produção industrialização e comercialização?

ASSOCIADO: Nas feiras, nas merenda escolar, nos mercados. A cooperativa Nossa Terra ajudou bastante na comercialização, especialmente no início, pois não tínhamos onde comercializar. Nas feiras o sindicato não atua mais, quem controla é a prefeitura. O

planejamento estratégico que tínhamos com o Sindicato anos atrás, hoje morreu. Se pensava pelo sindicato em iniciar muitas experiências na agricultura, de produzir, não só soja. Mas hoje o Sutraf já não planeja estas coisas, atua por demanda e quando ganha politicamente.

12) Tem produção agroecológica na propriedade? Sim ou não e porquê? O SUTRAF estimula e orienta este tipo de produção?

ASSOCIADO: O SUTRAF não orienta sobre este tipo de produção. Hoje quem ajuda é o Sebrae, com técnicos que visitam a propriedade, mas eu tentei produzir um tipo de vinho ecológico, mas o custo era muito alto e desisti. O governo devia incentivar mais, ter menos impostos, porque hoje não tem mercado e o custo é muito alto.

13) Com relação a juventude, porquê a maioria deles não querem permanecer na agricultura, mesmo que tenha crédito para investimento na propriedade. Ou aqui nesta comunidade os jovens estão permanecendo na terra?

ASSOCIADO: Conversei com os filhos e um disse que não vai ficar na agricultura, disse que vai ser professor, disse que o sol é muito quente, muito forte. O outro, o pequeno disse que quer trabalhar aqui, mas só tem quatro anos, é cedo ainda. Se não ficarem o negócio é vender tudo. Talvez se vier mais conhecimento e menos sofrimento no trabalho, aí mudem de idéia. Os filhos estudam na cidade e isso desvincula da terra, Os assuntos são outros, por mais que a gente queira que eles fiquem. Vamos trabalhar mais um tempo na terra e depois parar.

15) Na visão de vocês, quem vive na agricultura está tendo boa qualidade de vida? Em que aspectos e na relação com as pessoas que vivem na cidade?

ASSOCIADO: Hoje somos escravos do trabalho. O pouco tempo que se tem se tira para a família. Na comunidade fico três meses sem ir. Na missa vamos no domingo a noite. É complicado, mas a gente sem nota o tempo passar. Só que se parar para pensar, só se trabalha e o resto fica para trás, isso é um erro, mas se não fizer assim a gente não tem nada.

16) Quais seriam os grandes problemas enfrentados pelo agricultor familiar atualmente? Endividamento, qualificação, preço, etc...?

ASSOCIADO: Hoje é a falta de assessoria para ajudar no planejamento da propriedade e na venda do produto. Como muda muito rápido essa coisa do mercado, não se tem tempo de ir atrás de novos lugares para se vender e ganhar um preço melhor. Fora isso, acho que tem muito imposto para a agroindústria, no caso do vinho e do suco de uva e também e qualquer

problema que dá na produção, com a seca, a geada como neste ano, a gente não dá a volta e fica com dívida pro ano seguinte. Tem coisa que o SUTRAF não faz que tá na hora de fazer alguma coisa junto ao governo, principalmente sobre os impostos e o perdão das dívidas em anos de seca.

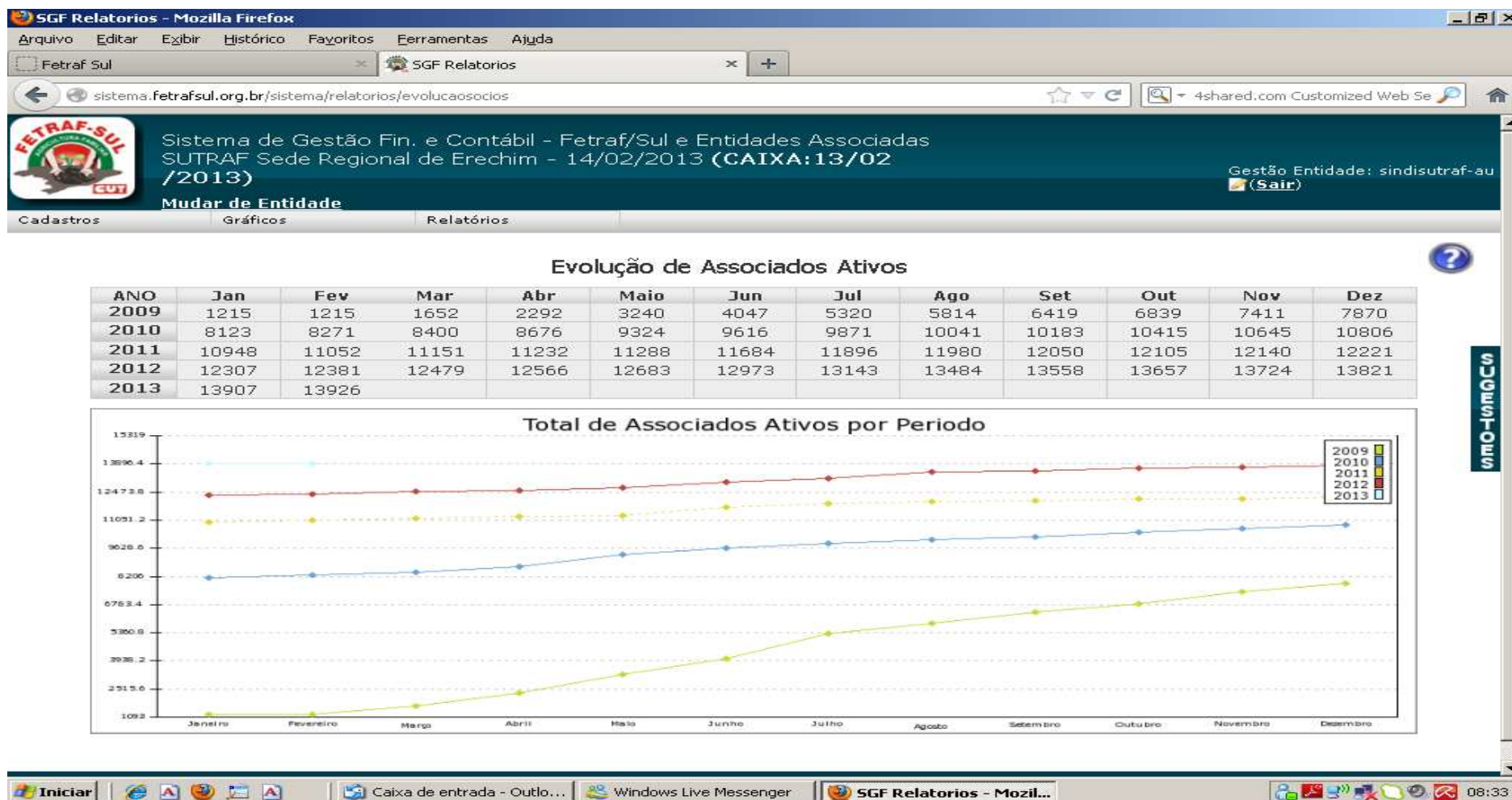
ANEXOS

Anexo A – Modelo de carta do Pronaf concedido pelo SUTRAF com dados sobre a renda do agricultor familiar.

Declaração de Aptidão ao Pronaf		Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário	
I Cadastro do Agricultor Familiar (CAF)		Modelo: 1.5.2	RS43070050801093000001192	
TITULARES	a) Identificação do(a) agricultor(a) familiar:			
	Nome: ADELAR ANDREOLA		Sexo: M	
	CPF: 27412687034	Nome da mãe: ADELE ANDREOLA		
	Apelido:	Data Nascimento: 03/05/1954	RG:	UF do Órgão Emissor: RS
	NIS:	Código IBGE do Município de nascimento: 4307005		Escolaridade: 1º grau incompleto
	Nome: NEUSA SALETE ANDREOLA		Sexo: F	
	CPF: 00367894025	Nome da mãe: MARIA ITALVINA CENCI		
	Apelido:	Data Nascimento: 23/05/1964	RG:	UF do Órgão Emissor:
	NIS:	Código IBGE do Município de nascimento: 4300901		Escolaridade: 1º grau incompleto
	Número de pessoas da família residentes no estabelecimento: 5		Estado Civil: Casado(a)	
Local residência: Estabelecimento rural		Endereço: LAGEADO PACA		Nº:
Bairro: INTERIOR		Município: Erechim		CEP: 99.700-000 UF: RS
b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar:				
Pertence a alguma organização social: STR/SIND.AGR.FAM.				
Condição de posse e uso da terra: Proprietário(a)				
Caracterização: Agricultor(a)				
Atividades principais: Grãos, Bovinocultura de leite				
Área do estabelecimento: 25,00 ha Área menor ou igual a 4(quatro) módulos fiscais, ou menor que 6 (seis) no caso de pecuarista familiar? Sim				
Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:				
100% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de avicultura ou suinocultura			R\$	0,00
50 % da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: psicultura, avicultura não integrada, pecuária de leite, olericultura, suinocultura não integrada e/ou sericultura:			+ R\$	3.241,57
100 % das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento			+ R\$	10.547,98
100 % das rendas não rurais, excluídos os proventos de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais:			+ R\$	0,00
30 % das rendas provenientes de agroindústrias familiares e turismo rural:			+ R\$	0,00
Total:			= R\$	13.789,55
100 % de rendas vinculadas a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais:			R\$	0,00
Percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento: 100 %				
Força de trabalho utilizada além da familiar: Não contratada Quantidade de dias * homens/ano: 0				
II Informações Complementares				
a) Reordenamento fundiário: É beneficiário(a) de algum programa de reordenamento fundiário: Não Qual programa de reordenamento fundiário:				
b) Destinação da Operação de Crédito (casos especiais): 01;				
c) Enquadramentos anteriores:				
Já obteve anteriormente crédito amparo pelo Pronaf? Sim Se sim, sob qual enquadramento: C				
Solicitou reenquadramento de Grupo ao amparo do MCR 10-2-4.7 Não Se sim, sob qual enquadramento:				
d) Imóveis Rurais: Nº de imóveis explorados: 1 Denominação do imóvel principal: SDE				
Localização do imóvel principal: LAJEADO PACA RIO AZUL Área do estabelecimento: 25,00 ha				
É proprietário do imóvel principal? Sim Nome ou razão social do proprietário: ADELAR ANDREOLA				
CPF / CNPJ do proprietário: 27412687034				
III Declaração do(s) Beneficiário(s)				
Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que as informações acima correspondem à verdade e que solicitei o meu enquadramento para o Grupo, conforme facultado no MCR 10-2-4.				
Local e Data: Erechim - 23/08/2006				
Assinatura 1: _____		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 100px; margin: 10px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 100px; margin: 10px;"></div> </div>		
Assinatura 2: _____				
IV Atesto da(s) entidade(s) credenciada(s) pelo MDA				
Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no grupo: C. Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? Não - Grupo Final: C com sobreteto				
Entidade				
Instituição CNPJ: 02898531000179		Razão Social: SUTRAF ALTO URUGUAI		
Representante CPF: 00581723007		Nome: LUCAS ROBERTO FARINA		
Local e Data: _____				
Assinatura: _____				

ATENÇÃO: Este documento é gratuito

Anexo B – Tabela com a evolução do número de associados do SUTRAF Alto Uruguai ente 2009 e 2013



Fonte: SISTEMA Contábil Fetraf. Disponível em: <<http://www.sistema.fetrafsul.org.br/sistema/relatorios/evolucaosocios>>. Acesso em: 12 jan. 2013.